



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (UNICAP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR

**“VEM CÁ QUE EU TE CONTO!” TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS: INTERSECÇÕES ENTRE CORPO, GÊNERO, SEXUALIDADE E
RAÇA**

Linha de Pesquisa: Práticas Psicológicas Clínicas e Demandas Sociais Contemporâneas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Recife - PE
2021

FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR

“VEM CÁ QUE EU TE CONTO!” TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS: INTERSECÇÕES ENTRE CORPO, GÊNERO, SEXUALIDADE E
RAÇA

Tese apresentada à banca examinadora como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica pelo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Linha de Pesquisa: Práticas Psicológicas Clínicas e Demandas
Sociais Contemporâneas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Lopes de Almeida
Amazonas

Recife - PE
2021

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, somente para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Universidade Católica de Pernambuco

L533v Leite Júnior, Francisco Francinete.
“Vem cá que eu te conto!” trajetórias profissionais de
travestis e transexuais : intersecções entre corpo, gênero,
sexualidade e raça / Francisco Francinete Leite Júnior, 2021.
262 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Doutorado
em Psicologia Clínica, 2021.

1. Práticas psicológicas. 2. Transexuais. 3. Travestis.
4. Trabalho. I. Título.

CDU 159.964.2

Pollyanna Alves - CRB4/1002


Nome: Franciso Francinete Leite Junior

Título: “Vem Cá Que Eu Te Conto!” Trajetórias Profissionais de Travestis e Transexuais:
Intersecções entre Corpo, Gênero, Sexualidade e Raça

Tese apresentada à Universidade Católica de Pernambuco como requisito para a obtenção do
grau de Doutor em Psicologia Clínica

Aprovada em: _18 de fevereiro de 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Doutora Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
(Universidade Católica de Pernambuco -UNICAP – Orientadora)



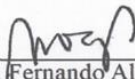
Prof. Doutora Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto
(Universidade Católica de Pernambuco -UNICAP)



Prof. Dr. Ricardo Delgado Marques De Lima
(Universidade Católica de Pernambuco -UNICAP)



Prof. Dra. Luma Nogueira de Andrade
(Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB)



Prof. Dr. Fernando Altair Pocahy
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (UERJ)

Dedico a todos, todas que inquietos(as) resistem e persistem, assim como eu, diante das adversidades e encontram possibilidades de existências múltiplas e diversas em uma] constante por uma sociedade de direitos.

AGRADECIMENTO

Agradecer é um grande desafio, principalmente quando reconhecemos a importância das pessoas em nossas vidas. Por isso, ser tão difícil sintetizar em poucas palavras. Aqui tentarei minimamente expressar o meu reconhecimento e junto a estas palavras acrescento muito afeto e carinho.

À Deus, pelo dom da vida e pelas muitas vezes que me fortaleci na minha fé para seguir em frente.

Ao meu Pai Francinete (*in memoriam*) e a minha mãe Maiza, por me apresentarem e possibilitarem o caminho da Educação e do cuidado com o outro. Exemplos de pessoas que estabeleceram em mim as bases para meu desenvolvimento enquanto sujeito e enquanto profissional.

Aos meus irmãos Ana e César, que mesmo distantes vibram com as minhas conquistas, assim como, minhas sobrinhas Aryanne, Ana Luiza, Maryane, Maria Tereza e Ana Beatriz, além do meu sobrinho neto, o pequeno Pedro Gabriel, o qual aguardamos ansiosos sua chegada.

Á Pedro Cavalcante, meu querido companheiro, que sempre esteve presente ao meu lado, apoiando-me e suportando as minhas ausências constantes. Seu apoio, compreensão e amor foram fundamentais.

À minha orientadora, professora Dra. Cristina Amazonas, que me acolheu e me fortaleceu academicamente. Agradeço pelas suas orientações, sugestões, questionamentos, que me oportunizaram reflexões éticas e políticas ao longo da produção deste estudo. És uma fortaleza que me inspira sempre.

Às colegas de curso e em especial minhas amigas e grandes companheiras Suely e Lourdes, que me acolheram em terras pernambucanas e juntos nos fortalecemos a cada dia.

Aos professores avaliadores, Profa. Doutora Carmem Lúcia, professora querida, que me inquietou fortemente com suas colocações e direcionamentos enriqueceram meus estudos. Seu olhar humano e aberto me mostra que mais do que barreiras é preciso construirmos pontes. Prof. Dr. Ricardo Delgado, por suas contribuições e considerações que fortaleceram teoricamente meu estudo, além da forma carinhosa e solícita que aceitou o convite. Profa. Dra. Luma Nogueira, exemplo de pessoa e docente. Sua presença nesta banca firma um compromisso político e de reconhecimento. Suas contribuições desde o mestrado, quando participou de minha banca, validam meu crescimento acadêmico e me fortalecem a seguir meus estudos. Prof. Dr. Fernando Pocahy o eterno viajante pós-moderno, que me acompanhou no mestrado e me seduziu pelo universo da pesquisa e da docência. Hoje como avaliador amplia meus olhares e me apresenta possibilidades

A Coordenação e demais Professores do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, que compõem um colegiado diverso e preocupado com a nossa formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida

À toda população LGBTQIA+, em especial minhas Sujeitas de pesquisa, travestis e transexuais, que me ensinaram e me ensinam o verdadeiro significado da palavra resistência.

Aos autores e autoras, que antes de mim escreveram suas ideias e me possibilitaram acesso à tais reflexões. Destaco em especial as autoras e autores Transexuais e Travestis que rompem as barreiras do preconceito e discriminação e contribuem para uma ciência mais diversa.

E todos e todas que cruzaram meu caminho e de maneira direta ou indireta contribuíram para o ingresso, permanência e conclusão deste processo de doutoramento.

Eu determino que termine aqui e agora
Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo
Determino que termine em nós e desate
E que amanhã, que amanhã possa ser diferente para elas
Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções
E que eu possa viver nelas, através delas e em suas memórias

Entre a oração e a ereção
Ora são, ora não são
Unção
Bênção
Sem nação
Mesmo que não nasçam
Mas vivem e vivem
E vem

Se homens
Se amam
Ciúmes
Se hímen
Se unem

A quem costumeiramente ama
A mente ama também

Não queimem as bruxas
Mas que amem as bixas
Mas que amém
Que amém
Clamem
Que amém
Que amém as travas também

Amém
(Oração, Linn da Quebrada, 2019)

“VEM CÁ QUE EU TE CONTO!” TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: INTERSECÇÕES ENTRE CORPO, GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA

RESUMO

A pesquisa que embasa esta tese objetiva, principalmente, problematizar as intersecções entre corpo, gênero, sexualidade e raça e as trajetórias profissionais de sujeitas travestis e transexuais. Trata-se de pesquisa qualitativa, estruturada a partir de conversas individuais, com cinco travestis e duas transexuais. Devido à pandemia da Covid-19, as conversas aconteceram no modelo virtual (*on-line*). A Conversa como metodologia permitiu trocas e compartilhamentos na pesquisa, possibilitando a tessitura de conhecimentos que subsidiaram a produção de narrativas que foram analisadas, a partir da Analítica Descritiva, também nomeada de Analítica do Sujeito, em uma perspectiva foucaultiana. Os resultados alcançados revelaram trajetórias de vidas narradas pelas sujeitas da pesquisa sobre suas constituições e desafios de inserção e permanência no espaço laboral. Iniciando pelo processo de autoidentificação/reconhecimento, no que se refere ao gênero, a composição de seus corpos, os processos (de)formativos na família e na escola e as experiências profissionais vivenciadas, suscitando a aproximação da estilística da existência das sujeitas de pesquisa. Conclui-se que, apesar de as sujeitas de pesquisa conseguirem se inserir socialmente, ainda são percebidas em posições de exclusão e negação de direitos. As marcas do constrangimento como preconceito, discriminação e estigmatização são descritas em suas narrativas e a prostituição é ainda mencionada de forma compulsória, assim como outros aspectos de vulnerabilidade. Neste sentido, reafirma-se a necessidade de desconstruir estigmas e preconceitos, que reiteram formas de violência e marginalização e que propagam os sofrimentos e silenciam tais sujeitas, confirmando assim a importância do compromisso ético, estético e político da Psicologia nesse contexto.

Palavras-chave: travestis; transsexuais; profissionalização; interseccionalidade; Psicologia.

"COME HERE AND I'LL TELL YOU!" PROFESSIONAL TRAJECTORIES OF TRANSVESTITES AND TRANSSEXUALS: INTERSECTIONS BETWEEN BODY, GENDER, SEXUALITY AND RACE

ABSTRACT

The research that supports this thesis aims, mainly, to problematize the intersections between body, gender, sexuality and race and the professional trajectories of transvestites and transsexuals. This is a qualitative research, structured from individual conversations, with five transvestites and two transsexuals. Due to the Covid-19 pandemic, the conversations took place in the virtual (online) model. The Conversation as a methodology allowed exchanges and sharing in the research, enabling the weaving of knowledge that subsidized the production of narratives that were analyzed, from the Descriptive Analytics, also called Subject Analysis, in a Foucauldian perspective. The results achieved revealed life trajectories narrated by the research subjects about their constitutions and challenges of insertion and permanence in the work space. Starting with the process of self-identification\recognition, with regard to gender, the composition of their bodies, the (de)formative processes in the family and at school and the professional experiences lived, raising the stylistic approach to the existence of the research subjects. It is concluded that, despite the research subjects being able to insert themselves socially, they are still perceived in positions of exclusion and denial of rights. The marks of embarrassment such as prejudice, discrimination and stigmatization are described in their narratives and prostitution is still mentioned in a compulsory way, as well as other aspects of vulnerability. In this sense, the need to deconstruct stigmas and prejudices, which reiterate forms of violence and marginalization and which propagate suffering and silence such subjects, is reaffirmed, thus confirming the importance of the ethical, aesthetic and political commitment of Psychology in this context.

Keywords: transvestites; transsexuals; professionalization; intersectionality;

Psychology.

"¡VEN AQUÍ Y TE LO DIGO!" TRAYECTORIAS PROFESIONALES DE TRAVESTIS Y TRANSEXUALES: INTERSECCIONES ENTRE CUERPO, GÉNERO, SEXUALIDAD Y RAZA

RESUMEN

La investigación que sustenta esta tesis tiene como objetivo, principalmente, problematizar las intersecciones entre cuerpo, género, sexualidad y raza y las trayectorias profesionales de travestis y transexuales. Se trata de una investigación cualitativa, estructurada a partir de conversaciones individuales, con cinco travestis y dos transexuales. Debido a la pandemia de Covid-19, las conversaciones se llevaron a cabo en el modelo virtual (en línea). La conversación como metodología permitió intercambios y compartir en la investigación, posibilitando el tejido de saberes que subsidiaron la producción de narrativas que fueron analizadas, desde la Analítica Descriptiva, también llamada Analítica del Sujeto, en una perspectiva foucaultiana. Los resultados alcanzados revelaron trayectorias de vida narradas por los sujetos de investigación sobre sus constituciones y desafíos de inserción y permanencia en el espacio de trabajo. A partir del proceso de autoidentificación\ reconocimiento, en cuanto al género, la composición de sus cuerpos, los procesos (de)formativos en la familia y en la escuela y las experiencias profesionales vividas, provocando la aproximación de la estilística de la existencia a los sujetos de investigación. Se concluye que, a pesar de que los sujetos de investigación logran insertarse socialmente, aún son percibidos en posiciones de exclusión y negación de derechos. Las marcas de la vergüenza como el prejuicio, la discriminación y la estigmatización se describen en sus narrativas y la prostitución aún se menciona de manera obligatoria, así como otros aspectos de la vulnerabilidad. En ese sentido, se reafirma la necesidad de deconstruir estigmas y

prejuicios, que reiteran formas de violencia y marginación, que propagan el sufrimiento y silencian a tales sujetos, confirmando así la importancia del compromiso ético, estético y político de la Psicología en este contexto.

Palabras-clave: travestis; transexuales; profesionalización; interseccionalidad;
Psicología

SUMÁRIO

“Pra começo de conversa”: Uma Introdução	13
1. Podem as travestis e transexuais falar? As Disputas Discursivas diante das dissidências de Gênero.....	30
2. Pesquisar “com”: rompendo as amarras das searas da Pesquisa	42
3. (Trans)identidades e suas intersecções entre Corpo, Gênero, Sexualidade e Raça: uma fissura na Cisnormatividade.....	62
4. (Trans) Subjetivação, Interdições e compulsoriedades no processo de (de)formação : a Família e a Escola como espaços de (des)preparação para o Mercado de Trabalho.....	112
5. (Trans)conversações: As agonísticas na constituição subjetiva de travestis e transexuais no espaço laboral	143
Sujeita D: Transgressão e Reivindicação	155
Sujeita W: Resistência e Superação.....	174
Sujeita L: Sobrevivência e Dignidade.....	177
Sujeita G: Amor e Razão	180
Sujeita P: Assujeitamento e Reconhecimento.....	189
Sujeita B: Respeito, Luta e Enfrentamentos.....	195
Sujeita T: Aceitação e Diferença	214
Arrasô! Fim de papo, mas antes, pelo menos, algumas considerações	243
Referências.....	248

“Pra começo de conversa”: Uma Introdução

Pesquisador: Bom dia Sujeita G¹, estou organizando nossa entrevista de amanhã. Queria confirmar contigo o horário. Seria às 10? Poderíamos marcar às 9, para termos um pouco mais de tempo?

Sujeita G: Oh amor, só não, eu só não coloco para 9, porque já tenho outro compromisso, por isso que eu marquei 10, entendeu? Porque com certeza, eu saio 9h30 até 10 horas eu atendo você, (pausa) na quarta-feira. (pausa) Tem problema não ser 10 horas mesmo, continuar o horário que a gente tava (pausa). Por favor!

Sujeita G: Ou então tem à tarde. Umas 14h30 pras, pras 15 horas, não umas 14, para as 15 horas, à tarde.

Pesquisador: Dá certo amanhã às 10, sem problema

Sujeita G: Então pronto amor, continuamos combinado, às 10 horas eu aguardo.

Pesquisador: Já vou deixar aqui dá certo

Sujeita G: Cuide-se!

Pesquisador: Você prefere por aqui por áudio ou a gente marca no Google Meet?

Sujeita G: Não... por aqui mesmo pelo WhatsApp, pelo WhatsApp

Pesquisador: Certo.

Pesquisador: Obrigado, mais uma vez

Sujeita G: Imagina! Não é nada!

Sujeita G: E uma vez mais, cuide-se!

Pesquisador: Sempre

Pesquisador: Obg pelo carinho e cuidado (Sujeita G)

Uma conversa começa de formas variadas. Um encontro casual ou com hora marcada, não importa a forma, mas a intensidade em que se dá o encontro. Em tempos de pandemia e distanciamento social, os laços e cumprimentos são envoltos pela linguagem, que substitui o toque e permite a interação. Assim, deparei-me com a produção desta tese, que ao longo dos anos foi tomando forma e ganhando vida, com as Narrativas de Trajetórias sobre a profissionalização na Experiência de pessoas trans, contadas pelas sujeitas da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa aqui serão denominados Sujeitas da pesquisa, em reconhecimento à condição feminina de sua apresentação e à necessidade de produzir efeitos de linguagem sobre uma gramática gendrada, a partir de um olhar cisnormativo. Autorizo-

¹ Nome fictício, para preservação da identidade da participante da entrevista.

me, desde as recomendações desta população, a tratá-las no feminino, reconhecendo o direito de autoidentificação.

Fundamentalmente, tal escolha se deu por influência das discussões de Franco e Cervera (2006), em seu Manual, para o uso não sexista da linguagem, que explicita:

A discriminação de gênero também foi construída, a partir da linguagem. Assim, sua desconstrução passa por eliminar todas aquelas palavras que mantêm as mulheres, não apenas invisíveis, o que é, como dissemos, uma forma de discriminação mediante a exclusão, mas por eliminar também o uso de palavras que as desvalorizam, subordinam-nas, rebaixam-nas ou que não são equitativas. Construir uma nova e justa concepção da vida e das relações entre pessoas nos obriga necessariamente a desterrar palavras que durante séculos criaram injustiça (p. 18).

Nesse sentido, justifica-se aqui a escolha do termo *sujeita* para esta tese, como possibilidade de desconstrução e subversão da perspectiva invisibilizante e pretensamente universal, do termo *sujeito*, como representante de todos os humanos. Cabe também, neste sentido, uma ressignificação do termo *sujeita*, que é muitas vezes tomado como pejorativo, significando uma mulher indeterminada ou que não se nomeia; uma *fulana*, para assim utilizá-la como uma forma de resistência e empoderamento.

Esta ressignificação é influenciada diretamente pelas teorizações *queer*. Guacira Lopes Louro, em 2008, sob a possibilidade de “desessencializar” as identidades gendradas e sexualizadas, apresenta-nos o termo *queer*. Este termo, que funcionou inicialmente como insulto e xingamento para sujeitos não heterossexuais, foi assumido por esses mesmos sujeitos, para se identificar como bizarros, estranhos, esquisitos, transgressores, perturbadores, desestabilizadores, mas fundamentalmente para representar “a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada” (p. 38).

Assim, cabe ressaltar que:

O “sujeito” de Butler não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação. A subjetividade não é um dado, e, uma vez que o sujeito está sempre envolvido num processo de devir sem fim, é possível reassumir ou repetir a sujeitidade de diferentes maneiras (Salin, 2012, p. 11).

Butler (2019), ao mencionar os sujeitos, inscreve-os nessa dependência aos discursos que nos formam, já que o poder assume uma forma psíquica e constitui a nossa identidade de sujeito, induzindo-nos a pensar o termo “subjetivação”, que: [...] “traz em si o paradoxo: o *assujettissement* denota, tanto o devir do sujeito, quanto o processo de sujeição – só se habita a figura da autonomia, sujeitando-se a um poder, uma sujeição que implica uma dependência radical” (p. 89).

Diante dessas conversas, surgem inquietações e perguntas muitas vezes sem respostas, que nos envolvem ao tecer tais narrativas, permeadas por alegrias e tristezas, que marcam os corpos e materializam lutas e resistências. Diante disso, emergem minhas inquietações, por ser uma pessoa cisgênera.

Além de ser uma pessoa cisgênera, compartilho as vivências de experiências enquanto membro da população LGBTQIA+, enquanto homem Gay. Tanto na minha vida pessoal, quanto profissional, compartilho as lutas, por garantias de direitos, cumprindo meu papel social de rompimento da invisibilidade e fazendo jus ao respeito à dignidade de todos e todas, sempre na tentativa de valorização da pessoa humana.

Sei que uma pesquisa realizada por um cisgênero, sobre as experiências de pessoas trans, pode ser fortemente questionada, sob a alegação de não legitimidade, sendo pauta de várias discussões, em torno do lugar de fala. Ressalto as palavras de uma das sujeitas, aqui denominada de Sujeita-B, que declara:

É sempre bom estar à disposição [...] dos espaços acadêmicos e não é pelo parâmetro de ser objeto de pesquisa, mas que esta pesquisa fundamenta uma existência de

peessoas, de corpos de travestis nos espaços políticos e sociais que devem ser respeitados. E eu tenho certeza, que esta pesquisa sua, vai servir de embasamento de estudo, de história, para muitas mulheres, por espaço, pela vida, pela existência.

Sujeita B nos alerta e continua:

[...] você tem uma legitimidade, você faz parte da nossa comunidade, você é um profissional que quer estudar, mas pra que esse estudo possa atender a um direito dessa população, que é direito. Porque às vezes, a gente cansa de ser objeto de estudo e esses profissionais lá na frente vão se formar, mas não vão lembrar daquele TCC ou daquele artigo científico que ele precisou da trans, do homem trans, do gay, que deu a nota dele, naquela cadeira e não vai lembrar quando ele chegar para atender, sendo ele advogado, assistente social ou psicólogo, sabe. Ele não vai entender... não... não é minha especificidade não. Eu não posso... eu não quero atender LGBT não. Mas o LGBT foi material dele de estudo, então tem uma hora que a gente tem que ... a gente cansa de ser objeto de estudo de várias academias, nesse contexto que eu falo.

Com estas expressões de aceitação e responsabilização, adentro este universo guiado por palavras em interlocução com autores, que me ajudam a tecer esta tese. Sabe-se que uma tese está para além da escrita, que aos poucos toma forma e materializa uma ideia. Uma ideia que não surge do nada. Muitas conversas, orientações, leituras e principalmente vidas, que me chegaram pessoalmente ou virtualmente e que muitas vezes são silenciadas, negadas ou negligenciadas. No entanto, priorizá-las é necessário. Assim, as travestis e transexuais em suas singularidades são as protagonistas deste estudo, que eu não faço sobre elas, mas sim com elas. O contato e legitimação do que escrevo contam com informações advindas da literatura (principalmente de pessoas travestis e transexuais), como também de pessoas pertencentes a esta população circunscrita no lócus de pesquisa determinado.

Assim, sinto-me pertencente a este movimento político e intelectual, reafirmando minha condição de cis-aliado, pertencente à comunidade LGBTQIA+. O meu lugar de fala é assim constituído. Proponho-me a romper com uma posição privilegiada e reconhecer a necessidade de abertura para outras epistemologias que possibilitam uma ampliação do olhar sobre as experiências, a partir de quem as vive. O que evidencia a compreensão ética da posição a qual me afeiçoo.

Assim, Djamila Ribeiro (2017) me possibilita expressar como me percebo neste processo, que vai em consonância com a perspectiva sobre as mulheres negras. Neste sentido, afirma:

[...] nada mais ético do que pensar em saídas emancipatórias para isso, lutar para que elas possam ter direito à voz e a melhores condições. Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (p. 45).

Minha posição se apresenta como uma possibilidade de me tornar um estudioso/pesquisador, implicado na luta por direitos. Neste sentido, escuto também Viviane Vergueiro, em entrevista concedida a Ramirez (2014), quando discorre:

[...] os tensionamentos com os *queers* vão no sentido deles terem utilizado existências trans, mas não necessariamente se preocuparem ou incomodarem com as questões que eram mais relevantes às vidas das pessoas trans. Muitas vezes, mesmo dentro dos estudos *queers*, algumas das produções de conhecimentos vão muito no sentido de pego o objeto trans, exótico, e a partir dessa vivência exótica você faz uma reflexão subversiva, pretensamente subversiva sobre gênero: Olha essa pessoa trans aqui, olha como o gênero é fluido. No fundo, poucos se preocupam com as questões materiais, e

não só materiais, mas como essa existência pode ser colonizada, pode ter diferentes dificuldades de acesso material no sistema e como essa existência pode ser precarizada a partir de muitas normatividades (p. 18).

Atento a essas palavras que ecoam e me fazem posicionar, afirmo não compactuar com produções de conhecimento que tomam pessoas trans e travestis, entre outras identidades, no sentido de objeto, exótico, e nem pretendo, a partir dessas vivências exóticas, fazer uma reflexão subversiva. Reitero a posição cis-aliada, por acreditar na soberania do sujeito diante de suas experiências, das quais desejo compartilhar uma produção “com” e não uma produção” sobre”. Percebo uma situação de assimetria em relação às pessoas trans, pois em vários aspectos, as pessoas cis, como eu, gozam de privilégios, que muitas pessoas trans não desfrutam, inclusive o acesso a suas vidas. Privilégios invisibilizados, devido à naturalização de direitos, como o uso do nome com o qual se identificam e o uso de espaços, como banheiros, entre outros. Daí a importância de me perceber como coadjuvante neste processo.

Nesse contexto, coloco-as na posição de protagonistas, que a partir da horizontalização das conversas expõem suas compreensões diante de si mesmas e do campo laboral, que nas suas inserções no mercado de trabalho, tem os desafios vivenciados cotidianamente, tais como em outros aspectos de suas vidas, que se interseccionam. Interesse-me, principalmente, pelos modos de subjetivação na profissionalização. No entanto, cabe ressaltar que não pretendo encontrar verdades, causas ou efeitos, mas sim problematizar, apresentando singularidades, rompendo com as ideias de universalização, através de um movimento desconstrucionista, sendo fortemente influenciado pelo pensamento foucaultiano. A desconstrução é pensada diferentemente de destruição, suscitando o pensamento sobre algo tido como natural e percebê-lo também enquanto construção, abrindo possibilidades de se questionar sobre os pressupostos naturalizadores que regem a constituição das coisas.

O projeto de Derrida evidencia a palavra “desconstrução”, que assinala uma operação dentro/fora da “metafísica ocidental”, que articula as duas impossibilidades de estar plenamente dentro ou inteiramente fora. A associação da “desconstrução”, ao trabalho “anárquico” e técnico, impôs-se sem nunca ter sido analisada explicitamente, considerando-se como um modelo subterrâneo, do qual derivaram as estratégias da tradução e da recepção da metáfora. É uma metáfora anárquica que emerge como um discurso do método, mas à custa de uma desinserção das séries, que lhe minoravam os efeitos e que, por sua vez, já eram uma minoração do estruturalismo e da *Destruction* heideggeriana (Meneses, 2013).

A importância deste estudo centra-se fortemente numa tentativa de rever conceitos e revirar preconceitos alicerçados, a partir de uma cultura patriarcalista, que me formou como homem cisgênero e como pesquisador e que percebo alicerçada em meio às instituições sociais fortemente heteronormativas, que busco desconstruir cotidianamente, fez-me romper com estigmas e preconceitos que permeiam meu olhar e minhas ações. Com isso, apresenta-se como interesse aprofundar os conhecimentos acerca do tema, tendo em vista a inquietude apresentada na prática da clínica psicológica, em que as demandas advindas do corpo, gênero e sexualidade têm demonstrado importância e impactos na subjetividade dos pacientes, interferindo no espaço laboral.

Este estudo acerca-se, também, portanto, da possibilidade de desconstrução de estigmas e preconceitos que reiteram a violência e a marginalização, que propagam sofrimentos e silenciam sujeitos. Possibilita conhecer os modos de vida travestis, visualizando, portanto, o compromisso ético, estético e político envolvido nesse exercício, além de contribuir para a construção de uma formação acadêmica balizada em uma articulação teórico-prática pautada no engajamento com a militância social. Importante também mencionar o fortalecimento do sentimento de resistência e de coletividade, a partir

da conjunção entre os movimentos sociais, lutas e resistências e a Psicologia, que são imprescindíveis motivações para esta pesquisa.

Meus escritos no campo da diversidade sexual e de gênero remontam há mais de 15 anos, tanto na academia, quanto na militância, às vezes tímida e às vezes mais incisiva. A escrita foi para mim a possibilidade de congregar com outros estudiosos compreensões e inquietações que marcaram minha trajetória.

A História e a Psicologia como duas áreas de estudos, com as quais me relacionei intimamente durante minha vida acadêmica, sendo complementares na minha formação. Ainda jovem, iniciei os estudos da História, sendo preenchido com uma ânsia de buscar conhecer as interações humanas, em diversos contextos. Adentrei esse universo, percorrendo caminhos que me levaram a me aproximar de discussões em torno de contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, fazendo-me refletir sobre os modos de vida dos sujeitos, ao longo do tempo, mais especificamente temas que não ocupavam a cena principal, muitas vezes invisibilizados, entre eles, a sexualidade. Nesta direção, desenvolvi um trabalho de conclusão de curso, que buscou estruturar uma perspectiva diante da constituição da História da Sexualidade.

Posteriormente, ampliei meus estudos, através de diversos cursos, inclusive uma especialização na área da Educação, com temáticas relacionadas à sexualidade em ambiente escolar. Aos poucos, fui me firmando com leituras que fundamentavam um olhar mais específico sobre o tema. Cheguei a escrever uma monografia na Especialização em Psicopedagogia, intitulada “A Erotização Infantil: As contribuições da Psicopedagogia frente à Sexualidade em sala de aula.” Em seguida, trilhei outros caminhos, fixei-me na docência e na prática clínica. No entanto, sempre estive inserido em discussões e debates sobre tal temática, inclusive cheguei a assumir coordenações de programas federais vinculados à área, como, por exemplo, o Programa Saúde e Prevenção na Escola, vinculado aos Ministérios da

Educação e da Saúde. Tal programa possibilitava as discussões e orientações no âmbito escolar sobre gênero, sexualidade e outras temáticas.

Paralelamente a isso, volto para a graduação, para me dedicar ao sonho antigo de cursar Psicologia. Tal possibilidade me permitiu ampliar e lançar outros olhares sobre o ser humano, tendo a compreensão da subjetividade, como um elemento importante, inclusive para pensar a sexualidade de forma mais aprofundada. Culminou no trabalho de conclusão de curso, que me proporcionou pensar o processo de composição de corpos em sujeitos travestis e transexuais, sob a perspectiva Psicanalítica, que posteriormente fora publicado no formato de capítulo de livro, com o título: “Transgredir, Transformar e Renascer: a psicanálise e a composição de corpos em sujeitos em inconformidade com o sexo.”²

Prosseguindo com os estudos, inicio o mestrado em Psicologia, que surge como uma possibilidade de aprofundamento sobre a temática, porém sob uma perspectiva diferente. Isto exigiu de mim um exercício de dobra sobre mim mesmo, fez-me repensar como olhar para o que se pretendia estudar. Vinculei-me ao Laboratório Multiversos: Corpo, Gênero e Sexualidade nos processos de subjetivação, que possibilitou abrir horizontes e me provocou um repensar sobre as teorias que me acompanhavam, problematizando-as. Assim, assumi uma perspectiva teórico-metodológica discursivo-desconstrucionista, recorri também aos estudos pós-estruturalistas de base foucaultiana, além da relação com as teorizações *Queer*. A pesquisa de mestrado foi desenvolvida sob orientação do professor doutor Fernando Altair Pocahy e resultou na dissertação intitulada *Travestilidades e Envelhecimentos: Cartografando Modos de Vida na Transcontemporaneidade*, que tempos depois foi publicada no formato de livro, com o título: *Sob as marcas do tempo: (trans) envelhecimento na (trans)contemporaneidade*.³

² O Capítulo consta do Livro – Pinheiro, Rafael Lobato, Costa, Raul Max Lucas da.(org). *A Psicanálise no laço social: ciência, capitalismo e mal-estar na contemporaneidade*. Curitiba, CRV, 2017.

³ Referência do Livro – Leite Junior, Francisco Francinete. *Sob as marcas do tempo: (Trans)envelhecimento na (trans) contemporaneidade*, 1 ed. Jundiaí, SP. 2017.

A travestilidade emergiu nesta pesquisa associada a um elemento, até então novo para mim, o marcador geracional. Desta produção, muitas ideias e pesquisas surgiram e possibilitaram adentrar este universo cada vez mais.

Os avanços nos estudos me levaram ao Doutorado em Psicologia Clínica, na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), espaço propício à continuidade destes estudos. As primeiras disciplinas, os debates e as leituras me incitaram a pensar de forma mais estruturada, como se constituiria a pesquisa. Ao iniciar esta nova fase, temeroso e inquieto, busco inspiração em leituras, músicas, vídeos, além dos espaços de sociabilidade, que possibilitaram aproximações. Permitir-me sentir o tema a ser estudado foi essencial, para que somado ao conhecimento teórico do espaço acadêmico, as subjetividades pudessem emergir, tornando uma pesquisa viva e pulsante.

A profissionalização de travestis e transexuais se apresenta como tema oportuno, por conta do contexto sócio-histórico e das implicações sobre os processos de subjetivação, tão urgente, devido aos agenciamentos produzidos por esta população. Para tanto, encontrei disponibilidade e acolhimento da linha de pesquisa I: Práticas Psicológicas Clínicas e Demandas Contemporâneas, vinculada ao PPG de Psicologia Clínica da UNICAP, que se dedica a estudar temas que atravessam os sujeitos em suas experiências subjetivas na contemporaneidade e que permitem abertura ao diálogo, com várias epistemologias e metodologias de estudos, muitas vezes pensadas como dissidentes.

A relevância acadêmica referencia o campo dos estudos de gênero e sexualidade, que tem firmado na Psicologia sua trajetória árdua e suas intersecções, estabelecendo-se, a partir de uma série de discussões e movimentos não alheios às reivindicações políticas. No caso das diversidades sexuais e de gênero, tem-se a compreensão de ser esse um tema proeminente do trabalho da Psicologia e dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia há um certo tempo, dando origem a publicações, ações e conteúdos sobre essa temática. É recorrente a

contribuição na construção das formas de enfrentamento às LGBTQIA+fobias no fortalecimento das práticas psicológicas baseadas na inclusão e no respeito às diferenças e, sobretudo, na renovação de apoio e reconhecimento da Resolução nº 001/99.

Tal resolução estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação às questões de Orientação Sexual. Cabe ressaltar que esta resolução parte do pressuposto de que o psicólogo é um profissional da saúde e que, na sua prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, considera que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, que deve ser compreendida na sua totalidade e que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão, assim como a travestilidade, que posteriormente trataremos mais especificamente.

Reitera ainda que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações, conforme observamos nos escritos da Resolução 01/99, que diz:

Art. 1º – Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º – Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º – Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º – Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (CFP,1999).

Tais artigos sintetizam nosso papel diante da diversidade, pautado nos princípios éticos da profissão, evidenciando a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e das coletividades. Refletir sobre o preconceito, discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas. Não há espaço, portanto, na Psicologia, para a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

No entanto, tal resolução tem sido alvo de críticas e questionamentos que têm gerado debates acalorados; uns buscam sua revogação e outros sua manutenção. Existem moções de apoio que convidam psicólogos (as) a usar o conhecimento da ciência psicológica para combater discriminações e estigmas contra comportamentos ou práticas homoeróticas, além de os convocar a agir em direção contrária à atribuição de patologias às condutas homoeróticas.

Mais especificamente, temos a população trans, que é mencionada na tentativa de garantir a efetividade dos princípios do SUS e das diretrizes nacionais para a realização do Processo Transexualizador que foram regulamentados pelo Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº457/2008, que define o estabelecimento de Unidades de Atenção Especializada no Processo Transexualizador. Tais unidades devem oferecer assistência diagnóstica e terapêutica especializada aos indivíduos, com indicação para a realização do processo transexualizador. Além de considerar que o acompanhamento terapêutico possui as dimensões psíquica, social e médico-biológica, contemplando, portanto, a(o) psicóloga(o) como membro da equipe multidisciplinar.

Diante disso, o Conselho Federal de Psicologia considera que a Psicologia tem o desafio de garantir à população trans o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde. Compreende que a transexualidade e a travestilidade não constituem condições psicopatológicas, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico, gênero e desejo sexual. Em conformidade com esse pressuposto, estabelece também a psicoterapia como requerida, consistindo no acompanhamento do usuário no processo de elaboração de sua condição de sofrimento pessoal e social, antes e após a tomada de decisão da cirurgia de transgenitalização e demais alterações somáticas.

O processo psicoterapêutico não se restringe, portanto, à tomada de decisão sobre cirurgias de transgenitalização e às demais maneiras de modificação corporal. É objetivo da assistência psicológica, a promoção da qualidade de vida da pessoa, por meio do acolhimento e do apoio, a partir da compreensão de que a transexualidade e outras vivências trans são algumas das múltiplas possibilidades de vivência do gênero e da sexualidade humana.

As(os) psicólogas(os) devem considerar as inúmeras variáveis presentes no discurso de pessoas que pleiteiam a cirurgia transexualizadora. As pessoas trans têm autonomia e podem buscar apoio e acompanhamento psicológico na rede de saúde pública e privada, não só em centros de referência específicos, de modo que a psicoterapia deve ser fundamental para a tomada de decisão na realização do processo trans. Posto isto, o Conselho Federal de Psicologia orienta que a(o) psicóloga(o) considerará e respeitará a diversidade subjetiva da pessoa que livremente optar pelo processo transexualizador, garantindo o direito constitucional à saúde, ao atendimento humanizado e livre de discriminação, por orientação sexual e identidade de gênero, conforme assegura a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, instituída pela Portaria nº 675/GM, de 31 de março de 2006, e o Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o).

O trabalho da(o) psicóloga(o) deve se pautar à integralidade do atendimento psicológico e à humanização da atenção, não estando condicionado, restrito ou centralizado, no procedimento cirúrgico de transgenitalização e demais intervenções somáticas, aparentes ou não, conforme determinação da Portaria MS nº 1.707/2008.

A assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e de outras vivências trans, mas atuar como ferramenta de apoio ao/à sujeito/a, de modo a ajudá-lo/a a se certificar da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto social. É objetivo da assistência psicológica a promoção da autonomia da pessoa, a partir de informações sobre a diversidade de gênero e esclarecimentos sobre os benefícios e riscos dos procedimentos de modificação corporal e social. O/a sujeito/a deve ter clareza de que a atenção é singular e flexível e que o projeto terapêutico pode ser modificado de acordo com as necessidades de cada um. A(o) psicóloga(o) deverá se valer de pesquisas e estudos culturais na área de gênero e sexualidade, na tentativa de buscar um respaldo teórico para entendimento desse contexto social, para superação da heteronormatividade.

O acompanhamento psicológico, requerido pelo Ministério da Saúde, deve se basear no acolhimento, e/ou na escuta e/ou na avaliação psicológica, quando necessário, ao longo de todo o processo transexualizador. No processo de avaliação psicológica, aspectos não correlatos à vivência trans e/ou ao processo transexualizador, como traumas, transtornos alimentares, dimórficos corporais e quaisquer características de desordens psíquicas precisam ser devidamente considerados, com a finalidade de promoção da saúde das sujeitas. Cabe-nos, com um olhar interdisciplinar, nos apropriar dos conceitos de corpo, gênero e sexualidade, de forma a ampliar a noção de humano.

Nesse contexto, duas resoluções emergem, a Resolução CFP Nº 1, DE 29 DE janeiro DE 2018, que “Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação

às pessoas transexuais e travestis;” a Resolução CFP N° 10, de 27 de março de 2018, que “Dispõe sobre a inclusão do Nome Social na Carteira de Identidade Profissional da Psicóloga e do Psicólogo e dá outras providências.” Assim, temos clara a implicação de uma Psicologia, que prioriza a dignidade da pessoa humana, tão preconizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Devemos atentar, porém, para a compreensão dos Direitos Humanos, que remonta à revolução francesa e aos ideais liberais, burgueses que têm uma perspectiva universalista, conforme descrevem Nardi et al. (2018). Complementam, destacando que “[...] seus fundamentos ideológicos, apontamos que a concepção de sujeito que embasa sua promulgação é a de um indivíduo abstrato, autônomo e racional; desenraizado e insensível, portanto, aos marcadores sociais de classe, gênero, sexualidade e raça” (p. 13).

Nesse sentido, temos claro o quão é facilmente capturável o discurso dos Direitos Humanos e que pode, inclusive, se contrapor diretamente aos elementos que os sustentam em sua base. Daí a necessidade da discussão sobre marcadores sociais, hierarquias e opressões, pois tal discurso habilita que qualquer demanda possa arrogar para si o caráter de um Direito.

A temática central deste estudo é de fato desafiadora, por mobilizar articulações que evidenciam a constituição da subjetividade. Não se pretende com esta pesquisa encontrar verdades absolutas, mas problematizar a temática em questão, apresentando singularidades e rompendo com as ideias de universalização mediante a realização de um movimento desconstrucionista, destinado a produzir estranhamentos e contestações em relação às doutrinas e verdades estabelecidas.

Assim, trata-se de tomar distância dos privilégios do sujeito de conhecimento, para se debruçar na produção histórica da verdade. Significa, portanto, salientar a enunciação de discursos que funcionam entre diferentes práticas como justificação racional de verdade, como se fossem verdadeiros.

Problematizar, aqui, deve ser pensado na perspectiva foucaultiana, descrita por Judith Revel (2011), segundo a qual constitui o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas, que introduz algo no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento, consistindo em uma forma de se olhar com distanciamento para um determinado objeto, de forma a promover sua desnaturalização, a desconstrução das noções de verdade que gravitam em seu entorno.

Segundo a autora, Foucault sugere essa desnaturalização, a partir do conceito de problematização, apresentando os padrões, não mais como referências. Assim, a desconstrução é pensada, consistindo na percepção de um pensamento sobre algo até então tido como natural, como uma construção, que abre possibilidades para a elaboração de questionamentos sobre os pressupostos naturalizadores, que regem a constituição das coisas. No caso deste estudo, evidencia-se a propositura de questões em torno da travestilidade e da profissionalização. Daí, questionar-se: Como se produzem as trajetórias profissionais de travestis e transexuais, atravessadas pelos marcadores de corpo, gênero, sexualidade e raça? Neste sentido, objetiva-se de forma geral, com esta pesquisa, problematizar as intersecções entre corpo, gênero, sexualidade e raça nas trajetórias profissionais de sujeitas travestis e transexuais. De forma mais específica, objetiva-se investigar os modos como as travestis e transexuais se constroem como profissionais nas Regiões Metropolitana do Cariri Cearense e na Região Metropolitana de Fortaleza - CE; analisar os discursos de saber-poder referentes à travestilidade e transexualidade (corpo, gênero, sexualidade e raça), que atravessam essas trajetórias profissionais; compreender os posicionamentos, movimentações e resistências das sujeitas travestis e transexuais diante das produções discursivas sobre suas possibilidades de profissionalização.

Numa organização sequencial, desenvolveu-se a escrita desta tese pelo primeiro capítulo, sob o título: “Podem as travestis e transexuais falar? As Disputas Discursivas diante

das dissidências de Gênero”, com o propósito de explicitar a subversão do questionamento e me situando, diante do tema pesquisado, como um cis-aliado. O segundo capítulo, com o título “Pesquisar ‘com’: rompendo as amarras das searas da Pesquisa”; apresenta a perspectiva metodológica, que selecionei para o desenvolvimento deste estudo. O terceiro capítulo, “(Trans)identidades e suas intersecções entre Corpo, Gênero, Sexualidade e Raça: uma fissura na Cisnormatividade,” centra-se nas noções de identidade, que tensionadas, estabelecem tensionamentos na compreensão cisnormativa. O quarto e quinto capítulos “(Trans)subjetivação, Interdições e compulsoriedades no processo de (de)formação: a Família e Escola como espaços de (des)preparação para o Mercado de Trabalho” e “(Trans)conversações: as agonísticas na constituição subjetiva de travestis no espaço laboral” enfatizam a experiência das pessoas travestis e transexuais interseccionada pela dimensão laboral, permitindo através de tal discussão a compreensão dos desafios diante da profissionalização.

1. Podem as travestis e transexuais falar? As Disputas Discursivas diante das dissidências de Gênero

Convoquei as amiguinhas e tu sabe que ela vem
 Vem da base, vem do vale, deixa disso e vem também
 Sabe que a cachorrada 'tá fechada com a gente
 Não dá pra ficar parada nesse beat envolvente
 "Tá pronta pra pista?
 Se joga na vida
 Quer papo de ousadia?
 Ai, que coisa boa!
 Mundo se acabando e a gente manda nessa porra
 Se mexer comigo, vai mexer com a tropa toda
 Tamo preparada, pode vir que é coisa boa [...]
 (Gloria Groove, Coisa Boa, 2019)

Diante do texto, “Pode o subalterno falar?”, da autora Gayatri Chakravorty Spivak, nascida na Índia e radicada nos Estados Unidos, e da música da cantora *drag queen*, Gloria Groove, mobilizo-me a iniciar a escrita desta tese. Uma tese com tonalidades de implicações éticas-estéticas-políticas, a qual apresenta uma tentativa advinda da inserção no espaço acadêmico de temáticas que produzem fissuras em conhecimentos preestabelecidos e consolidados como verdade, que engessam os sujeitos e os colocam numa posição de subalternidade. Spivak (2010) afirma ser o termo subalterno uma estratégia de nomeação das camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no extrato social dominante.

Apoio-me em suas considerações e associo a ideia de o subalterno poder falar, com a possibilidade de a população transgênero falar. Mas, além desta possibilidade, pensar também no fato de serem realmente escutadas. Por ser cisgênero, às vezes posso ser questionado sobre a compreensão de suas falas, porém me vejo aberto como um interlocutor e convoco o leitor a se permitir, tendo em vista o desejo que atravessa a possibilidade de aproximação desta

população e compartilhamento das dores e delícias de ser o que se é. Além de nos mobilizar a pensar a multiplicidade dos modos de existir.

Assim, as palavras de Spivak ecoam e me fazem produzir um questionamento: Podem as travestis e transexuais falar? Seriam elas de fato escutadas? E sobre as intempéries vivenciadas na busca pela inserção no espaço laboral, são ouvidas? As respostas para estes questionamentos são atravessadas pela necessidade de um redirecionamento epistemológico, que possibilita a construção de uma percepção diante das sujeitas de pesquisa e que marca uma posição em que não as reconheço como objetos a serem investigados, mas, sim, como protagonistas de suas trajetórias, que na singularidade de cada experiência se constituem numa estilística da existência. Pretende-se, portanto, reafirmar sua posição, pensada aqui como protagonistas de suas histórias, de suas narrativas, sendo necessário ouvi-las genuinamente. Lançar o olhar sobre suas experiências, ainda que em sua subalternidade, possa ser de fato percebidas, ouvidas e sentidas. Adentrando a compreensão de suas constituições e de todas as técnicas que envolvem a produção de seus corpos e subjetivação, para posteriormente pensarmos nas implicações pertinentes à esfera laboral.

Foucault nos mostra, a partir das técnicas de si, que estas eram práticas relacionadas com o cuidado com os atos e não com a preocupação com algum tipo de interioridade. A ênfase estava sempre na atitude e não nas intenções. Em toda a dinâmica que caracteriza a prática das técnicas de si, gostaria de enfatizar nesse contexto o aspecto da luta que se trava de si para consigo. Conforme ressalta Foucault (1997): “A prática de si é concebida como um combate permanente. Não se trata, simplesmente, de formar para o futuro um homem de valor. É preciso dar ao indivíduo as armas e a coragem que lhe permitirá lutar a vida inteira” (p. 124).

Essa escrita, portanto, manifesta-se de forma encarnada, em que as vivências e reflexões produzem inquietações e atitudes e me incentivam a me aproximar da população de

travestis e transexuais, não como o pesquisador especialista neutro e distante, mas sim como um pesquisador, desenvolvendo uma pesquisa que reitero claramente implicada ética, estética e politicamente.

A dimensão ética pressupõe uma abertura à compreensão foucaultiana, que associa à relação consigo mesmo, uma prática, um modo de ser, um *ethos*. Ethos, neste sentido, traz a acepção grega, como um modo de ser do sujeito, que traduz em seus costumes, seu aspecto, sua maneira de caminhar, a calma com que enfrenta os acontecimentos da vida (Castro, 2016).

Já a dimensão estética advém da noção de ética e se apresenta como modo de sujeição, ou seja, uma das maneiras pelas quais o indivíduo se encontra vinculado a um conjunto de regras e de valores. Este modo de sujeição está caracterizado pelo ideal de ter uma vida bela. A vida, como uma obra de arte. Foucault elabora tal conceito, ao refletir sobre a moral na antiguidade clássica e assim pressupõe entender a estética da existência, como uma maneira de viver em que o valor moral não provém da conformidade com um código de comportamentos, nem com um trabalho de purificação, mas de certos princípios formais gerais no uso dos prazeres (Castro, 2016).

A dimensão política é marcada pelo cuidado ético de si que é indissociável do cuidado político dos outros. Já que a dimensão ética pressupõe a percepção do lugar que ocupa na pólis. Isto se a relação com os outros for entendida como uma maneira de exercitar nosso aspecto político (Foucault, 2004).

Elsa Dorlin (2009) nos lembra:

“Lo personal es político” es el eslogan emblemático de los diversos movimientos de liberación de las mujeres, nacidos en los años sesenta, y para quienes el segundo sexo de Simone de Beauvoir constituye la referencia obligada [...] “Lo personal es político” sigue siendo el emblema de esse saber feminista, y remite, por un lado a um

trabajo de historización de uma relación de poder y, por el outro, a um trabalho de concientización de este último (p. 13).⁴

Neste contexto, toma-se a escrita como um exercício político de (des)construção, o que produz uma sensação de pensamentos que se (de)formam a cada leitura realizada, a cada pessoa encontrada, a cada linha escrita. Este efeito acontece, principalmente, a meu ver, devido ao caráter efêmero das experiências. Assim, a escrita desta tese me faz recorrer às palavras de Foucault (2011), que são válidas para refletir sobre os processos que instauram a relação do homem com sua obra. Foucault, ao se ater à relação entre texto e autor. Indaga-se “Qual a importância do autor?” Esta pergunta suscita pensar que a escrita basta a si mesma e se desdobra infinitamente até levar ao desaparecimento do sujeito. “[...] O sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular” (Foucault, 2011, p. 269).

Deparo-me, assim, com o desafio de assumir a posição transitória de autor, que me coloca em contato com outros escritos e que me faz desenvolver uma escrita influenciada pelas leituras realizadas. Para depois perceber os efeitos do apagamento. Não me proponho, portanto, a legitimar uma verdade, mas a acessar a construção de verdades que cada sujeito constrói na sua singularidade.

Nesse sentido, aproximo-me dos estudos de gênero e sexualidade, mais especificamente das temáticas voltadas para as experiências de travestis, sendo seduzido paulatinamente por escritos de pessoas travestis e transexuais, me fazendo flertar fortemente com as epistemologias transfeministas. No entanto, faz-se necessário anteriormente compreender a cisgeneridade. O termo cisgênero foi utilizado pela primeira vez por um homem trans holandês chamado Carl Buijs, para falar de pessoas que não são trans, ou seja,

⁴ “O pessoal é político” é o slogan emblemático dos vários movimentos de libertação das mulheres, nascidos nos anos 60, e para os quais o segundo sexo de Simone de Beauvoir constitui a referência obrigatória [...] “O pessoal é político”. Continua a ser o emblema desse saber feminista, e remete, por um lado, a um trabalho de historicização de uma relação de poder e, por outro, a um trabalho de conscientização desta”. (p.13).

para se referir a pessoas as quais sua identidade de gênero está em concordância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer (vale recordar que a anatomia é desde sempre gendrada, cirurgiada pela cultura do gênero e pelas formas de conhecer e representar nos termos binários) (Leonardo et al., 2016).

Em entrevista, concedida por Viviane Vergueiro a Ramirez (2014), explicita seu pensamento sobre cisgeneridade:

Eu penso cisgeneridade a partir de três eixos, de três ideologias de gênero: Que o gênero é algo pré-discursivo, ou seja, que os corpos já trazem a mensagem de qual é o gênero deles; por outro lado, a ideia de que gênero seja algo binário, e aí você exclui todas as perspectivas de gênero não binárias e que são várias, inclusive muitas delas são pré-coloniais, resistentes hoje em uma pós-colonialidade, que são diversas e não eurocêntricas, não ocidentais; e, em terceiro lugar, pensar a ideia de que o gênero seja algo permanente nas vivências das pessoas. Esses três pilares configuram o que eu caracterizo como a cisgeneridade, a cisonormatividade (p. 19).

Tais regras de binaridade, de permanências e de prediscursividade fortalecem um pensamento que desconstrói uma epistemologia que anteriormente era tida como consolidada e inquestionada. A prediscursividade, ou seja, a ideia de os corpos já trazerem a mensagem de qual é o gênero deles, é algo presente em teorias que afirmam a anatomia como determinante, correlacionando marcas corporais, como as expressões de gênero. Já a ideia de que gênero seja algo binário acaba excluindo todas as perspectivas de gênero não binárias e suas variações, inclusive muitas delas são pré-coloniais, resistentes hoje em uma pós-colonialidade, que são diversas e não eurocêntricas e não ocidentais. Ampliar para além do binarismo é essencial para possibilitar a abertura para as múltiplas expressões. Por fim, pensar a ideia de que o gênero seja algo permanente nas vivências das pessoas faz com que

este marcador social seja importante para refletirmos sobre as identidades e expressões nas suas várias nuances.

Neste contexto, a cisnormatividade se apresenta como elemento importante a ser considerado, pois tem-se a partir da naturalização, fundada sobre preceitos evolucionistas que ressaltam os fins reprodutivos da dimensão sexual humana. Em consonância com essa discussão, autoras transfeministas apresentam a cisheteronormatividade, identificável em diferentes campos do conhecimento, como analisar, classificar e falar sobre corpos, experiências e relações de sexo/gênero, forma da psicologia, enquanto ciência e prática profissional, apresentar uma maneira a contribuir para as políticas de Estado que fazem a gestão dos corpos e a manutenção de normas estáveis, além de ideais regulatórios de sexo/gênero (Matos & Cidade, 2016).

Viviane Vergueiro Simakawa (2015), mulher transfeminista e pesquisadora, apresenta e analisa, através de suas observações e vivências autoetnográficas, como esses corpos e gêneros, que não estão adequados a uma normatividade cisgênera, demonstram como as vivências e existências são colonizadas. Aqui toma colonização na sua acepção mais ampla, de colonização cultural, do saber, colonização existencial dentro de um sistema, um sistema-mundo, para usar o termo do autor Aníbal Quijano, e essas cisnormatividades que atuam nas identidades de gênero não normativas. Neste sentido, a cisgeneridade é, segundo Simakawa, uma categoria analítica útil para pensar interseccionalmente a identidade de gênero como algo válido dentro dessas lutas opressivas, anticoloniais (Ramírez, 2014).

Tal colonização se faz presente, no entanto, nos movimentos sociais, entre eles, o feminismo, que na sua polissemia envolve várias lutas que aos poucos se especificaram, como é o caso dos transfeminismos, que emergem como possibilidades de enfrentamentos ao sistema cisheteronormativo.

Na atualidade, a adoção do conceito de cisgeneridade tem se intensificado, especialmente a partir de alguns esforços ativistas de pessoas trans e de outros gêneros, denominadas por Viviane Vergueiro Simakawa (2015), como pessoas gênero-diversas. Pensando a partir da perspectiva interseccional, e trazendo a pauta das questões de pessoas trans, é que emerge esta nova vertente, o transfeminismo. Tal movimento é realizado por mulheres trans, que, ao buscar a sua libertação, estariam também engendrando a libertação de todas as outras mulheres. Apesar desse foco, a autora pondera que o transfeminismo não é fechado a outras categorias, pois acolhe *queers*, pessoas intersexo, homens trans, mulheres não trans, homens não trans e outras pessoas, na medida em que as compreende como integrantes dessa luta, reconhecendo-as como fundamental na busca pela libertação de todas as categorias identitárias.

A perspectiva transfeminista representa a continuidade da potência desconstrutora da categoria gênero e encontra lugar em um momento em que a análise da mulher como sujeito político é uma categoria em construção e, nesse sentido, reivindicar-se mulher e feminista, em uma evidente busca de legitimidade para falar como tal dentro de espaços de poder, parece-me mais um fator a ser levado em consideração na construção dessas sujeitas.

Assim, o transfeminismo procura transformar o pensamento e movimento feminista, empreendendo grande contribuição para leitura da opressão baseada na desigualdade de gênero e não de sexo. Neste sentido, Jesus e Alves (2010) destacam seis reivindicações e lutas fundadas nos princípios de igualdade de gênero e de justiça social.

A primeira das reivindicações traz a desconstrução do binarismo de gênero, recusando a ideia bio-essencializada de ser mulher e de ser homem, porém não nega que existem sujeitos que desejam viver de acordo com o binarismo. A segunda inclui a despatologização das identidades trans, sustentando a dissociação entre o conceito de patologia e as identidades trans. A terceira reivindicação marca o combate à violência cissexista/transfóbica. Em quarto

lugar, inclui a necessidade de dar visibilidade à sexualidade das pessoas trans, que não são heterossexuais. A quinta inclui nas suas reivindicações direitos sexuais e reprodutivos para todos e todas. Por fim, a sexta reivindicação marca a ampliação da noção de sujeito político do feminismo, deixando de remeter apenas a mulher branca heterossexual, passando a incluir outras mulheres invisibilizadas (Rodrigues et al., 2014).

Em síntese, o transfeminismo, ou feminismo trans é, assim, um movimento político e intelectual que contribui de modo muito relevante para a desconstrução do binarismo de gênero e das perspectivas essencialistas; reforça o caráter interseccional das opressões; valoriza as lutas políticas e experiências pessoais de pessoas trans; e é um movimento que não restringe para quem dele quiser participar, sendo trans ou cis (Jesus & Alves, 2010).

Nesse sentido, tem-se a necessidade de uma abertura para as construções que possibilitem o rompimento das normatizações binárias e hegemônicas que classificam, rotulam e marginalizam os sujeitos. Tais rupturas, porém, são de difícil acesso e exigem uma dobra sobre si mesmo, rompendo com (pré)conceitos e normatizações, diante das experiências dissidentes. Aprendo a cada dia com esta população que me faz compreender o quanto o gênero é plural e transitório. Representa, assim, a dimensão de transgressão. As pessoas trans são, pelo simples fato de estarem presentes no mundo, transgressoras, por romperem com normas e regras. Colling e Nogueira (2017), porém, explicitam, nesse sentido, que:

[...] Isso não quer dizer que elas (pessoas trans) tenham, obrigatoriamente, um discurso racional transgressor verbalizado em suas falas. Algumas delas, inclusive, quando falam de sexualidade e gênero, são muito conservadoras e defendem normas rígidas. [...] a presença das pessoas trans nos espaços públicos desloca e problematiza as normas hegemônicas sobre as sexualidades e os gêneros (p. 141).

Assim, a minha posição não sobrepõe a experiência das sujeitas às articulações teóricas. Compartilho a perspectiva foucaultiana, que percebe os artefatos teóricos como uma possível caixa de ferramentas, que pode ser utilizada, quando necessário. E nunca para anular ou silenciar as sujeitas.

Destacam-se, também, os marcadores sociais de identidade e diferença, como elementos que possibilitam se aproximar da complexidade tecida no transfeminismo. Tal compreensão é acionada por teóricos, como Pocha (2013), que apresenta a interseccionalidade como uma prática-conceito, que marca reivindicações. Tal conceito apresenta a capacidade de articular diferentes formas de dominação e posições, no que se refere à desigualdade produzida pelos discursos. Permite articular distintos marcadores sociais, de identidade e diferença, possibilitando a problematização dos processos de subjetivação na pós-modernidade. Assim, a interseccionalidade se apresenta como uma aposta para compreender os discursos normativos sobre corpo, gênero e sexualidade. Pocha (2013), em busca de compreender tal conceito, segue o rastro de militantes e teóricas feministas, e afirma que a interseccionalidade se constitui para além do reconhecimento à multiplicidade de sistemas de opressão que operam a partir de categorias, como gênero, classe, raça/etnia, idade, deficiência e sexualidade.

Adriana Piscitelli (2008), diante desse conceito, afirma ser esta uma proposta de trabalho, que oferece ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos.

Nesse sentido, Nogueira e Oliveira (2010) colaboram com a apreensão deste conceito, quando afirmam que a teoria da interseccionalidade pretende examinar como as várias categorias (social e culturalmente construídas) interagem em múltiplos níveis, para se

manifestar em termos de desigualdade social. Afirmam que os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão dentro da sociedade, como os mais comuns baseados no sexo/gênero, na raça/etnicidade, na classe, na religião, na nacionalidade, na orientação sexual ou na deficiência, não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão se inter-relacionam, criando um sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação.

Cabe considerar a autodeterminação, como fator importante para este campo de estudo, refutando a posição de privilégio cisgênero, que insiste em nomear. Neste sentido, faz-se necessária a desconstrução de identidades rigidamente estabelecidas que, segundo Carvalho (2014), é a condição necessária para pensarmos a gama de relações sociais que devem ser abarcadas pelos princípios de liberdade e igualdade já presentes numa concepção liberal de democracia, e dos quais a democracia radical pensada no feminismo não abre mão.

Ressalte-se, portanto, o pessoal enquanto ato político, percebendo as dimensões políticas e privadas que se confundem, politizar a gama de relações de poder antes reguladas pela retórica da privacidade faz parte da política radical feminista (Carvalho, 2014). A partir de Jesus e Alves (2010), o feminismo transgênero pode ser compreendido, tanto como uma filosofia, quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visam a transformação dos feminismos (Carvalho, 2014).

A noção de experiência trazida por Foucault é possível nesse contexto e pode ser descrita, como:

[...] a correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. Falar da ‘sexualidade’ como uma experiência historicamente singular suporia, também, que pudesse dispor de instrumentos suscetíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua

prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade (2014, pp. 8-9).

A partir daí, é possível compreender a lógica da construção de Foucault, e a relevância para este estudo, sendo necessário ir além do discurso científico, para melhor articular poder, saber e subjetividade.

Nesse sentido, emergem as discussões sobre o dispositivo da sexualidade, que não se centram sobre a repressão dos instintos (externo), mas fundamentalmente sobre leis que regem o desejo (constitutivas do próprio desejo, logo, interno), criando o próprio sujeito e as identidades tais quais as conhecemos hoje.

Foucault nos diz que essa vontade de verdade atua até mesmo no sexo-natureza (nível biológico), porém, chama atenção para deslocar os dispositivos de poder da sua lógica negativa, da interdição, da censura. Almejava, portanto, positivar o poder, tal como é esboçado pelo próprio direito, logo, “é preciso construir uma analítica de poder que não tome mais o direito como modelo e código, ou seja, pensar ao mesmo tempo, o sexo sem a Lei e o poder sem o rei. Foucault (2014), assim entende o poder, como:

Multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte, os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esforço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação de Leis, nas hegemonias sociais (pp.100-101).

Nesse sentido, Foucault (2014) apresenta o poder na sua forma complexa, como potência e relação, e não como estrutura ou instituição. Esquemáticamente, descreve o poder

como algo que se exerce em inúmeros pontos; não é exterior a outros sistemas (é imanente); vem de baixo; as relações são intencionais (objetivas); cria a resistência (logo, esta não lhe é externa). E finaliza, trazendo quatro regras que não são imperativos metodológicos, mas prescrições de prudência. São elas: a regra de imanência, que traz o sexo como objeto possível; a regra das variações contínuas, em que as matrizes não se repartem, por exemplo, ao focar a sexualidade da criança, médicos reformulam a dos adultos; a regra do duplo condicionamento, que traz os dispositivos, não como hierarquizados (Família e Estado), mas como se entrelaçam e se sobrepõem; a regra da polivalência tática do discurso, sendo ele descontínuo, por exemplo, nomear a sexualidade a liberou para falar por si. Tais regras serão mais bem explicitadas no próximo capítulo.

2. Pesquisar “com”: rompendo as amarras das searas da Pesquisa

Cheguei (cheguei)
 Cheguei chegando, bagunçando a zorra toda
 E que se dane, eu quero mais é que se exploda
 Porque ninguém vai estragar meu dia
 Avisa lá, pode falar
 Que eu cheguei com tudo
 Cheguei quebrando tudo
 Pode me olhar, apaga a luz e aumenta o som
 A recalcada pira
 Falsiane conspira
 Pra despertar inveja alheia eu tenho dom
 Se não gosta, senta e chora
 Hoje eu 'tô a fim de incomodar
 Se não gosta, senta e chora
 Mas saí de casa pra causar
 (Ludmila; Composição: André Vieira / Wallace Vianna, 2016)

Pesquisar é um exercício complexo que pressupõe, a partir de um não saber, a busca por um saber. Saberes diversos. Saberes múltiplos. Aqui me proponho a questionar o saber associado à verdade sobre algo, verdade defendida fortemente pela ciência moderna estruturada, a partir de um olhar cartesiano. A rigidez de modelos arcaicos impossibilita acompanhar a dinamicidade e multiplicidades do humano que escapam diante de tais enclausuramentos. Romper com esta perspectiva é essencial, e favorece a transgressão, como possibilidade.

Transgressão pensada aqui a partir de Bell Hooks (2013), autora radical e amorosa, transbordante de energia intelectual. Inquieta-me, ao apresentar uma pedagogia que nasce de uma interação entre as vertentes “anticolonialista, feminista e crítica, cada uma das quais ilumina a outra.” Sua perspectiva corrobora para esta pesquisa, assim como a educação, vista por Hooks como prática da liberdade, que implica “questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aulas a grupos diversificados de alunos” (p. 20).

Se tomarmos tal reflexão e aplicarmos ao campo da pesquisa na Psicologia, percebemos o quanto a transgressão é um elemento potente. Esta é uma proposta de renovação radical dos cânones educativos que Hooks propõe, fazendo com que nós, educadores, possamos nos esforçar conjuntamente para a construção de comunas de aprendizagem, que nos ensinam a nos indignar, nos revoltar e nos mobilizar contra as opressões multiformes, que nos assolam. Hooks sugere que longe de alunos-ovelhas ou pupilos-paralíticos, se tornem sujeitos ativos da história, queimando com as chamas do entusiasmo transformador.

Tomado por tal entusiasmo, percebo que a temática central deste estudo é desafiadora, pois mobiliza articulações que evidenciam a constituição de subjetividades silenciadas que têm negadas, cotidianamente, suas possibilidades de existência. Subjetividades que não ocupam a cena principal da pesquisa em nosso país.

Compartilho, assim, as discussões de Temple (2013), que ressalta a explicação de Foucault centrada na constituição e nos desdobramentos em diferentes momentos históricos, dos efeitos da verdade. Segundo essa autora, Foucault não se ocupa da descoberta das coisas verdadeiras, mas da verdade entendida como o resultado da articulação, da apropriação e da disputa, entre diferentes discursos que, conforme seus objetivos, promovem um recorte na multiplicidade de acontecimentos para afirmar algo sobre o ser.

Assim, trata-se de tomar distância dos privilégios do sujeito do conhecimento, para se debruçar na produção histórica da verdade. Significa, portanto, salientar a enunciação de discursos que funcionam entre diferentes práticas, como justificação racional de verdade, como se fossem verdadeiros. A trajetória da produção de Foucault é traçada por Candiotta (2006) e destaca que em sua “fase” arqueológica, Foucault analisa o jogo de regras estabelecido entre as práticas discursivas de uma época; já na genealogia, como aqueles jogos atuam ao modo de legitimação para estratégias e táticas de poder presentes nas diferentes

práticas sociais; na genealogia da ética, como eles funcionam na condição de auxiliares nos diversos processos de subjetivação, que se desdobram nas práticas de si.

Assim, Benevides (2013) complementa que a verdade não é tomada como uma verdade em si, independentemente de uma política da verdade ou de um regime de verdade, mas é precisamente aquilo que aparece e ganha realidade no interior desta política ou desse regime. E afirma, com base em Foucault que, o conceito de regimes de verdade aparece como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados.

Para tanto, a presente pesquisa compartilha desta noção de verdade e se apresenta como sendo de abordagem clínica qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada no pensamento foucaultiano, além de uma aproximação com as epistemologias transfeministas. A perspectiva histórica dos processos de subjetivação é evocada e nos provoca a desenvolver estratégias de acompanhamento dos processos de afirmação da posição travesti, além de sua constituição, enquanto sujeitas que exercem práticas laborais, como forma de manutenção de sua inserção na realidade profissional. O movimento a que me proponho é de desconstrução, sendo induzido pela provocação de busca de novos caminhos.

Justo e Vasconcelos (2009) definem que, se por um lado, a pesquisa quantitativa se ampara principalmente no positivismo e se preocupa com dados estatísticos, medição de unidades e categorias homogêneas, a pesquisa qualitativa se volta ao estudo de fenômenos igualmente complexos, mas compreendendo-os de forma que o pesquisador tenha uma postura de menor neutralidade, diante do seu objeto de estudo.

Segundo Flick (2009), alguns dos aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, e nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas, como parte do processo de produção de

conhecimentos. A pesquisa qualitativa supõe uma interação do sujeito (pesquisador) com o meio (objeto de estudo, ambiente).

Pensou-se, inicialmente, em construir como campo de pesquisa a Região Metropolitana do Cariri Cearense, mais especificamente a cidade de Juazeiro do Norte- CE, a partir do contato com a Coordenadoria da Diversidade, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Juazeiro do Norte - CE, com ênfase nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras). Nestes equipamentos, ocorrem grupos de convivência com pessoas travestis e transexuais localizados na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Diante deste cenário presencial, seria possível realizar as aproximações para as conversas que subsidiariam esta pesquisa, sob a perspectiva etnográfica.

Nesse sentido, pensou-se inicialmente no estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, seguindo as orientações metodológicas pensadas *a priori*, estabelecendo como critérios de inclusão das sujeitas de pesquisa: ter idades entre 18 e 50 anos; se autoidentificar como travesti e serem residentes ou não em Juazeiro do Norte, localizada na Região Metropolitana do Cariri. Por ser esta uma cidade central, permeada por pessoas que a utilizam para vários fins (trabalho, lazer, estudos, comércio, etc.) e não, necessariamente, para residir. E como critérios de exclusão, estabeleceu-se *a priori* não se autoidentificar como travesti no momento da pesquisa, não desejar contribuir com suas narrativas e estar fora da faixa etária.

A princípio, tinha-se o olhar etnográfico como possibilidade de junto às interlocutoras poder compreender como é experienciar a vivência do que se propõe a discutir, enquanto pesquisador, neste estudo. Tal proposta permitiria atravessar por tais experiências.

Diante do cenário de distanciamento social, porém, produzido pela Pandemia da Covid - 19, houve necessidade de um redirecionamento na estruturação desta pesquisa, influenciando, desde a busca por interlocutoras, como as outras etapas deste estudo. Se na execução do projeto, havíamos proposto uma pesquisa de caráter etnográfico, ou seja,

pretendíamos participar mais ativamente dos grupos de convivência de travestis e transexuais em Juazeiro do Norte - CE. A alternativa que se apresentou como mais viável naquele momento foi promover conversas, pelo meio virtual (*on-line*), com as participantes da pesquisa que pudessem ser contactadas.

Assim, por um lado, fomos impedidos do contato pessoal, impossibilitando a concretização de um modelo de pesquisa de inspiração etnográfica presencial. Por outro lado, a virtualidade possibilitou o contato com participantes de outros municípios do Estado do Ceará.

Inicialmente, estabeleci contato com duas pessoas, uma mulher trans, residente em Juazeiro do Norte - CE, e uma pessoa que se identifica como gênero não binário, de Fortaleza - CE, pessoas de referência e com muitos contatos que se disponibilizaram a me auxiliar nesta busca, promovendo encontros, porém de forma virtual, devido ao contexto já citado. Mesmo com a imprevisibilidade da situação com a qual nos deparamos, foi possível extrair o máximo da experiência de travestis e transexuais no mercado de trabalho, que se construía, inclusive, pela possibilidade da criação de um fazer metodológico que fora se estruturando no campo.

A aproximação progressiva, mesmo de forma virtual, permitiu compreender os processos de subjetivação da travestilidade e da transexualidade em vários contextos, porém priorizo para esta pesquisa o campo da profissionalização. A compreensão sobre a noção da identidade travesti e as trajetórias em torno da infância, da composição de corpos e educação, tanto formal, como informal, conduziram à discussão em torno do cenário da profissionalização. O contato inicial, apresentação da pesquisa e a assinatura digital do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram realizados satisfatoriamente.

O campo de pesquisa, portanto, se constituiu e mostrou novos critérios possíveis, que foram se reestruturando. Inclusive a inserção da nova forma de contato, pois, devido ao distanciamento social, usamos como alternativa para as conversas, tecnologias, tais como

WhatsApp e Google Meet. Como critérios de inclusão, mantivemos a autoidentificação como travesti, mas acrescentamos a inserção de duas Mulheres Trans, por serem conhecedoras da realidade e estarem inseridas em ações diretas com a população Travesti. Assim, tomamos como colaboradoras da nossa pesquisa, mulheres trans e travestis.

Diante da nova situação e com a reestruturação do caminho metódico adotado, também foi ampliado o lócus da pesquisa. Além da Região Metropolitana do Cariri, também foram contactadas sujeitas da Região Metropolitana de Fortaleza.

A faixa etária permaneceu dentro do previsto, centrando-se mais especificamente em sujeitas de 29 a 44 anos, o que possibilitou narrativas sobre experiências no espaço laboral no início de sua trajetória profissional e como estão atualmente. Sendo, também, um critério de inclusão, a disponibilidade de participação na pesquisa. Como critério de exclusão, permaneceu o não desejo de contribuir com suas narrativas.

Assim, foram contactadas inicialmente sujeitas de pesquisa, que por indicação de alunos, amigos e amigas militantes e pesquisadores auxiliaram esta busca, além das tentativas de aproximação em redes sociais realizadas pelo próprio pesquisador. Cheguei ao total de dez travestis. Todas, a princípio, se disponibilizaram a participar da pesquisa. No entanto, destas, duas não concluíram as discussões iniciadas, alegando vários afazeres, modificações drásticas em suas rotinas, em função da pandemia, o que as impediu de concluir o processo; uma informou a impossibilidade de participação, uma vez que a conversa pela internet ou pelo celular ocuparia seus instrumentos de trabalho, que são utilizados para o agendamento de clientes com os quais faz programas; uma aceitou a princípio, porém, no contexto de pandemia, várias de suas filhas (travestis) que residem com ela adoeceram e informou que estava “sem cabeça” para participar; mas uma adoeceu durante o período da coleta, foi internada, e chegou a óbito. Restaram, assim, cinco mulheres, que se disponibilizaram e concluíram o processo.

A via inicial de contato foi por meio do WhatsApp, que se iniciou pelo estabelecimento de um vínculo e uma apresentação sucinta da pesquisa, expondo os pontos principais. Houve uma interação inicial para combinar quais seriam as melhores formas para desenvolver uma conversa. Quatro delas optaram por permanecer pela rede social WhatsApp, por mensagens escritas e por áudio, e uma escolheu a conversa pelo Google Meet. Neste sentido, me dei conta de que a conversa já havia iniciado desde o primeiro contato, o que me fez registrar nas transcrições nossos diálogos e percebi que isso favoreceu o fortalecimento dos laços que se constroem em uma conversa.

A validação desse processo se deu pelas próprias sujeitas da pesquisa, que me orientaram a conduzir meus estudos e propagar os ensinamentos sobre suas experiências. Entre elas, destaco o que diz a Sujeita G, que me direciona:

[...] pra quem te segue, na faculdade, pros seus alunos, pra quem está do seu lado pra quem te acompanha, qual é essa entrega? E essa entrega precisa ser genuína, ela precisa ser única, para passar isso para as pessoas, ser verdadeiro, ser sempre quem você é, que realmente crie valor pra que tenha conexão, precisa, precisa verdade, por isso que é importante a gente se respeitar, se amar, sabe... pensar, repensar é ter um propósito de vida, eu acho que viver também é ter um propósito de vida.

Somando-se a estas cinco sujeitas, incluíram-se na pesquisa, devido à relevante contribuição, duas mulheres trans, uma denominada aqui como Sujeita T, por fazer parte de um projeto de extensão universitária, intitulado Transemprego, e outra, denominada aqui de Sujeita B, vinculada ao poder público e ao terceiro setor, ambas conhecedoras da realidade das travestis, além de possibilitar a compreensão/diferença e semelhanças entre travestis e transexuais.

Assim, totalizando sete sujeitas de pesquisa, possibilitaram conversas, que foram registradas, transcritas e analisadas. Ressalte-se, portanto, que a conversa priorizou a

construção narrativa das sujeitas de pesquisa, nas quais, cada uma a seu modo expunha suas compreensões diante de temas que eram inseridos na conversa. Apesar de o tema principal deste estudo ter sido a trajetória profissional dessas sujeitas, foi necessário, porém, compreender as suas trajetórias, desde a sua identificação, como travesti, à composição de corpos, a infância, a família, a escola e o mercado de trabalho. A conversa possibilitou narrativas próprias e singulares, oportunizando a apresentação de suas experiências.

Dos termos presentes, nas formas de tratamento das sujeitas de pesquisa me chamam atenção, vocativos, como: meu lindo, amor e querido, que deram uma tonalidade afetiva, permeada por vida, que fizeram a construção desta pesquisa, como um ato e, simultaneamente afetivo, que, ao compartilhar suas narrativas e conversas, possibilitou uma aproximação imprescindível. A espontaneidade na qual as conversas se construíram permitiu acessar informações valiosas aliadas à adequação diante dos obstáculos tecnológicos e ajustes de horários que se fizeram necessários.

Segue o Quadro 1, síntese de apresentação das sujeitas de pesquisa:

Quadro 1 – Apresentação sintética das Sujeitas de pesquisa					
Nome⁵	Idade	Raça\etnia	Características profissionais	Região	Autoidentificação
Sujeita D	31 anos	Negra	Jornalista de profissão, ativista de direitos humanos; Cargo público, por indicação.	Região Metropolitana de Fortaleza	Travesti
Sujeita W	29 anos	Parda	Graduada em teatro, artes cênicas, pós-graduada em Educação Infantil, diretora teatral e atriz. Docente da rede pública municipal.	Região Metropolitana do Cariri	Travesti
Sujeita L	35 anos	Negra	Estudante de Publicidade, designer, ativista dos movimentos sociais, candomblecista, ativista pelos direitos humanos da população LGBT, atua na construção e controle social de políticas públicas no combate à LGBTfobia..	Região Metropolitana de Fortaleza	Travesti
Sujeita G	36 anos	Parda	Funcionária pública efetiva do seu município. Diretora de passarela, e militante de direitos humanos..	Região Metropolitana de Fortaleza	Travesti

⁵ De acordo com as sujeitas participantes da pesquisa, elegeu-se o termo êmico Sujeita, que é uma forma de tratamento usada por elas em seus diálogos. A letra que se segue diz respeito a uma identificação própria para a escrita da tese.

Sujeita P	34 anos	Negra	Atriz, trabalha com teatro e audiovisual.	Região Metropolitana de Fortaleza	Travesti
Sujeita B	44 anos	Parda	Acadêmica de Serviço Social, Militante, ativista, trabalha em ONG, Cargo público, por indicação.	Região Metropolitana do Cariri	Mulher trans
Sujeita T	31 anos	Negra	Estudante Universitária- Recursos Humanos, autônoma.	Região Metropolitana do Cariri	Mulher trans

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador (2020)

Inferre-se, diante da tabela, a ausência no *corpus* da pesquisa de pessoas brancas. Tal indício não indica a ausência de travestis e transexuais brancas, mas nos faz refletir sobre nossas buscas *in loco* que, por indicação ou aproximação com as populações vulnerabilizadas, denunciam a intersecção entre classe e raça, sendo necessárias discussões e pesquisas mais específicas.

Sobre ser travesti, Sujeita W explicita: “Eu acho que ser travesti nos dias atuais é ser resistência.” Tal afirmação me incita a perceber suas construções, enquanto pessoas que enfrentam suas realidades, de modo que fazem delas únicas, mostrando-me as múltiplas formas de ser travesti e de atravessar por vários marcadores sociais interseccionados.

Ferreira (2018) nos explicita que a “travestilidade é, em si mesma, uma interseccional do ponto de vista de que só pode ser compreendida quando se articulam as bases discursivas, políticas, geográfica/históricas, corporais, geracionais e sociais/econômicas” (p. 99).

Luma Nogueira de Andrade (2015), porém, nos alerta:

O xadrez da identidade é *trans-histórica*, o jogo da nomeação perpassa os tempos, os espaços e os contextos da história, mas não existe um ser humano universal, não existe uma identidade absoluta; a necessidade de identificar pode ser *trans-histórica*, mas a maneira como identificamos e como somos identificados muda de acordo com a época, com o lugar, com os conflitos que perpassam a sociedade, com as ideias e com os discursos que criam, ou que ajudam a criar, novas subjetividades (p. 106).

O marcador social de Raça perpassa nossa pesquisa como elemento importante e suscita os escritos de Lima (2017), que nos fazem perceber ser necessário compreender alguns aspectos. Inicialmente, são percebidos três aspectos. O primeiro deles diz respeito à identidade e diferença, vistas como produções culturais mediadas por relações de poder, que evidenciam a negritude, sendo apresentada, como:

[...] um construto, resultado de intrincadas operações, cuja origem se encontra nos sistemas de diferenciação, ou seja, o negro é a minha diferença, ele é aquilo que não sou. E não é preciso marcar quem é o referente de afirmações como estas. (p. 133)

O segundo aspecto remete à compreensão da identidade negra, assim como toda e qualquer identidade, como resultado de operações linguísticas de diferenciação, sempre mediada por relações de poder. E, por fim, o terceiro aspecto, que diz respeito à instituição da identidade e da diferença, por meio das relações de poder. Neste sentido, não podemos recuar diante da compreensão interseccionada de gênero e raça nas experiências de tais sujeitas.

Para que possamos compreender um pouco mais sobre quem são as sujeitas de Pesquisa e como se deu meu contato com cada uma delas, seguem algumas informações.

Sujeita D tem 31 anos, é negra, jornalista de profissão e ativista de direitos humanos. Atua em cargo público, por indicação, na Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual de Fortaleza. É residente na Região Metropolitana de Fortaleza e se autodenomina Travesti.

Meu primeiro contato com ela se deu a partir de indicação. Apesar de já tê-la em minhas redes sociais, e acompanhar seus trabalhos, ela foi indicada e se disponibilizou a participar da pesquisa, preferindo o contato via Google Meet. Agendamos e desenvolvemos uma conversa de mais de duas horas, que rendeu 22 páginas de transcrição.

Sujeita W é uma travesti de 29 anos, parda, graduada em artes cênicas, teatro, e pós-graduada em Educação Infantil. É diretora de teatro e atriz, além de docente da rede pública municipal de uma cidade de médio porte da Região Metropolitana do Cariri. Conheci Sujeita

W, por indicação de um amigo, que me passou o contato dela, sendo que meses antes havia visto uma reportagem sobre ela, que a mencionava como educadora e especialista em Educação Infantil e discutia questões sobre o espaço laboral. Ao contactá-la e apresentar a proposta de pesquisa, ela se disponibilizou a participar.

Sujeita W desejou saber de todas as informações e ajustamos o contato, conversando pelo WhatsApp e agendando um momento específico para nossa conversa.

Ao ser perguntada sobre fazer individual ou em grupo, ela afirma: “Eu gosto da ideia do individual, porque há mais espaço para cada uma debater. Em grupo, às vezes acaba faltando oportunidade de uma ou outra se pronunciar.” Então, atendendo a sua escolha, e respeitando a forma que gostaria de participar, Sujeita W continua: “Pelo WhatsApp pode ser em qualquer horário, porque eu me organizo aqui em qualquer lugar mais silencioso pra mandar os áudios.”

Nesse sentido, pude perceber a importância de o pesquisador se adequar à realidade das sujeitas de pesquisa. Assim, nesta pesquisa, tive a possibilidade de explorar esta dimensão, tendo a oportunidade de aproximação virtual, tornando acessível às sujeitas de pesquisa. Busquei atender às necessidades de construção de um espaço, propício para esta pesquisa, em tempos de pandemia. Se o contato pessoal não foi possível, foi necessário explorar atentamente cada palavra, cada pausa, cada construção, que era produzida em seus enunciados.

Um fato interessante que me recordo sobre o contato com a Sujeita W foi que, no processo de agendamento, ela mencionou que estava com tempo naquele momento. Isto me fez pensar o quanto nossa posição de disponibilidade possibilita a abertura para a construção de um diálogo mais livre. Inclusive no que se refere aos horários, que, no caso de Sujeita W, ocorreu após as 22 horas. Deixei mais uma vez aberto para a possibilidade de ser por áudio ou escrito. Ela preferiu por áudio.

A Sujeita L é uma travesti de 35 anos, negra, estudante de Publicidade, designer, ativista dos movimentos sociais, candomblecista, ativista pelos direitos humanos da população LGBT, atua na construção e controle social de políticas públicas no combate à LGBTfobia. Coordena o Festival de Cinema LGBT, é residente na Região Metropolitana de Fortaleza.

Ao ser contactada, mostrou-se receptiva e aberta à participação na pesquisa, manifestando seu interesse no formato pelo WhatsApp. Sujeita L pediu para que fossem direcionados os pontos específicos e solicitou o prazo. Disse que para ela seria melhor responder, por escrito. Em atendimento ao que a sujeita de pesquisa solicitou, acatei, deixando livre para que, além dos tópicos enviados, pudesse inserir outros que achasse importante.

Acolhi sua proposta e a deixei livre para se utilizar de outros formatos, como áudio, ou de outras plataformas de vídeo. Sujeita L agradeceu e silenciou. Passada uma semana, entrou em contato, desculpando-se pela demora em retornar, justificando-se pelos dias difíceis, de perdas e desafios, diante da pandemia. Encaminhou suas respostas que permitiram a construção posterior de um diálogo.

Sujeita G é uma travesti de 36 anos, parda, funcionária pública efetiva do seu município. Diretora de passarela, e militante de direitos humanos, liberdades civis e individuais dos cidadãos. É a presidente de uma Associação LGBT e residente na Região Metropolitana de Fortaleza. Ao ser perguntada sobre a forma da conversa, que utilizaríamos em nossa pesquisa, Sujeita G opta pelo WhatsApp, por áudio, agradece a oportunidade e se coloca à disposição, marcando horário disponível. No horário indicado, começamos a conversar. Iniciei, agradecendo sua disponibilidade e informando entender a correria e pedindo que ela se apresentasse. Docemente afirma:

Imagina, não precisa agradecer nada, é um prazer grande tá contribuindo para a realização, de mais um sonho, de mais um sonho seu, mais um degrauzinho na sua vida. Pois bem, eu... eu me chamo Sujeita G desde quando eu reconheci a minha (pausa) identidade de gênero. E eu fiz toda a mudança de documento, então eu posso falar agora como civil mesmo.

Sujeita P é uma travesti de 34 anos, negra, é atriz e atua em um coletivo artístico, trabalha com teatro e audiovisual. Reside na Região Metropolitana de Fortaleza. Foi contactada e se disponibilizou a participar da pesquisa, agendamos data e horário. Conforme combinado, entrei em contato:

Sujeita P: Boa noite, querido

Sujeita P: Hoje eu tô um pouco indisposta, mas amanhã eu dou seguimento com você, tudo bem?

Sujeita P: Beijão

Sujeita P: Boa noite

Pesquisador: Entendo minha querida, sem pressa

Pesquisador: Boa noite

O tratamento cortês e as delicadezas nas palavras estabeleciam laços que me possibilitaram compreender sua indisposição. Foi necessário, porém, remarcar. Devido à condição de Sujeita P, entro em contato novamente e pergunto qual a melhor forma de conversarmos. Sujeita P pede para ir respondendo por áudio, mas temerosa, complementa: “É porque eu tô com monte de coisa para fazer, mas se você tiver muita urgência, então fica com o material das meninas que você já falou. Talvez eu só esteja atrapalhando.” Achar que atrapalha, que não poderia contribuir é se colocar numa posição de empecilho. Afirmo que não e que sua contribuição seria bastante importante. Então, dias depois, começamos a

conversar. Inquieto sobre a sua identidade, pergunto a Sujeita P, o que é ser travesti? Ela responde que “Ser Travesti é existir, é lutar com o pensamento de conquistar mais espaço, mais respeito, menos intolerância.”

Sujeita B é uma mulher trans de 44 anos, parda, militante, ativista e trabalha em ONG. No momento da coleta, exercia cargo público, por indicação, em Núcleo da Diversidade vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Social, em uma cidade da Região Metropolitana do Cariri. A inclusão de Sujeita B nesta pesquisa foi devido à vasta contribuição e aproximação da população de travestis e transexuais. É notório que tal identidade traz reivindicações semelhantes e divergentes que se estruturam, a partir de demandas coletivas e individuais.

Minha relação com Sujeita B é anterior à pesquisa. Ela é parceira na realização de ações e auxiliou na busca por sujeitas de pesquisa, colocando-se à disposição para colaborar, pois sua vivência, enquanto mulher trans e inserida nos movimentos sociais, possibilitou ser conhecedora das várias adversidades vivenciadas pelas travestis, com as quais tem contato via equipamento no qual desenvolve suas ações.

Sua vida é marcada por uma preocupação social com a população LGBT e mais especialmente com a população T, que reivindica direitos específicos dentro do movimento LGBT. As lutas sociais são uma constante em sua fala e as estratégias de resistência, que demonstram as movimentações e possibilidades de busca da autoafirmação e empoderamento.

Sujeita T é uma mulher trans de 31 anos, negra, estudante universitária do curso de Tecnólogo em Recursos Humanos. É autônoma, tem sua barraquinha de lanche, é residente na Região Metropolitana do Cariri. Esta é uma das participantes da pesquisa incluída, mesmo não sendo uma travesti, mas sim uma mulher trans, devido às contribuições que pode trazer, por fazer parte do projeto de extensão universitária, intitulado Transemprego.

O projeto surgiu a partir da inquietação de um grupo de alunos universitários que, de forma interdisciplinar, tomou como foco principal a inserção de pessoas travestis e transexuais no mercado de trabalho, a partir de capacitações e estabelecimento de contato com empresas da região. A nomenclatura trans foi escolhida por remontar ao universo dos trânsitos de gênero presentes na população de travestis e transexuais e aceito como conceito guarda-chuva para as discussões das populações T.

A coleta de dados se constituiu por meio de conversas. A proposta inicial seria no formato rodas de conversas, porém, a partir de solicitações das próprias sujeitas de pesquisa, redirecionamos para uma conversa entre duas pessoas (o pesquisador e a sujeita de pesquisa). “Eu gosto da ideia do individual, porque há mais espaço pra cada uma debater. Em grupo, às vezes, acaba faltando oportunidade de uma ou outra se pronunciar. O instrumento de coleta com base em conversa.” (Sujeita W)

Isso é mais um ponto que demonstra a construção do caminho metódico com a participação das próprias sujeitas da pesquisa.

A conversa como instrumento de coleta surgiu como possível, inicialmente, em pesquisas no campo da Educação e numa tentativa de adequação e atendimento às demandas da população investigada se mostrou favorável nesta pesquisa, que se insere no campo da Psicologia. Garcia (2013) aponta que este é um dos recursos que, diante desse contexto, se mostram potentes para os deslocamentos de olhares e compreensões entrelaçados pelas representações e compreensões hegemônicas que, sendo colocadas em pauta numa conversa, possibilitarão o acesso às narrativas marcadas pela singularidade de cada interlocutora. Entende-se, ainda, segundo o referido autor, que as conversas produzem um espaço-tempo afinado à ideia dos encontros, fluxos e experiências, como processos que possibilitam a compreensão, assim como contribuem para a ampliação dos diálogos.

Assim, a pesquisa é sempre parte de uma longa conversa (Süssekind & Lima, 2014). A conversa é uma metodologia de troca e compartilhamento na pesquisa, que exige a presença do outro, seja ele legitimado ou não, em sua alteridade. A ponte para conversar é estabelecer relações de troca e compartilhamento para tessitura de conhecimento e sabedoria, usando astúcia e oportunidade. Basicamente, prestar atenção às camadas de vozes e considerar sua sabedoria, criatividade, atenção e cuidado. Tais práticas redesenham as relações com as interlocutoras, realocando, nesse movimento, a autoridade do conhecimento, da lógica em direção à experiência pela conversa, como agente de transformação.

Aproximo-me também das discussões de Myers (2015), para estruturar como se deu o processo de busca, pensando no percurso que se segue: Planejamento, Registro, Transcrição, Atribuições, Análise e Relatório. O planejamento, que diz respeito ao tópico guia, folha de entrevista, que foi adaptada para a pesquisa, garantiu, portanto, uma gravação mais clara, que possibilitou, posteriormente, a análise. O registro da gravação foi claro, permitindo uma boa transcrição. Esta gravação foi realizada em áudio e em vídeo.

A transcrição foi tratada como teoria, bem detalhada, incluindo várias observações complementares, como clímax, sonoridade, ritmo, respirações audíveis, repetições e sobreposições. Sendo revisada, permitiu a edição e complementação de passagens importantes. Este momento necessitou de grande quantidade de tempo para efetivá-la. A análise consiste na leitura atenta, junto à escuta da gravação, que possibilita a compreensão das falas em seus contextos. A escrita final é a fase em que se mostraram as seções da gravação, demonstrando a argumentação.

A produção das narrativas, neste estudo, compartilhou este processo e o pesquisador apresentou às sujeitas de pesquisa um espaço propício para efetivação da coleta, mesmo no modelo remoto, mantendo os cuidados éticos e adequados. Iniciou-se pela apresentação da proposta, seguindo-se para os aspectos relevantes desta trajetória, em torno da

profissionalização, tendo um questionamento como fio condutor das conversas: Como foi a sua trajetória para se tornar uma profissional? Além de outras perguntas que surgiram ao longo da conversa, sempre com o cuidado de não interromper o fluxo das narrativas das participantes. Apenas quando se fizeram necessárias para esclarecer algum aspecto do que estava sendo narrado ou quando este fluxo era interrompido e havia necessidade de estimular a abordagem de outros aspectos importantes da investigação.

As narrativas resultantes das conversas foram registradas através de anotações de observações pelo próprio pesquisador e gravações que, posteriormente, foram transcritas com a devida autorização da participante no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado digitalmente. Ainda como resquícios da inspiração etnográfica pensada inicialmente, mas que fora abandonada, mantive a produção de diários de campo.

Entendo o diário de campo, a partir de Falkenbach (1987, como citado em Vargas & Hattge, 2015), que afirma ser este, mais do que um instrumento de anotações. Pode funcionar como um “sistema de informação,” em que é possível avaliar as ações realizadas no dia a dia, permitindo que o investigador seja capaz de melhorá-las e ao mesmo tempo desenvolver sua capacidade crítica.

Mas, como produzir um diário de campo em tempos de pandemia? Afirmo ser um desafio que me fez estruturar, a partir do possível, subsídios para a compreensão de um campo, que, do material, passou a se constituir virtualmente. Duas dimensões se destacam, o tempo e o espaço, que de forma dinâmica e plural foram se constituindo. O espaço, que rompe com uma perspectiva física e material, para ser composto pela dimensão simbólica da linguagem, com suas formas orais e escritas, permeadas por imagens e outros recursos possíveis. A rede social WhatsApp me aproximou e possibilitou a compreensão do espaço em seu entorno, os sons ao fundo, as interrupções pelas interferências das falhas da tecnologia

foram sendo percebidas, as pausas, suspiros e outros elementos foram dando forma a este espaço.

O tempo, bem mais flexível, do que presencialmente, possibilitou horários variados e brandos, permitindo uma aproximação para além da temática da pesquisa, mas contextualizando os enfrentamentos diários, principalmente para subsistência. As teorizações, desde cada conversa que se estruturava com cada uma das sujeitas de pesquisa, foram escritas e situadas a partir das datas de cada grupo de mensagens trocadas por dia. Para uma melhor organização deste diário, foram separadas por sujeitas de pesquisa e por data, indicando o que ocorreu e as principais articulações e ajustes para o tema da pesquisa, compondo também os fragmentos reflexivos que foram inseridos na construção da tese. As transcrições das conversas totalizaram mais de 100 laudas. Ao ser inseridos, os comentários e reflexões se aproximaram das 150 laudas. As transcrições estão diretamente associadas aos registros de cada dia neste campo virtual com as sujeitas de pesquisa.

Os acontecimentos podem ser percebidos na categoria dos enunciados que emergem nas narrativas que são exprimíveis por um verbo, os dizíveis ou ditos sobre o ser. Neste sentido, Foucault traz, para o domínio da coisa dita, o discurso ou as formas discursivas, promovendo um deslocamento e fazendo insurgir acontecimentos (Temple, 2013).

Nesse sentido, a análise é inspirada na Analítica Descritiva, também nomeada de Analítica do Sujeito, a partir da perspectiva foucaultiana. Foucault (2015) recomenda algumas prescrições da prudência no campo metodológico, as quais procurei seguir. A primeira é a regra da imanência, que “não considera existir um certo domínio da sexualidade, que pertence, de direito, a um conhecimento científico, desinteressado e livre, mas sobre o qual exigências do poder fizeram pensar mecanismos de proibição” (p. 107). Tal regra, em associação ao estudo realizado, nos mostra como as temáticas do campo da sexualidade não estão presas a um único campo do saber. Sendo também percebido o exercício do poder em

suas várias dimensões, perpassando as relações entre pesquisadores e as sujeitas de estudo. As áreas de estudo que se interessam pela temática interagem nas produções discursivas de saber/poder no campo acadêmico.

A segunda regra evidencia que não se deve procurar quem tem o poder na ordem da sexualidade e quem é privado de poder, nem quem tem o direito ao saber, ou é mantido à força na ignorância. Foucault (2015) enfatiza que: “As distribuições de poder e as apropriações do saber não representam mais do que correntes instantâneas em processo” (p.108). Assim, as produções científicas mencionadas neste estudo nos mostram como saber e poder estão sempre em movimento, numa relação intercambiável e simultânea.

A terceira regra demonstra o duplo condicionamento, não havendo, necessariamente, nem descontinuidade, nem homogeneidade. Deve-se pensar, segundo Foucault (2015), no duplo condicionamento de uma estratégia, através da especificidade das táticas possíveis, pelo invólucro estratégico que as faz funcionar (p.109).

A quarta regra evoca a polivalência tática dos discursos, deixando claro que não se deve imaginar o mundo dos discursos dividido, ou polarizado, mas deve-se perceber a multiplicidade de elementos discursivos que podem subsidiar estratégias diferentes. Para Foucault (2015):

[...] o discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarita ao poder, fixam suas interdições, mas também afrouxam seus laços e dão margem à tolerância mais ou menos obscuras (p. 110).

A fim de atender as prerrogativas com as participantes entrevistadas, foi iniciada, após breve apresentação formal, a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e sua posterior assinatura, juntamente com o termo de autorização de uso de voz e imagem, não restando nenhuma dúvida sobre os procedimentos, por parte das entrevistadas.

Elas foram esclarecidas sobre o caráter de estudo, e que as informações ali respondidas ficariam em total anonimato. Em seguida, foram direcionadas as interações, a partir das conversas, valorizando o caráter discursivo.

A pesquisa realizada seguiu todos os preceitos éticos previstos na resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, que regulamenta a pesquisa com seres humanos no Brasil, considerando as ações éticas do pesquisador e demandas de ações conscientes e livres dos participantes.

3. (Trans)identidades e suas intersecções entre Corpo, Gênero, Sexualidade e Raça: uma fissura na Cisnormatividade

Não se nasce mulher, torna-se mulher,
Não se nasce homem, torna-se homem;
Não se nasce gente, torna-se decente!”
(Silvério Pereira, as travestidas, 2017)

Reconhecer-se enquanto alguém é um processo longo e contínuo, que é compreendido também a partir de conceituações e termos, que muitas vezes invisibilizam e silenciam as subjetividades. No entanto, no espaço acadêmico, deparamo-nos com referenciais teóricos, que assumem múltiplas formas. Indivíduo, sujeito, pessoa, termos que nos possibilitam perceber a complexidade da escrita sobre os seres humanos. Como possibilidade menos impositiva, apresenta-se a autoidentificação, que é de fundamental importância, por reconhecer o sujeito, a partir da sua autocompreensão. Sabe-se que a constituição de uma trajetória profissional se inicia antes mesmo de entrar no espaço laboral, fazendo-nos anteceder ao próprio reconhecimento de si mesmo, sua composição corporal, inserção nas instituições de formação (Escola e Família), que é algo fundamental para que posteriormente seja pensada mais fortemente a dimensão profissional.

As travestis, em especial, têm uma construção desta identidade, por assim dizer, bem detalhada pela Sujeita D, como

[...] uma categoria política [...] uma categoria política, ainda muito empreendida por nós brasileiras. É importante dizer que a travestilidade, ela é uma identidade ainda muito presente no Brasil, em especial no Nordeste do Brasil. Então, ser travesti é antes de tudo ser um ser político, né. Essa identidade política vai atravessar o nosso cotidiano, o nosso convívio comunitário, nosso convívio familiar. Por qual motivo? Porque as travestis não vão reivindicar o lugar de mulher na sociedade, as travestis vão reivindicar o lugar das travestis, né. É uma possibilidade de uma identidade que

rompe com a lógica de feminino e masculino, de mulher e de homem. É... então, as travestis vão reivindicar esse espaço, uma possibilidade de uma nova identidade, né... É pra fugir aí dessas identidades que já foram colocadas. Então, a travesti, ela vai tá muito ligada, ou de alguma forma involuntariamente, vai tá vinculada a ela o papel de transbordar essas identidades, de extrapolar o binário. Então, por conta de que? Por conta de fugir dessas... de fugir dessas regras que estão colocadas, e aí as travestis dentro das categorias LGBTI+ hoje é uma das categorias que mais vai sofrer discriminação e violência porque não tem como camuflar essa identidade, né. A identidade travesti, ela se auto apresenta né.

Nesse contexto, evidencia-se a noção de Identidade que sobressai no enunciado acima e nos convoca a conhecê-lo e problematizá-lo. Inúmeras são as questões associadas à identidade; historicamente, esse termo é empregado para significar o que se entende por personalidade, privilegiando, não só a perspectiva individualista, mas também uma visão que sustenta uma proposta de compreensão do ser, como idêntico a si mesmo, como possuindo uma essência que se mantém ao longo de sua existência. Neste contexto, aconteciam os debates que versavam sobre o “normal” e o “patológico”, o “natural” e o “inerente”.

A priorização do ser biológico e individual, sustentada por uma estrutura psíquica, invariante enquanto processo normativo, institui uma dicotomia entre o indivíduo e o grupo, entre o ser humano e a sociedade. Neste contexto, o conceito de personalidade que oferecia um conjunto de princípios que previamente classificavam os indivíduos em categorias, nos confirma uma concepção de sujeito em que não se considerava a diversidade.

Os comportamentos expressos pelos sujeitos invariavelmente serviam para justificar as interpretações denominadas “científicas”, restando pouco ou quase nada a fazer, por parte daqueles que se constituíam diferentes. Baseados no princípio de “normalidade” e na

estrutura psíquica invariante, aplica-se a todos um modelo único de ver o sujeito, indistintamente, apontando como os estudiosos se mostravam despreocupados em investigar a forma de ser dos sujeitos. Os modos de vida, em si, se configuravam como recurso para alimentar os princípios constitutivos da personalidade normal ou patológica.

Nesse contexto, a identidade foi considerada por muito tempo como uma categoria de análise, ou seja, um elemento que é utilizado como referencial para submeter um objeto a uma análise; um recurso teórico, que vai subsidiar a compreensão de um dado fenômeno; mediação para a compreensão de um determinado objeto. A identidade é totalidade, e uma das características é a multiplicidade.

Na visão de Castells (2008), identidade é compreendida como “fonte de significado e experiência de um povo.” São nomes, idiomas, culturas que representam distinção entre o eu e o outro. Estas características de distinção representam fontes de significados definidas pelos próprios atores, confirmando que não nascemos com uma identidade, mas sim o fato de a identidade ser uma construção social, como ressalta o autor nas linhas abaixo.

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, e pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (p. 23).

Hall (2006) afirma que a tentativa de mapear a história da noção de sujeito moderno é um exercício extremamente difícil. A ideia de que as identidades eram plenamente unificadas e coerentes e que agora se tornaram totalmente deslocadas é uma forma altamente simplista de contar a história do sujeito moderno. Para tanto, a compreensão das rupturas e

descontinuidades nos leva a pensar numa transição da ideia do sujeito moderno, centrado para o sujeito na pós-modernidade descentrado.

Segundo Silva (2000), portanto, a identidade se define como aquilo que é e a diferença como aquilo que não é. Tem-se, então, que a identidade é construída a partir do conhecimento que um indivíduo ou grupo social tem sobre uma cultura e dela participa, mas, também, da participação em outras culturas, permitindo o estabelecimento de uma identidade.

Tal transição apresenta identidades modernas percebidas como fragmentadas. No entanto, faz-se necessário perceber, além de sua desagregação, seu deslocamento. Tal deslocamento pode ser percebido, de acordo com Hall (2006), como uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno que produziram o sujeito contemporâneo. Neste sentido, o autor sintetiza em cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento, no período da modernidade tardia (a segunda metade do século XX), que tiveram seu principal impacto, e cujo maior efeito, argumenta-se, foi o descentramento final do sujeito cartesiano. O pensamento marxista, a descoberta do inconsciente por Freud; os trabalhos da linguística estrutural com Ferdinand de Saussure; os trabalhos do filósofo e historiador francês Michel Foucault e o movimento feminista.

De tal modo, as identidades na contemporaneidade são percebidas a partir destas marcas descritas por tais descentramentos, assim como no caso das identidades das pessoas trans, que podemos nomeá-las de (Trans)identidades, com o propósito de materializar o trânsito presente em tais experiências.

Nogueira (2015) afirma:

A palavra identidade remete a outra palavra: identificação, cuja escrita não é apenas gráfica, é também corporal; identificação não se escreve somente com tinta, pois é vivida, é sentida, é como uma tatuagem que marca o corpo e alma das pessoas. As imagens, os símbolos, as várias grafias marcadas em cada centímetro da nossa

existência não obedecem, com exclusividade, ao deslizar da caneta, são “letras corpestres” e “pós-corpestres”, palimpsestos, mistérios, rabiscos indecifráveis de dor, alegria, de tristeza, de gozo e de suor (p. 106).

A identidade travesti marca, portanto, a possibilidade do trânsito personificada em sujeitas que apresentam em suas singularidades os laivos dos marcadores sociais de identidade e diferença, como raça, geração e classe social. Tais intersecções demarcam a autodenominação das travestis e se fazem necessárias, principalmente por não termos a intenção, nesta pesquisa, de generalizar ou classificar tais pessoas. Portanto,

[...] ser Travesti é existir, é lutar com o pensamento de conquistar mais espaço, mais respeito, menos intolerância (Sujeita P).

[...] ser travesti é romper normas e padrões estabelecidos de forma compulsória. Ser travesti é construir uma identidade para além do binarismo de gênero (Sujeita L).

[...] ser travesti nos dias atuais é ser resistência. Porque somos marginalizadas o tempo todo (Sujeita W).

A cada experiência ouvida nas buscas em campo tem-se uma miscelânea de possibilidades de compreensão. Das existências e resistências das sujeitas de pesquisa que externalizam em suas palavras compreensões que demarcam uma posição diante da vida. Suas falas ecoam e me fazem recordar a personagem Agrado de uma das obras cinematográficas de Almodóvar, que nos explicita:

Me llaman Agrado, porque todo mi vida sólo he pretendido hacerle la vida agradable a los demás. Además de agradable, soy muy auténtica. Miren qué cuerpo, todo hecho a medida: rasgado de ojos 80.000; nariz 200, tiradas a la basura porque un año

después me la pusieron así de otro palizón... Ya sé que me dá mucha personalidad, pero si llego a saberlo no me la toco. Tetas, 2, porque no soy ningún monstruo, 70 cada una pero estas las tengo ya superamortizás. Silicona en labios, frente, pómulos, caderas y culo. El litro cuesta unas 100.000, así que echar las cuentas porque yo, ya las he perdido... Limadura de mandíbula 75.000; depilación definitiva en láser, porque la mujer también viene del mono, bueno, tanto o más que el hombre! 60.000 por sesión. Depende de lo barbuda que una sea, lo normal es de 2 a 4 sesiones, pero si eres folclórica, necesitas más claro... bueno, lo que les estaba diciendo, que cuesta mucho ser auténtica, señora, y en estas cosas no hay que ser rúcana, porque una es más auténtica cuanto más se parece a lo que ha soñado de sí misma (Pedro Almodóvar, Todo sobre mi madre, 1999)⁶.

Agrado nos incita a pensar o quanto sua vida está voltada aos outros e a se tornar agradável para a aceitação. Tal agonística é vivida por várias travestis, que buscam a inserção nos espaços sociais. Agrado traz em suas palavras as inquietações diante da construção do seu corpo, que é descrita de forma intensa, ao ressaltar o caráter de autenticidade. Sua descrição traz a singularidade da sua experiência e demonstra o quão particular é para cada travesti que trilha seu caminho marcado em um corpo que se constrói em direção ao que se sonha.

Nesse contexto, ter um corpo se amplia, possibilitando pensar que se vive um corpo, e favorecendo a percepção de que somos um corpo. O corpo é algo a ser possuído, material,

⁶ “Eles me chamam de Agrado, porque toda a minha vida só tentei tornar a vida agradável para os outros. Além de simpática, sou muito autêntica. Veja que corpo, todo feito sob medida: olhos rasgados 80.000; nariz 200, jogado no lixo porque um ano depois bateram em mim ... Eu sei que me dá muita personalidade, mas se eu decidi, não vou trocar. Peitos, 2, porque não sou um monstro, 70 cada, mas já tenho esses superamortizados. Silicone nos lábios, testa, maçãs do rosto, quadris e bunda. O litro custa cerca de 100.000, então tenho que fazer as contas porque já os perdi ...Limadura da mandíbula 75.000; depilação a laser permanente, porque as mulheres também vêm do macaco, bem, tanto ou mais que os homens! 60.000 por sessão. Depende da barba, o normal são 2 a 4 sessões, mas se você é folclórica, precisa de mais ... bom, o que eu tava falando, que custa muito para ser autêntica, senhora, e nessas coisas não há senão ser enigmática, porque cada um é mais autêntico, quanto mais se assemelha ao que sonhou de si mesma” (Pedro Almodóvar, Todo sobre mi madre, 1999).

propriedade tem a compreensão mecanizada de sua construção, tendo apenas o caráter orgânico presente. Já viver o corpo é uma estratégia experiencial diante do reconhecimento do seu corpo, como instância marcada por experiências. Quando é percebido que somos um corpo, articulamos a condição subjetiva sem a negação da materialidade dos corpos.

Nesse sentido, Guacira Lopes Louro (2008) afirma que:

[...] os corpos são o que são na cultura. A cor da pele ou dos cabelos; o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) marcas de raça, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade. Podem valer mais ou valer menos (p. 75).

Assim, os discursos sobre corpos e sexualidade se reestruturam e realinham percepções importantes, como faz Judith Butler, que evidencia que os discursos habitam os corpos, se acomodam nos corpos, compreendendo que as inscrições nestes corpos permitem pensarmos nas formas de gênero e sexualidade, fazendo-se e se transformando histórica e culturalmente, conforme explicita Louro (2008).

Neste mesmo percurso, é importante perceber, ainda, a partir de Louro (2008)

Não se pretende, com isso, negar a materialidade dos corpos, mas o que se enfatiza são processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos (p. 80).

A composição de corpos se apresenta como experiência que tem em si o caráter individual, fortemente dinâmico, que encontra amparo nos estudos de Foucault. A experiência se define estruturalmente em relação aos conceitos de saber, poder e subjetividade, que podem ser visualizados de forma entrelaçada e marcada pelo caráter unívoco e plural de se constituir, enquanto sujeito.

Nesse sentido, a singularidade desta experiência é percebida como Acontecimento.

Acontecimentos que, *a posteriori*, são relatados e demarcados:

Aos 16 anos me autoafirmei Gay para minha família, escola e demais espaços de sociabilidade, foi uma fase difícil, pois só tive apoio de minha mãe, pai e avó (uma grande referência de mulher). Mesmo com o apoio das pessoas que mais me importavam na vida, ainda tinha algo que não me fazia feliz. Só aos 21 anos me dei conta que eu não era simplesmente um rapaz homossexual, mas sim uma TRAVESTI, daí inicio meu processo de transição de gênero. (Sujeita L)

Tal fato exemplifica acontecimento e demarca o início de um processo de transformação corporal com atos físicos, mas também atos simbólicos narrados na singularidade das experiências. A descrição que se segue nos inquieta a pensar o corpo numa dimensão simbólica apresentada para além da materialidade do corpo.

Em 2007, quando sujeita L nasceu para o mundo ao me montar pela primeira vez. Fiz fotos, coloquei em um álbum e deixei na mesa de jantar antes de ir dormir. Pela manhã, quando minha mãe acordou e viu, veio me perguntar quem era aquela moça tão bonita nas fotos, ela me reconheceu e disse q eu estava linda. Isso foi como uma assinatura de anuência, fiquei muito feliz e segui fazendo minha transição do meu jeito, sem hormônios e sem próteses, até hoje. Isso me colocou em uma posição difícil diante de outras travestis que acreditam que para ser travesti nesse país é necessário tais intervenções, eu acredito que não. Nosso corpo é livre, é assim que me sinto e me vejo. Enfrentar essa realidade também traz outros desafios. (Sujeita L)

Teresa de Lauretis (1994) afirma que é preciso separar gênero da diferença sexual e passar a conceber o gênero como produto de várias tecnologias (efeito da linguagem, do imaginário, do desenvolvimento complexo de várias tecnologias das políticas produzidas nos

corpos). Para ela, os gêneros são então produzidos por uma maquinaria de produção, que forma discursos que se apoiam nas instituições do Estado, como a família, a escola, etc., criando as categorias homem e mulher, para todas as pessoas.

Nessa perspectiva, o gênero é produto de várias tecnologias sexuais, uma maquinaria de produção que vem de discursos e práticas discursivas das autoridades religiosas, legais ou científicas, da Medicina, da mídia, da família, da religião, da pedagogia, da cultura popular, dos sistemas educacionais, da Psicologia, da arte, da literatura, da economia, da demografia, etc., que se apoiam nas instituições do Estado. Somos todos interpelados pelo gênero, lembrando que a interpelação é “o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (Lauretis, 1994, p. 220).

Butler (2001) percebe que o que está em jogo na reformulação da materialidade dos corpos é que, primeiramente, a matéria dos corpos é indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e a significação dos efeitos materiais. Neste sentido, a construção do sexo não é um dado natural sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, contudo, é uma norma cultural que governa a materialização dos corpos. A norma corporal não é assumida, apropriada, adotada pelo sujeito, pois o “eu” falante é formado em virtude de ter passado pelo processo de assumir um sexo. Por fim, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, ou seja, os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual se reitera e possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras, as identidades abjetas.

Entre as identidades consideradas abjetas, as travestis estão reivindicando, além de seus corpos, seus espaços, para além da prostituição. O acesso às universidades e o processo de cotas no mercado de trabalho são pautas destacadas por Sujeita D. Para ela, as travestis estão almejando não mais o nome social, que reivindicavam no início dos anos 2000. Mas,

hoje, têm a possibilidade de retificar prenome e gênero. Ressalta uma contradição e afirma que na sua concepção parece que seus corpos são clandestinos, mas existe a possibilidade do reconhecimento desses corpos, a partir daquilo que se construiu e como se quer apresentar socialmente.

Destaca-se, porém, que existem pessoas travestis e pessoas transexuais que não vão querer se submeter a esse processo de “enquadramento”, também percebido como reconhecimento, que seria o próximo passo.

Nesse sentido, a discussão sobre autorização e reconhecimento se evidencia como pertinente nesse contexto. Berenice Bento (2014) afirma que a cidadania é tida como precária e representa uma dupla negação, pois nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitas que carregam no corpo determinadas marcas. Esta dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. Neste sentido, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo.

Então há necessidade desse reconhecimento, há a necessidade de construção de estratégias de reconhecimento das identidades, né. E também é importante dizer que o que a gente tinha há 20 anos atrás não é mais suficiente que é muito mais do que a gente já tem, né ... é... isso né, a gente e aí é importantíssimo. Eu lembro que no início do meu ativismo, que eu dizia sempre... eu acho em vários jornais , se você procurar, você acha, eu disse que o grande problema das travestis no Brasil, que a gente nem reconhecida é pelo estado brasileiro (pausa), né, e aí eu sempre disse e digo até hoje , com a lei que combate o preconceito e a discriminação e a LGBTfobia não é suficiente para acesso à cidadania, a gente aprovou, a suprema corte reconheceu a

nossa identidade de gênero, a possibilidade de retificação de prenome e gênero diretamente nos cartórios e no ano seguinte a LGBTfobia é reconhecida na lei de Racismo . Qual o próximo passo agora? (Sujeita D)

Mostrando sua perspectiva diante do futuro, Sujeita D se inquieta e vê a necessidade de mais espaços com representação nos parlamentos, mais participação da política, mais espaços de controle social e de poder, acreditando ser o próximo passo, depois que se tem o reconhecimento.

É importante dizer que só no ano de 2018, a gente passa a ser reconhecida né. a nossa identidade ... É claro que passa a ser reconhecida por várias questões que a gente pode puxar aqui e debater, mas eu acho que não é o tema central, né. Então, eu acho que nessa possibilidade, nós travestis e transexuais vamos reivindicar outros espaços. Poucas, contando nas mãos, nas duas mãos, a gente conta, professoras, doutoras né travestis no Brasil. Aqui mesmo, no Ceará, a gente tem uma que é a professora doutora Luma Andrade, vai ter a Megg Nayara também, né. A gente vai ter a Jaqueline Gomes de Jesus, a gente vai ter outros sujeitos travestis que vão reivindicar esses espaços, que há vinte anos era inimaginável, encontrar uma travesti dentro de um banco de universidade. É... aqui mesmo, quando eu entrei na Universidade é... o quanto de discriminação aquele espaço tem conosco, ainda. E é importante, enquanto a gente não tomar esses espaços, eles não vão se adequar a nossa identidade. (Sujeita D)

Nesse contexto, o corpo evidencia elementos necessários para esta discussão, materializando as identidades. O corpo é assim percebido como cenário para a vivência de tais experiências e não acata completamente as normas que impõem sua materialização, o corpo assim escapa. Neste sentido, o corpo resiste, tanto às intenções do sujeito, quanto às

normas sociais. Ao ser perguntada sobre o processo de composição do seu corpo, as modificações, os impactos e se havia uma necessidade de modificação deste corpo ou não, a Sujeita W acredita não haver necessidade de uma transformação. Sobre seu processo, descreve:

O meu processo já começou já tem alguns anos, começo lento assim, acho que como todos os outros, de todas as outras mulheres trans, travestis no caso. É e de ir se acostumando aos poucos a usar uma roupa feminina, usar maquiagem, aquela coisa toda. Mas, eu não vejo a necessidade de ter no meu corpo... no meu corpo por exemplo e é e (pausa) silicone, de passar a tomar hormônios, eu, da forma que eu sou, aceito meu corpo da forma que ele é. E por esta razão, eu não vejo necessidade de fazer como outras, como outras travestis fazem para ter o corpo bem mais feminino, eu acho que eu já sou bem feminina do jeito que eu sou.

Afinal, o que é ser feminina? O gênero está materializado nos corpos? Tais questionamentos me inquietam diante das afirmações de Sujeita W. Viviane Vergueiro (2016) destaca que a construção discursiva destes traços, como constituintes dos gêneros naturais, normais, verdadeiros e ideais, traz como consequência a estigmatização, marginalização e desumanização de gêneros inconformes, com o que caracteriza a cisnormatividade. Conceito já discutido anteriormente e que é objeto de reflexão e fundamentação de um pensamento decolonial sobre diversidades corporais e de identidades de gênero. Neste sentido, a feminilidade é compreendida, a partir de uma construção, tanto material, como imaterial.

Então, pode-se entender o quanto é subjetiva essa relação entre corpo e a sua representação. Há uma identificação e há um reconhecimento do corpo de Sujeita W e do seu comportamento. E isso é muito interessante de ouvir, a partir de quem vive a experiência.

Suas palavras trazem justamente essa dimensão, do quanto há uma construção e como esta é singular.

A luta pela vida é uma constante, que se inicia com a adequação do seu corpo a sua mente, vista como um processo. Sujeita G destaca: “eu sempre tive essa questão de buscar realmente ter traços femininos, de maquiagem, de me vestir, como que adequar realmente a minha identidade de gênero.” A construção de uma identidade demarca uma posição, diferenciando-se de outras posições estabelecidas socialmente. As identidades travestis e transexuais às vezes são trazidas enquanto sinônimos, porém é algo que requer ouvir a compreensão de quem vive esse processo. Outras vezes, são reivindicadas diferenças, que são explicitadas, como:

Mas tem que se saber que tem uma grande diferença da travesti pra transexual. A travesti ela já, ela já se olha no espelho e reconhece, e aceita seu corpo. Se ela quiser colocar silicone, ela coloca, se ela não quiser, ela não coloca. Ela faz a redesignação sexual ou não. A travesti, ela é diferente da trans é, é, tem uma diferença muito grande na questão dessa adequação sabe. (Sujeita G)

A trajetória da Sujeita G é marcada por vários procedimentos, como a harmonização facial, a laser. Ela evita tomar hormônio, pois segundo sua compreensão, isto pode causar problemas à sua saúde.

As ações sobre o corpo e as Políticas Públicas nem sempre estão em consonância. De modo geral, as demandas dos movimentos organizados LGBT trazem reivindicações nas áreas dos direitos civis, políticos, sociais e humanos, exigindo atuação articulada e coordenada de todas as áreas do Poder Executivo. Para o Governo, em meados de 2013, as diretrizes possibilitariam eliminar a discriminação e a marginalização, consonante com os

Princípios de Yogyakarta, a Política LGBT representa mais um passo na mudança de posição histórica, à qual estas pessoas estão submetidas na sociedade brasileira (Brasil, 2013).

Os Princípios de Yogyakarta tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Os Princípios afirmam a obrigação primária dos Estados de implementar os direitos humanos. Cada princípio é acompanhado de detalhadas recomendações aos Estados. No entanto, enfatizam que muitos outros atores têm responsabilidade na promoção e proteção dos direitos humanos. São feitas recomendações adicionais a esses outros atores, que incluem o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos, mídia, organizações não governamentais e financiadores.

Ainda sobre a composição de corpos, Sujeita G complementa:

[...] tem muitas que gostam do seu corpo, que às vezes não querem colocar silicone, bota mesmo soutien de preenchimento, que não quer fazer redesignação sexual e é bem popular e corta o seu órgão genital, o seu órgão, o seu pênis. Muitas se aceitam, olham e não... acham normal, e é normal, claro e é normal. E ... (pausa) e que dá pra viver super bem, que dá pra você ser quem você quiser ser e dá pra você ser, ser, ser sua essência, ter sua essência, porque eu acho que essa adequação ao seu corpo a sua mente, e essa, e essa coisa de você buscar essa identidade de gênero mais feminina, não é o feminino mulher, é o feminino da travesti, entendeu?

Os enunciados de Sujeita G têm forte conotação essencialista, reduzindo a experiência das sujeitas a algo metafísico, abstrato e ao mesmo tempo evidenciam a disputa em relação ao corpo, evocando a materialidade dos corpos e todas as suas implicações sobre a constituição de quem se é.

A noção de existência emerge, trazendo a presentificação de seus atos e vivências, na busca pela sua afirmação em seus corpos em espaços que possam ser menos excludentes. A

luta constante perpassa as palavras das sujeitas e reafirma a busca por reconhecimento, mesmo quando se tem que se assujeitar às normativas sociais. A existência materializada em corpos, no caso das travestis e transexuais, evidencia a experiência do processo de composição de corpos, que na perspectiva de Sujeita P se apresenta:

A composição é o sonho de ter um corpo feminino, formas femininas, muitas vezes partindo pra procedimentos clandestinos, errados. Mas que pra nós é a única saída, hormônios, silicones, cirurgias, as vezes chegando a ser uma mudança doentia, a pressa a ansiedade nos coloca num lugar de loucura, de ter a todo e qualquer custo, não percebendo muitas vezes que a forma como fazemos é a mais prejudicial, mas, no entanto, é o que nos resta.

Os corpos são assim atravessados por significados atribuídos pela cultura e na cultura, conseqüentemente, alterados por ela. Um corpo muda com o devir do tempo e muitas sujeitas só tomam consciência de seu próprio corpo, quando percebem que existe um investimento disciplinar sobre ele, quer dizer, quando o poder é operado sobre nosso corpo acarretando uma resposta desse corpo, buscando formas de resistência para tal (Foucault, 1993).

A construção deste corpo tem inscrições e marcas que ao longo da vida vão se constituindo revestidas de ressignificações vividas desde a infância. Em algumas experiências, as lembranças da infância, as influências da família e da escola emergem em meio à conversa com as sujeitas de pesquisa. No caso de Sujeita P, sobre a sua infância, relata:

As lembranças que eu tenho da minha infância é que foi uma infância boa! É... lembro que... eu sempre fui cercada de amor pela minha mãe (pausa) pelo meu pai eu sempre percebi uma resistência talvez por ele já entender que... eu era diferente. Então a todo custo o meu pai tentava me inserir em coisas que eram coisas comuns de meninos

fazer como futebol é... (pausa) e... eram tentativas meio que frustrantes né, porque eu fazia e depois desistia, não gostava. Ai eu lembro que a melhor parte da minha infância era a parte que eu viajava pro interior que eu me lembro muito bem de ir... eu acho que é uma fase que eu mais lembro da minha infância que é quando eu viajava nas férias , que eu encontrava com as minhas primas (ênfase), em especial, que eu brincava muito com minhas primas, que eu junto com minha outra prima que também é travesti, dançávamos à música das space girls, da Thalia e(pausa) muitas vezes era visto como coisa engraçada pelas minhas tias, mas quando meu pai percebia ele sempre ficava com... aquele... questionamento de... querer impor... a autoridade dele, dizer tá bom, já chega. Para com isso. E .. voltando pra Fortaleza né, quando eu brincava com outras crianças e tudo eu tenho essa. ..essa lembrança que eu adorava brincar de carimba, mas eu tava sempre cercada por meninas, por meninos não muito. Eu nunca gostei de de me relacionar muito de amizade com meninos, com meninas parecia que elas me entendiam melhor e as brincadeiras eram sempre mais prazerosas. Porque, por exemplo, eu brincava de barbie escondida e eu adorava (ênfase), criava estorinhas e tudo e.... é....

Afetos e fortalecimentos dos laços são encontrados na experiência da Sujeita P, principalmente a partir das figuras femininas de seu convívio familiar, também é relatada a resistência do pai. Diante disso, temos a percepção da materialização dos estereótipos de gênero nas relações estabelecidas entre os pais e filhos, constituindo suas identidades.

Assim, a saúde, tanto física, quanto mental, é atingida na vida das travestis. O corpo, que além da dimensão física sofre marcas que fazem tais sujeitas enfrentar a dura realidade de ser o que são. Assim, no campo da saúde, existem ainda elementos em torno do corpo, que identificam evidências que a constituem enquanto mulher e são destacadas por Sujeita B, com grande ênfase:

É um corpo, é um corpo que é pensado, tornado, como diz a Simone de Beauvoir, que é uma fala muito clássica... Eu não nasci, eu me tornei. Eu não quero parecer com uma mulher cis, como o discurso e a fala: Ah..., mas tu parece tanto, eu pensei que tu fosse mulher... Eu sou uma mulher, cisgênera não, mas uma mulher trans. Eu sou uma mulher! Me compreenda como mulher! Só isso... Me compreenda como mulher. Não precisa me compreender como mulher cisgênera. Me compreenda como mulher trans, se você quiser aprender. Se você quiser aprender como me chamar, como dirigir a palavra pra uma mulher trans, pra uma mulher travesti, aí sim a gente vai sentar e conversar, e eu vou ensinar. O que é como conviver com uma mulher trans e com uma mulher travesti em um corpo masculino. Muita gente diz, né. Os ditados, as piadas sem graça, que não têm graça Mulher Universal de peito e de pau, mulher... sabe... mulher que o povo marginaliza, a sociedade genitália marginaliza. Desvalorizando nossa identidade de gênero (tom de crítica). Mulher pra mim é que tem o útero, a vagina, um ovário, com todo respeito aos órgãos femininos, não diminuindo a minha condição de ser mulher. Respeito demais, foi através desses órgãos que eu tive a vida, que essa mulher nasceu ... oh.... o pensamento, o ovário dela tá aqui na cabeça (tocando a cabeça). O ovário dela... meu ovário tá aqui. O meu útero é o coração, sabe. A minha vagina, não importa onde ela esteja. Porque órgão genital não define gênero, não define gênero!

Ressalta-se uma necessidade presente na fala de Sujeita B, que busca tornar inteligível, explicar, conceituar que condição é essa para a existência de si. Tem-se uma verdadeira pedagogização, que acaba por produzir um corpo teórico que permeará as relações sociais, apresentando como uma necessidade, uma prerrogativa, para que se torne aceita.

Apagar as marcas da masculinidade produzidas em seus corpos pelos efeitos do hormônio testosterona, que evidencia os caracteres sexuais secundários, é um desafio diário. Podemos perceber diferentes olhares sobre os corpos ditos feminino e masculino. De acordo com cada tempo e lugar, essa liquidez de sentidos é também um reflexo do poder exercido sobre os corpos e seus papéis em sociedade, contudo, não é apenas uma produção linguística que produz uma dicotomia entre homem e mulher, mas as diversas relações que transpassam essas sujeitas. Segundo Thomas Laqueur (2001), a sociedade, amplamente compreendida como competição de poder, criou formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais o homem vive.

O uso de bloqueadores e de outras drogas muitas vezes sem prescrição médica é comum, para impedir a materialização da masculinidade nesses corpos. Isto está presente em seus relatos. Os desafios de um corpo que ainda tem testosterona e seus efeitos, a partir dos caracteres sexuais secundários são vividos e sempre contestados, para que possam ser ressignificados.

Que você amanhecer o dia e colocar a mão no rosto de barba não há coisa pior do que isso para uma trans, pra uma travesti. Tirar o chuchu, a voz grave, isso é horrível, quando muitas das vezes tem que trabalhar a voz para não passar... Se eu tô ali num local público, até onde quando eu não falo, todo mundo me vê como uma mulher, mas quando eu falo ... mais uma travesti ou uma trans. Não me desmerecendo por conta disso, mas que o tratamento de hormonioterapia viola o nosso direito também, e às vezes vão para a internet e tomam essa hormonioterapia clandestinamente, às vezes tendo efeitos colaterais ou não. Eu tomei durante três anos o ciclo 21, que me deu o meu busto, mas faz mais de três anos que eu parei de tomar, eu preciso passar no endócrino, pra tomar um bloqueador desse hormônio masculino. Porque se a gente for ver todos os homens e mulheres tem um pouco do hormônio masculino e feminino,

mas tem umas que é demais, tem muitas que têm barba demais, fica a marca no rosto, então isso é outra luta que a gente tem (Sujeita B).

É o ato de olhar para o seu processo e perceber que aos poucos constitui o corpo que somos, com todas as suas experiências consolidadas. A constituição desse corpo requer toda uma engenharia corporal, em que é percebida a importância do silicone industrial e o papel das Bombadeiras, evidenciados fortemente por Sujeita B:

[...] e muitas sofrem a mazela do silicone industrial, que sofrem depois com esse silicone industrial descendo pras pernas, muitas eu vejo. Muitas então repõe, outras não repõe, outras tiram o silicone e ficam com essa mazela pra vida toda. Muitas hoje se arrependem, me dão conselho: Não coloque sujeita B. Que eu tenho muito desejo, mas se eu fosse colocar um dia é numa clínica regular, com aquele silicone próprio mesmo, sem ser o industrializado. Porque esses industrializados elas compram via internet é um óleo de avião, é um silicone industrial, que é muita dor, que é com injeção de aplicar remédio em cavalo, a cicatriz é com cola superbonder e esparadrapo que as grandes bombadeiras travestis ganham dinheiro bombando essas meninas, no Sul e em todas as capitais, tem que ficar de repouso 10 dias, e às vezes quando elas não repousam desce pra perna, desce pro pé. Sujeita I, Sujeita I é uma travesti nossa de Juazeiro que desceu pra o pé e faleceu em São Paulo, pós-operatório. Então até esse silicone industrial é uma coisa prejudicial para a mulher travesti e transexual. E tem umas que tomam, pela necessidade do tratamento, de hormonioterapia... os endocrinologistas precisam estudar, a gente sofre transfobia institucional dentro dos consultórios de endocrinologia, onde um endocrinologista disse pra mim você, eu não vou fazer não, você tem que trazer um laudo de um psiquiatra, eu já tenho de um psicólogo, não serve, tem que ser de um psiquiatra porque pode ser que você mude de ideia, igual uma mulher que fez uma laqueadura pra não ter mais menino e casou com

outro homem e quer ter um filho dele e não vai mais poder. Pintou o cabelo e raspou e não vai poder mais, e não dá. Me comparou, meu tratamento de hormônio com isso. Eu digo: eu já tenho quarenta anos, eu tenho o desejo de tirar essa testosterona, esse hormônio masculino do meu corpo.

Na constituição da travesti, é importante pensarmos na presença de bombadeiras, que é uma constante. As bombadeiras são travestis que fazem uso do silicone industrial para moldar o corpo das travestis mais jovens. O termo “bombadeira” vem de “bombar”, como encher algo que antes era vazio. A bombadeira dá formas a um corpo que antes não apresentava curvas, tais como as de um corpo tido como feminino com seios e quadril. Assim, a bombadeira faz nascer a travesti, produzindo uma associação da bombadeira com a fada madrinha, que com uma varinha (agulha) transforma este corpo. Por apresentar essa ideia de gerar outra, a figura das bombadeiras é associada às mães, que são relatadas por Sujeita B:

Acontece, até hoje acontece. Tem bombadeiras em todas as capitais. É tanto o óleo, você pega é tanto, a bombada é tanto, ficar lá na casa dela durante 10 dias de descanso é tanto, vai botar quantos litros; Um litro em cada bunda, dois litros, vai do do do sofrimento ... porque diz que é a dor da beleza. Você fica bela, mas se você não tiver descanso é uma coisa, é um sofrimento para o futuro. Se você levar uma pancada, o silicone pode descer para a perna, deixar você aleijada, entende; Se você quiser tirar o silicone industrial, seu corpo vai ficar deformado (pausa). Todo mundo elogia esse meu busto, mas esse meu busto foi o ciclo 21, anticoncepcional, Perlutan e Ciclo 21, anticoncepcionais femininos, no nosso corpo dá essa transformação também, Perlutan cresce a bunda, tem muito menos perigo que o silicone industrial...

A associação com a maternidade surge e alicerça a relação entre as travestis e as bombadeiras, que além de modelar os corpos, ensinam a “fazer a vida”. Em consonância com isso, Louro (2003) descreve a lógica que rege as ações educacionais que promovem uma verdadeira pedagogização dos corpos:

Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura, parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades "escolarizadas". Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras [...] E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. (p.61)

Em continuidade a isso, Louro (2003) acrescenta que na escola são treinados os modos de se sentar, andar, caminhar, escrever, brincar e interagir, o que é tomado em dois caminhos: o masculino e o feminino, como meninos e meninas devem se comportar, implicando estratégias de biopoder, que apontam para a heterossexualidade, enrijecimento e cristalização em uma das duas polaridades. Cabendo ao primeiro (homem/masculino) um corpo ativo, liberto e violento, enquanto ao segundo (mulher/feminino) um corpo gentil, passivo, delicado e submisso. Tal concepção não abre margem para pensar na existência da multiplicidade de experimentações de masculinidades e feminilidades, e ainda menos para

conceber identidades de gênero que destoem desse esquema polarizado linearmente, tal como acontece na vida das transexuais e das travestis.

Sobre essa diferenciação, o corpo é trazido com muita ênfase por Sujeita T:

É a gente faz tudo ... É a gente faz tudo. A gente faz tratamento hormonal, faz academia, toma bloqueadores, pro corpo não produzir hormônios masculinos. É... coloca seios, faz tudo. Quanto mais pra gente trans o corpo estiver perfeito, igual, vamos se dizer igual a mulher mesmo, mulher do sexo feminino mesmo. Enquanto a gente não obtém isso, a gente não estamos satisfeitas [...] é construindo corpo, tira costela... muitas ... eu nunca tirei não porque eu não tenho coragem não, muitas tira costela é.... tira algumas imperfeições, ajeita de um lado, de outro, tirar costela, eu nunca...tenho medo de tirar costela, nunca fiz isso aí não ... (risos).

O corpo assim é modelado, guiado pelo desejo de construir-se em direção ao ideal pensado para si. Este que é modelado a partir de necessidades compreendidas como essenciais. A Sujeita T relata transformações corporais, desde a infância, mas sempre com acompanhamento médico. Estas transformações reafirmavam as suas experiências subjetivas e marcaram suas relações com o mundo a sua volta:

É... (pausa) desde os sete anos, quando eu...a idade que a gente vai começando a... lembrar da gente como criança, eu sempre tive isso, eu nunca procurei é. ..objetos que fossem brinquedos masculino, nunca! Meu... eu sempre procurei (pausa) coisas femininas, pular corda, trancelim, só andava com meninas. Eu me lembro que eu amarrava uma blusa na cabeça pra dizer que era cabelo e aos 9 anos, como eu fui criada pela minha vó, hoje é falecida que Deus a tenha é fui criada com ela. Aos nove anos, cheguei pra conversar com ela que eu não me sentia bem e. esse não era meu corpo, que eu tinha nascido no corpo errado, não era eu , eu era outra pessoa, eu

me via outra pessoa e ela foi e perguntou: Mas como você se vê? Ai eu peguei uma foto de uma menina... de uma modelo bem bonita, hoje eu não recordo o nome dela e disse: ó vó eu me sinto, eu sou como essa pessoa , eu não sou esta pessoa que tá aqui conversando com vó. Eu sou essa pessoa aqui, a minha mente é dessa pessoa. Aí eu lembro que ela começou a chorar e... disse que era, falou que era pra ter mais atenção, mas que não era pra ta passando por aquilo só e teria que passar com ela. E daí desde então ela disse a partir de hoje eu não vou mais comprar nada que seja relacionado ao sexo masculino pra você, eu vou comprar tudo do sexo feminino que é como você quer e como você gosta. Então desde aí, eu comecei esse... com ela. Ave maria, ela me deu muito apoio, foi meu ponto seguro, meu ponto forte foi ela. Hoje eu tenho minha mãe , meus dois pontos fortes, minha mãe também nunca desamparou, em momento nenhum e.... ai nesse período dos nove anos até o 14 anos , aos 14 anos foi onde eu comecei a procurar ajuda médica na questão dos hormônios, já tava na mudança, com a mudança, a voz já tava querendo engrossar um pouco, já tava saindo pelo nas, nas pernas que eu não gostava e tudo eu procurei ajuda médica junto com ela, com minha vó , foi ao clinico geral e ele encaminhou para o endocrinologista, médico de hormônio , e desde então eu comecei meu tratamento hormonal, tudo com acompanhamento médico, depois teve a evolução que foi mudando foi aumentando as dosagens , foi mudando de medicação, até hoje ainda faço tratamento hormonal.

A materialidade dos corpos e a necessidade de transformação são exigências trazidas por Sujeita T, em que os vários procedimentos são evidenciados. Resultantes de interações complexas entre componentes biológicos, psíquicos, sociais e culturais, esses matizes questionam o essencialismo dos corpos e evidenciam a pouca operatividade dos discursos, que sustentam a existência de entidades dicotômicas e predefinidas. Tais discursos são

ancorados em concepções produzidas pela Medicina ao longo dos últimos séculos que compõem uma poderosa rede de dispositivos que norteiam nossa época (Foucault, 2014).

Sujeita T traz em suas experiências os desafios cotidianos e a vida de buscas no saber biomédico de recursos para suprir as expectativas. Muitos, porém, são os desafios, inclusive sociais, que devem ser conquistados por ela, mostrando-nos a busca pela efetivação do direito de ser reconhecida legalmente

Não, outras cirurgias eu não cheguei a fazer por medo, por conta de muitas, de muitos relatos entre umas e outras colocam silicone industrial, essas coisas, eu nunca fiz isso assim, por conta do medo. É... o hormônio graças a Deus, como eu comecei, comecei cedo o hormônio. Graças a Deus o hormônio me deu o corpo que eu desejei. Então só com os hormônios eu sou satisfeita e mais a questão da cirurgia foi quando eu entrei na justiça em 2014, né pra ter o direito de ser reconhecida legalmente perante a justiça como mulher. Então, entrei na justiça e tudo é com uma grande advogada amiga minha que me deu esse suporte, Dra. L. A., ela me deu esse suporte eeeee depois de três anos de tratamento psicológico, psiquiatra, endocrinologista, eu consegui o que o juiz pediu né, toda a papelada que ele pediu, tudo comprovando, consegui as testemunhas que ele queria, então daí em 2018 é... não sei que. é 2018 foi. 2018, abril de 2018, foi concedido meu direito de ser reconhecida perante a Justiça como mulher, daí onde eu troquei a minha documentação, tudo. Que daí eu pedi a minha advogada que pedisse ao juiz que agilizasse a mudança de sexo, a cirurgia. Por conta de não ter condições hoje, tenho que ir. tive que ir para a fila do SUS, e essas questões são bem, bem demoradas. E daí eu levei a papelada e tô aí esperando, já dei entrada e tudo e tô esperando, mas no momento tá parado por conta dessa pandemia, tá parada todas as filas. Tem uma fila enorme que tem e várias outras, mas tamo aí na luta. Nunca desisti ao foco (Sujeita T).

Bento (2017) destaca que as legislações priorizaram o princípio da autorização e entendem que as pessoas transexuais são doentes e precisam do aval de terceiros. Colocando-os na posição de sujeição, ao saber biomédico, que esquadrinha as sujeitas e as submete às normas e regras. Em contraposição, a ideia de reconhecimento tem como fundamento de sustentação da garantia dos direitos humanos, o que significa entender as travestis e transexuais como sujeitas de direito. Assim, o Reconhecimento e a Autorização são polos percebidos na literatura sobre as trajetórias de pessoas trans e travestis. Bento (2017) destaca que o “reconhecimento”, tanto na questão racial, quanto na dimensão das homossexualidades e dos gêneros dissidentes (transexuais e travestis), dá-se por mecanismos de apagamento das diferenças, e não pelo reconhecimento da diferença.

Em *A arqueologia do saber*, Foucault (1972, p. 152) e *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault (1979, p. 28), a noção de acontecimento é central, como a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento da sua produção. No caso, a travestilidade vivenciada por cada travesti em sua nuance única, permeada por seus mais diversos atravessamentos. A experiência de suas singularidades é descrita a seu modo e nos cabe acolhê-la em suas especificidades, reconhecendo a autodeterminação, como fato verdadeiramente presente em suas vidas.

Ainda em *A arqueologia do saber* emerge a noção de atualidade, que se diferencia da noção de presente, pois aparece como a “borda do tempo que envolve nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade” (1972, p. 162-163).

Nesse sentido, as experiências no campo da diversidade sexual e de gênero são percebidas como possíveis e marcadamente atuais, porém, na busca pela compreensão de uma destas expressões de gênero personificadas na figura da travesti, percebemos a

emergência de vários termos, alguns entre eles têm se tornado mais recorrentes (travesti, travestilidade, transgênero), outros são bastante criticados, como no caso do travestismo.

Em comum entre eles, temos a partícula inicial “trans”, que pressupõe grosso modo a ideia de trânsito, travessia, algo que sinaliza deslocamentos de um ponto a outro. Não obstante, abre-se espaço para que possamos visualizar o próprio caminhar, porém, não em uma perspectiva linear, mas todas as intempéries, “desvios”, atalhos que um caminho pode oferecer (Bento, 2008).

A travessia em direção ao feminino manifesta-se como uma busca que Marcos Benedetti (1997) descreve, como “universo trans”, afirmando ser uma tentativa de nomear e classificar um conjunto de processos de transformações do sexo, que se expressam, sobretudo, através de práticas, usos e formas corporais. Nesse universo, o corpo é o sujeito e o ambiente onde essas transformações se desenvolvem e adquirem sentido.

A moralização, que é percebida inclusive nas cobranças sociais sobre a identidade, é percebida como válida, como um critério de autodeterminação, sobre qual identidade seria mais moralmente aceita.

[...] Éee uma coisa que algumas amigas minhas sempre me falam é que eu já deveria ter essa questão de me reafirmar enquanto travesti e passasse a me assumir mais como mulher trans, mas... porque elas falam assim Ser travesti... Justamente por as travesti serem muito marginalizadas, são vistas como aquelas mulheres que fazem programa na madrugada e ai elas me falaram isso: Ah, então eu acho que você deveria se considerar agora como mulher trans. Ai eu (pausa) não penso dessa forma. Sabe, Eu já me reafirmo como travesti justamente para quebrar um pouco com esse estereótipo que as mulheres travestis são mulheres que fazem programa, mulheres travestis também podem ser mulheres que entram na universidade, que se formam, que trabalham, que tenham um emprego. Não que a prostituição não seja um emprego né,

porque pra muitas delas é somente aquilo que elas têm. Mas, que existem outras possibilidades também, que ser travesti não é só aquilo. Então eu me reafirmo como travesti justamente por conta disso. (Sujeita W)

Questiono-me sobre tal diferença, apesar de não ser uma prerrogativa para este estudo, mas emerge como um questionamento que atravessa as trajetórias de vida das sujeitas de pesquisa e se materializa também no espaço laboral. Parece-me ser uma questão social, que marca uma posição, que no caso de Sujeita W ocorre um movimento interessante que se assemelha às teorizações *queer*, que subvertem os termos e ostentam como bandeiras de luta. Rompendo com paradigmas e com estereótipos, produzindo desconstruções de muitas imagens que as pessoas reiteradamente constroem em torno da questão da travesti.

Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), autodenominada travesti preta, destaca que *Queer*, que não possui equivalente exato na língua portuguesa, inspirada em Guacira Lopes Louro associa ao estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Apoiando-se em Judith Butler (2002), complementa que o termo tem operado como uma prática linguística, com o propósito de degradar as sujeitas às quais se refere: “*queer* adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos (p. 58).” Por isso, a proposta foi dar um novo significado ao termo, de positivá-lo, passando a entender *queer* como uma prática de vida, que se coloca contra as normas socialmente aceitas.

Rosa (2012), apoiando-se em discussões promovidas por Tiago Duque (2009), apresenta o termo travesti como sendo de origem francesa no século XV, relacionando ao erotismo uma variante do Burlesque, do gênero artístico, em que as mulheres que se apresentavam em casas de espetáculo na França, com roupas pequenas e provocantes, recebiam o nome de *travestie*. Para Pelucio (2007), a travesti é uma expressão tipicamente

brasileira, em geral de indivíduos pertencentes a nossas classes populares e que, portanto, comungam de valores morais, éticos e estéticos sobre gênero e sexualidade características de uma sociedade pós-escravista em que o binarismo e a dominação masculina são tão arraigados, quanto persistentes.

Algumas travestis se reconhecem enquanto pessoas que quebram as categorias determinadas de gênero, mas isso não exclui o processo de interação com seus pares, seus iguais e envolvidos na cadeia de redes de relacionamento que sustentam seu modo de vida. Patrício (2008) reforça também em seus estudos que travestis são pessoas que transformam seus corpos, esteticamente com a tecnologia disponível para deixá-los com traços do sexo oposto. Utilizando-se de Benedetti (1997), complementa que são pessoas que se vestem e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino, sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização. A travesti é, portanto, socialmente do gênero feminino. Algumas se sentem psicologicamente mulher, outras, homem, e sexualmente podem agir como homossexual ativo ou passivo, enquanto a transexual é percebida como mulher na rua, na alma e na cama.

O desejo manifesto pela cirurgia foi visto por muito tempo como o marco divisor entre as categorias travestis e transexuais, não apenas para o saber autorizado da Medicina, conforme demonstrado por Pelúcio (2007) e compartilhado por Teixeira (2009) e, posteriormente, por Andrade (2012), em que a distinção entre as travestis e as transexuais aparece, tangenciando a definição de travestis, conforme pode ser percebido no fragmento abaixo:

[...] posso afirmar que as travestis são pessoas que se entendem como homens que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens, mas que para tanto procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente tido como próprio do

feminino. Porém, não desejam extirpar sua genitália, com a qual, convivem sem grandes conflitos (Pelúcio, 2007, p. 34).

Travestis podem ser vistos como pessoas que borram as fronteiras de gênero, que interrogam a heteronormatividade (aquela que tem como única matriz de inteligibilidade corpos homens e corpos mulheres). São modos de viver definidos por uma série de dispositivos: médicos, psicólogos, legais, morais, etc. De modo geral, tais dispositivos definem travestis e transexuais, como pessoas que usam adereços, falam e gesticulam de forma considerada “de outro sexo” e provocam modificações corporais para se aproximar esteticamente da identidade desejada (Lima, 2013).

Vale (1997) ressaltar que o travesti não é mulher e talvez não queira ser, mas ela é uma construção do masculino e enquanto tal representa, a partir da inter-relação que existe entre o travesti, o cliente e a própria sociedade, uma paródia da feminilidade, tal como os homens a imaginam e encenam. Compartilhando do pensamento de Hélio Silva (1993), afirma ser “o travesti, socialmente, uma transformação do malandro” (p. 97).

Siqueira (2004) apreende definições de travestis, vindas das próprias interlocutoras. Entre elas, destacam-se: “Travesti é mulher com pau.” (Gilda). “Travesti é alguém que se veste e se comporta como mulher 24 horas por dia.” (Laura e Raquel). “É um homem vestido de mulher... que quer ser mulher... ou se veste de mulher.” (Helô) (p. 46).

Torna-se, porém, bastante ardiloso falar de identidades estáveis na contemporaneidade, em que as dicotomias e tentativas de classificação entre natural/artificial, puro/impuro, humanidade/androgenia e instâncias disciplinadoras de corpos perdem o sentido de verdade essencial diante da presença de tipos sociais que as subvertem a todo o momento. Metrossexuais, *Drag Queens*, *Drag King*, *Cross-Dresses*, transexuais, travestis teimam em circular entre as fronteiras identitárias de gênero e de sistemas binários regulatórios. Brincam

com sua aparência, montam e se remontam, fazem e se refazem, transpondo em seus corpos essa identidade sempre processual, que nem de longe nos remete a uma ideia natural ou estável de sujeito (Silva, 2008).

Podemos pensar, conforme Santos (2008), que a travesti é a figura que afronta o binarismo homem/mulher e/ou macho/fêmea, de tal modo que seus corpos são impensáveis diante dos discursos médico-jurídicos nos quais a travesti aparece como um fetichista, que faz uma inversão dos comportamentos. Já que, sendo homem, incorpora formas de expressão e existência do feminino no corpo masculino. O olhar médico considera como distúrbio, como uma espécie de enfermidade da mente (perversão sexual) e um vício moral, pela insolência particularizada aos padrões de costumes e às regras de conduta social. A travesti e suas práticas de construção corporal vêm se contrapor ao discurso médico, que ordena e estrutura os corpos, seres e comportamentos, entre normais e patológicos. Do ponto de vista da Medicina, o sujeito e sua expressão no mundo são apenas objetos passíveis de diagnósticos. Então, o homem biológico, que altera suas formas corporais para corresponder ao seu desejo interno de feminização, desloca a perspectiva médica e propõe um novo espaço de conhecimento, em que a travesti possa ser entendida como um sujeito social, que se permite intensificar sua existência.

Em alusão ao termo utilizado por Foucault em *Os Anormais*, a travesti é uma das representações atuais do monstro. Ela é propriamente o sujeito que transgride as regras e as normas e possibilita a mistura dos gêneros, construindo assim no próprio corpo um misto deles. As travestis afrontam e ignoram as leis da “normalidade” esperadas para cada gênero. Constituem-se como o ponto máximo da subversão da identidade: o corpo masculino modificado meticulosamente de forma a se confundir com o feminino. As travestis são também as sujeitas incorrigíveis, que escaparam ou transgrediram os elementos de normatização (Bonh, 2009).

Carvalho (2011) discute que o termo “travesti” não é utilizado propriamente como categoria identitária. Por diversas vezes, ele aparece em expressões, como: “ter um travesti” e “estar em travesti”. São descritos relatos em seu estudo que as “bichas”, muitas vezes, faziam festas e concursos nos quais se vestiam com indumentárias femininas e assim apareciam “em travesti”, prática que era proscrita para os “bofes”. Cardozo (2009) complementa, inspirada por Christine Bard, Nicole Pellegrin e Marie-Hélène Bourcier, que as origens do termo travesti residem no idioma italiano para se designar a transformação do jeito de se vestir, e com o tempo a categoria foi sendo ressignificada.

Fazendo-nos perceber que a constituição da subjetividade na travestilidade e na transexualidade não pode ser designada por um detalhe anatômico e sim por um conjunto de experiências que fazem das travestis seres em mutação, marcadas por momentos e motivações diversas de um papel sócio-histórico individual, conforme afirma Rosa (2012).

Siqueira (2009) reforça que tal termo surgiu mais recentemente, e tem sido usado no âmbito dos movimentos sociais de travestis, que têm como objetivo justamente se afastar de uma concepção patológica do fenômeno. Por pensar que essa é uma pesquisa interessada, que reconhece as lutas sociais e as reivindicações, assumimos também esse termo, inclusive a personificação terminológica, que é apontada por uma das sujeitas de pesquisa, como uma ambiguidade. Sujeita B relata:

[...] porque na cabeça ... até na cabeça das travestis, mulher transexual é a mulher que faz o processo transexualizador , na cabeça delas é uma educação das antigas , da época de Roberta Close, não ... todo mundo, inclusive, pra sociedade em geral, transexual é a que corta o, que faz a vagina, ai é trans por que transexual – transformou o sexo – mas a mulher transforma , faz a operação é mulher resignada... redesignada, redesignou o órgão masculino e transformou, e ela não vai deixar de ser trans, eu penso muito assim . [...] nos autoafirmamos mulheres trans [...] outras que

assumem a sua nomenclatura de mulher travesti, [...] uma vez chegou uma daqui do interior, não sei nem se ela é daqui uma trans ... travesti, uma transvesti, daqui a pouco eu vou tá dizendo essa nomenclatura transvesti. Porque todas nós somos trans e todas nós somos travestis. Mas só que a travesti ela não tem repúdio com o órgão, com o órgão genital

A linguagem, muitas vezes, produz trocas e equívocos que no contexto de uma pesquisa como esta evidencia elementos importantes a serem pensados. Ao falar redesignada, fala-se resignada. Ao pensar sobre os termos, percebemos que resignada está associada à aceitação, que suporta uma situação, conformando-se. Já o termo redesignada evidencia uma reestruturação, um redesenhar do seu corpo para adequar ao gênero.

Neste ínterim, o termo transvesti, evidenciado por Sujeita B, é uma variante identitária, que se assemelha às discussões iniciadas por transativistas Indianare Siqueira e Erika Hilton, que inserem uma discussão em torno do termo Transvestigêneres. A escolha do termo transvestigênera, cunhado por elas para designar “pessoas que se entendem para além de vestes, roupas ou órgãos genitais” – abrangendo travestis, transexuais, pessoas não binárias, incluindo também a bicha afeminada e a sapatão caminhoneira – se deu porque acreditamos na potência transgressiva dessa palavra, que denuncia a urgente necessidade de reconstruirmos conceitos, causarmos rupturas nos processos subjetivos, e registrarmos a potência dos atravessamentos que se dão com a interseção dessas temáticas (Site Puta Observatório⁷, 2021).

Assim, o debate em torno da identidade das travestis tensiona as discussões de gênero e possibilita articulações com os teóricos pós-estruturalistas que se opõem a uma perspectiva binária, para a compreensão de tais relações. Louro (2003) assinala que:

⁷ <https://putaobservatoriotransvestigenere.wordpress.com/>

“Mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como verdadeiros/verdadeiras mulheres e homens, fazem críticas a esta estrita e estreita concepção binária” (p. 34).

Assim, as diferenças emergem de forma mais explícita na compreensão das identidades, que possibilitam a análise das formas, como tais diferenças são construídas. Neste sentido, Silva (2000) suscita a compreensão das relações entre identidade e diferença, como presentes em torno das oposições binárias. Influenciado pela perspectiva pós-estruturalista, questiona a identidade e a diferença como relações de poder, o que significa problematizar os binarismos que os estruturam.

Nesse contexto, Butler (2013) contribui com esta discussão, apresentando que a ideia do termo mulher denota uma identidade comum:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classista, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente construída (pp.20).

Problematizar o termo mulher, como identidade comum no contexto político, explicita que a noção binária de masculino e feminino constitui, não somente uma estrutura exclusiva em que a especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “ especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais, tanto

constituem a “identidade”, como tornam equívoca a noção singular de identidade (Butler, 2013).

É... (pausa) desde os sete anos, quando eu...a idade que a gente vai começando a... lembrar da gente como criança, eu sempre tive isso, eu nunca procurei é... objetos que fossem brinquedos masculino, nunca! Meu... eu sempre procurei (pausa)coisas femininas, pular corda, trancelim, só andava com meninas. Eu me lembro que eu amarrava uma blusa na cabeça pra dizer que era cabelo e aos 9 anos, como eu fui criada pela minha vó, hoje é falecida que Deus a tenha é... fui criada com ela. Aos nove anos cheguei pra conversar com ela que eu não me sentia bem e... esse não era meu corpo, que eu tinha nascido no corpo errado, não era eu , eu era outra pessoa, eu me via outra pessoa e ela foi e perguntou: Mas como você se vê? Ai eu peguei uma foto de uma menina... de uma modelo bem bonita, hoje eu não recordo o nome dela e disse: O´ vó eu me sinto , eu sou como essa pessoa , eu não sou esta pessoa que tá aqui conversando com vó. Eu sou essa pessoa aqui, a minha mente é dessa pessoa.
(Sujeita T)

Dessa forma, tensionam-se os binarismos, mostrando-nos o quanto são presentes na sociedade contemporânea processos de normalização das identidades, num esforço presente na sociedade para estabelecer padrões e normas, fabricando identidades fixas, constatando o caráter artificial das identidades.

Butler (2013) continua:

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de pessoa se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser

peessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (p. 38).

Tais discursos são reiterados cotidianamente pelos dispositivos que reforçam a noção binária de gênero e nos inquietam, ao nos depararmos com sujeitas que borram as fronteiras de gênero, ou que cruzam as fronteiras de gênero, implodindo esses binarismos e subvertendo perspectivas fixas e estáveis.

Santos (2014) afirma serem as travestis e transexuais sujeitas que subvertem as normas identitárias sexuais e de gênero vigentes. Para ele, transexuais subvertem pela via da patologização, tendo como recurso hormo-cirúrgico como tecnologia de controle e medicalização do corpo. Já as travestis são lançadas na arena social pela via da estigmatização, cuja solução seria a aceitação social que dependerá das mudanças no sistema sexo-gênero.

Ao ouvir as próprias sujeitas de pesquisa, porém, percebe-se que não é possível generalizar. Neste sentido, Sujeita B destaca:

Não... não pode generalizar dizendo que a mulher trans é a santinha e a travesti é o demônio, de jeito nenhum. Esse contexto figurado nunca pode existir. Porque são iguais, são direitos... uma luta pelos mesmos direitos, é a mesma figura feminina diante de uma identidade de gênero e tem que ser respeitada como mulher na sociedade, chamando ela de trans, ou de travesti, ou de transvesti, ou de transgênero ... é o guarda-chuva que contempla toda a nossa letra T, toda nossa identidade. A intersexual, a mulher intersexual ou o homem intersexual, entende; E aí há essa diferença.

Cabe ressaltar que tal perspectiva necessita de uma ampliação, visto que, além de subverter as normas, travestis e transexuais vivenciam processos de assujeitamento às

normas. Neste contexto, tais sujeitas buscam “gêneros inteligíveis”, que são compreendidos como:

[...] aqueles que em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação às normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis, que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual, por meio da prática sexual (Butler, 2013, p. 38).

Assim, a seu modo, travestis e transexuais subvertem e se assujeitam às normas em meio às suas semelhanças e diferenças, percebidas na literatura científica e notadas nas experiências relatadas pelas sujeitas da pesquisa. A conotação política se evidencia e a Sujeita D começa, destacando o termo travesti, como uma categoria política:

[...] ser travesti é antes de tudo ser um ser político, né. Essa identidade política vai atravessar o nosso cotidiano, o nosso convívio comunitário, nosso convívio familiar. Por qual motivo? Porque as travestis não vão reivindicar o lugar de mulher na sociedade, as travestis vão reivindicar o lugar das travestis, né. É uma possibilidade de uma identidade que rompe aí com a lógica de feminino e masculino, né de mulher e de homem. É então, as travestis vão reivindicar esse espaço, uma possibilidade de uma nova identidade, né... É... pra fugir aí dessas identidades que já foram colocadas. Então, a travesti, ela vai tá muito ligada, ligada, ou de alguma forma involuntariamente, vai tá vinculada a ela o papel de transbordar essas identidades, de extrapolar o binário né, então, por conta de que? Por conta de fugir dessas, de fugir

dessas regras que estão colocadas, e aí as travestis dentro das categorias LGBTI+ hoje é uma das categorias que mais vai sofrer discriminação e violência porque não tem como camuflar essa identidade, né. A identidade travesti, ela se auto se apresenta né. Seja pela transformação corpórea que a gente vai construir. Né, ou seja, também como nós vamos nos apresentar cotidianamente, né. E aí vão tá várias questões de conflitos bem ligadas a essa identidade, já que se trata de uma identidade, vamos dizer, uma sub-identidade né.

Suas palavras são marcadas pelo seu lugar de fala, destacando, inclusive, a necessidade de não generalização, em que sua experiência, fruto de vários acúmulos, citados por ela, tanto advinda da vivência da travestilidade, como do ativismo.

Nesse sentido, Sujeita D continua:

A identidade travesti, ela se auto apresenta. Seja pela transformação corpórea que a gente vai construir, né, ou seja também como nós vamos nos apresentar cotidianamente, né. E aí vão ter várias questões de conflitos bem ligadas a essa identidade, já que se trata de uma identidade, vamos dizer, uma subidentidade né. Então, essa subidentidade, ela vai estar vulnerável às violências, a discriminação, o não acesso às políticas públicas, as violências no âmbito comunitário, familiar. Então, as travestis têm, elas vão estar elas... nós, na verdade, vamos estar todos os dias reivindicando essa identidade. Claro... que aí é importante dizer que outras categorias do movimento LGBTQI+ também vão reivindicar, também como transgressores das identidades. É importante dizer que nessa sociedade que a gente vive, onde vai colocar todos os dias normas sobre nossos corpos, regras em nossos corpos, em transgredir essa lógica né, vai estar dentro de um campo de penalização, seja ela penalização social, seja as violências, né.

O termo subidentidades é mencionado por Sujeita D, destacando uma posição de inferioridade subjetiva, tornando evidente a vulnerabilidade destas maiorias silenciadas. Este silenciamento é cruel, por impedir a expressão ou a possibilidade de identidade. Sabemos que se identificar é se reconhecer enquanto sujeito. Negar a identidade é negar a possibilidade de existir, é promover apagamento de subjetividades. Colocar como subidentidade é apontar uma hierarquização das identidades e denunciar o olhar que inferioriza essas existências. Acentuam e demarcam essas fronteiras, colocam algumas identidades de gênero como inferiores a outras.

Nesse sentido, Sujeita D destaca ser essa subidentidade uma posição vulnerável, em que as violências e as discriminações estão presentes e evidenciam o não acesso às políticas públicas. Uma subidentidade percebida como abjeta, algo na dimensão do não sujeito, próximo à perspectiva de Butler. Desta forma, percebe-se o quanto reivindicam uma identidade, assim como outras categorias do movimento LGBTQI+, que também reivindicam. Nas palavras de Sujeita D seriam transgressores das identidades. Tal transgressão marca-se pela transformação dos corpos, que as travestis reivindicam, um corpo que se aproxime de uma feminilidade, mas que tem uma virilidade e que tenha muitas dessas identidades corpóreas.

No entanto, existem vários aspectos que devem ser levados em consideração. O primeiro aspecto que se evidencia diz respeito à compreensão da identidade de gênero, que marca a posição das travestis e transexuais, a partir de uma linguagem médico-psicológica refinada, apoia-se em escritos científicos, nega qualquer potencial erótico do órgão genital. Em contraposição a travesti, que em relatos constantes nas pesquisas se utiliza do potencial erótico do órgão genital. Sujeita T destaca que:

Ser uma mulher trans, no meu ponto de vista é... assim tipo você... eu nascer com um órgão masculino, porém me identifico, desde pequena, com 9 anos de idade com...

(pausa) como mulher, entendeu. Procurei ajuda psicológica e tudo e me identifico como mulher e tô na lista pra fazer a cirurgia de redesignação sexual. Já a ... tem uma pequena diferença sobre as travestis. Por conta que as travesti ... elas... eu tenho várias amigas travestis que... adoro elas demais. Tem a [...] que também tá formada [...] e ela já é uma travesti, ela se identifica com o corpo dela, ela não tem problema [...] ela não faz hormônio, tratamento hormonal, ela não tem, tipo alguma dificuldade com o órgão masculino dela, entendeu? A diferença entre a travesti e a trans é essa, eu tenho essa dificuldade, eu tomo bastante hormônio, eu não me sinto bem com o meu órgão genital masculino, que eu nasci, então eu tô pra fazer a cirurgia, pra tirar. Já as travestis não têm esse tipo de coisa. Elas se sentem bem com o corpo delas.

A diferença entre travesti e transexual é trazida comumente na literatura, mas cabe ressaltar a importância de pensar, a partir da subjetividade presente na experiência de cada um. Uma resposta vista na literatura e reproduzida em vários espaços é percebida nos enunciados de Sujeita T, que se revestem de argumentos pautados na anatomia dos corpos, ao mesmo tempo em que atentam para uma não generalização. Benedetti (2005) manifesta seu conhecimento aprendido no convívio com as travestis sobre as práticas culturais e de transformação utilizadas por elas. Em seguida, nos convida a embarcar no mundo das travestis, através de descrições empíricas minuciosas das transformações realizadas por elas, "de forma a se construir, constituindo uma imagem e uma identidade 'femininas'" (p. 51). As mãos e rosto, os pelos e cabelos, a voz, as marcas corporais (como as cicatrizes e as tatuagens), os sapatos e roupas, os hormônios, o silicone, a cirurgia plástica e o acender a neça fazem não só o autor afirmar sua presença em campo, como também demonstram o valor do corpo inserido nesse grupo social e que, em alguns momentos, nos surpreende.

Reconhecer-se é um dos primeiros movimentos produzidos na construção das identidades. As identificações logo favorecem as suas composições, sendo fruto de uma construção cuidadosamente estruturada. A rigidez de uma identidade estática tem sido fortemente questionada, mostrando-nos o caráter flexível das identidades. A fluidez do trânsito, vivenciada por ela, é necessário perceber. No caso da identidade travesti, podemos destacar a dimensão da singularidade que, para a Sujeita G, é definida, como:

É viver... o ser travesti é fonte de alegria, é fonte de prazer é onde você é onde você é.

E escolhe o amor e a razão pra viver, sabe! Resumindo, para mim ser bem didática Ser travesti não é errado, não é pecado e nem é doença. Ser travesti é (pausa) onde buscamos o amor e a razão pra viver.

Devido à dificuldade do áudio, compreendo como Glamour e a Razão para viver. Talvez ouvir Glamour e Razão, ao invés de Amor e Razão, me faz pensar o quanto ocorre no imaginário a associação com o universo da espetacularização da vida. No entanto, Amor e Razão evidenciam a ambiguidade e o equilíbrio diante das emoções ou sentimentos e a racionalização da vida. Mas, logo fui corrigido pela Sujeita G:

Sujeita G: [...] essa questão do áudio da internet deixa muito a desejar e a gente fala e às vezes tem que se repetir novamente pra pessoa compreender.

Sujeita G: Amor e razão, disse!

Pesquisador: Sim, desculpa

Sujeita G: Imagina! Estou bem?

Pesquisador: Amor e razão bem intensas. O campo do afeto fica bem claro

Sujeita G: E do querer viver mesmo, sabe? Matam a gente só por sermos o que somos!

Outro aspecto a ser percebido diz respeito ao “ser mulher” ou “viver como mulher.” Na literatura, estas duas expressões demarcam as posições de travesti e de transexual. As travestis geralmente não se apresentam como mulheres, mas expressam o desejo de viver como mulheres. Já as transexuais se expressam, a partir do autorreconhecimento, como mulheres.

Nessa perspectiva, a compreensão do feminino perpassa as relações sociais e está fortemente ligada às relações de poder materializadas em papéis e comportamentos esperados socialmente. Em uma compreensão do feminino contemporânea em que o corpo passa a ter valor de mercado, o ser mulher torna-se a incorporação de uma subvida paralela que encarcera padrões irreais de beleza e o culto do ódio a si mesma, que cerceiam as liberdades e mantêm o controle social. A partir destes enquadramentos, há uma construção do corpo feminino, que fundamenta e guia as formas de se expressar perante o outro e perante o coletivo. É na corporeidade que se expressa a subjetividade e que, transformada em signo social, se torna moeda de troca do aceitável e desejável para que esta se molde ao “ser mulher” (Carvalho, 2018; Novaes, 2011; Wolf, 2020).

O fato de as travestis se perceberem como mulheres é questionado dentro e fora destes espaços, levando-me a pensar a partir de Sujeita G, o que de fato é ser mulher?

[...] quando eu falo mulher, mulher, eu não tô dizendo a mulher cis tá, porque eu nem gosto dessa dessa dessa retórica da mulher travesti, da mulher trans, eu gosto do gênero mesmo, do gênero travesti e do gênero transexual, eu não gosto porque... o gênero feminino, o gênero mulher, por isso quando eu digo que me vejo mulher, me vejo, me vejo, me vejo, me sinto mulher, eu tô falando, eu me sinto travesti, sabe. É isso, eu me sinto travesti. (Sujeita G)

Aqui, a anatomia não é o destino, mas há marcações corporais necessárias para tal constituição. Jorge e Travassos (2018) nos ajudam a pensar que somos seres falantes e nossa apreensão dos corpos em sua materialidade passa pela experiência da linguagem, fazendo com que possamos perceber que não sejam reduzidos aos corpos. Recorrem a Lacan, para frisar, que nós não somos um corpo, nós temos um corpo. Há uma distância impossível, porém, de ser preenchida, entre o sujeito e o seu corpo. Sendo assim, o corpo en-cena, encarna os dramas subjetivos. Parte-se de uma constituição física e se busca suas adequações aos seus desejos de se reconhecer como são.

É a questão das pessoas dizerem assim. Ahhh, você não é... Você não nasceu... o que ... pra gente falar realmente da travesti e da questão... Você tem que falar de tudo, uma coisa biológica. Você tem que falar do órgão sexual da mulher que é a vagina, tudo bem direitinho e tal. E você vai falar da travesti do sexo mascu... que ela nasceu no sexo masculino, ou intersexo, não sei. Mas ela vai crescendo e vai se reconhecendo e mostrar pras pessoas que ninguém aqui quer ser mulher, mulher de gerar filho, mulher de... até mesmo porque ser mulher não é somente gerar filhos (risos) tem umas que nem querem e tem umas que nem podem né, que a natureza também achou melhor, enfim, não vamos tratar disso. Mas eu tô querendo ser bem clara é que que ninguém que ser uma mulher cis, não quer ter uma identidade de gênero, igual... ao ter o cabelo daquela mulher, o peito daquela mulher, não a gente tá adequando a nossa cabeça e buscando realmente ser o que a gente quer, que a gente é, do corpo que a gente quiser ter ou não ter, entendeu. As pessoas têm começar a a a a parar de de de querer mencionar ou de comparar. Já basta a comparação entre as mulheres, sabe. Acho que a gente tem que ter a sororidade, tanto a travesti, como com as mulheres, sabe com as mulheres e pra mostrar... eu to querendo dizer...e pra não deixar você confuso. Eu tô querendo dizer pra você que é importante a gente se declarar travesti,

sabe, e essa coisa da mulher travesti e a mulher... a travesti buscar a feminilidade.

(Sujeita G)

Connel (2016) evidencia a corporificação social, que reconhece a agência dos corpos; não apenas, sua materialidade como objetos, mas, igualmente, seu poder produtivo em relações sociais. Percebe-se que, enquanto com a travesti tem-se um rompimento com uma perspectiva binária, apesar de se utilizar de elementos do binarismo, tais fronteiras do feminino e do masculino são bem borradas. Os binarismos de gênero, que, a partir de um olhar separatista, estabelecem barreiras antagônicas, favorecendo uma polaridade, que é tecida por uma série de discursos e práticas que impedem um estabelecimento harmônico do contato. A aproximação ou qualquer trânsito é visto como uma dissidência, refutada constantemente, trazendo elementos ditos femininos, juntamente com elementos ditos masculinos. Sobre feminilidade apresentada por Sujeita G, percebemos uma forte associação da travesti com a feminilidade.

A travesti é feminina. A travesti é feminina ...e ponto. E essa feminilidade, não vem de uma mulher cis, vem dela, vem de uma tra-ves-ti que é pra adequar seu corpo a sua mente, sabe. Porque assim a gente vai cada vez mais... que só existe homem e a mulher na terra e não é assim. De... eu não vou de religião não... é ... pessoas acham que não existe só nasce homem ou nasce mulher, aí gente fica, meu Deus... Eu acho que a gente tem que falar sabe... é um monte de coisa... aí começa a comparação de Adão e Eva e tem que começar a dizer que que que sabe é muita coisa. Tem que falar que quem nasceu primeiro Ivo, e não foi Eva. A gente tem que buscar pra conseguir como ensinar as pessoas as coisas. Eu to deixando bem clara, existe a travesti, só.

Desconstruir é um ato que nos ajuda a pensar os modos de subjetivação travesti.

Desconstruir seria, portanto, um movimento de reestruturação, passando por processos de

ressignificação. No entanto, muitos estigmas podem estar associados ao termo. Diante disso, percebe-se que às vezes se tem uma fuga em relação a essa terminologia, pelos estigmas, pelos preconceitos que giram em torno dessa nomenclatura, que chegam também ao espaço laboral. A terminologia travesti é associada diretamente à prostituição e à criminalidade. Associações fortemente consolidadas no imaginário social, reforçando estereótipos e produzindo exclusão.

Sujeita B, sobre a transexualidade, explicita:

Transexual é uma mulher que se assume enquanto mulher, pensa como mulher, se apresenta como mulher, durante 24 horas e pra sociedade, e pra família e para o meio social. Travesti, também, é uma mulher, que se apresenta como mulher, não precisa ter operação, a maioria não querem fazer operação, e quando fazem não vão deixar de ser mulheres travestis, nem transexual, vão passar a ser mulheres redesignadas, mulheres travestis redesignadas, que fizeram o processo transexualizador, ponto. Eu sou mulher trans e ponto. Eu sou mulher travesti, ponto. Mas eu pensava que mulher trans era aquela que fazia cirurgia. Não! Não precisa fazer cirurgia, independe de cada uma para cada uma.

Ser mulher, assim, assume características outras que evidenciam elementos subjetivos e nos fazem pensar as diferenças entre travesti e transexual, que apesar de todas as discussões sobre rótulos, devem ser compreendidas principalmente no que se refere às especificidades da população T.

[...] porque na cabeça ... até na cabeça das travestis, mulher transexual é a mulher que faz o processo transexualizador, na cabeça delas é uma educação das antigas, da época de Roberta Close, não ... todo mundo, inclusive, pra sociedade em geral, transexual é a que corta o que faz a vagina, ai é trans por que transexual – transformou

o sexo – mas a mulher transforma, faz a operação é mulher resignada... redesignada, redesignou o órgão masculino e transformou, e ela não vai deixar de ser trans, eu penso muito assim . [...] Uma vez chegou uma daqui do interior, não sei nem se ela é daqui uma trans ... travesti, uma transvesti, daqui a pouco eu vou tá dizendo essa nomenclatura transvesti. Porque todas nós somos trans e todas nós somos travestis. Mas só que a travesti, ela não tem repúdio com o órgão, com o órgão genital. Ela não quer... São poucas que não querem retificar o nome, querem o nome de guerra mesmo, o nome social. [...] então trans e travesti não tem é... esses dados que eu citei pra ti dessa diferença, dessa briga né com a transexual, travesti, operada ou não, mas tudo é transvesti, tudo é trans, tudo é travesti. O Cariri... o cariri é travesti, travesti é travesti. Entende, então é essa diferença que a gente pode estudar e apresentar ...

(Sujeita B)

A ambiguidade de “transvesti” é a materialização das fronteiras borradas da identidade, que as aproximam e as distanciam em suas lutas e conquistas. O trânsito percebido reforça o quanto as identidades são flexíveis, necessárias e ao mesmo tempo desnecessárias. Necessárias pela conquista e manutenção dos direitos; desnecessárias, pois as subjetividades singulares marcam-nas como sujeitas únicas. Assim, marcar as diferenças é necessário para que as lutas possam ser mais claras. Neste sentido, o contexto da identidade das travestis evoca a necessidade da aparência para auxiliar no processo de identificação.

E aí, você não precisa ter aparência nenhuma para se identificar como trans e travesti.

As pessoas têm que entender ... há uma bagunça na cabeça da sociedade, da população que uma Drag Queen é trans e travesti. Drag Queen não pode Eu posso ser, um gay pode ser Drag Queen, uma lésbica pode ser uma Drag Queen, que é uma um personagem performático, que vai também justificar, denunciar é um show político através de uma personagem, uma Drag Queen. E as pessoas às vezes.....Olha

uma travesti, oh a Trans! Elas dão vida às Drag Queen e tá inserida uma, uma ...

Muitas Drags Queens começaram a tocar, a montar ... gays montadas de Drags, de de mulheres aqui em Juazeiro que começaram a transição, descobriram suas mulheres trans dentro de um personagem de Drag Queen, que se hormônio... que fizeram hormonioterapia. (Sujeita B)

O processo de identificação auxilia no autorreconhecimento, que parte da compreensão, não apenas racional do que somos. O uso ou não de hormônio, a opção ou não pela cirurgia de transgenitalização também aparece como aspecto emergente na literatura, tal como na experiência das sujeitas de pesquisa. “O próximo desejo meu é minha cirurgia, que é um direito no processo transexualizador que é lei, dentro da lei da saúde integral da população LGBT,” ressalta Sujeita B.

Havendo num primeiro momento a compreensão da cirurgia apenas como um desejo das transexuais, como uma tentativa de modelagem corporal para uma adequação, a partir daí inserir-se socialmente no campo feminino. Há registros de pesquisas realizadas, porém o não desejo pela cirurgia de transgenitalização, apesar de alguns se autoidentificarem como transexual. Já as travestis manifestam desejos pelas modificações corporais, mas não marcam o desejo pela transgenitalização. Sujeita B, nesse contexto, destaca em sua fala um diálogo:

[...] Eu sou mulher trans e ponto. Eu sou mulher travesti, ponto.

- Mas eu pensava que mulher trans era aquela que fazia cirurgia.

- Não! não precisa fazer cirurgia, depende de cada uma para cada uma.

- Umhas tens vontade e outras não tem.

A aparência das travestis e transexuais traz aproximações nas diferentes formas de se vestir, de se comportar e de vocabulário, utilizando-se estrategicamente de suas

transidentidades no contexto político e social. Assim, a presença nos movimentos sociais e nas ações políticas demarca também bandeiras de lutas diferentes, fazendo-se necessária a duplicidade da letra “T”, devido às especificidades de suas bandeiras de luta. Luta que se presentifica em vários segmentos:

Quero continuar estudando na academia, pesquisar travesti, e ai é isso [...] quero muito estudar violência das travestis, e compreender do olhar das travestis, porque eu acredito que a gente precisa também, e ai muito mais hoje, muito mais também eu acredito que daqui pro próximo período que a gente possa reivindicar o nosso lugar de fala, né, que já tem vários sujeitos reivindicando, mas eu acredito que a gente ainda né, é ... que a gente tem que lutar um pouco mais pra gente poder estar em todos os lugares, e tá em todos os espaços, como possibilidade de ser reconhecida como travesti, né. Não é estar em todos os espaços por status, só por ocupar. É ocupar para demarcar, porque da forma que a gente adentra, que a gente discute, que a gente percebe que nossa identidade é naturalizada, a gente tá combatendo várias violências que são naturalizadas, um monte de violação de direitos, um monte de possíveis violações, porque na verdade passa a ser reconhecida como humana. Então, há necessidade desse reconhecimento, há a necessidade de construção de estratégias de reconhecimento das identidades, né. (Sujeita D)

A busca pelo reconhecimento ou pela autorização da existência da travesti é uma marca na escrita de Bento (2008), que em seu debate sobre a diversidade de gênero, mostra-nos os desdobramentos práticos que exigem um posicionamento. A multiplicidade de leis e condutas muitas vezes assume posicionamentos particulares, em que a patologização é a via para que as pessoas possam ter acesso aos seus direitos. A discussão desta autora se volta

para a transexualidade, no entanto, percebemos aproximações com a travestilidade, inclusive no que diz respeito ao reconhecimento e/ou à autorização.

Nesse sentido, Sujeita D destaca:

É importante dizer que nessa sociedade que a gente vive, onde vai colocar todos os dias normas sobre nossos corpos, regras em nossos corpos, em transgredir essa lógica né, vai estar né dentro de um campo de penalização, seja ela penalização social, seja as violências, né. E aí as violências são múltiplas, elas são estruturadas. Isso eu não tô dizendo que só nós sofremos violência. Muito pelo contrário, várias categorias vão sofrer um conjunto de violências, porque vão é.....duplamente transgredir as suas identidades. É... né ...elas não pedir autoridade (pausa) elas não vão pedir autorização à alguma autoridade para viver as suas identidades. Então, as travestis, elas têm essa marca nela, uma marca de resistência, de luta, e que é cotidiana.

Percebe-se, portanto, que, em muitos momentos, há uma combinação das duas concepções, presentes em várias legislações em várias partes do mundo. Produz então efeitos de uma cidadania deficitária, ou seja, precária.

Nesse sentido, Butler (2015a) corrobora, ao afirmar que a concepção de precariedade, que se encontra fundamentada na condição precária, isto é, a condição intrínseca ao processo de interdependência e regulamentação que mobiliza e expõe o sujeito à operação de forças sociais e políticas, que resultam no seu processo de sociabilidade e que contornam, relativamente, suas possibilidades de sobrevivência. Entretanto, enquanto uma construção política sobreposta a esta condição compartilhada, a precariedade corresponde ao relativo grau de exposição do sujeito a contextos que se opõem à garantia de sua sobrevivência, interferindo nos processos de morte e sobrevivência.

Sujeita W destaca que:

Ser travesti é ser aquela pessoa que sai de casa sem saber se vai voltar, aquela pessoa que sai de casa com medo, aquela pessoa que tem é... uma determinada limitação na sociedade porque não é todo mundo que compreende o que é ser travesti, que nós somos seres humanos.

Diante dos efeitos dos processos de violência e morte, é possível relacionar que uma vida não passível de luto corresponde ao processo de fragilização e desqualificação do cuidado que alguns grupos populacionais sofrem, por não possuir uma rede de cuidado efetiva, tal como se dá com as travestis. Desta forma, enfatiza que a precariedade só faz sentido, quando somos capazes de identificar a dependência e a necessidade corporal; a fome e a necessidade de abrigo; a vulnerabilidade às agressões e à destruição; as formas de confiança social que nos permitem viver e prosperar; e as paixões ligadas à nossa persistência, como questões claramente políticas. [...] a nossa precariedade depende em grande medida da organização das relações econômicas e sociais, da presença ou ausência de infraestruturas e de instituições sociais e políticas de apoio (Butler, 2018, p. 80).

Pertinente a esta abertura proposta por essa discussão, as observações sobre a precariedade (Butler, 2015; 2018) contribuem com o pensamento crítico acerca das consequências de viver em sociedade, visto que decorrem do requerimento de atender a condições sociais, políticas e econômicas, para que sejam mantidos o estatuto e o reconhecimento de tal manifestação, enquanto vida ou ser humano. Por também se referir à distribuição desigual de recursos e potencialização dos esquemas de precarização e violência e quais vidas se encontram expostas, o resultado deste processo abarca a produção de vidas precarizadas e vulnerabilizadas.

Afetando a noção de cidadania, que pode ser compreendida a partir de Pedra (2020) como um processo político, que incide sobre o conjunto das relações sociais, um novo modo

de vínculo social capaz de criar uma comunidade política abstrata, que transcenda aos agrupamentos de indivíduos, mantendo-a em torno de uma ideia de nação.

Tem-se, portanto, um padrão de subcidadania, que realoca as travestis a uma ausência de reconhecimento de direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à identidade e principalmente o direito de ser reconhecida como gente. Sujeita G, sobre a negação de acesso aos direitos, nos lembra que “as pessoas roubaram da gente, ou não roubaram, a gente nunca teve, as pessoas nunca deixaram a gente ter, pronto é isso as pessoas nunca deixaram a gente ter.”

**4. (Trans) Subjetivação, Interdições e compulsoriedades no processo de (de)formação :⁸
a Família e a Escola como espaços de (des)preparação para o Mercado de Trabalho**

Se às vezes uma pessoa me nota na rua
E lança aquele olhar bisonho de quem
Se incomoda com a minha presença
Prefiro achar que é só humano
Um jeito de agir estranho
Há seres que se surpreendem com o espontâneo
Mas saiba, meu senhor, senhora, que fiquei assim
Por desfrutar da liberdade de viver pra mim (e
depois pra você)
E se meu jeito lhe incomoda
Digo e repito a toda hora
Eu adoro ser essa pessoa que você detesta
Então... Para de meter o bedelho onde não lhe
interessa
Eu não tenho raiva, eu não tenho culpa e não
tenho pressa (pressa nenhuma)
Para de meter o bedelho onde não te interessa
Minha alma é pura, pouco me importa se sou
controversa. [...]
(Controversa – Valéria Houston – autora
Adriana Deflentli, 2016)

A relação entre travestilidade e espaço laboral é constituída das experiências cotidianas de cada sujeita que, a partir de sua trajetória pessoal, constrói uma carreira profissional. A singularidade de suas experiências pessoais deve ser levada em consideração. Percebem-se, nesse contexto, as interdições e compulsoriedades vivenciadas por cada uma das sujeitas. Para tanto, devemos compreender seus processos de (de)formação, perpassando as experiências da infância e da adolescência nos âmbitos institucionais da família e da escola, que são, portanto, pertinentes.

Sujeita D, uma de nossas sujeitas da pesquisa, percebe que sua infância e adolescência trazem elementos pertinentes para sua constituição, como pessoa e como profissional. Afirma

⁸ O termo surge nesse formato para representar a ambiguidade de tal processo, pois ao mesmo tempo que possibilita avanços e desenvolvimentos necessários, tem-se os fatores que interferem, produzindo danos.

que nunca se reconheceu enquanto jovem gay. Recorda de sua infância, informando que eram seis filhos e que só tinha uma irmã mais velha, que se casou cedo e saiu de casa. Ficaram, portanto, cinco meninos até aquele momento. E com 12 anos, ela já percebia que existia uma grande diferença entre ela e seus irmãos. Uma diferença percebida como corporal, mas também uma diferença de atitudes que destacam a identificação, com questões ditas femininas, com papéis ditos femininos. Enfatiza que nesse período cuidava dos seus irmãos mais novos, porque sua mãe tinha que trabalhar. Percebem-se, assim, as primeiras identificações com os trânsitos de gênero e as influências que a levariam a desenvolver uma trajetória profissional, que se associa ao cuidar.

Nesse contexto, é evidenciado o caráter identificatório, em que os parâmetros que servem de base para a vida se constituem na infância, e figuras de apego são importantes para subsidiar tal constituição. A referência de sua mãe leva ao exercício laboral voltado para o cuidado com o outro, tão presente na responsabilidade social trazida em suas experiências com o ativismo.

Sua mãe, sertaneja, trabalhava no Centro de Abastecimento e logística de Pernambuco (Ceasa) – um espaço de distribuição de frutas e verduras, e saía todas as madrugadas de casa e só chegava próximo ou depois do almoço. Então, seu papel, como mais velha em casa, era organizar a vida dos irmãos para ir para a escola, organizar almoço, preparar as coisas, para quando a mãe chegasse pudesse pegar o dinheiro e ir comprar o material para sua mãe ir de novo, no outro dia, trabalhar. Contribuía em todas as tarefas domésticas. E conclui que “acabei tomando essa responsabilidade de cuidado dos meus irmãos como se eu fosse a mãe deles.” Assim, Sujeita D continua:

Minha mãe me chama de minha moça, né. Mas depois do processo de empoderamento. Porque na verdade isso não é dado a gente como algo normal, né. Então, minha mãe sempre soube, né, que tinha algo diferenciado em mim. Então,

minha mãe foi uma figura muito importante e é uma figura importante na minha vida, na medida em que ela reconheceu essa diferença, Claro que ela não vai compreender as transexualidades, as questões de gênero, as questões de... Ela vai perceber que no fundo, eu sou uma menina e nasci num corpo errado. Essa é a justificativa mais plausível pra ela sobre minha identidade. Ela me apresenta a todo mundo como minha moça.

Diante disso, Sujeita D entende que na sua identidade não tem talento para ser mãe, porque na verdade escolheu o ativismo. O ativismo vem como inserção no espaço laboral, em que suas bases encontram marcas simbólicas na sua atuação, ressignificando o papel de cuidar em outras instâncias. A maternidade, como prerrogativa à condição de mulher, é refutada, levando-se em consideração que a maternidade não deve ser percebida como compulsória. A escolha de Sujeita D pelo ativismo traz uma outra forma de cuidar, que demanda bastante tempo e dedicação de sua vida:

É... Porque o ativismo já lhe consome muito, né... E aí o ativismo de ação né, é importante a gente perceber isso. Eu dediquei a minha vida toda, com 15 anos de idade eu já estava discutindo nos movimentos secundaristas, no movimento estudantil. Eu tenho 32 anos, eu cheguei no XXX né, pela primeira vez em 2006, né a gente tá em 2020. Então, 14 anos atrás, eu já estava dentro das organizações mais antigas em funcionamento, reivindicando, as pautas de direito.

Sujeita D se declara como travesti, com 18 anos. Já estava inserida em uma Organização Não Governamental. Sua opção de sair de casa por um tempo (passou mais de um ano sumida da sua mãe, só no telefone) foi uma estratégia de fortalecimento para enfrentar os desafios que se apresentavam. Sair de casa, que é um movimento, fortemente permeado por simbolismos. O movimento que marca assumir responsabilidades e

compromisso com a própria vida. Algo importante para o fortalecimento para a adultez. É algo, porém, que para as travestis se manifesta de forma prematura, justificada pela necessidade de autoafirmação e muitas vezes fuga de violências. Diga-se de passagem, Sujeita D estava vivendo o processo de transição. Entende-se este processo como um momento complexo vivenciado, em que o apoio de pessoas próximas, como a família, seria essencial.

Nesse contexto, destaca-se o medo diante da não aceitação da família, que em algumas situações afeta outros espaços, inclusive o espaço laboral, pois:

[...] não sabia... não saberia a reação da minha mãe sobre esse processo de transformação corpórea. De eu reivindicar enquanto Sujeita D pelo gênero. Até então enquanto eu não reivindicava, tudo muito tranquilo. Mas eu vou reivindicar essa identidade, com muito medo né, com medo da discriminação, com medo de ter só a prostituição como possibilidade de sobreviver, né. Medo dos processos das violências urbanas, porque eu estava na cidade grande né. Com medo do abandono familiar. Tinha vários medos que vinham a minha cabeça. Mas a minha identidade era tão importante naquele momento que eu resolvi romper com estes medos (Sujeita D).

Assim, a infância e a adolescência, como fases de preparação que têm seus processos acelerados e sofrem as intercorrências que não estão desprendidas das suas trajetórias de profissionalização. Neste sentido, tais sujeitas se realocam em direção ao feminino no contexto da profissionalização. A questão do corpo em uma mulher transexual, e/ou travesti, vai mais além de implicações médicas, por isso percebida como uma questão também sócio-histórica. O universo feminino, que se apresenta como atrativo e permeia a constituição subjetiva de cada uma delas, aproximando das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sociedade. Não reivindicam, porém, o lugar de mulher:

[...] as travestis não vão reivindicar o lugar de mulher na sociedade, as travestis vão reivindicar o lugar das travestis, né. É uma possibilidade de uma identidade que rompe aí com a lógica de feminino e masculino, né de mulher e de homem. É então, as travestis vão reivindicar esse espaço, uma possibilidade de uma nova identidade, né... É... pra fugir aí dessas identidades que já foram colocadas. (Sujeita D)

Nessa direção, cabe recorrer à perspectiva de gênero que, ao longo do tempo, foi sinônimo de sexo biológico, feminino ou masculino. As definições mais comumente ouvidas são provenientes do discurso médico-psiquiátrico, que considera que a mulher transexual é aquela que apresenta um certo desconforto com sua genitália (Lomando & Nardi, 2013). Outra perspectiva evidencia que a travesti seria a pessoa transgênero de periferia, que não possui condições financeiras para realizar cirurgias estéticas e passar pelo processo de harmonização.

Percebe-se, portanto, que tal corpo demonstra suas marcas corporais e produz subjetividades moldadas e silenciadas pelos espaços que cerceiam as liberdades. O espaço laboral, instituído com forte padronização cisnormativa, demonstra a não abertura diante das desobediências de gênero. Neste sentido, a diferença não encontra com facilidade a inserção no mercado de trabalho.

O processo de formação, recebido na infância, traz elementos da sexualidade que começam a se manifestar. A generificação dos brinquedos e espaços produz incômodos. O brinquedo, como objeto lúdico, é generificado pelo olhar do adulto, que percebe, como perigosas, as “desobediências” de gênero. Não aceita, portanto, a possibilidade livre de exploração do universo.

A minha infância ... eu já me reconhecia, já me reconheci que eu já gostava de coisa de menina, eu brincava de boneca, só que que a gente sabe que não existe, que

brinquedo é brinquedo, mas que teve essa cultura machista que boneca é pra menina, boneca é pra meniiniinas e bola é pra meninos, é uma coisa que eu brincava também, de boneca também. Eeee é muito... e nós vamos crescendo de uma forma (pausa) que só vamos sofrendo muito, questão de *bullying*, questão...que hoje tem palavra, só que você vai realmente, querendo, você não consegue compreender o que é ser gay, o que é ser lésbica, o que é ser bissexual, o que é ser travesti, trans, homem, é o homem trans, o assexuado, os questionados, e mais. A gente cresce sem... a gente não tem isso até hoje ainda, essas informações, muitas pessoas não têm esse conhecimento ainda.

(Sujeita G)

As dissidências de gênero produzem estranhamentos, por vezes não percebidos na infância pelo sujeito, mas indicados pelos adultos cuidadores que visualizam um grande risco e a todo custo irão combater. Assim, as trajetórias são constituídas a partir de uma infância, que aos poucos evidencia questões inerentes à travestilidade.

Os padrões e normas sociais são evidenciados fortemente, agindo, a partir de uma pedagogização dos corpos que influenciam profundamente na constituição dos modos de vida dessas sujeitas e conseqüentemente influenciam nas suas trajetórias profissionais. A pedagogização dos corpos é alicerçada em valores morais, com forte influência patriarcal. Evidencia também marcas sobre corpos que moldam e disciplinam cada uma delas de acordo com a sociedade em que se inserem. Em seu discurso, Sujeita D declara:

É importante dizer que nessa sociedade que a gente vive, onde vai colocar todos os dias normas sobre nossos corpos, regras em nossos corpos, em transgredir essa lógica né, vai estar né dentro de um campo de penalização, seja ela penalização social, seja as violências, né?

As violências são destacadas e materializadas em suas trajetórias de vida, pois passam por uma adolescência marcada por grandes desafios. Aos poucos, modificam seus corpos e fazem com que a travestilidade se constitua na materialidade dos seus corpos. Neste sentido, as técnicas de feminilidade, exclusão das masculinidades e normalização de identidades sexuais tornam-se agentes de controle e modelagem da vida. Sob essa perspectiva, a classificação taxonômica apresenta práticas sexuais e desejos normais ou anormais, saudáveis ou doentes (Almeida & Vasconcellos, 2018). O processo de composição dos corpos favorece conformações e enfrentamento de violências, muitas vezes simbólicas, que subvertem suas posições e se apresentam como desejos e sonhos.

O temor ao feminino mascara uma misoginia e indica a condenação de tudo o que se refere ao rompimento com o modelo cisheteronormativo. Sujeita P relata:

Se naquela época, eu sofria algum tipo de preconceito ou não, da parte das crianças, isso não existia é..., mas o meu pai sempre tentava é...de uma certa forma(pausa) me mostrar que aquela não era brincadeira de menino, né. A minha mãe como muitas mães sempre é ... (pausa) digamos assim passa a mão na minha cabeça (pausa). Mãe, eu acho que sempre entende né os filhos, acho que uma grande maioria, na grande maioria delas entendem os filhos.

Tais experiências influenciam e mostram que os efeitos do tempo que ajudam a ressignificar as relações e atos estão presentes. Apresentam-se, portanto, processos que revelam a singularidade das experiências que, aos poucos, Sujeita P reestabeleceu, através de novas relações. Mais tarde, na adolescência, a experiência de se apaixonar é vivenciada de forma tensa:

Eu lembro que na sexta série, eu me apaixonei por um menino que a minha melhor amiga namorou e era um dilema, era um dilema porque (pausa) é muito longa essa história, o áudio vai ficar muito tempo. Mas era curioso porque eu me lembro que

teve um momento que eu fiquei sem falar com esse menino, e ai teve uma ocasião de uma festa da semana santa que ele ia fazer o Jesus e ai ele tinha um topete louro e ai a gente queria descobrir um jeito de cobrir aquele topete loiro e ai eu dei a ideia de passar rímel e aí eu sei que num desses momentos, eu fui super grosseira com esse menino, aí ele dizia... foi dizer para essa minha amiga que a única chance, oportunidade que ele achava que tinha pra falar comigo tinha perdido naquele momento porque eu era ignorante e aquilo pra mim, era uma flecha no coração, fiquei super mal, triste , chorava escondida, então assim, é... no colégio se você é muita... pelo menos na rede pública, na minha época eu via dessa forma assim pra você ser respeitada ou ou popular na escola ou você tinha que ter algum protagonismo, ou você tinha que ser... na minha época, as bichas eram boas dançarinas, então tudo que era dança, elas já se envolvia eu já gostava do teatro, então eu me envolvia no teatro.

(Sujeita P)

Muitos elementos irão contribuir com a constituição da adolescência, dentre eles, a sexualidade, que marca esse momento. Ela irá determinar a maturidade desses adolescentes. A sexualidade, nesse período, é expressa de várias formas e poderá ocorrer uma repressão se o primeiro contato ocasionar algum tipo de frustração, poderá também haver aceitação, que faz com que ela perceba que mesmo que não haja o envolvimento afetivo se chega ao ato sexual. Outros aspectos da vida de Sujeita P suscitam posições de protagonismo que se apresentam como estratégia, para permanecer, obtendo reconhecimento:

Acabava que você se tornava essa figura pública, acabava conquistando é... aquele respeito, aquela admiração, todo mundo queria ser sua amiga, todo mundo queria estar perto, mas caso você era mais um na multidão né, você não tinha muita

importância, então na época da escola funcionava meio que assim é... é... eu conseguia conquistar algumas coisas pela imagem da pessoa que eu fui, que eu criei.

O âmbito familiar, geralmente, percebido como o local onde estabelecemos nossas primeiras relações e nos apropriamos dos signos produzidos culturalmente; é nele também onde aprendemos as primeiras regras sobre identidade de gênero e orientação sexual. Embora pensemos no lar como um local de acolhimento, este também pode ser local de reiteração de práticas sociais violentas. Não é raro encontrar em publicações científicas relatos de pessoas LGBTQI+ que sofrem violência durante a infância ou adolescência, visto que não adequam às normas de sexualidade e gênero padrão (Perucchi et al., 2014).

Na família, é notória a necessidade de compreensão da construção e manutenção dos laços afetivos, tal como a construção dos vínculos que permeiam suas memórias diante das infâncias trazidas, alternadas por manifestações de afetos. Neste sentido, as quebras de vínculos e sofrimentos também são manifestadas e, aos poucos, os laços familiares vão sendo reconstituídos.

E hoje, nesse atual momento que eu vivo é... a minha relação com a minha família é boa. É... meu pai é bem mais... consciente, né, da minha imagem, da minha figura, do meu jeito de ser, do meu modo de querer viver (pausa). E... isso foi um processo difícil como todo, como todos os processos né, da nossa classe, mas eu acredito que... a conquista que eu tive em hoje ter o respeito, ter o cuidado né ter o carinho e o amor dos meus pais foi procurando entender também o tempo deles né, não só entender o meu tempo, mas entender o tempo deles. Então, hoje, pelo menos até hoje, eu costumo sempre dizer isso até hoje eu vivo bem, eu não sei amanhã, o que pode acontecer. Até esse exato momento, o meu convívio familiar é um convívio prazeroso, é um convívio onde nós conseguimos nos respeitar, onde nós conseguimos dialogar, nos entender e claro existe divergências, opiniões, pontos de vista, como em

toda família existe né, mas no geral, no aspecto geral, eu consigo viver bem. (Sujeita P)

Em seu processo de formação, Sujeita P destaca que, além da Família, tem a Escola como espaço que influencia diretamente na forma de enfrentar as adversidades. De tal modo, assujeitar-se às normas e buscar estratégias para enfrentamentos, é necessário. Sendo constituídas possibilidades de acordo com os contextos aos quais estão inseridas.

Na Escola, eu sempre exerci funções de liderança, eu sempre fui, por exemplo é...

Líder de sala, [...] então, acho que a partir dessa postura eu conseguia ter o respeito dos meninos, por exemplo. Que eu me lembro muito disso no meu ensino médio. (Sujeita P)

Diante disso, a Sujeita P traz também as suas frustrações que causam sofrimentos, mas que ao mesmo tempo produzem forças para enfrentar as adversidades diante da constituição do feminino. Tal construção de gênero é fortemente percebida nas trajetórias de vida das travestis, principalmente a partir da emergência da ideia de performatividade, que, segundo Butler (2003), tem-se os indivíduos excluídos pela norma ao mesmo patamar dos gêneros dominantes, ou seja, o ideal normativo tem caráter ilusório e não pode ser determinante na classificação de identidades sexuais enquanto normais ou patológicas.

Sujeita P manifesta seus incômodos e silenciamentos:

E aí junto com isso vinha algumas frustrações porque é muitas vezes eu via minhas meninas, minhas amigas se tornando moças e falando sobre peito, calcinha, sobre menstruação e aquilo sempre me despertava interesse, ou então quando se falava em meninos, namorar... Ai!!! mulher eu fiquei com fulano. E eram meninos que a meu ver eram meninos bonitos que eu tinha vontade de de de me relacionar, de beijar na boca, de de sabe, eu escutava tanta música romântica (mudança de tom de voz, bem afetuosa) na época e ai era um sofrimento pra mim porque o meu desejo era de tê-los,

mas eu não podia porquê... Primeiro de tudo que eu (pausa) inconscientemente achava se eu fosse me declarar ou eu ia levar um murro deles né um tapa, aquele famoso vou te pegar lá fora (risos) e vou te meter a porrada viado, então eu tinha muito medo, e eu , eu muitas vezes vinha pra casa com aquele sofrimento, sabe? De porque que eu não posso ter um namorado, por que que eu não posso ficar com esse menino, e eu sonha...menino... era um, era um babado bem bem bem pesado.

Nutrir qualquer sentimento ou emoção, assim como, apresenta-se enquanto território proibido, em que o desejo é silenciado, por perceber a possibilidade de represálias. A violência temida faz com que haja a negação ou a agressividade diante do outro. Implicado nas vivências dos sujeitos, a sexualidade, o sexo e a noção de gênero nos convocam a pensar numa relação íntima com o poder, ou seja, com os jogos de poder e saber, cabendo à reiteração da compreensão de que as pessoas não têm discursos, elas são permeadas por discursos advindos de instituições e reproduzidos pelos sujeitos, provocando atravessamentos, que silenciam e docilizam os corpos.

As relações com a mãe e o pai são manifestadas de forma diferenciada, em que a aproximação da mãe e distanciamento do pai são apresentados. Neste contexto, tem-se a personificação das mães, como figura de afeto, e o pai, distante ou ausente. A violência intrafamiliar é presente também nos relatos, impulsionando inclusive a quebra dos laços e vínculos, entre os integrantes da família, e suscitando a saída de casa, como é descrita por Sujeita D:

É éé, eu saí de casa muito cedo, né, é... eu saio de casa muito cedo, também por conta das violências que tinha dentro do ambiente familiar né, é... Não era violência por parte da minha mãe comigo, com meus irmãos, nada disso, na verdade era uma relação da minha mãe com o meu padrasto né. Sempre foi uma relação muito torta, né. Tortamente, torta.

Tais relações com os pais são estendidas para outros integrantes da família que acolhem e acompanham seus processos de autoconhecimento e autoafirmação. Voltar-se para si mesmo é um exercício necessário que possibilita o fortalecimento diante dos seus processos. Tal contexto marca as pessoas e suas memórias e auxilia em seus processos de subjetivação, influenciando posteriormente na inserção e permanência nos espaços laborais.

Começando pela minha família, sempre tive minha mãe, o apoio da minha mãe, sempre tive o apoio de minha avó materna, dos meus... enfim da minha família materna inteira, que foram as pessoas que mais ficaram presentes, que estão até hoje na verdade, bastante presentes na minha vida. São pessoas que me apoiaram desde sempre, que nunca me abandonaram, que nunca me viraram as costas e os amigos que eu falo eram pessoas, tanto da escola, vários colegas da escola que sempre me davam uma força, sempre dava uma palavra por mim (Sujeita W).

A família na sua constituição histórica, refletida na contemporaneidade, é influenciada fortemente por um modelo patriarcal e burguês ainda vigente, que permeado por moralismos e hipocrisias, tenta sustentar uma imagem estática. A dinamicidade e a pluralidade dos modelos de família devem ser mais bem compreendidas, tais como suas implicações na inserção laboral. A família, como instância social permeada por ambiguidades, demonstra aproximações e distanciamentos de familiares, que não reconhecem como válida a construção de gênero, fazendo-nos perceber o quão tais contextos influenciaram o exercício profissional.

É, eu sempre tive uma relação muito boa com a minha família durante a minha pré-adolescência e aí aos poucos eu fui vendo algumas pessoas se afastando de mim, simplesmente por ser quem eu era. Por eu estar finalmente mostrando quem eu era de verdade, porque por muitos e muitos anos, eu acabei me escondendo, justamente por não saber qual seria a reação destas pessoas e aí acabei descobrindo a reação delas quando eu acabei mostrando quem eu era de verdade. Então, uma das coisas que mais

me chocou foi ver que algumas pessoas que eram bastante próximas, primos, primas, tios e tias se afastarem..., (repentinamente) inclusive meu pai também se afastando de mim e por conta... simplesmente, por ser quem eu sou. Então, eu acredito que foi isso que mais pesou, sabe, durante a minha adolescência para a minha fase adulta (Sujeita W).

Os conflitos neste contexto recebem influências diretas de resquícios do modelo patriarcal de família, com padrões cisheteronormativos que reiteradamente se atualizam e cerceiam outros modos de subjetivação. Neste sentido, a constituição da subjetividade é perpassada por influências recebidas também no contexto familiar. Assim sendo, tal instituição social estabelece as normas e regras, porém também pode ser percebida como espaço de afeto. Diante disso, faz-se necessário compreender o quanto o contexto familiar interfere na constituição subjetiva da travestilidade e da transexualidade e permite a produção de estratégias de enfrentamento.

É... o meu contexto familiar foi muito importante assim para a mim foi é... até hoje eu falo, eu cheguei até a comentar com a professora L que diferente de outras eu, eu sinto agradecida, agradeço a Deus por que, por mim ter o apoio da minha família. Porque a gente vê muitos casos de outras que não têm o apoio da família, são postas pra fora de casa, são ... são criticadas pela própria família, graças a Deus isso aí eu não tive da minha família e abre aspas de algumas sim, mas assim eu falo de minha família de foco, realmente as pessoas que me ... mim importava. E no caso era minha vó que me criou e minha mãe (pausa) e o meu pai, certo. No início quando a gente...quando eu fui conversar... quando fui eu e minha mãe e ele para conversar com ... eu minha mãe e minha vó pra conversar com ele. Ele... bem que assim, teve um choque (pausa), assim porque como era o único filho homem dele, que tinha nascido homem né (pausa) do sexo masculino, então, foi tipo um choque pra ele, mas levou um tempo,

pra ele poder se... abrir a mente dele e... Hoje eu tenho uma convivência com ele, não tenho uma convivência como tenho com minha mãe e como tive com a minha vó, hoje ela é falecida, mas tenho convivência com ele, eu vou na casa dele, ele foi, vem ... de vez em quando vem na minha, sou bem recebida na casa dele e tudo. Não tem diferenças, mas..., mas... no início teve um pouco dele. Eu não tomei assim como uma diferença, eu tomei assim como um choque de realidade pra ele. Porque o único, a única, o único filho que tinha nascido do sexo masculino pra ele. Ai então tipo um choque, eu tomei como um choque, não tomei como rejeição, como nada, eu tomei como choque, e... (pausa) graças a Deus, e... dos outros são os meus tios é. ...teve um apoio, vamo se dizer de 100... vamo dizer de 90 por cento dos outros, então pra mim hoje, ainda hoje eu fico agradecida, agradeço a Deus, por conta de ter eles ao meu lado (Sujeita T).

O processo de aceitação familiar demanda tempo e suporte, para enfrentar a rejeição. Se por um lado, tem-se a aceitação de alguns, por outro, tem-se a negação da possibilidade de existir. Sendo danosa quando as figuras de grande importância não entendem a transição de gênero. Tal situação nos mostra as fragilidades iniciais que influenciarão na inserção no Mercado de Trabalho. O estranhamento é algo presente devido aos impactos produzidos pela transição, que transforma os corpos e as subjetividades, sendo percebidos na família, na escola, tal como no mercado de trabalho. Além da família, a escola como instituição tem seu espaço dificultado pelos preconceitos e discriminações e muitas vezes enfrentado cotidianamente. Bento (2017) nos lembra que a escola, o mercado de trabalho, as famílias e a política de Estado são campos sociais saturados de homofobia. Contextos que produzem vários impactos e de fato trazem, para o cenário social, pautas relacionadas ao combate ao preconceito e à discriminação.

Além desses problemas no contexto familiar, percebem-se diversas outras situações problemáticas enfrentadas pelas pessoas travestis no contexto social, como o acesso ao cuidado com a saúde, o preconceito escolar, afetivo e profissional e, nesse aspecto, a discriminação é uma constante nos discursos, o que contribui de forma negativa no processo saúde-adoecimento-cuidado dessas pessoas (Carvalho, 2006). Neste contexto, é possível perceber como o cuidado, no âmbito das relações sociais e, em especial, familiares, pode ter impacto, positivo ou negativo, nas pessoas, durante o processo de autorreconhecimento, inclusive enquanto profissional.

Nesse sentido, Sujeita T declara:

É sim...muito importante, porque assim, é tipo... a sociedade... a sociedade massacra a gente, pisa, mas quando você chega em casa e que tem toda aquela sua família ao seu lado, que tá ali com você, é tudo. Pra mim, pra mim é tudo, é... você chegar em casa e ter aquele apoio, daquela, daquelas pessoas que estão ali, da sua família e tudo. É... hoje eu tenho na minha mãe, graças a Deus. Deus levou minha vó, mas eu fiquei com a minha mãe que eu compartilho tudo, que me dá forças para seguir em frente e sempre ela fala que ninguém é melhor do que você, você, você vai chegar longe, procure, busque, corra atrás, você vai sempre... você vai me ter junto com você.

Não somente a família, mas a escola, também como instituição cisheteronormativa, tem em seus espaços e práticas marcas de uma cultura machista e patriarcal. Assim como o mercado de trabalho. O silenciamento e a docilização dos corpos é um processo cotidiano e silencioso, visto de forma naturalizada. A rede de apoio nestas instituições e no mercado de trabalho é percebida como agenciamentos produzidos para enfrentar as adversidades.

O processo educacional, atravessado por preconceitos e discriminações, coloca em remissão seus desejos, impedindo suas manifestações durante o período escolar, interferindo

na preparação acadêmica, necessária muitas vezes para o ingresso no mercado de trabalho.

Sujeita G destaca:

[...] eu fiz o ensino médio todo de rapazinho né, justamente por isso, mas eu já tinha identidade feminina, cabelo grande, já usava Sujeita G, eu já, mas tinha aquela coisa de não entrar no banheiro feminino, da gente sofrer *bullying*, muito, muito, muito *bullying*. Quando chegava o dia 8 de março, a gente não ia pro colégio, porque a gente sabia que, um bem popular, ia ser zoada, vai pra quadra, é o dia da mulher, tu também tem que ir. Aí você não vai, fica dentro da sala de aula, dentro da escola, então assim, muitas datas comemorativas, você não vai, uma delas era essa, sabe. Porque era o dia da mulher, você se sentia mulher, você queria estar lá. E você não ia. Você não ganhava a serrinha, da questão da unha, não ganhava e e enfim era muito constrangedor, pronto a palavra certa, em todos os sentidos, era muito constrangedor.

A escola, como instituição presente em sua vida, contribui para a constituição de sua trajetória, com experiências significativas, principalmente na adolescência também, mostrando-nos a importância da continuidade do processo de formação para o trabalho, quando explicita:

Na minha adolescência, quando eu já tava no ensino médio, já foi um pouco mais complicado, porque foi justamente quando eu comecei a passar por este processo, iniciei esse processo de (pausa) de mudança no sentido geral é... e comecei, sei lá, indo para escola usando maquiagem, ai depois comecei a deixar o cabelo crescer, aos poucos comecei a pintar unha, pequenas coisinhas que são consideradas pela sociedade como coisa femininas e ai as pessoas começaram a ver e ai algumas pessoas começaram a se afastar e sofri *bullying* na escola, aquele preconceito todo que é o “ó” já é comum também a gente ver dentro do ambiente escolar pelos adolescentes e (pausa) enfim, acho que foi um pouco complicado, mas eu não me

senti éeee a ponto... , não foi tão exagerado a ponto de eu querer desistir, nem nada, éeee eu sempre segui em frente, eu sempre segui firme, eu sempre pensei que se foi uma coisa que eu decidi assim para minha vida (Sujeita W).

Cabe ressaltar a importância dada à rede de cuidado produzida pelos amigos e alguns familiares que, diante das adversidades, auxiliam nos processos de ressignificação. Para tanto, ressignificar é um processo longo e contínuo, que exige a percepção de sua singularidade e as possibilidades de enfrentamento. A presença e o apoio dos mais próximos se fortalecem diante de todos os obstáculos que surgem, tanto na escola, como na família, como na vida profissional:

[...] eu sempre pensei também que eu não tô sozinha, que nunca estive e nunca estarei sozinha. Porque eu sempre tive pessoas com quem eu posso contar muito, minha família, pelo menos aqueles que não se afastaram de mim. São pessoas que eu tenho certeza que posso contar com eles pra tudo. Amigos também que caminharam e ainda caminham junto comigo hoje essa minha trajetória. Então ... eu acredito que foi isso. Foi complicado, mas não tão complicado a ponto de me fazer desistir. E eu sempre tive a certeza de que não estou sozinha nessa trajetória (Sujeita W).

Em meio aos enfrentamentos, a violência se manifesta cotidianamente. Violências das mais variadas formas. Violências físicas, psicológicas, inclusive simbólicas. Como possibilidade, a rede de cuidado é mencionada pela sujeita, sendo necessário o fortalecimento dos vínculos e produção de agenciamentos para a permanência nos espaços, inclusive profissional. Ressalta-se que não cabe classificarmos qual violência produz mais impactos, mas sim as várias marcas que se instauram sobre os corpos e subjetividades.

Os enfrentamentos acabaram por ensinar o quão singular são as experiências e as continuidades produzidas. Sobre a possibilidade de ter sofrido algum tipo de violência, Sujeita W nega e destaca:

Eu acho que nunca aconteceu, pelo menos não, que eu lembre. Nada assim que partisse para a agressão física, nem nada do tipo. Acho que aconteceu mais foi aquelas piadinhas sem graça, que a gente costuma ver no ambiente escolar, aquelas palavras tipo veado, boiola, enfim... bichinha, essas coisinhas que me incomodavam bastante. Eeee, mas eu nunca dei importância, nunca, nunca chegou ao ponto de eu dar importância, ou deu querer partir pra briga, nem esse tipo de coisa não. Sempre fiquei na minha, eeee sempre pensei que aquelas coisas não eram pra mim, então era como se eles falassem pra outra pessoa, eu fazia de conta que não era pra mim e conseguia levar numa boa. É claro que às vezes mexia bastante com o meu psicológico, e tudo eu ficava muito abalada. Mas é nunca, nunca acontecia nada mais grave do que isso.

Sobre as várias dimensões da violência, cabe um questionamento sobre o que é percebido como violência pela Sujeita W. Talvez os silenciamentos e as violências simbólicas são encobertas, mas vêm à tona, quando são percebidos seus efeitos na forma de sofrimento e prejuízos. Ainda nesse ambiente da escola, ao ser perguntada sobre a figura dos professores, Sujeita W nega em um primeiro momento qualquer recordação, mas lembra de um fato:

Não, eu não tenho recordação e eu acredito que por eu não ter recordação é justamente pelo fato de não ter acontecido. É ee com exceção de é eee uma das minhas professoras no meu ensino médio, queeee me chamou a atenção assim, só por perguntar: Aí, agora tu usa maquiagem? Não sabia que tu usava maquiagem. Que horas tu acorda para fazer essa maquiagem toda pra vim pra cá? E na época, eu não achei queee não tinha sido assim de forma negativa que ela tinha me feito estas

perguntas, mas com um tempo eu comecei a achar que sim, outros professores meus também viram, também perceberam que eu passei a usar maquiagem de uma hora para outra que eu não cheguei por exemplo no meu primeiro ano do ensino médio já usando maquiagem, isso já foi do meu segundo ano em diante. Então. ...E não falaram nada, não me perguntaram nada. Provavelmente acharam comum oooou se não acharam pelo menos não foram me perguntar nada. Já essa professora, ela me fez essas perguntas. Eu não sei se foi por curiosidade ou se havia um tom assim, sei lá, de maldade na fala dela. Mas, que aconteceu.

Um questionamento sobre o uso de maquiagem registra um efeito sobre o uso de tecnologias de gênero que marcam uma possibilidade de existência, rompendo com um padrão normativo, transgredindo. A transgressão como uma possibilidade de quebra das amarras normativas, às vezes de forma silenciosa, às vezes de forma mais efusiva, porém, traz uma marca que é o rompimento de barreiras muitas vezes em um campo simbólico, mas que produz fortes impactos sobre as subjetividades.

As palavras ditas em situações inadequadas podem, junto a outras ações, constituir práticas homofóbicas, que, direcionadas à população de travestis e transexuais, recebem a nomenclatura de transfobia. Neste sentido, tem-se a necessidade de se pensar políticas que também tenham a transversalidade como princípio de atuação, conforme se pode observar, desde o programa Brasil sem Homofobia. Nos últimos vinte anos, os movimentos sociais passaram a construir contradiscursos, produzindo, assim, novos significados para as sexualidades e os gêneros fora dos marcos da medicalização das condutas, ao estabelecer um campo de disputa com o saber que vincula as práticas sexuais e as identidades de gênero à natureza humana. Pode-se interpretar o programa Brasil sem Homofobia como mais um momento nessa disputa, inclusive em vários contextos sociais, como é relatado por Sujeita T:

Várias, várias, várias dificuldades a gente trans, travestis, passamos no dia a dia, perante a sociedade que... é bem complexa, por conta de várias coisas, pra mim se iniciou no colégio (pausa) além da... fora ... no bairro onde a gente morava, na sociedade, na cidade é... que hoje eu digo, hoje em dia não ... você pode andar um pouco mais tranquila, mas vamos se dizer 25 anos era mais complexo. Pra você até sair de casa, tipo a gente se ajeitava e saía de casa, menos... mal chegava na esquina já ouvia críticas, você já ouvia coisas. Eu mesmo já passei até situações de pessoa querer me agredir quando era mais nova, nos meus 17, 18 anos equerer agredir por conta disso, por conta de eu ser uma mulher trans, não ser aceita em cantos, a gente chegar numa praça ter gente, as pessoas sair por conta que a gente chegou. É uma situação bem complexa pra gente (pausa).

A escola, também como espaço que contribui para a constituição, é, neste contexto, percebida e traz uma composição bastante diversa. É um espaço diverso e plural, que marca suas subjetividades fortemente. No ambiente escolar, tem-se a generificação dos espaços, que esquadrinham os corpos e realocam de acordo com a perspectiva de gênero normativa, tal como sua reprodução é percebida no espaço laboral. A trajetória de Sujeita L, marcadamente em escola pública, emerge a diferença como marca:

Sempre me senti diferente na escola, e logo cedo descobri o que era discriminação e preconceito. Passei por muitas situações de constrangimento na hora de usar o banheiro, na hora da chamada, piadinhas com o meu nome, pois sempre tive uma postura feminina, mas o nome não condizia com a minha identidade na época. Sempre soube que minhas diferenças não eram defeitos e sempre reclamava na diretoria, porém muitas vezes não acreditavam no que eu dizia e era necessário que minha mãe ou meu pai fossem até a escola conversar com os diretores.

Andrade (2015) ressalta que a escola nos ensina, ou pelo menos se propõe a ensinar uma programação de conteúdo e de valores morais, com forte influência e boas intenções, discursos fortemente alicerçados em falas em nome de Deus e da Família. Tal contexto materializa preconceitos e discriminações, com forte conotação disciplinar, que atua sobre os corpos, docilizando-os. Existem estratégias que emergem, tanto produzindo experiências de sujeição, como de subversão à ordem normativa. Sujeita P destaca que:

Na Escola, eu sempre exerci funções de liderança, eu sempre fui, por exemplo é... líder de sala, eu sempre fui presidem... eu fui, umas duas vezes, presidente de grêmio da escola, mas isso é... no período na qual eu me enquadrava como gay, como homossexual, e.... (pausa) na realidade é... (pausa) eu nunca sofri agressão física na escola, né embora eu fosse a imagem do gay, do veado, da bicha, mas eu sempre percebi que existiu respeito, até porque eu não era jogada, aquela bicha pin... pin... eu era afeminada, na questão de me portar, de falar educadamente, de sempre falar muito explicado, mas eu não era aquela bicha que era desmunhecada, que ficava se jogando pros garotos, enfim.

Este espaço propicia também estratégias que exercem vigilância sobre os corpos, e se mostram continuamente, numa verdadeira engenharia na produção de corpos adequados à normativa. Constituindo espaços designados para determinados segmentos da sociedade, realizando seleção de corpos dóceis (Foucault, 2009), corpos possíveis (Butler, 2013) ou corpos educados (Louro, 2010), através de mecanismos de coerção fortemente permeados por caráter cisheteronormativo. Muitas práticas se constituem em propagação da intolerância à diferença. Diante disso, sujeitas que borram as fronteiras de gênero, como é o caso das travestis e transexuais, têm negado seu acesso e permanência em instituições de ensino. A materialização desse processo vem sendo pensada a partir da noção de transfobia, como uma prática socialmente instituída, que consiste em eliminar as sujeitas que borram as fronteiras

de gênero, alertando com a violência e a morte, o que pode acontecer àqueles que ousarem desafiar a heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória.

Nos contextos escolares, há uma série de práticas e discursos que excluem e fortalecem preconceitos e discriminação. Como um microcosmo social, a educação, tendo como dispositivo representante, a escola, consiste na repetição de atos discriminatórios, ao silenciamento e à violência. A heteronormatividade é ensinada para ser posteriormente praticada e repassada ao longo das gerações. Ao passo que participa da sociedade e participa da fabricação de representações, a escola produz e reproduz identidades culturais valorizadas para constituir adultos disciplinados e conformados às regras sociais (Ferreira, 2006).

Daí a necessidade de um trabalho contínuo, apresentado por Sujeita B, que prossegue: [...] na escola, ele sofre é o bullying e a LGBTfobia, e aí então esse trabalho de rede com a escola, quando a gente...pra um adolescente não evadir, não sofrer depressão, ficar é com aquela neurose de os meninos estarem chamando ele de frutinha, chamando a menina de homenzinho, porque ela tá jogando e o menino tá brincando de peteca ou de trancelin, é chamado de veadinho dentro da escola. E mamãe não quero mais ir para a escola porque fulano e fulano tá me chamando e vão me bater, entende ¿ e a Escola sente falta de alguém, e a escola não tem um psicólogo e um assistente social que agora é direito ter, né. Ter um Assistente Social e um Psicólogo dentro das escolas, mas muitos não têm. Não sei se agora com esse concurso vão admitir, vão lotar esses assistentes sociais e esses psicólogos dentro das unidades escolares, para que não aconteça essa evasão que acaba atingindo a população T Já no campo profissional, o desemprego tem presença marcada em sua trajetória de vida.

As instituições escolares, em algumas situações, sofrem influências diretas de fundamentalismos, ancorados em modelos religiosos que interferem na forma de educar.

Sujeita L nos apresenta que em uma das escolas que estudara, era evangélica, sendo muito

desconfortável: “[...] todos os dias tínhamos que ler a Bíblia, cantar louvores, fazer orações, mesmo quem tinha outra religião.” Sempre sentia que diretoria e professores tentavam a todo custo alinhar os alunos e alunas aos padrões impostos pela religião. Tal modelo dociliza corpos e os silencia, porém, há experiências que irrompem e produzem rupturas em busca da liberdade. A sensação de liberdade é vivida, quando é possível conquistar o que se deseja:

Não me sentia livre nessa escola e mudei para outra ao finalizar a 4ª série do fundamental. Já na minha 5ª série, em outra escola, tomei conhecimento e fiz contato com o clube do jornal da escola, e iniciei no jornalismo alternativo estudantil, escrevendo sobre gênero e sexualidade, temas que sempre me interessaram muito, na perspectiva da liberdade sexual e dos direitos sexuais. A partir daí, inicio meu, ativismo político nos movimentos sociais, mais especificamente nos movimentos de juventude, negro e LGBT. A vivência na escola foi fundamental em relação aos planos e projetos de vida com as escolhas e os diferentes caminhos que decidi percorrer, sempre pautando e defendendo a luta por justiça social, direitos humanos e construções em coletividade.

O usufruto do autorreconhecimento é um processo que demanda do sujeito uma série de ações e atos que são mencionados na trajetória de Sujeita L. Afirma que aos 16 anos se autoafirmou gay para sua família, escola e demais espaços de sociabilidade, declarando ser uma fase difícil, tendo o apoio de sua mãe, pai e avó, a qual tem como uma grande referência de mulher. Mesmo com o apoio das pessoas que mais se importavam na vida, ainda tinha algo que não se sentia feliz. Só aos 21 anos se deu conta de que não era simplesmente um rapaz homossexual, mas sim uma Travesti, daí se deu o início do seu processo de transição de gênero.

Sempre me senti feminina, quando criança costumava brincar com lençóis, fazendo vestidos, isso às escondidas, na adolescência isso ficou mais evidente, na voz, no

gestual, cabelo, roupas [...] fiquei muito feliz e segui fazendo minha transição do meu jeito, sem hormônios e sem próteses, até hoje. Isso me colocou em uma posição difícil diante de outras travestis que acreditam que para ser travesti nesse país é necessário tais intervenções, eu acredito que não (Sujeita L).

Sujeita L atribui ainda, à escola, a grande contribuição para o seu processo de construção: “A vivência na escola foi fundamental em relação aos planos e projetos de vida com as escolhas e os diferentes caminhos que decidi percorrer, sempre pautando e defendendo a luta por justiça social, direitos humanos e construções em coletividade.”

No entanto, outras revelam a dimensão de preconceito e discriminação desenvolvida no espaço escolar. Sabe-se que são muitos os estigmas que as travestis carregam, suas condições são vistas como atributo profundamente depreciativo, que é percebido por intermédio da interação social com elas. O estigma destaca um traço específico do indivíduo que a sujeita à impossibilidade de atenção social por seus outros atributos, imputando-lhes assim descrédito naquilo que fala, pensa ou faz, muitas vezes. Furtado (2016) enfatiza a necessidade de se avançar na conceitualização e mensuração dos efeitos do estigma social, chamando nossa atenção para a intensa interação entre o nível microsocial e o nível macroestrutural.

Pessoas trans e travestis sofrem discriminação e estigmatização de uma maneira geral nas áreas do setor saúde, educação, emprego e moradia, bem como acesso aos banheiros. A discriminação, por motivos de identidade de gênero, é ilegal nos termos do disposto no direito internacional de direitos humanos, mesmo assim se faz presente (Araújo, 2015). Na escola, portanto, não seria diferente para as travestis e transexuais:

Na minha adolescência, quando eu já tava no ensino médio, já foi um pouco mais complicado por que foi justamente quando eu comecei a a passar por este processo, iniciei esse processo de (pausa) de mudança no sentido geral é eee comecei, sei lá,

indo para escola usando maquiagem, ai depois comecei a deixar o cabelo crescer, aos poucos comecei a pintar unha, pequenas coisinhas que são consideradas pela sociedade como coisa femininas e ai as pessoas começaram a ver e ai algumas pessoas começaram a se afastar e sofri bullying na escola, aquele preconceito todo que ooo já é comum também a gente ver dentro do ambiente escolar pelos adolescentes eeee (pausa) enfim, acho que foi um pouco complicado, mas eu não me senti éeee a ponto... , não foi tão exagerado a ponto de eu querer desistir (Sujeita W).

Ao mesmo tempo em que emergem enfrentamentos, como relatados por Sujeita W, o uso de maquiagem na escola, como forma de afirmar suas identidades em construção, presentes em elementos fortemente representativos nesse contexto.

[...] no meu ensino médio, queeee me chamou a atenção assim, só por perguntar: Aí, agora tu usa maquiagem? Não sabia que tu usava maquiagem. Que horas tu acorda para fazer essa maquiagem toda pra vim pra cá? E na época, eu não achei queee não tinha sido assim de forma negativa que ela tinha me feito estas perguntas, mas com um tempo eu comecei a achar que sim, outros professores meus também viram, também perceberam que eu passei a usar maquiagem de uma hora para outra que que eu não cheguei por exemplo no meu primeiro ano do ensino médio já usando maquiagem, isso já foi do meu segundo ano em diante (Sujeita W).

A presença dos silenciamentos se evidencia como estratégia de enfrentamento aos preconceitos e discriminações sofridas, muitas vezes associada à sua condição vinculada ao feminino. Como falar sobre o feminino é falar sobre a margem, falar sobre travesti também estaria na mesma seara. Com uma sociedade liderada por homens e o poder sobre si negado, o feminino se constitui a partir do não lugar, com efeitos desses silenciamentos reverberando sobre sua subjetividade e sobre seus corpos. Sujeita W reitera:

Acho que aconteceu, mas foi aquelas piadinhas sem graça, que a gente costuma ver no ambiente escolar, aquelas palavras tipo veado, boiola, enfim... bichinha, essas coisinhas que me incomodava bastante. Eeee, mas eu nunca dei importância, nunca, nunca chegou ao ponto de eu dar importância, ou deu querer partir pra briga, nem esse tipo de coisa não.

Nesse contexto, evidenciam-se as situações de constrangimento, que marcam suas memórias e em seus relatos anunciam as autonegações que as silenciam, produzindo o apagamento de suas subjetividades. Segundo Andrade (2012), os banheiros são separados exatamente para delimitar o lugar do pênis e da vagina, separando os homens das mulheres, evitando, deste modo, o contato íntimo e sexual, a fim de “proteger” a mulher e a sua feminilidade. Diante disso, a aversão ao utilizar um espaço de necessidade fisiológica de todo ser humano, a insegurança e o medo de um possível constrangimento no banheiro feminino e de outras violências no masculino têm um caráter tão estigmatizador, a ponto de o sujeito se obrigar a negligenciar suas necessidades mais básicas. É importante ressaltar que o uso de banheiros masculinos pelas mulheres trans e as travestis gera uma série de constrangimentos que, além dos olhares curiosos e discriminatórios, a estrutura dos banheiros, os próprios mictórios, sem qualquer privacidade, tornam a experiência ainda mais traumática. Tem-se também, nesse contexto escolar, relatos que apresentam os enfrentamentos no ambiente escolar, que são percebidos como estratégias de permanências.

Pronto, é.... a gente vai construir estratégias de permanências no ambiente escolar, quando a gente percebe que é necessário, né, é....então como eu falei é... anteriormente, eu sempre tive, é ..na escola, o lugar de líder, de liderança né. Então, eu sempre usufrui disso pra mim conseguir me manter na escola, né. É. então, eu tinha também as estratégias, os meninos sempre tiravam onda comigo, por exemplo,

tive vários apelidos na escola, é... desde o ensino fundamental até o ensino médio, o último ano do ensino médio. Né, é...mas eu tirava de letra né, esse processo de discriminação, porque eu construía um espaço de solidariedade, né (Sujeita D).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) tem, entre várias reivindicações, o campo da educação, que se manifesta sobre a importância do acesso e permanência ao espaço de escolarização, em especial sobre a política de cotas e reservas de vagas destinadas, em universidades públicas, ao acesso da população de travestis, mulheres e homens trans, transmasculinos e demais pessoas trans.

Buscam assim a garantia do acesso à universidade e à construção científica por pessoas trans, que têm sido prejudicadas, historicamente, devido ao processo de apagamento social de suas identidades e expressões de gênero, que tem expulsado seus corpos dos bancos escolares, impossibilitando a chegada ao ambiente acadêmico, ou ainda aquelas, que mesmo tendo conseguido entrar na universidade, encontram dificuldades motivadas por sua condição para a continuidade, devido a fatores sociais e situação de vulnerabilidade, como é explicitado na Nota pública da Antra sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans, publicada em 17 de dezembro de 2020. Sobre o espaço da Universidade, também como espaço de formação se apresenta para a Sujeita W, como espaço de aceitação, de acordo com a sua área de estudos, no campo das Artes, apesar de também apresentar muitos desafios: “E por incrível que pareça são cursos onde a maioria das pessoas são LGBTs, então... eu... eu acho que não existiria lugar no mundo pra eu me sentir mais aceita... do que ... na minha graduação.”

Sabe-se que o contexto de construção afeta fortemente a inserção no mercado de trabalho. Torna-se comum, portanto, o relato da evasão escolar desta população, no entanto, cabe a percepção de uma expulsão produzida pela não adequação às normativas das escolas.

A gente tem é... as travestis elas têm seus corpos é... expulsos das escolas. Não existe evasão escolar para as travestis, não existe evasão escolar para a população LGBTQIA+. Elas não... a gente não evade a escola, a gente não tem essa evasão, a gente é expulsa das escolas, da mesma forma, por isso que os empregos deles fecham as portas. Porque o trabalho é *pras* pessoas competentes, as escolas fecham... as escolas expulsam seus corpos de lá, as faculdades... a faculdade que... (risos), a faculdade que era pra ser um local que não era pra existir isso, e existe, e existe também. E eu nem posso dizer que existia, que existe ainda, existe ainda e a gente tem que ter conhecimento (Sujeita G).

Se mesmo diante dos avanços sociais, ainda nos deparamos com muitas limitações nos espaços formativos da família e da escola, acabamos por corroborar também com as dificuldades encontradas nos espaços laborais. Neste contexto, as interações com a família e com a escola são trazidas por Sujeita L, visto que, os modelos de família e escola, fortemente moldados numa estrutura cisheteronormativa, reiteram os discursos e atos que naturalizam o binarismo de gênero.

A entrada na universidade tem um papel importante em sua vida, por perceber-se mais livre e incluída socialmente.

Foi mais comum do que o meu ensino fundamental e do que o meu ensino médio também. Porque o curso de artes cênicas, que é junto com o curso de artes visuais aqui na XXXX, ele é... ele tem um campus só para eles, então é, é separado dos outros cursos. E por incrível que pareça são cursos onde a maioria das pessoas são LGBTs, então... eu... eu acho que não existiria lugar no mundo pra eu me sentir mais aceita... do que ... na minha graduação. Que foi entre 2010 e 2016, foram os anos que eu cursei o curso de artes cênicas. E sempre tive o apoio de todo mundo, tanto dos colegas

como dos professores. É ééé enfim, foi um lugar que eu me senti acolhida, de verdade. (Sujeita W)

Os espaços escolares, muitas vezes, não acolhem as demandas específicas desta população. Sabe-se que a escola, por ser a instituição especializada na educação das novas gerações, tem sua finalidade específica e consiste em colocar à disposição dos educandos, mediante atividades sistemáticas e programadas, o patrimônio cultural da humanidade. Pressupomos que esse patrimônio, no que consiste em mais importante, esteja concentrado nos currículos escolares, entretanto, nem sempre isso acontece, visto que o currículo escolar, geralmente, não inclui as experiências humanas mais significativas, mas apenas parcelas dessas experiências, aquelas que mais interessam aos grupos dominantes. Por isso, a necessidade de perceber a eficiência dos currículos ocultos que têm sido constituinte de resistências.

Foucault (2009) nos faz pensar a escola como aparelho de exame ininterrupto, através da comparação de “um com todos”, a fim de medir e sancionar. Ao mesmo tempo em que o “mestre” transmite seu saber, ele levanta um campo de conhecimentos a respeito dos alunos. A escola, portanto, é percebida enquanto o local de elaboração da pedagogia, que passa a ser ciência. As sujeitas, assim, passam por uma vigilância contínua, e uma visibilidade obrigatória. Seus corpos e comportamentos passam a ser normatizados, fazendo com que a percepção de transição de gênero seja questionada, levando a que se busquem justificativas para tal transformação.

A família e a escola, que são comumente percebidas como possibilidade de rede de apoio, em que o cuidar se manifesta, a partir dos laços afetivos constituídos, o cuidar se apresenta, então, como ato. O cuidar, inclusive de si mesmo, para que o cuidar do outro se fortaleça. Foucault (2010) descreve de forma sintética a noção de *epimeleia heautôu* (cuidado de si mesma), que nos auxilia a pensar tal contexto:

Primeiramente, o tema de uma atitude geral, um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro. A *epimeleia heautôu* é uma atitude – para consigo, para com os outros, para com o mundo. Em segundo lugar, a *epimeleia heautôu* é também uma certa forma de atenção, de olhar. Cuidar de si mesmo implica que se converta o olhar, que se conduza para o exterior para...eu ia dizer o interior; deixemos de lado essa palavra (que, como sabemos, traz muitos problemas) e digamos simplesmente que é preciso converter o olhar, do exterior, dos outros, do mundo, etc. para si mesmo. O cuidado de si implica uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento. Há um parente da palavra *epimeleia* com *melete*, que quer dizer, ao mesmo tempo, exercícios e meditação, assunto que também trataremos de elucidar. Em terceiro lugar, a noção de *epimeleia* não designa simplesmente esta atitude geral ou essa forma de atenção voltada para si. Também designa sempre algumas ações, ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nós assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos. Daí uma série de práticas que são, na sua maioria, exercícios, cujo destino será bem longo (pp.11-12).

Nesse sentido, em que o cuidado se dá em rede, estas estão em constante construção e ofertam diferentes possibilidades, que são acessadas de variadas maneiras, de acordo com as necessidades de cada indivíduo, que, em sua margem de liberdade, se constituem. É muito importante que o apoio e suporte se fortaleçam, sendo a família um importante pilar de sustentação, assim como a escola. Família e escola, portanto, devem ser, para as travestis e transexuais, espaços que possibilitem a superação dos desafios durante as vivências que permeiam a transição de gênero em meio às expectativas sociais de heteronormatividade e cisgeneridade. Permitem construções e performances identitárias que interferem na inserção,

permanecendo no espaço laboral, em meio a expectativas de que suas performances correspondam às construções sociais esperadas para o sexo biológico masculino ou feminino.

5. (Trans)conversações: As agonísticas na constituição subjetiva de travestis e transexuais no espaço laboral

A previsão do tempo diz que o céu fechou
O poder da vitória vai curar a dor
O temporal agora vai cair em mim
A chuva da vitória vai reinar no fim
E quem caiu vai levantar e a gente vai vencer
Sofrimento acabar e o amor vai crescer
Inimigos vão cair ao som desse trovão
Levanta a mão pro alto e sente o rajadão. [...].
(Pablllo Vittar, Rajadão, 2020).

Em tempos de pandemia, na qual esta tese foi escrita, a conversa presencial, como modo de pesquisa, ficou impossibilitada, devido às recomendações governamentais e a todas as medidas de biossegurança, em função da pandemia da Covid - 19. No entanto, a Conversa, enquanto instrumento de pesquisa, se manteve neste estudo, porém, agora, através de recursos tecnológicos que nos possibilitaram a aproximação e a produção do que chamo de (Trans)conversações. Assim, de forma síncrona e assíncrona, mantive-me “conectado” a cada uma das sujeitas de pesquisa de forma individual, seguindo solicitações delas. Através das mensagens compartilhadas via *WhatsApp*, que me suscitaram atravessamentos para além da posição de pesquisador.

Eu, aberto a conhecer e dialogar sobre as questões enfrentadas pelas participantes no espaço laboral, percebi fortemente que tais sujeitas se constituíam além de profissionais, como seres humanos, que pensam, sentem e vivem suas experiências atravessadas por uma estilística da existência, um modo de ser na sua singularidade, intenso e profundo, produzindo estratégias de enfrentamento, diante do desafio de ser.

Para as travestis, o mundo do trabalho é visto como: “Excludente ... opressor, uma ferramenta do capitalismo que vai sempre colocar à margem quem não está nos “padrões”. A

lógica mercantil está muito longe de acolher as questões sociais e compreender o que de fato é diversidade” (Sujeita L).

Nesse sentido, o direito ao trabalho é um direito permeado por resistências. Paixão (2018) afirma que: “Embora servindo, em parte, aos opressores, nasceu lado a lado com os oprimidos. A mesma fábrica que domava os homens os ensinou a se rebelar” (p. 17). Assim, a resistência é constituída no espaço laboral, em que a diversidade não encontra espaço.

O campo de significados, atribuídos às suas ações, tem uma dimensão singular, que se constitui em suas trajetórias de enfrentamento e é descrito no campo de pesquisa, a partir de nossas conversas.

Os conceitos de trabalho e emprego recebem interferências diante dos marcadores de gênero que necessitam de distinção, em vários contextos. Entre eles, inicialmente, temos a interação de ambos os tipos de atividade que condicionam a vida de homens e mulheres de maneira diferente; comprovando a diferença que ajuda a identificar a contribuição de tais pessoas e, particularmente, das mulheres, o que possibilita abranger a problemática do emprego e do trabalho feminino, que mostra ser indispensável à compreensão de tais conceitos.

Segundo Almeida e Murta (2013), o mundo do trabalho é, na maioria dos casos, uma experiência altamente limitadora, até para quem já realizou todos os procedimentos para uma imagem conforme o gênero afirmado, pois apesar de todas as transformações corporais, sem a alteração nos documentos oficiais, homens e mulheres trans e travestis permanecem na clandestinidade, vivenciando constantes situações de discriminação.

A ideia de trabalho é geralmente ligada às atividades remuneradas e consideradas produtivas, seja o trabalho assalariado (setor público e privado), por conta própria, formal e informal, e em vários setores da atividade econômica, sendo sempre remunerado.

A presença feminina costuma ser proporcionalmente maior nos postos de trabalho informais e precários, assim como no trabalho sem remuneração destinado à manutenção e reprodução da vida nos lares; ou seja, no trabalho estritamente doméstico e outras atividades vinculadas ao cuidado das pessoas.

Definir como feminino está fortemente articulado com o contexto social e cultural, assim como, com as relações discursivas que o permeiam. Através de processos de socialização, baseados em uma divisão dicotômica de sexos, as sujeitas internalizam noções específicas de feminilidade e masculinidade e os padrões comportamentais esperados socialmente. Desta forma, concomitantemente, ao ser materializado através de normas regulatórias, é também desestabilizado, retirando um posicionamento determinista e delimitador do conceito de gênero (Butler, 2013).

Apesar de todos os desafios encontrados, as mulheres cultivam, em seu íntimo, anseios, que vão além da aceitação social. A maioria lida com questões sobre o sofrimento individual. No entanto, há uma maior urgência em se criar políticas públicas que possam combater ou prevenir que esses números de exclusão venham a crescer ou até mesmo serem naturalizados pela sociedade (Ferreira, 2014).

A distribuição social de obrigações e responsabilidades das atividades do mercado e fora da órbita do mercado, entre indivíduos de um ou outro sexo, determina a participação das mulheres no trabalho remunerado, assim como em outras atividades (políticas, culturais, sociais ou de lazer).

O tempo destinado aos vários tipos de trabalho marca uma diferença entre homens e mulheres, que se expressa nas características que assume o emprego para uns e para outros, tanto como no tempo livre (lazer, cuidados pessoais). Daí a importância de conceber o trabalho de forma mais abrangente, tanto para explicar a origem das diferenças da participação das mulheres no mercado laboral, em relação aos homens no que tange às

oportunidades, aos negócios e aos resultados, como no que se refere às possibilidades de superá-las.

Analisar a problemática das mulheres no mercado laboral e as desigualdades de gênero exige levar em consideração a divisão sexual do trabalho predominante. A contribuição humana ao funcionamento das economias se compõe de trabalho dentro e fora do mercado. A autonomia econômica das mulheres é uma das bases para a igualdade de gênero e, em grande parte, depende de que os tempos de trabalho sejam divididos de forma equitativa, entre todos e todas. Tendo em vista a tendência crescente da presença feminina no mercado laboral, além de um ato de justiça, garantir esta divisão pode ser uma contribuição para a eficiência das políticas econômicas e laborais.

Nesse sentido, as travestis e transexuais, apesar de compartilhar o universo feminino, têm especificidades que devem ser levadas em consideração, visto que tal população ocupa uma posição de exclusão e negação de direitos. As sujeitas de pesquisa evidenciam tal contexto:

Sobre o Mercado de Trabalho, eu percebo que se vê falar muito de oportunidade pra comunidade T, mas eu ainda sinto que se precisa de mais, sabe. E se precisa de mais em vários aspectos. Se precisa de mais oportunidade, se precisa de mais qualificação (pausa) pra isso. É... eu por exemplo, depois da minha transição (...), quando ela começou, eu estava empregada em um órgão público. Que eu percebia que a minha transição, ela de certa forma meio que causava certos questionamentos, certas dúvidas em questão da minha aparência, porque eu tinha sido contratado como menino, como menino, digamos, estava com a aparência feminina, porque tava com o cabelo grande, estava sempre maquiada, com calças coladas, eu me vestia como eu me via, independente de lá na minha carteira de trabalho tivesse o nome de homem e tiveram alguns momentos que eu me senti constrangida (Sujeita P).

A dimensão do constrangimento é evidenciada e nos suscita a compreender os efeitos sobre suas subjetividades. Os atravessamentos de suas constituições enquanto profissionais não se distanciam das suas constituições, enquanto travestis e transexuais. Os marcadores sociais de identidade e diferença, como o próprio gênero, raça, classe social entre outros, interseccionados, evidenciam conflitos e se tornam fatores impeditivos para a inserção e permanência no mercado de trabalho. O constrangimento devido ao contexto do espaço laboral é evidente.

Eu me senti constrangida em alguns momentos nos quais fui submetida a usar um fardamento que não condizia com o meu gênero. E aí, eu me sentia muito sufocada em falar, eu não sabia como falar (pausa) só que acabava que alguma coisa acontecia e que eu acabava não participando e eu agradecia super por não fazer parte daquele momento né. Porque seria um momento de puro constrangimento pra mim (Sujeita P).

Nesse depoimento, a Sujeita P está se referindo a momentos de constrangimentos, vivenciados de forma sutil, mas não menos violentos. Neste sentido, a inserção no mercado de trabalho traz reflexões em vários âmbitos e se materializa nas trajetórias de vida marcadas por forte estigmatização, em que, por um lado, fazem delas vítimas constantes de discriminação e, por outro, mostram-nos estratégias de enfrentamento, através das quais é elaborada a própria existência. Trata-se, portanto, do binômio assujeitamento e resistência.

Retomamos a afirmativa de Sujeita W, que situa:

[...]ser travesti nos dias atuais é ser resistência. Porque somos marginalizadas o tempo todo... então é aquela coisa que eu sempre falo quando eu participo de rodas de conversas, de debates, palestras. Ser travesti é aquela pessoa que sai de casa sem saber se vai voltar, aquela pessoa que sai de casa com medo, aquela pessoa que tem uma

determinada limitação na sociedade porque não é todo mundo que compreende o que é ser (ênfase) travesti, que nós somos seres humanos.

A ênfase dada ao termo Travesti sobressai ao contexto de transgressão, pela afirmação do que se pretende ser, mesmo que para isso tais sujeitas sejam mobilizadas ao enfrentamento. Afinal, resistir é uma constante, em articulação com elaborações teóricas.

Zanella e Furtado (2012) destacam que:

Resistir, verbo transitivo indireto, tem lugar de destaque nas práticas políticas destes e de todos os tempos. Resistência, oposição, recusa, negação. Resistência, defesa, não cessação, subsistência. Esses são os sentidos comumente partilhados para este verbo, porém suas práticas vêm sendo transformadas nestes tempos em que as tecnologias da informação e da comunicação se espriam por todos os cantos, redimensionando as relações temporais, espaciais, a própria vida (p. 205).

A Resistência se materializa em instituições, entre elas, destacam-se, para este estudo, as duas instituições, Família e Escola, que contribuem\ atrapalham os processos de formação das travestis e transexuais, conforme já discutidos anteriormente, que se evidenciam em seus relatos de experiências.

No espaço laboral, a construção é antes de tudo também sexual, pois aqueles que põem ao gênero que lhes fora imposto ao nascerem em discussão têm maiores dificuldades nas atividades profissionais que, em geral, são generificadas. É comum encontrarmos na literatura a inserção no mercado de trabalho, a partir da prostituição, como única opção, na vida de uma travesti ou transexual.

Nesse sentido, relembremos a luta de Janaina Dutra, cearense do município de Canindé, que foi a primeira travesti advogada a conseguir sua carteira de filiação junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Militante dos direitos humanos dos homossexuais,

ocupou a vice-presidência do Grupo de Resistência Asa Branca (Grab), de Fortaleza. Fundou a Associação de Travestis do Ceará (Atrac), exerceu o cargo de secretária de Direitos Humanos (suplente), da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, sendo a presidente da Associação Nacional de Transgêneros (Antra), e membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Sobre a necessidade de profissionalização das travestis, Janaina destaca:

Nossa meta é melhorar a qualidade de vida das travestis. A cidadania e a busca do conhecimento são alternativas à prostituição. A prostituição um dia acaba, não é para a vida toda. Defendo uma política de cotas que garantam participação das travestis no mercado de trabalho, além de políticas públicas que obriguem as escolas a ensinar o respeito à diversidade (Brasil, 2004, p. 8).

Nesse sentido, a vinculação da prostituição à travestilidade e transexualidade é presente, reforçada por modelos patologizantes de tal experiência, além de permitir que se perceba os vários sentidos que as travestis e transexuais atribuem ao exercício da prostituição.

Garcia (2008) nos apresenta que a identidade travesti, desenvolvida nas grandes cidades brasileiras, a partir da década de 1970, se diferencia claramente daquela relativa à década anterior, quando o termo “travesti” se referia principalmente às transformistas que participavam de shows. Esta diferença está relacionada à entrada das travestis no universo da prostituição e, conseqüentemente, à ocupação das ruas e avenidas das cidades. Algumas se identificavam como “profissionais do sexo”, o que implica uma ressignificação do sentido historicamente atribuído à prostituição, relacionado à valorização desta enquanto forma de trabalho, a maior parte parecia se apropriar de uma concepção imaginária do que é “ser puta” típica da cultura de gêneros tradicionais no Brasil.

Amara Moira (2018) destaca:

[...] eis o que és, eis o que significa. Um nome, o meu nome, mas ninguém diz. Sonoro, alegre, talvez, com a cara que faço ao receber proposta de um oral por dez, completo vinte. Atender na rua é o que dá, coisa que aprendi de cara. Travesti rondando os inta, mas se dizendo vinte, militante LGBT, feminista, escritora, doutoranda em teoria literária pela Unicamp nas horas vagas: e puta. “E puta”, mas como?! Mas por quê? Sem “mas”. Puta porque puta, puta porque “quem sabe um dia”. Já viu travesti professora, advogada, cientista, médica? Querem que eu seja a primeira, querem que um canudo de doutora me abra as portas do mundo, a única, diferentona: “Venha Amarinha, trabalhar conosco, te queremos tanto”! E o telemarketing, salão de beleza? Antes Puta. Prefiro isso a ouvir desaforos oito horas por dia ao telefone ou fazer unha e cabelo de madame com rei na barriga (p.32).

A prostituição é mencionada, não somente como motivada pela necessidade econômica, mas também como um espaço de afirmação da feminilidade, e observações advindas de pesquisas, como as realizadas por Kulick (2008) e Benedetti (1997), que apresentam a prostituição como um campo de experiências prazerosas para as travestis.

Kulick (2008) apresenta um estudo etnográfico que traz em detalhes a vida de travestis no bairro do Pelourinho, em Salvador, na Bahia. Paralelamente à sua pesquisa, Hélio Silva publica sua tese, intitulada *Travesti: A invenção do feminino, publicada no formato de livro em 1993*, que traz, nas páginas iniciais: “Evito, portanto, a diabolização do travesti e espero não ter caído em seu simétrico inverso à angelização” (Silva, 1993, p.16). Este estudo traz as travestis da Região da Lapa no Rio de Janeiro e gerou mais dois livros *Certas Cariocas* (1996) e *Travesti: entre a rua e o espelho* (2007).

Além destas obras, temos Oliveira (1994), com sua pesquisa intitulada “Damas de Paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher”, fruto de um trabalho de campo desenvolvido no início da década de 1980, na Bahia. Inspirada pela etnografia comparativa

que o tema demanda, seu trabalho delinea os processos e fatores que subjazem à construção social dos “invertidos”.

Tais obras marcam a entrada da temática no espaço acadêmico, tomando as experiências em torno das identidades dissidentes, no entanto, a escrita ainda influenciada pelo marcador de gênero no masculino, além de outros estigmas que na época de suas elaborações, prevaleciam. Tornam-se relevantes, porém, devido à contribuição histórica pertinente, principalmente por retratarem contextos que para a época eram silenciados.

Ainda sobre a prostituição, percebemos que é descrita por Patrício (2012), em duas vertentes distintas: uma delas é a atividade laboral que, por falta de oportunidade na escola e no mercado de trabalho, faz com que travestis, meninos e meninas se dediquem a ela de forma cada vez mais constante, embora não regularizada pelo Governo. Uma outra vertente é a que evidencia a prostituição, como atividade prazerosa.

A crítica feita pela autora a uma realidade presente na prostituição e na desvalorização de toda sua formação em detrimento de um conhecimento. A vida das meninas e meninos requer dedicação e disposição física para o *habitus* de um mundo diferente, principalmente um mundo em que os códigos de fala são outros, em se tratando de outra língua, mesmo que, ao se aprender os códigos deste mundo, percebe-se que as diferenças entre países são pequenas.

No caso brasileiro, Costa (2019) nos apresenta o bajubá, como linguagem fortemente percebida no contexto da travestilidade:

[...] é uma linguagem de tradição oral, portanto, são escassas as documentações sobre ela. Por se construir nas ruas, nas esquinas, nos territórios de prostituição, está em constante mudança, se reinventando, absorvendo palavras e expressões de outras línguas e ressignificando os vocábulos de seu próprio repertório (p. 17).

Diante disso, questiona-se: Seria a prostituição o único caminho para o exercício laboral das travestis e transexuais? Inquietos com a compulsoriedade de caminhos marcados pela violência e exclusão, os movimentos sociais, junto com o poder público, lançam em 2004 o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, sendo uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil, reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais, tão duramente conquistados. No entanto, nos últimos anos, tem-se sofrido ataques aos direitos que mostram retrocessos diante dos avanços conquistados anteriormente para esta população específica, além das restrições no campo da pesquisa.

Torna-se evidente, portanto, que a busca pelo reconhecimento, como possibilidade para a inserção no mercado de trabalho, para além da prostituição, é uma realidade. A ampliação de possibilidades favorece um rompimento com a ideia de compulsoriedade, tão presente nos discursos sobre a trajetória de vida das travestis e transexuais.

No campo da prostituição, destaca-se, entre as produções científicas, o estudo desenvolvido por Navas (2016), que trata do tráfico de travestis e transexuais brasileiras, com a finalidade de exploração sexual no mercado transnacional do sexo, bem como sobre as formas de enfrentamento no plano das políticas públicas. Aponta que as travestis pesquisadas foram vítimas do tráfico de pessoas e que, nesses casos, há especificidades, quando comparadas com aquelas que envolvem mulheres e adolescentes, principais vítimas desse fenômeno.

Destaca-se também o estudo de Patriarca (2015), que apresenta uma etnografia de experiências travestis na prostituição e as relações que estabelecem com as donas de casas de prostituição. Como evidência, traz que as donas e suas casas de prostituição podem ser um suporte econômico-afetivo para construções identitárias do universo trans, assim como

representam um apoio seguro diante de violências policiais e de clientes que acometem suas vivências na prostituição.

Todavia, recorro às (trans)conversações, que apresentam a compreensão de prostituição, a partir das experiências das sujeitas de pesquisa:

Então, esses sujeitos vão reivindicar outros espaços sociais também né. Porque que as travestis dos anos 80 e dos anos 90, tinha esses corpos esculpidos pelas bombadeiras, de mulheres avantajadas, das mulheres gostosas. Porque só tinha naquele período a prostituição, quase como compulsória a esses sujeitos. Hoje, nesses períodos mais recentes, né, as travestis estão reivindicando outros espaços para além da prostituição, né? (Sujeita D).

Não que a prostituição não seja um emprego né, porque pra muitas delas é somente aquilo que elas têm. Mas, que existem outras possibilidades também, que ser travesti não é só aquilo. Então, eu me reafirmo como travesti, justamente por conta disso. Pra quebrar mais com esses estereótipos que as pessoas têm (Sujeita W).

À vista disso, faz-se indispensável conhecermos os quatro enfoques ou abordagens sobre a prostituição, estes que existem em decorrência das múltiplas formas de a prostituição ser vista socialmente. Didaticamente, podemos perceber que o primeiro enfoque se chama Regulamentarista, sua principal característica está voltada à participação ativa do Estado, pois mesmo que seu intuito seja a regulamentação, este tem como objetivo o controle dessas mulheres, como forma de impedir que a prostituição desenvolva algum mal à saúde e à moral da população. O segundo é identificado como Proibicionista. Neste, a prostituição é considerada como algo intolerável. Desta forma, devem ser criminalizadas e penalizadas, não só as prostitutas, como também os seus clientes. A terceira abordagem é designada como

abolicionista, pois considera a prostituta como uma vítima do machismo e do sistema patriarcal, por isso não apoiam a regulamentação enquanto trabalho, pois seria uma forma legalizada de submissão da mulher à exploração do homem. O quarto e último enfoque é o Trabalhista/Laboral, que considera a prostituta enquanto trabalhadora sexual e, por isso, é necessário que haja a sua garantia de direitos e melhores condições de trabalho, a partir de sua regulamentação (Piscitelli, 2013).

Por não apresentar uma unanimidade nestas perspectivas, percebemos os elementos relacionados às questões de classe que realocam as sujeitas, a partir de suas vulnerabilidades. No caso das travestis de camadas populares, consideram-se outras opções de trabalho aquelas geralmente destinadas às mulheres de camadas sociais menos favorecidas: cabeleireiras, manicure, empregada doméstica, diarista, entre outras. Só que elas não são vistas socialmente como “mulheres completas”, o que dificulta consideravelmente sua inserção, mesmo nestas vagas de trabalho.

Um desafio apresentado é o critério da “boa aparência” que, muitas vezes, mascara atitudes discriminatórias, assim como o racismo e o sexismo das empresas ou instituições contratantes. O caráter subjetivo da “boa aparência” nos faz pensar o processo de composição de corpos das travestis que manifestam claramente a discordância entre os estereótipos de gênero e os documentos que as apresentam.

A informalidade no espaço laboral é presente como possibilidade, pois trabalhar por conta própria, sem vínculo empregatício e\ou para parentes \amigos\ vizinhos, pode ser um caminho viável. As repercussões sociais emergem devido à desproteção nos termos da seguridade social brasileira. A Inserção no serviço público se apresenta também como estratégia devido à forma de acesso a ambientes de trabalho menos hostis, e para que não corram risco de demissão. Esta tem sido uma possibilidade, para as que tiveram a oportunidade de melhor escolarização, tornando-se servidoras públicas.

Muitos são os caminhos que permitem nos aproximar da singularidade presente na experiência de cada sujeita de pesquisa. Em tempos de pandemia, porém, pude perceber que as possibilidades se restringiram um pouco, impedindo o contato permitido pela presencialidade, sendo necessária uma construção do olhar possível para este momento. A busca por sujeitas de pesquisa, conforme relatada anteriormente, foi realizada por colaboradores e colaboradoras que, inseridos nos movimentos sociais, conheciam muitas pessoas e indicaram várias outras, que me disponibilizei a entrar em contato e explicar a proposta de pesquisa e convidá-las a participar. Para algumas, não foi possível a participação, devido aos motivos já explicitados anteriormente na metodologia. Com estas que se disponibilizaram, consegui estabelecer conversas, que me proporcionaram a produção desta pesquisa.

Decidi trazê-las individualmente, conforme foi desenvolvida a pesquisa, definida a partir de suas escolhas. Na construção escrita, optei por termos e fragmentos que melhor representassem cada uma das sujeitas de pesquisa e nos permitiram compreender, a partir das nossas conversas sobre o processo de profissionalização das travestis e transexuais.

Sujeita D: Transgressão e Reivindicação

[...] na verdade, roubam de nós o direito de nossa identidade [...] só que a gente tem o direito e as pessoas têm o direito à vida. (Sujeita D).

Para iniciar o contato direto com o mundo do trabalho, Sujeita D materializa sua subjetividade, através de seus enunciados, e nos apresenta traços fortes da relação estabelecida com a esfera laboral, pois afirma que desde o âmbito familiar, em sua casa seus irmãos iniciaram os trabalhos muito cedo e ainda continuam nos mesmos trabalhos precários, pois não tiveram acesso ao espaço escolar, o que acaba por inquietá-la. Diante desta realidade, Sujeita D tinha outros interesses, volta-se para os estudos, o que favoreceu o

encontro de pessoas que se tornaram referência de família, evidenciando a compreensão de família, para além dos laços sanguíneos. Sujeita D amplia e estende os vínculos familiares para os amigos que a influenciaram na continuidade de sua formação para o mercado de trabalho:

[...] tu tens potencial, vai pra Universidade, eu digo, mas tem discriminação, mas tem em todo canto, mas vá... a senhora não... já está aqui, já chegou aqui, a senhora já tem conhecimento empírico, vá para a Universidade, a Universidade é importante, né. Compreender que a educação é um espaço importante, pra mim que foi muito importante pra eu acessar outros espaços.

A educação, como importante, é destacada por Sujeita D em sua trajetória, porém não generaliza, não traz como compulsória, percebendo a existência de outras possibilidades. Pois, segundo ela, existem pessoas trans que não vão querer estudar, porque não vão conseguir lidar com o preconceito, com a discriminação diária. É importante, porém, a percepção da educação como direito, com uma margem maior para escolhas, que podem interferir diretamente na inserção no mercado de trabalho. Em vista disso, destacam-se as ideias sobre uma sociedade que discrimina e segrega pessoas pelo gênero, alimentando estereótipos e preconceitos:

E a gente não pode se desligar, achando que existe duas sociedades, a sociedade das travestis e a sociedade das pessoas não... das pessoas cisgêneros. A sociedade das pessoas trans e das pessoas cis. Não é isso! A gente tá na mesma sociedade. A gente precisa fazer disputa de imaginários. Travesti rouba, rouba, vou roubar também, né... essa disputa é dizer não ...não é todas as travestis que roubam (Sujeita D).

Mesmo diante de todas as adversidades, muitas travestis e transexuais resistem e enfrentam, permanecendo em espaços de negação de direitos que muitas vezes silenciam e\ou

dificultam sua existência, talvez pela busca de uma melhor inserção no mercado de trabalho. No caso, Sujeita D tem sua vida marcada por tais enfrentamentos, sofrendo discriminação, inclusive na universidade, espaço de formação para o mercado de trabalho:

Sofri todas possíveis, né. É... mas eu precisava do canudo, né. Assim como eu vou ter que enfrentar outras possibilidades, né. E claro dentro da Universidade privada com um processo de formação colaborativa, né. Que vários amigos quando terminava o semestre olhava pra mim e dizia, a senhora vai voltar a estudar não? Eu falava não tenho dinheiro para pagar o semestre passado. Vamos se juntar aqui, vamos fazer alguma coisa, vamos dar o jeito. Eu lhe empresto, quando receber o décimo terceiro, a senhora me passa e assim a gente foi construindo várias estratégias, né. Então, era um descontentamento meu, mas também, era um descontentamento de uma família que eu fui construindo é né... desse processo todo. É tanto que quando eu vou para a minha formatura, vai todo mundo, vai todo mundo que trabalhou comigo.

Mas, como resistir neste espaço? A reivindicação, aliada à rede de cuidados, composta por seus amigos, auxilia nos processos de enfrentamentos, produzindo agenciamentos que também se consolidaram no espaço laboral. Agenciamentos que surgem em diferentes espaços, tanto na família, como na escola, refletindo também no espaço laboral. Os estranhamentos causados produziram transgressões que geraram como resultados lampejos de possibilidades. Muitas situações são descritas por Sujeita D:

Então, quando eu chego na primeira semana, eu causo estranhamento é ... né. o pedido, o pedido de eu evitar de usar o banheiro feminino, esse foi o primeiro pedido que eu ouvi na universidade, escreva em um pedaço de papel que eu quero processar (risos), né. Porque que eu não vou usar o banheiro, né.

Diante das narrativas de Sujeita D, surgem inquietações sobre o uso dos espaços, reverberando no mercado de trabalho. Algumas narrativas apresentam a necessidade de autorização para usar espaços, percebida nas experiências de travestis e transexuais. Pois, a autorização para circular e utilizar banheiros é concedida mediante o enquadramento do sujeito em uma ordem generificada binária, que prioriza o gênero atribuído ao nascer e não a sua autoidentificação. Cabe, até mesmo, refletir que muitas pessoas, para além dos espaços, transitam, também, entre diversas performatividades de gênero, entre o masculino e o feminino e, também, para possibilidades distintas desse binômio (Butler, 2013).

Todavia, outros desafios surgem como o uso do nome social, presente em suas narrativas:

[...] antes de ter o canto do nome social, na ficha, né, é... os professores colocavam de lápis meu nome Sujeita D e por algum colapso, mudava a ficha, mudava alguma coisa, professor novo no início do semestre chamava Fulano de tal, as meninas já levantavam a mão ... Pelo amor de Deus professor muda, muda, muda. Esse é a Sujeita D, se você chamar ela por esse nome vai ser texto três dias. O professor já olhava, já ia lá, já botava, quando eu ia na outra aula tava lá Sujeita D, aí as meninas: Olha Sujeita D, o professor já colocou teu nome aí. Eu digo: Mulher eles têm medo do baile, já falava alto né (Sujeita D).

Sabemos que as travestis e transexuais, assim como outros seres humanos, precisam ter o acesso à cidadania, garantindo e possibilitando o acesso às escolas, às unidades de saúde e todos os acessos possíveis, inclusive, ao mercado de trabalho. Para Sujeita D, tais acessos são essenciais e complementam, afirmando que o autorreconhecimento é o segundo passo da cidadania das populações trans, que é construir várias estratégias de combate à LGBTfobia.

Afirma ela:

Então a gente tem duas estratégias nesse momento que tá em curso é... que é a estratégia das ações de combate à LGBTfobia e as estratégias de acesso das travestis a cidadania plena, então quando a gente tiver essas duas, dois pontos que são importantes, importantíssimas, né, dentro do acesso a cidadania LGBT no nosso país, a gente vai caminhar pro próximo passo, né que é discutir desigualdade, enquanto isso a gente não pode discutir igualdade.

Diante disso, apresenta-se para Sujeita D como significativo conciliar a vida profissional e as frustrações familiares. Pois, devido a não poder contribuir com a sua mãe (porque ela estava pagando a Universidade, reconhece ter sido um processo de investimento na vida profissional, sem esquecer suas lutas e enfrentamentos pessoais:

Então, a minha identidade, ela vai sendo construída, né, em cima do ativismo, da preocupação com o acesso à educação, né, com a reivindicação aaa uma vida digna, né. Minimamente digna pras pessoas travestis e transexuais, e sabendo que as travestis negras é né, que tão no sertão cearense, no sertão nordestino ou que estão nas favelas, nas periferias nordestinas né, é ... elas não constroem estratégias de sobrevivência né... é.... nesses espaços, porque as violências são permanentes.

Bomfim et al. (2019) afirmam que no caso das travestis, transexuais e mulheres negras, as estigmatizações presentes se concentram na medida em que são excluídas da sociedade, com a atribuição de um lócus social específico. Os marcadores sociais são articulados de formas distintas, mas como eixo comum desta análise se fazem presentes a identidade de gênero, a raça e seu status de cidadania.

A Interseccionalidade entre raça e gênero nos possibilita pensar como tais marcadores trazem implicações significativas nas subjetividades, inclusive influenciando na inserção e permanência no mercado de trabalho. No caso da Travesti e transexual negra, temos uma zona de negação de direitos de ser, em que, às vezes, ocupar o avesso da norma é algo

fortemente refutado. O fato de ser travesti já borra as fronteiras de gênero tão demarcadas pelo binarismo e produz inquietações, entrelaçando a esta dimensão a questão étnico-racial que desvaloriza e produz o apagamento do corpo negro, fazendo-nos lembrar da música interpretada por Elza Soares, que denuncia: “a carne mais barata do mercado é a carne negra” (2002).

O marcador de raça emerge nas palavras de Sujeita D e entrelaça sua trajetória profissional e o ativismo:

[...] tenho esse ativismo negro, né... é... do combate ao racismo , tenho o ativismo do feminismo presente na minha vida, que sempre teve, que sempre vai ter, né, o próprio, a própria discussão, né, do acesso à universidade pela classe trabalhadora é uma reivindicação que precisamos discutir, os direitos da juventude também. Fui conselheira por dois mandatos, representando ABGLT, então é.... a minha vida toda foi ativismo, o ativismo foi muito presente na minha vida e é muito presente na minha vida porque eu sempre fui descontente, sou descontente com esse modelo de sociedade né...

Sabe-se que o feminismo negro emerge nas palavras de Sujeita D, fazendo-nos aprofundar no conceito de interseccionalidade, termo que parte de uma sensibilidade das feministas negras, cujas reivindicações eram fruto das experiências não percebidas pelo feminismo branco e nem pelo movimento antirracista, que era focado nos homens negros.

A partir de Carla Akotirene (2018), percebemos a menção à afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, que possibilita entender que a Interseccionalidade:

[. .] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (p. 14).

Diante disso, Sujeita D deixa explícito que construir agenciamentos, com estratégias de permanência nos ambientes, é necessário, ocupando espaços e lugares de liderança. Cabe ressaltar que a liderança é um conceito que foi se tornando essencial, ganhando espaço e credibilidade dentro das organizações. Sujeita D reconhece, como elemento indispensável para a permanência nas instituições, tanto educacionais, quanto laborais. A liderança compreendida como habilidade de influenciar os outros e contribuir voluntariamente e com entusiasmo para alcançarem os objetivos:

Então, eu sempre usufruí disso (lugar de liderança) pra mim conseguir me manter na escola, né. É... então, eu tinha também as estratégias, os meninos sempre tiravam onda comigo, por exemplo tive vários apelidos na escola é... desde o ensino fundamental até o ensino médio, o último ano do ensino médio. Né, é... mas eu tirava de letra né, esse processo de discriminação, porque eu construía um espaço de solidariedade, né. Eu tinha tendência à travestilidade, eu era veadinho mesmo, né. Isso ... não me incomodava, nunca me incomodou, né. Ahh veadinho, um pei, eu nunca ... tipo assim... depois que eu percebia essa diferença mesmo, que eu ainda não sabia qual era, eu ignorei essas violências éverbal, né. Tipo assim, se não partisse pra cima de mim, tava tudo ok, era....Sou veado, Sou veado mesmo (muda o tom de voz), ãn. Então eu fui construindo esse processo de ressignificar essas palavras que vinha muitas vezes de forma muito violentas. Por exemplo, eu tive apelido no primeiro ano do ensino médio de cabritinha, né. Tu me imaginas enfrentar o ensino médio todinho como cabritinha com os meninos, e aí eu já tirava onda com os meninos já....A cabritinha chegou né. Por quê , porque eu precisava daquele espaço, né. Então tudo que fizesse não ia, se eu fosse pra reação, eu ia viver sendo espancada. (Sujeita D)

Diante destes enfrentamentos, Sujeita D destaca a importância dos aliados em sua experiência, que é marcadamente relevante e fortalece suas estratégias. Construir alianças, estabelecer vínculos e construir laços são estratégias possíveis, a partir de sua experiência:

É mais também construir aliados, que na verdade tinha muitos docentes ali que já me conhecia, já sabia da minha história, da minha trajetória política. Outros LGBTs que não eram travestis, né. E que acabavam me abraçando dentro do ambiente escolar, trazendo o processo de naturalização, de dizendo assim você pertence a esse espaço. É muito bacana, né.

O pertencimento presente em seu posicionamento nos amplia a compreensão sobre a participação na luta por seus direitos, que é compartilhada por aliados que não necessariamente são LGBTQIA+. Sujeita D menciona a importância das pessoas cisgêneras na construção de uma cultura aberta à diversidade:

Ai também tem o processo também, das pessoas éque são cisgêneras e tem alguma familiaridade, né, com as minhas identidades, de ser sertaneja, de ser preta, né, de ser feminista, que, que acabavam também se chegando, se aproximando, se somando, né. Se somando que eu acho que estas atitudes foram importantíssimas.

De acordo com Butler (2010):

As reações corporificadas do sexo/gênero são construtos ideais, que são materializados, através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias que perfazem o “sexo” e produzem essas concretizações, através de uma reiteração forçada dessas normas [..]. A materialização dos corpos é orientada por processos de demarcação, diferenciação, sendo a heteronormatividade uma dessas diretrizes constitutivas (p. 154).

Nesse sentido, podemos dizer que Butler compreende o corpo, não como um dado material estático, em que o gênero insere suas significações, mas como um processo de materialização através do tempo, a partir daquilo que lhe envolve, ou seja, a partir das normas de gênero. O que Butler (2000, p. 154) pretende deixar claro é que essas normas “trabalham de uma maneira performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual.” Por conseguinte, podemos dizer que a aparição de todos os corpos e subjetividades é afetada pela heteronormatividade.

Eu concluo o meu ensino médio em 2006, eu concluo o ensino médio em 2006 com 16 anos. É ... quando eu concluo o ensino médio é... eu já tava no ativismo, não foi..., no entanto na gincana do final do ano, eu tava montada na escola, né. O que é que isso simbolizava... está montada na escola, simbolizava que eu já tinha ganhado aquele espaço. Aquela espaço já não estava reativo com a minha identidade. Por quê? cria um espaço de naturalizar a minha permanência, né? E eu acho que essa é uma estratégia que a gente tem que pensar, né, enquanto sujeito e o ideal seria que a gente não tivesse nenhum tipo de violência, nem discriminação no ambiente escolar (Sujeita D).

O fato de Sujeita D mencionar a presentificação no espaço evidencia a dimensão da territorialização, que para as travestis e transexuais constitui uma premissa das suas existências, que demarcam também suas trajetórias profissionais. O simbólico do estar concretiza um fortalecimento percebido e propulsor de novas possibilidades.

No campo profissional, mais especificamente, sua trajetória, que se inicia na militância e no terceiro setor, além dos órgãos públicos, que nos evidenciam como estão entrelaçadas suas experiências individuais e a preocupação com o coletivo. A relação do campo profissional, com os elementos subjetivos de experiência individual, nos mostra o

quanto há interferência em seu exercício laboral com elementos subjetivos de quem são, a partir das muitas experiências ao longo de suas vidas.

Porque eu não trabalho com questões do outro. Eu trabalho com as minhas questões, com o direito à sexualidade, possibilitar, possibilitar algumas iniciativas, algumas ações de acesso à cidadania da população LGBT, violências, né. Recebendo denúncias, denunciando, fazendo o controle social. [...] eu acredito que até hoje ainda é presente pra qualquer pessoa trans que estejam lá. Acho que todo dia tem reivindicação. Mas porque a gente tem que reivindicar tanto, né? Por quê? Né, é Porque é ..as pessoas ainda vão ter o olhar de estranhamento sobre nós, né. A nossa humanidade vai ser questionada, né. Todos os dias, né. Será que é humana? (expressão de risos) né. Porque se a gente partisse do pressuposto da diferença, do pressuposto que cada o direito de ser diferente um do outro era uma pessoa diferente, né (Sujeita D).

Desse modo, a diferença aqui estudada evidencia a identidade a qual se reconhece o sentimento que perpassa por suas construções subjetivas que, mesmo havendo violência, por carregar isso consigo, ela ainda não abre mão desse aspecto. Para aquisição de um sentimento de identidade, pensamos que poderia ocorrer um diálogo entre sujeitos, grupos e sociedade, uma vez que são esses que vão ajudar no processo de dar significados. Para isso ocorrer, é necessário estar aberto ao encontro com o diverso, com o novo e com o diferente. Afinal, não tem como se estabelecer uma relação, partindo do pressuposto de que o outro está errado, tendo por base suas experiências individuais, sobretudo se essa visão for preconceituosa e excludente. O encontro com o diferente também perpassa pelo encontro do corpo, do contato (Ferrari, 2006).

No que se refere às experiências profissionais, muitas vezes a formalidade é de difícil acesso, como é relatado por Sujeita D, evidenciando as questões trabalhistas, como, por

exemplo, a assinatura da Carteira de Trabalho. A modalidade formal de trabalho é um direito, mas não a única possibilidade. A formalidade associada à inserção no mercado de trabalho exige elementos importantes, como a documentação, inclusive a utilização do nome pelo qual se reconhece.

[...] é ...e ai dentro das minhas experiências profissionais tem uma coisa muito bacana que eu acho que tu vai colocar, que eu só tive direito a ter carteira assinada uma vez na minha vida, por um ano e dois meses, toda minha vida tô com 32 anos trabalho desde que eu me entendo por gente, só tive direito a registro em carteira por um ano e dois meses aqui no xxxx (pausa) aqui no XXX, as demais experiências profissionais minhas foram como como trabalho... contribuidor autônomo, foi cargo comissionado, né, é na gestão né ... Trabalho formal mesmo, eu tenho contribuição de trabalho formal, carteira assinada um ano e dois meses, né é... o resto é tudo no campo é... do... não é da informalidade porque tem sua formalidade ... (Sujeita D).

A disputa entre o trabalho formal e informal é um desafio constante. Por um lado, o desejo pela formalização e, por outro, a própria inserção no mercado de trabalho. Nos textos de Marcelo Novelino (2018, p. 521), no âmbito das relações de trabalho, “os direitos fundamentais decorrem dos valores liberdade e igualdade, que são voltados à proteção da integridade física, psicológica e moral do trabalhador, a fim de lhe assegurar uma existência digna”.

Entendemos, portanto, que um indivíduo que não tem acesso ao mercado de trabalho formal, em virtude de aspectos próprios, a sua personalidade, tais como a orientação sexual, cor, nacionalidade, etc., está sendo moralmente violentada. Pensemos, portanto: Como reagir ao fato de estar desempregado e não possuir qualificação, por decorrência do preconceito sofrido no ambiente de aprendizagem? A situação de vulnerabilidade social de grande maioria das travestis e transexuais é decorrente disso e se agrava quando percebemos a

negação de acesso e permanência aos processos formativos que favoreçam a inserção no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho está cada vez mais disputado e de difícil ingresso. As minorias sociais, mais vulneráveis, sentem mais ainda tal dificuldade, sendo obrigadas a se entregar ao trabalho informal ou viver à margem da sociedade, seja na prática de delitos ou na prostituição (que no Brasil não é regulamentada, como profissão). Esta é uma realidade na vida de quase todas as travestis e transexuais brasileiras. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2018, p. 18), em estudo divulgado em 2018, indica que “90% das travestis e transexuais brasileiras/os estão na prostituição e utilizam como meio de subsistência e fonte de renda, tendo como causa a não inserção no mercado de trabalho e a não qualificação profissional causadas pela exclusão social, familiar e escolar”.

Entre as experiências profissionais, cabe reiterar que a prostituição não é denominada ou negada. Pois, a problemática em torno da prostituição é evidenciada pela noção compulsória de tal atividade, para o público travesti e transexual. Mostra uma redução das possibilidades laborais. Apesar da evidência de outras possibilidades, Sujeita D traz o ativismo como possibilidade e se apresenta claramente em seus relatos, ao ser perguntada sobre a relação entre sua vida e o seu ativismo. Destaca:

Pronto, né ... é... é importante dizer que a minha sobrevivência também foi é... superada com o meu ativismo. É importante dizer isso, né, é... muito tempo eu trabalhei no terceiro setor, no XXXX, eu era ativista do XXXX, diretora do XXXX e também tinha... estava no cotidiano do XXXX, não é. Coordenando várias iniciativas no XXXX, coordenei mais de 8 paradas pela diversidade sexual do Ceará aqui no XXXX. É... Coordenei vários projetos écom com jovens, de qualificação profissional para jovens LGBTs, né. Coordenei várias experiências de prevenção a IST\HIV\AIDS junto às comunidades LGBT, ter ... é... participei de várias pesquisas,

como pesquisadora, pesquisa de campo com comunidades, desde a comunidade LGBT, como comunidade de mulheres sobre o uso de preservativo ou tecnologias de prevenção, né ... é... eu acabei também tendo esse olhar técnico de gerenciar iniciativas da sociedade civil. Então, eu não praticava apenas só o ativismo da reivindicação da pauta política.

Assim, a sua trajetória profissional é percebida como processo de construção, traçado cotidianamente na dinâmica de uma organização não governamental, numa prática exercida de forma entrelaçada, com a luta por direitos. Esta, portanto, uma estratégia necessária e possível diante de seus contextos, porém, deslocamentos são produzidos e mostram novas possibilidades.

Eu acabei também me profissionalizando né... é... como... No terceiro setor ... é né... muito da minha formação, a minha formação é.... acadêmica, política e profissional é... vem de dentro do XXXX, né. Porque aqui eu tive acesso às literaturas, eu tive acesso às experiências, o lócus, as iniciativas, de coordenar, de aprender a mexer numa planilha de Excel, fazer prestação de contas de uma iniciativa, de um projeto, concorrer a edital público, acabei me profissionalizando no terceiro setor, né. Embora eu me profissionalizando no terceiro setor. Eu também é...tenho uma pro, tenho uma profissão hoje, sou jornalista de formação, né. E aí toda a minha vida no xxxx, eu acabei também desenvolvendo algumas funções, por conta da minha formação, né. Eu saio do XXXX em dois períodos ao longo, ao longo da minha vida (pausa) ao longo da minha vida, eu cheguei no XXXX em 2006 fico no XXXX até 2014, saio do XXXX em 2014, quando eu vou para São Paulo é... (Sujeita D).

O deslocamento de Sujeita D para São Paulo tem uma grande importância para esta pesquisa, pois ela participou de uma experiência profissional no Programa Transcidadania, desenvolvido a partir do Centro de Combate à Homofobia. Tal programa é referência

internacional em inserção social da população LGBT, pois em um contexto de exclusão social e vulnerabilidade desse grupo social, esse programa se volta para a capacitação e inclusão no mercado de trabalho. Pedra (2020) destaca que:

[...] o Programa Transcidadania volta-se para a capacitação dessas pessoas (por meio da elevação da escolaridade) e inclusão no mercado de trabalho, possibilitando emancipação econômica e transformação da realidade dos assistidos, para maior acesso ao exercício dos direitos humanos.[...] O Programa Transcidadania foi instituído pela Prefeitura de São Paulo, por meio do Decreto Municipal nº55874 de 29 de janeiro de 2015, data em que celebra o Dia Nacional da Visibilidade Trans, destinado a “promover os direitos humanos , o acesso à cidadania e a qualificação e humanização do atendimento prestado a travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade Social” (p. 197).

Ressalta-se a importância de um projeto para a população travesti e transexual, reestruturado por travestis e transexuais, para travestis e transexuais. As experiências da Sujeita D são descritas, ao mencionar sua participação nesse programa:

Eu fui para São Paulo coordenar uma experiência lá chamada... reestruturação, eu fui com essa missão de reestruturar o Centro de Combate à Homofobia de São Paulo, né... Quando eu cheguei em São Paulo, o equipamento não era o que eu pensava (pausa) o equipamento estava mesmo precisando de uma reestruturação, concepção., tudo, tudo né... É... acompanhar a licitação de compra de equipamento, fazer demanda, pensar estrutura do equipamento e aí, quando foi em abril, março, março de 2015 é... eu ... coordenada por mim essa iniciativa a gente entrega o maior centro da América Latina né, o maior Centro da América Latina tava sendo entregue, que era a reestruturação do Centro de Combate à Homofobia , que era esse nome. E passa a ser o Centro de Cidadania LGBT Arouche, discutindo... olha só a pessoa sai de Fortaleza,

vou pra São Paulo com o desafio de reestruturar um equipamento e que entrego o equipamento depois de um ano e três meses né, discutindo território, discutindo qualificação profissional, discutindo fluxo, um equipamento modelo para a América Latina, né. É, então, eu sempre tive esse olhar do que é a política pública, o serviço que eu queria ser atendida, eu sempre trabalhei nessa perspectiva, qual o serviço que eu quero ser atendida, né. Era um serviço de 400 metros quadrados, no Arouche, de frente à República né, um andar todo só com pessoas LGBT, é é...

É notório, a partir dos relatos de Sujeita D., que o Programa Transcidadania é uma experiência exitosa, sendo descrita como uma série de ações que beneficiavam a população de travestis e transexuais, contribuindo para a transformação social. Sabe-se que travestis e transexuais enfrentam grandes dificuldades de inserção e permanência, nos espaços, e o mercado de trabalho formal é um deles, em razão da transfobia da qual foram/são vítimas. Os contextos familiares e educacionais são responsáveis por um grande prejuízo na qualificação educacional e profissional. Além disso, há a transfobia, reproduzida no mundo do trabalho. O mercado de trabalho formal e o ambiente de trabalho podem ser percebidos como espaços em que a transfobia é reproduzida, por meio de agentes que operacionalizam as normas e regras sociais que determinam como se deve agir e se comportar, com base nas diferenças presentes nos corpos sexuados.

Nesse sentido, Sujeita D prossegue, descrevendo os impactos benéficos do programa: [...] também entregamos lá o programa transcidadania inicialmente com 100 travestis e transexuais possibilitando a elevação de escolaridade, transferindo renda, um salário mínimo que elas recebiam para se dedicar ao programa, formação profissional, qualificação profissional, curso de Democracia e de Direitos Humanos, que é importantíssimo a gente dizer , quando a gente percebe, né tem uma leitura de mundo, e a leitura de mundo que eu chamo é ter acesso mesmo a cidadania , a gente percebe

que ninguém, ninguém, ninguém, ninguém, ninguém vai negar o acesso as políticas pra gente.

Após a contribuição no programa Transcidadania, Sujeita D retorna ao Ceará, mobilizada pela militância, atrelada às lutas regionais que para ela têm uma maior prevalência, o que fez com que Sujeita D decidisse voltar para o Ceará e para a sua militância em seu Estado:

Meu espaço de militância sempre foi aqui e eu volto pro XXXX (pausa), eu volto pro XXXX pra coordenar uma experiência com jovens LGBT, chamado Centro de formação juvenil para o turismo Patativa do Assaré, né. Com formação para o turismo sustentável, e o turismo, outro turismo é possível né... com jovens LGBT também, dentro das periferias de Fortaleza com capa... com qualificação profissional para mais de 300 jovens da periferia de Fortaleza. Fico no XXXX até dois mil... fevereiro de 2017 (pausa) quando eu saio, peço licença do XXXX de novo e vou pra Prefeitura que é onde eu tô hoje, né.

Atualmente, Sujeita D presta serviço numa repartição pública, discutindo a transversalidade da Política Pública LGBT, a partir do setor público, os enfrentamentos diários são destacados por ela:

Do simples fato de eu estar dentro de uma estrutura de uma Secretaria imensa com mais três travestis, somos em quatro lá na Coordenadoria, a gente já constrói uma relação ali de respeito, porque a gente acaba sendo naturalizada naquele espaço. Então não vai ser permitido, nem ignorar, nem negar experiências das travestis, já que a gente tá em quatro todos os dias, entrando no banheiro feminino, mesmo às vezes a li com um olhar meio assim... Ei, tudo bem mulher (barulhos de beijo) dá beijinho ainda, faz a linha, chega no corredor parece a prefeita, “Tudo bem, mulher? E aí, e aí ? Pra construir um processo de naturalização, mas também vai ter aquele processo de

cobrança também. Se é mulher, vai ter esse comportamento (pausa), porque mulheres têm esse comportamento, né. E aí a gente não vai imaginar e nem vai é, é, é pensar que vai existir várias possibilidades de ser mulheres, que existem várias possibilidades de ser travesti, né ... é... Quer dizer que foi muito disso, então é ... o... da mesma forma que eu faço ativismo, eu trabalho, da mesma forma que eu trabalho, eu faço ativismo, né.

Diante de sua trajetória profissional, percebe como fundamental o reconhecimento como profissional, manifestando o quanto seu ativismo está entrelaçado. A militância reforça a relação com o grupo de iguais que poderá reorganizar suas ideias, ressignificar sua existência e os próprios sofrimentos advindos de sua condição. Isto é percebido na grande importância dada pelas travestis ao contato com outras travestis, o que permite, não apenas um aprendizado, mas também a possibilidade de se localizar socialmente. No caso de Sujeita D, o ativismo é reiterado com muita ênfase:

Aí tu dizes Sujeita D, a tua profissão é ativista. Não, não sou ativista, sou jornalista de formação, o ativismo está entrelaçado comigo. Porque eu sou uma pessoa descontente. Então né, você não vai ver e não vou criar raiz em lugar nenhum, né. Porque já tenho a minha raiz no XXXX. Tá aqui eu no XXXX num feriado, aqui usando a estrutura do XXXX para organizar umas cestas básicas. Por que? Porque minhas raízes estão aqui, né... é... Na prefeitura, eu estou coordenadora já, já vai mudar a gestão, não sei se eu continuo, não sei se eu fico. Porque não fui eleita para ser coordenadora... LGBT é importante dizer isso eu tô num cargo de gestão, que tem data de início, meio e fim. Posso ficar mais um período se eu for convidada a ficar... né... dependendo de como vai ser articulado, eu fico. Massa! Se não for, vou ter que procurar outras possibilidades.

Por toda essa trajetória descrita, Sujeita D apresenta temores e medos que revelam suas características como pessoa e como profissional, que se fundem na sua identidade. Uma identidade, que é percebida por Cunha (2000), a partir de questionamentos diante das identidades feminina, ou negra, ou homossexual. Ou seja, afirma que estamos sempre nos interrogando sobre quem somos nós e qual o vínculo que nos une àqueles que nos são próximos, parecidos, vizinhos, detentores dos mesmos privilégios que nós, ou submetidos aos mesmos preconceitos e discriminações, que usufruem dos mesmos direitos ou estão obrigados aos mesmos deveres. Neste sentido, reforça que a identidade é, aqui, uma operação de reconhecimento, e tomando o seu sentido lógico, o reconhecimento na forma do $A = A$; ou seja, de que algo é idêntico a si mesmo e apenas a si mesmo.

Nesse contexto, a reivindicação da identidade de gênero suscita a necessidade de lembrar que o conceito de gênero sempre esteve permeado por uma disputa política. Antes, eram as mulheres reivindicando espaço no mercado de trabalho, hoje, são gays e transexuais, lutando por reconhecimento identitário. Colocando em cena a disputa de significados e direitos, muitas vezes negados. Produzindo a transgressão de gênero, aqui percebida como a quebra dos binarismos de gênero, que rompe com a lógica binária, cisheteronormativa, que se mantém de forma impositiva na vida das sujeitas travestis. Sujeita D traz, assim, a Transgressão e Reivindicação, como elementos importantes:

O meu grande medo é esse, um dia eu ter que trabalhar num lugar onde eu não possa é... não possa fazer esse ati... ativismo é descarado é... descarado mesmo, fazer esse ativismo descarado, por exemplo, eu não me vejo por exemplo numa redação de jornal, por exemplo (pausa), eu não me vejo hoje, que eu não vou para uma redação de jornal, né, eu posso ser chamada e precisando de trabalho, preciso vender minha mão de obra, né. E é importante dizer que minha mão de obra não é apenas uma mão de obra, minha mão de obra vem comigo inteira, eu não vendo só minha mão de obra,

eu vendo a figura inteira. Porque as questões das identidades vão aparecer, os questionamentos vão aparecer, o meu corpo vai aparecer é, né, os meus atos vão aparecer, minhas performances podem não convencer é... convencer as pessoas, é isso. A gente também trabalha nessa perspectiva, até onde eu vou convencer é. né... a minha performance pode não ser agradável para você, que você queira vincular a sua empresa a minha identidade, porque vai ter isso também é... disso de vestir a camisa mesmo. E aí compreendendo que é uma travesti que vai vestir a camisa. Porque eu não vou tolerar discriminação (pausa) não faz parte tolerar essa discriminação (pausa), eu tolerarei ... muitas vezes ignorei a discriminação na minha infância, porque eu nem compreendia quem eu era ...

A construção de sua trajetória profissional tem uma implicação política de demarcação de território e abertura de espaços para as travestis e transexuais. No entanto, a necessidade de convencimento e de reconhecimento é uma luta constante. Por um olhar adiante e perceber seu caminhar em construção, Sujeita D menciona suas perspectivas de futuro, destacando:

Quero continuar estudando na academia, pesquisar travesti, e ai é isso muito, quero quero muito, estudar violência das travestis, e compreender do olhar das travestis, porque eu acredito que a gente precisa também, e ai muito mais hoje, muito mais também, eu acredito que daqui pro próximo período que a gente possa reivindicar o nosso lugar de fala, né, que já tem vários sujeitos reivindicando , mas eu acredito que a gente ainda né , é ... que a gente tem que lutar um pouco mais pra gente poder estar em todos os lugares , e tá em todos os espaços, como possibilidade de ser reconhecida como travesti, né. Não é estar em todos os espaços por status, só por ocupar. É ocupar para demarcar, porque da forma que a gente adentra, que a gente discute, que a gente percebe que nossa identidade é naturalizada, a gente tá combatendo várias violências

que são naturalizadas, um monte de violação de direitos, um monte de possíveis violações, porque na verdade passa a ser reconhecida como humana.

Sujeita W: Resistência e Superação

“Eu acho que ser travesti nos dias atuais é ser resistência”

É notório que uma trajetória profissional se inicia mais fortemente na vida adulta, no entanto, no caso das travestis, existem elementos pertinentes que devem ser percebidos, principalmente após as primeiras afirmações discordantes de gênero e sexualidade, que acabam por suscitar questões, suas experiências na família, na escola e na universidade, como estruturantes de seus modos de subjetivação.

A travessia do espaço acadêmico ao espaço laboral é trilhada muitas vezes em paralelo e exige habilidades múltiplas para lidar com os desafios. No âmbito desta pesquisa, temos o processo de profissionalização das travestis e transexuais que, nas suas singularidades, evidencia seus desafios para o acesso e permanência nesses espaços. Ao perguntar à Sujeita W sobre o mercado de trabalho e, em especial, como o espaço laboral se apresenta para a população de travestis e transexuais, ela declara:

Eu percebo que é um ambiente que ainda vai (pausa), que ainda choca e que ainda vai chocar muita gente. É é, é no sentido de que muitas pessoas acreditam que aquele ambiente não é... não é para mulheres trans nem para mulheres travestis, que o lugar das mulheres transexuais e mulheres travestis é sim as ruas, que aquela tem que ser a única opção pra elas. Então é um ambiente que ainda vai chocar muitas pessoas.

A Compulsoriedade é evidenciada, sendo um processo de naturalização, é importante notar, que tal artifício é advindo de requisitos que não são os mesmos exigidos para as pessoas cisgêneras, havendo situações de imposição e de cerceamento da possibilidade de

escolha. A ruptura das compulsoriedades nos mostra que algumas pessoas conseguem alargar suas margens de liberdade, encontrando outras possibilidades. A busca por seus ideais leva à superação. Superação de obstáculos, reconhecendo-se como profissional. Assim, Sujeita W assume sua posição, declarando sua profissão e outros caminhos trilhados:

[...] eu sou professora, é... depois , depois que me espe... não , durante a minha especialização em educação infantil, eu já comecei a trabalhar, acho de 2018 pra cá, eu trabalho na rede municipal daqui do XXXX e tenho é claro aquele choque, aquele impacto com alguns pais de algumas crianças, eu sou professora do ensino fundamental, dou aula de artes, e sempre tem esse esse impacto, assim, mas, com respeito, porque a a partir do momento que eles me veem, assim a primeira vez tem aquele impacto, aquele choque, mas quando eles percebem que eu sou uma profissional, que eu não tô ali como a (ênfase) travesti, mas como a (ênfase) professora, eles entendem que eu passei por um processo de de avaliação, que eu consegui aquele cargo porque eu mereci consegui aquele cargo, porque eu tinha capacidade pra conseguir aquele cargo, então eles me veem como uma profissional. Eee eu acho que o que importa mais é isso, as pessoas deixarem de enxergar ooo a travesti como a (ênfase) travesti e enxergar ela como a profissional que ela é, a profissional que ela tem capacidade de ser.

Diante disso, percebemos que a exclusão é uma constante, em que a maioria tem negado o acesso e permanência. Sujeita W ser uma exceção é algo que nos chama a atenção, em que desafios diários são reiterados, em que mesmo havendo dedicação e preparação para o mercado de trabalho, vários receios e barreiras diante dos enfrentamentos são construídos, fazendo-nos pensar o quanto a dissidência de gênero pode ser um fator impeditivo para a consolidação de sua profissionalização. Sujeita W demonstra em sua trajetória marcada pela resistência e fortalecimento, produzindo agenciamentos. Em que fica claro que além do

conhecimento técnico (teórico e prático) do ofício escolhido, há uma necessidade de uma outra pedagogia, uma pedagogia dos enfrentamentos, uma pedagogia da resistência.

A Pedagogia da luta e da resistência, trazida por Vargas (2012), discute a elevação da consciência política, pois os sujeitos sociais aprendem sobre seu papel na sociedade, assumindo a tarefa de transformá-la. Tal Pedagogia se forma nas lutas cotidianas, nas histórias das vidas que se inter cruzam, na dinâmica da vida. Mas se eleva, se supera e passa a transitar em níveis superiores de compreensão das tarefas que precisam conscientemente por elas serem assumidas, fazendo-se sujeito da história e adquirindo a capacidade de lutar contra as determinações mais amplas e gerais, que geram a sociabilidade alienada da sociedade de classe capitalista.

Sobre experiências profissionais anteriores à docência, Sujeita W relata que não chegou a trabalhar em outros espaços, pois optou inicialmente pela trajetória acadêmica, terminando seu curso de graduação e especialização, para depois buscar sua inserção:

E antes disso, ééeeu não cheguei a trabalhar em outros espaços, até porque eu sempre me estava, estava sempre buscando me profissionalizar nessa questão do ambiente escolar. Eu sempre gostei desta área de educação e da área artística, também, no caso, ser atriz, decorar um texto ou escrever um texto, subir num palco e apresentar uma peça é totalmente diferente do que você entrar num ambiente escolar pra trabalhar com crianças. Então, antes disso, eu não cheguei a trabalhar em outros ambientes, mas entrei sim em outras escolas, mas em épocas de estágio, mas também porque eu fui bolsista quando eu tava na graduação, então eu tive que entrar em algumas escolas pra trabalhar como professora, mas não como hoje que eu sou contratada pelo município. Eu entrava nas escolas mais por conta da bolsa que eu fazia parte dentro da graduação.

As dificuldades de acesso são destacadas, fazendo com que tal população primeiro necessite ter uma formação mais concisa e ter que ser sempre mais para dar conta de uma inferiorização imposta. Em síntese, para Sujeita W, o processo de profissionalização na experiência da travestilidade se constitui em:

compreendermos que ocupar os espaços no mercado de trabalho é um direito que temos e que há muitos anos nos foi negado. Que muitos ainda insistem em dizer que nosso lugar é nas ruas, quando na verdade nós podemos e temos o direito de ocupar os espaços que assim desejamos.

Sujeita L: Sobrevivência e Dignidade

“Diante de todo o contexto de vulnerabilidade e exclusão, cada uma vai lutar pra sobreviver e se proteger com as armas que possuem.”

A singularidade manifestada nas experiências individuais de cada travesti e transexual é performatizada em trajetórias únicas, porém com aspectos convergentes entre elas. No caso de Sujeita L, sua compreensão de como se constitui o processo de profissionalização na experiência da travestilidade é indicado:

Fala-se muito que a população de travestis e transexuais precisa de formação profissional para serem incluídas no mercado de trabalho, quando na realidade isso é um caminho muito difícil, quase impossível e muito fora da realidade. Para que esse processo aconteça, nós travestis precisamos de respeito, reconhecimento e dignidade, a partir do momento que saímos do casulo da transição de gênero, mas o que encontramos são muitas pedras e portas fechadas. Essa realidade vem mudando, é verdade, muitas de nós começam a adentrar o universo das faculdades/academia, mas ainda é um número bem pequeno diante das que ainda estão à margem.

Respeito, reconhecimento e dignidade são evocados por Sujeita L, como anterior à inserção no espaço laboral. Tais elementos são necessários para o reconhecimento enquanto seres humanos, antecedendo a inserção no mercado de trabalho. Muitas vezes, há uma série de estratégias que a fortaleceram e produziram formas de enfrentar a realidade. Começando por sua apresentação (aparência e autoidentificação), percebemos que o fato de se apresentar como travesti ou transexual produz impactos que ao se definir como alguém que produz o rompimento das normas e padrões de gênero, estabelecidos de forma compulsória, é algo trazido por ela, que reitera: “Ser travesti é construir uma identidade para além do binarismo de gênero” (Sujeita L).

A compreensão não binária de gênero emerge e, neste ponto, nos faz recorrer às contribuições de Butler (2003), que são percebidas, pois se entendermos gênero e compulsoriedade heterossexual e seu status de verdade, reforça-se a dominação masculina sobre as mulheres, e as mudanças se tornam mais difíceis. Se compreendermos gênero, porém, como uma identidade fluida, transitória e necessária de constantes reafirmações e provações desvinculadas do condicionante do sexo biológico, ou seja, como uma construção social performativa, ou ainda como padrões de dominação e opressão entre os gêneros que podem ser questionados de maneira mais profícua, visto que não haveria uma única verdade ou mesmo uma verdade última sobre o sexo, mas sim efeitos de poder naturalizados, que podem e devem ser reconstruídos, possibilitando rupturas e deslocamentos no binarismo. Butler (2003) destaca o rompimento com os binarismos e essencialismo propostos, pois não haveria nem fenômeno humano e social anterior à(s) cultura(s), nem processos de significação unicamente orientados e definidos pela natureza ou pela biologia.

Após o processo de reconhecimento de si mesma, o mundo parece ser possível de ser vivenciado plenamente. É perceptível a exaltação da singularidade que busca não generalizar os modos de vida travesti, mas sim demarca a importância do respeito à diversidade dos

modos de ser. Muitas dificuldades, porém, são encontradas e associadas ao não lugar, pela sua condição de Travesti. Assim, olhar para o mercado de trabalho e lutar para transformá-lo, é extremamente necessário.

Esta luta, que envolve, desde os movimentos sociais às ações efetivas das políticas públicas, é uma construção necessária e urgente. Muitas ações em torno da cidadania, incluindo a preparação para o mercado de trabalho, que rompe barreiras e constitui de fato um espaço propício para o reconhecimento de travestis e transexuais, como cidadã, com todos os direitos trabalhistas garantidos.

Cabe ressaltar que em um contexto capitalista, as travestis e transexuais muitas vezes se submetem a condições desfavoráveis de trabalho para que possam ter o mínimo para sobreviver. O contexto capitalista, porém, também se apropria de suas lutas e anseios e lucra diante disso.

De fato, a lógica mercantil, presente e reiterada pelo capitalismo, anula as sujeitas e as transforma em mão de obra não pensante. No caso da diversidade, mais especificamente com a população de travestis e transexuais tem-se uma dupla perspectiva, por um lado a completa rejeição a qualquer possibilidade de diversidade, anulando-a. Em outro extremo, porém, tem-se a apropriação indevida, com forte influência do chamado *Pink Money*. Sobre sua experiência na trajetória profissional, Sujeita L explicita ter trabalhado desde os 14 anos, começando em ONGs dos movimentos sociais, passando por trabalhos informais, com produção cultural e designer, pesquisas e pelo serviço público. Ressalta que somente teve sua carteira assinada em 2014 em uma ONG, onde trabalhou.

O ingresso precoce no mercado de trabalho interfere, muitas vezes, na formação acadêmica, atendendo às demandas mais urgentes (moradia, fome, etc.) e postergando sonhos e realizações. O contexto socioeconômico expõe as vulnerabilidades em um país, como o Brasil, marcado pelas desigualdades sociais.

Diante de todo o contexto de vulnerabilidade e exclusão, cada uma vai lutar pra sobreviver e se proteger com as armas que possuem. Como ter dignidade se não se pode ter o mesmo endereço por muito tempo, a mudança de número de contato é constante, as vulnerabilidades só aumentam ao tempo que precisamos nos constituir seres que não podem ter vínculos materiais e nem emocionais. Se manter na legalidade é mesmo possível? Que legalidade seletiva é essa? (Sujeita L).

Lutar pela própria sobrevivência é um ato político, talvez pensando grosso modo como egoísmo, mas tomado como movimento de enfrentamento, lutando com as armas que se tem, para dar conta das vulnerabilidades, muitas vezes consolidadas fortemente sob a égide da legalidade.

Sujeita G: Amor e Razão

“[...] me disseram que travesti só vive 35 anos [...] meu corpo já é marcado [...] tem um xzinho na minha testa que as pessoas podem atirar.”

A análise do mercado de trabalho, a partir das experiências de travestis e transexuais, é ampla e diversificada, evidenciando a necessidade de verificação da dimensão singular e não generalista deste estudo. Por conseguinte, Sujeita G destaca:

Não, eu vou ser bem clara, não existe, não, não existe. O mercado de trabalho é fechado para a mulher travesti, sabe a... gente que tá... é... vive no mercado de trabalho é um homenzinho, cabelinho curtinho é ... é, é num ... através de concursos também. A gente tem é... as travestis, elas têm seus corpos é... expulsos das escolas. Não existe evasão escolar para as travestis, não existe evasão escolar para a população LGBTQIA+. Elas não... a gente não evade a escola, a gente não tem essa evasão, a gente é expulsa das escolas, da mesma forma, por isso que os empregos deles fecham as portas. Porque o trabalho é pras pessoas competentes, as escolas fecham... as

escolas expulsam seus corpos de lá, as faculdades... a faculdade que... (risos) a faculdade que era pra ser um local que não era pra existir isso, e existe, e existe também. E eu nem posso dizer que existia, que existe ainda, existe ainda e a gente tem que ter conhecimento, então eu acho quea travesti tem que batalhar, que é pra entrar no mercado de trabalho.

É notória a pertinência nas colocações de Sujeita G, da associação entre Mercado de trabalho e formação, ressaltando que o espaço de formação não é favorável à sua permanência, dificultando ainda mais a entrada no espaço laboral. Tal conexão entre o espaço de formação e o mercado de trabalho é uma relação que deve ser pensada como favorável, mas não compulsória. Pois, o livre acesso deve ser uma premissa.

Muitos, porém, são os fatores impeditivos, entre eles o uso do nome social, atualmente também mencionado como uma necessidade da retificação civil. Assim, o nome social, utilizado durante muitos anos, é visto como uma medida paliativa, ao invés da modificação efetiva do nome.

Para tanto, o nome social é o modo pelo qual a pessoa se auto identifica, sendo reconhecida, identificada, chamada pelos seus pares e no meio social, uma vez que o seu nome civil, isto é, seu nome de registro não reflete a sua identidade de gênero. A implicação do nome social no mercado de trabalho é uma das dificuldades que impedem, inclusive, as travestis e transexuais de ingressar no espaço laboral, pois seus documentos muitas vezes não condizem com sua documentação. Atualmente, existe uma legislação vigente no país, que permite a retificação do nome. Sobre sua aplicabilidade, há vários conflitos e burocracias que emperram o processo.

Nesse sentido, o uso do nome social/civil é uma luta contínua e é mencionada:
[...] uma coisa mínima que é seu nome seu nome é... social , vamos dizer que é social, porque nem todo mundo quer mudar para o civil, porque quer continuar, sendo social

e quando chegam lá com a identidade de gênero, com a sua identidade de gênero travesti e você mostra um simples papel, que você tá toda de Marília Pera aí no seu papel tá tudo Adolfo, e o entrevistador que é do RH, que o RH tá falando Relações Humanas, mas não entende um pingão de relações humanas, não entendem nada de relações humanas, não entendem absolutamente nada de empatia, e... ela simplesmente perde a vaga, por ser travesti (Sujeita G).

A associação direta da travesti à prostituição também aparece nos enunciados de Sujeita G, que afirma a possibilidade de que tal pensamento possa ser limitador das possibilidades de inserção no mercado de trabalho destas sujeitas. A prostituição, muitas vezes, surge de forma compulsória imposta como possibilidade única de sobrevivência, diferente de quando se apresenta como uma entre tantas possibilidades, a margem de liberdade de tais sujeitas é limitada e reforçada por estereótipos.

Que no imaginário das pessoas, a travesti era pra tá na esquina. As pessoas não são acostumadas a ver travesti pedindo emprego e as pessoas não querem isso. As pessoas não querem travesti dentro da faculdade, as pessoas não querem travesti advogada, médica, as pessoas não querem, as pessoas querem continuar acostumadas a ver travesti só à noite. E outra vez, não vê. Porque se elas estão à noite, elas são invisíveis, não são vistas. Eles não querem ver travestis na feira, não querem ver atuando de dia, elas não querem as pessoas são muito más, elas são muito más. Então não existe (Sujeita G).

Sujeita G, em sua trajetória, apresenta grande inserção social, mostrando haver em sua cidade um projeto denominado Cabide Rosa Choque, em que se desenvolve parceria com empresas, no entanto, ainda há grande dificuldade. Atribuída a não adesão à pauta da inclusão, que, para além do discurso, necessita de práticas verdadeiramente efetivas.

Sensibilizada com a causa, Sujeita G é questionada sobre sua posição de privilégio, que é justificada por ela devido à transição tardia, porém deixa claro que sua luta nos movimentos sociais de sua cidade é para que todas tenham os mesmos direitos. No entanto, é perceptível o reconhecimento de privilégios, para que seja compreendida a negação de espaço para outros. Sujeita G apresenta sua trajetória profissional e fala dos questionamentos em torno da sua posição de privilégio:

Deixa eu lhe falar, sou concursada da prefeitura, só que eu sou auxiliar administrativa. Eu trabalho na Assistência Social, e outra coisa, eu sou professora, diretora de passarela, eu dou aula de etiqueta, de como andar de salto, de como se comportar, de como falar de netiqueta. Então, sou professora de netiqueta, sou professora, trabalho com moda também. Quando eu digo que sou professora, porque sou professora nesse quesito de netiqueta, de etiqueta, de postar mesa, essa é a minha segunda renda.[...] às vezes, na minha fala, qualquer colega minha pode dizer, fulana tu é muito privilegiada, eu digo não, não sou privilegiada, eu não sou privilegiada porque eu vim me reconhecer travesti com 36 anos, eu vivi mais de trinta e cinco anos da minha vida, sendo gay porque diziam que travesti só vivia até 35 anos, E eu não queria viver só até 35 anos, eu não queria. Então, eu esperei, eu esperei completar 36 anos. Hoje, eu tenho 37, vou fazer 38 e pra mim ser, pra mim ser feliz, que eu quero, que realmente eu sempre me reconheci. Porque me disseram que travesti só vivia 35 anos, que horror. Eu vou viver só até 35, 35 anos. Pronto, quando eu fiz 36 anos, eu cheguei pra mim e falei, pronto eu passei dos 35 anos, eu acho que agora, já tenho 36 e meu corpo já é marcado, já é marcado por uma bala, tem um xzinho na minha testa que as pessoas já podem atirar, enfim. [...], mas eu sou privilegiada porque eu tenho a minha casa, eu volto para dentro da minha casa e do portão... a minha casa... a constituição diz que a sua casa é o lugar mais seguro pra você viver. Eu não vou tá na rua correndo

todos os riscos, aprendendo tudo pra sobreviver e sabe ou mata ou morre. Você... é muito, muito, muito complicado, mas é isso que eu batalho, que eu corro atrás.

A transição tardia e os enfrentamentos são constantemente evidenciados à revelia das concessões estabelecidas, e para que se possa sobreviver, é algo pulsante. Negar sua própria existência e silenciar seus corpos são desafios enfrentados cotidianamente. No entanto, algo as mobiliza e demonstra a necessidade de sororidade. Costa (2004) coloca como a expressão de sororidade foi criada e propagada, como expressão de identidade do feminismo, em seu significado quer dizer irmandade, e remete à força da unificação de mulheres, juntando energias contra a desigualdade, em relação ao sexo oposto. Mas também, a noção de sororidade esconde as diferenças e desigualdades entre mulheres, aceitando sua homogeneização. Com a tomada de consciência, esses temas poderão ser revistos, notando-se as diferenças e desigualdades entre mulheres em seus enquadramentos políticos, como a questão de classe, questões étnicas e raciais, as diferentes gerações vividas e ideologias. Então, os feminismos procuram novas formas de pensar sobre suas pautas de lutas contra as desigualdades humanas, partindo de suas relações próximas, em busca da sintonia.

Porque as coisas só vão mudar para a gente se tiver pessoas igual, quando eu digo igual na questão da travesti mesmo, sabe. Porque todos nós somos diferentes, mas as nossas histórias são parecidas. Mas eu só acredito quando eu chegar num hospital e ver uma médica travesti, eu vou acreditar quando ver uma juíza travesti, e eu vou acreditar quando eu vir uma empregada doméstica travesti, eu vou acreditar quando eu for atendida por uma travesti. Eu vou acreditar, quando eu estiver sendo entrevistada na pós-graduação, doutorado ou mestrado por uma travesti e então, eu acho que a gente tem que ocupar isso daí. Sabe. Que as pessoas roubaram da gente, ou não roubaram, a gente nunca teve, as pessoas nunca deixaram a gente ter, pronto é isso as pessoas nunca deixaram a gente ter (Sujeita G).

Diante das palavras trazidas por Sujeita G, coloco o quanto me fazem repensar minha posição de homem cis, que estuda a travestilidade, e o quanto sou questionado em relação à legitimidade de discutir essa temática. Afinal, qual seria o lugar de um cisgênero no estudo sobre transgêneros? A partir da experiência, enquanto psicólogo clínico e sujeito voltado ao acolhimento às múltiplas formas de existir, coloco-me na posição de escuta e respeito à condição humana, que se apresenta, percebendo fortemente a dimensão ética envolvida.

Butler (2015b) apresenta uma compreensão sobre ética e responsabilidade, baseada em um questionamento: como somos constituídos na vida social e a que custo? Neste sentido, tal reflexão sobre os processos de formação do sujeito é sugerida por ela, como um novo sentido para a ética, que resulta do reconhecimento de que compartilhamos de uma certa cegueira a respeito de nós mesmos e não da afirmação de uma identidade pessoal. O que significa tomar como precondição para a responsabilização, não a existência de um sujeito coerente, que se conhece por completo, e sim, as relações com os outros. Reafirmo para Sujeita G o quanto esta é uma pesquisa interessada, é uma pesquisa que tem uma preocupação e uma contribuição para este cenário. Sujeita G destaca:

Isso mesmo, e uma coisa que eu tava tentando compreender, porque esta vida, por que este dado de viver somente até os 35 anos, porque muitas vezes estão na rua, elas estão correndo riscos. Então, quando você vai entrevistar, onde 99% delas estão nas ruas, você vai entrevistar várias que já perderam amigas [...] a travesti só vai viver mais quando elas tiverem... quando elas realmente forem vistas como seres humanos, que ela vai estar na faculdade, que elas estão trabalhando, então, eu acho que esse dado vai ter uma mudança totalmente quando isso acontecer. Ninguém anda matando cis por aí, como você, pra você como ... pra você... pra deixar bem claro. Tai que eu respeito a sua fala total, como você se autodeclara, tá.

Diante disso, questiono-me, fazendo eco a Butler: afinal, que vidas são passíveis de luto? Quais vidas valem a pena ser vividas? Questionamentos inquietantes diante das sujeitas envolvidas nesta pesquisa, percebidas fortemente por elas. E sigo, lembrando, a partir de escritos, juntamente com Amazonas e Siqueira (2020), que:

[...] não é suficiente apreender uma vida como vida, mas é necessário reconhecê-la como tal. A apreensão é um modo de conhecer que ainda não é o reconhecimento e que pode ser irredutível a ele. O reconhecimento é um ato que exige pelo menos, duas pessoas que se reconhecem reciprocamente, tendo por base certas condições gerais estabelecidas como a base do reconhecimento. A isso, Butler dará o nome de inteligibilidade, isto é, regras históricas que estabelecem o âmbito do cognoscível (p.103).

Diante dos cenários de violência, os processos de enfrentamentos foram estratégias encontradas por Sujeita G, para conseguir se manter viva. A luta pela vida se faz constante, fazendo-nos pensar quais vidas valem a pena ser vividas e quais vidas são passíveis de luto. O desafio é compreender quais vidas poderão ser enquadradas como vidas. Judith Butler (2015a) busca “ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção” (p. 15) e, para tanto, coloca em questão certa ontologia corporal. Butler (2015a) instiga a pensar em ontologia, não como estruturas fundamentais, mas como questionamentos sobre precariedade, vulnerabilidade, dor, interdependência, trabalho, reivindicações sobre linguagem e pertencimento social.

Acreditar em outras possibilidades e seguir é algo descrito em suas palavras, que materializam os agenciamentos produzidos por Sujeita G:

[...] uma fala, que eu acho mesmo oportuna a gente falar e até a gente deixar mesmo como mensagem pra você ou para alguma outra pessoa que você for falar, ou para alguma travesti amiga sua ou parente sua que você encontrar, que você possa convidar

pra jantar, enfim, qualquer outra pessoa pra sua banca ou pra qualquer outra pessoa , mas em especial pra mulher travesti ou pra você mesmo como cis, como você diz que a gente possa falar sobre propósito sabe, propósito. A gente tá num momento tão delicado com esta questão da pandemia, sabe? É.. eu não sei você, mas com todos estes três meses em casa, eu começo a tá cheia de planos, sabe, a tá cheia de novos objetivos, com uma vontade renovada, com um gás renovado, é mesmo que eu continue... que eu continue fazendo, o que eu já, o que eu já tava fazendo anteriormente eu sinto que por tudo isso dessa pandemia, das pessoas quererem ficar melhor, o respeito ao outro, de realmente a gente ter que melhorar. Porque o mundo mostrou que a vida é muito frágil, que a gente tem que respeitar as pessoas, tem que ter mais empatia. Eu vou ver esse começo... assim, quando voltar ao normal, uma possibilidade nova, sabe, da gente arriscar, da gente tentar buscar novos caminhos, enfim. Por isso, eu acho importante terminar a minha fala e falar muito ainda sobre propósitos, sabe, propósitos de maneira geral, sabe. De empregabilidade, de maneira geral de significar, de significar algo a ser alcançado, um plano, um objetivo, de maneira que se você procurar no dicionário, é mais ou menos é, é, é isso que você vai encontrar. Mas assim, hoje, eu quero terminar agradecendo, foi um prazer falar com você e deixar uma mensagem, sabe, um proposito com significado mais de entrega mesmo, de você ver, de você ser quem você é, de você ser feliz, sabe, é o que você pretende dar pro outro, pra quem te ver, as redes sociais também, pra quem te segue, na faculdade, pros seus alunos, pra quem está do seu lado, pra quem te acompanha, qual é essa entrega, e essa entrega precisa ser genuína, ela precisa ser única, ser único, [...] Então, assim que a gente ocupe os espaços, que a gente monte um negócio, que a gente tente fazer como todo mundo vive a vida, sabe. Buscando realizar seus sonhos, de alcançar os objetivos (Sujeita G).

Propósitos, planejamentos, ações e entrega, palavras potentes que nos levam diretamente ao encerramento desta conversa, com uma pergunta: Afinal, como se constitui o processo de profissionalização na experiência da travestilidade? A partir das suas experiências, Sujeita G sintetiza em seus enunciados e se coloca a partir de suas experiências:

Eu vou falar sobre o meu lugar de fala, eu vou falar, não pelas outras colegas. Que as outras colegas são muito difíceis, é muito difícil contratar uma travesti mesmo, e quando você vai deixar o seu currículo, enfim, eles veem seu currículo, aí vê seu nome lá, às vezes não tem o nome social, às vezes tá o nome dos documentos, que às vezes você não conseguiu mudar. Às vezes, eles olham veem que você é travesti e não dá. Mas no meu caso é eu já fiz o concurso, eu era gay na época, fiz o concurso público eee passei eee meu processo já tinha mais de 10 anos que sou concursada e quando eu me conheci travesti éee foi muito tranquilo porque eu já era, eu já era sabedora, já tinha conhecimento dos meus direitos, eu já tinha conhecimento das leis estaduais, municipais, federais, a respeito de mudar os documentos no RH , no livro de ponto, que você tem a competência independente da identidade de gênero. No meu caso, eu já entrei no mercado de trabalho como gay, e fazendo um concurso público, e depois mais de 10 anos que eu me reconheci como travesti é foi super de boa porque eu tinha todo esse conhecimento , esse conhecimento, se alguém ousasse não cumprir a lei, essas coisas, eu saberia onde correr para conseguir isso, então na minha ... no meu processo de profissionalização na experiência travesti, foi super de boa, porque eu fiz todo esse caminho de orientar a minha chefe, de orientar o RH, por ser a primeira. A primeira travesti num órgão público da minha cidade, então, foi de boa (Sujeita G).

Sujeita P: Assujeitamento e Reconhecimento

“Se precisa de mais oportunidade, se precisa de mais qualificação.”

O processo de formação, advindo, tanto da família, como da escola, é propulsor do processo individual da profissionalização. Esta dimensão é evidenciada, a partir dos vários agenciamentos trazidos por Sujeita G. Eventualmente, o mercado de trabalho e suas características estruturantes foram e ainda são fortemente comandados pela masculinidade e as pessoas que se encontram fora desse universo, geralmente encontram dificuldades, para se inserir. No entanto, pode-se considerar em relação às travestis e transexuais que algumas pessoas não visualizam a capacidade profissional que o outro tem, mas sim, sua expressão de gênero.

Logicamente que a trajetória de formação influencia diretamente na compreensão sobre o Mercado de Trabalho, que é percebida por Sujeita P, como:

Sobre o Mercado de Trabalho, eu percebo que éeee se vê falar muito de oportunidade pra comunidade T, mas eu ainda sinto queeee se precisa de mais sabe, e e e se precisa de mais em vários aspectos. Se precisa de mais oportunidade, se precisa de mais qualificação (pausa) pra isso. É... eu por exemplo depois da minha transição, a minha transição quando ela começou, eu estava empregada ãh em um órgão público, órgão é público. Que eu percebia que a minha transição, ela de certa forma meio que causava é certos questionamentos, certas dúvidas em questão da minha aparência, porque eu tinha sido contratado como menino, como menino, digamos, estava com a aparência feminina, porque tava com o cabelo grande, estava sempre maquiada, com calças coladas, eu me vestia como eu me via, independente de lá na minha carteira de trabalho tivesse o nome de homem e tiveram alguns momentos que eu me senti constrangida.

A inserção e permanência no Mercado de trabalho são verdadeiros desafios, pois o constrangimento diante da transição, durante o processo de inserção no Mercado de trabalho, interfere na permanência, devido à aparência, que se modifica. Neste sentido, tais transformações muitas vezes não são compreendidas, gerando grande desconforto, percebido como uma forma de discriminação. Em se tratando do tema da discriminação no trabalho, tem-se, segundo Costa (2007), como referência indispensável à Convenção 111 da Organização Internacional no Trabalho (OIT), que em seu artigo 1º, define discriminação, como:

[...] toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão; qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão, que poderá ser especificada pelo Membro interessado depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados.

Nesta conceituação da OIT, Costa (2007) aponta a ocorrência de prática discriminatória como elemento determinante é a produção de privação ou limitação da igualdade de oportunidades e de tratamento. Posto isso, a discriminação se manifesta de duas formas: direta e indireta. A discriminação direta pressupõe um tratamento diferenciado proibido. Já na indireta, o objetivo discriminador não é explícito.

Nesse sentido, o constrangimento aparece na forma de discriminação indireta. Sujeita P relata:

Eu me senti constrangida em alguns momentos na qual eu submetida a usar um fardamento que não condizia com o meu gênero. E aiiii eu me sentia muitooooo sufocada em falar, eu não sabia como falar (pausa), só que acabava que alguma coisa acontecia e que eu acabava não participando e eu agradecia super por não fazer parte daquele momento, né? Porque seria um momento de puro constrangimento pra mim.

O silenciamento, muito presente na vida das travestis, produz efeitos significativos, pois o medo da não aceitação, juntamente com o temor às represálias, reforçam uma posição necessária, para se manter nos espaços. Submeter-se e não questionar funcionavam como uma moeda de troca para a permanência. Existem, porém, experiências exitosas, que rompem com o silenciamento, sendo apresentadas por Sujeita P, que ao conversar com um amigo sobre possibilidades de emprego, apresenta-lhe uma empresa de Call Center:

[...] eu falando sobre questão de emprego, eu querendo trabalhar de carteira assinada e ele disse: lá na minha empresa a gente éee (pausa) é aberto, superacessível né..., super de boas com a contratação de (pausa) transexuais, homens trans, travestis, enfim, acabou que eu fui contratada. E o que eu achei mais éeee formidável, que eu achei assim de um exemplo, que precisa ser éee (pausa) é preciso ser conscientizado em muitas empresas é a forma como queremos ser tratadas.

Nesse contexto, o uso do nome social reaparece também na experiência de Sujeita P, ainda se apresenta como um desafio, no entanto, existe instituição que cumpre os aspectos legais em torno do uso do nome social, assegurado em várias esferas e âmbitos em atos normativos e decisões diferentes (como na Portaria MPOG nº 233/2010, que regula o uso do nome social na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde e a Portaria GM 1820/2009, que o garantem no âmbito do Sistema Único de Saúde; a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275, do Supremo

Tribunal Federal; e, mais recentemente, o Decreto Federal nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional), mas que, apesar da ampla regulamentação, ainda oferece inúmeros e insistentes obstáculos na sua efetivação (Pedra et al., 2018).

Nesse contexto, Sujeita P afirma:

[..] embora meu nome tivesse na(interrompe). Hoje não, porque graças a Deus sou retificada, mas na época ainda era meu nome de civil, e aí quando eles me contrataram, a primeira coisa que perguntaram foi o seu crachá vai ser com o seu nome, já achei aqui um barato, quando precisava resolver alguma coisa burocrática, a minha supervisora me chamava na mesa (pausa) né e dizia teu nome tá assim, mas é Sujeita P, eu sim, sim, sim. Então, existia um respeito, um comprometimento né, com causa, uma sensibilidade em lidar.

Não é incomum, percebemos em meio a estas violências reais e simbólicas, manifestações que produzem sofrimento, entre elas, as dificuldades diante do uso do banheiro são mencionadas por Sujeita P. Apresentando-nos como as artimanhas do poder se espraiam pelas instituições e materializam normas e regras como manifestações do poder que atravessam as diversas experiências. A arquitetura do poder, também presente no banheiro, demonstra uma sorte de plano balizador do gênero, fortemente marcado pela imagem na porta que reforça binarismo de gênero, sem espaço para o trânsito. É comum observar a não preparação dos profissionais e a negação dos modos de vida trans, além das tentativas de silenciamento/ajustes/ higienização das sujeitas no âmbito laboral.

Para Sujeita P, porém, existe a presença de experiências outras nesta empresa de Call Center, citadas por ela:

[...] o banheiro feminino nunca foi um problema né, até porque eu acreditava que hiii como vai ser quando for usar o banheiro feminino daqui, as outras meninas vão botar boneco (muda a voz) Há por que isso ç Por que aquiloç Mas foi sempre super de boa, né. Nunca houve um constrangimento.

Sujeita, P, ao ampliar suas discussões, aborda o mercado de trabalho e destaca:

[...], mas assim a minha visão sobre o mercado de trabalho depois da minha transição, embora eu só tenha tido estas duas experiências de trabalho éeee, pelo que muitas amigas me falam, muitas estão contratadas, vivem muito bem, nos seus respectivos trabalhos. E então, a meu ver, eu acredito que isso precisa ser o processo onde se exista mais oportunidade né, mas que também se exista mais aperfeiçoamento que muitas meninas tenham o o o mercado de trabalho e a carteira assinada, como uma opção a não ser as ruas, a não ser é, é só o mundo da prostituição, por exemplo.

É perceptível, em suas palavras, a necessidade de adaptação no mercado de trabalho para que possa haver, de fato, um espaço possível para as travestis. Revendo a possibilidade de existir mais oportunidades, mas também aperfeiçoamento/formação. Além desta primeira experiência, Sujeita P apresenta outras experiências que permeiam a sua trajetória profissional.

[...], eu sou atriz, eu sou atriz do coletivo as travestidas há 10 anos (pausa) então, a minha trajetória profissional vai é ee ser mais abrangente nesse mundo, no mundo artístico, no mundo teatral, é eee no na no mundo do audiovisual, onde eu também fiz uns filmes éeee. Então, assim, desde muito nova eu tive aptidão por isso, sempre foi um mundo que (pausa) que me despertou interesse, então, eu sempre corri atrás disso eeee, embora algumas vezes na minha vida, a minha mãe dissesse que aquilo não

tinha futuro, que aquilo não dava dinheiro, mas era o que me motivava né eee, é o que me motiva, na realidade é o que me instiga, é o que me faz sentir viva. Eu sempre costumo dizer queeeee (pausa), eu acredito que eu poderia desempenhar outros papéis, outras funções, outras coisas, mas a que realmente me enaltece, me deixa cheia de alegria é a arte, é arte.

A arte, como uma via de profissionalização e inserção social, tornou-se possível na experiência de Sujeita P, visto que a produção artística contemporânea se apresenta de forma descentralizada e plural, deixando de lado a utopia das vanguardas, ao interagir a arte com a realidade. Encontram-se, também, as diferentes linguagens e formas de representação, baseadas não somente nas experiências do cotidiano, mas na relação entre a compreensão e a percepção do outro. A performance se apresenta como uma potente linguagem provocadora de questionamentos e reflexões, uma vez que corpos dissidentes assumem seu local de fala (Ferreira, 2019).

Nesse contexto, a condição de subalternidade, na perspectiva Spivak (2010), trazida pela travesti, ganha espaço para falar de si e por si e essas vozes, quando conquistam uma posição de prestígio e, nesse caso, o acesso aos palcos obtém visibilidade e reconhecimento. Ao finalizar, Sujeita P apresenta suas conquistas, a partir das transformações produzidas pela arte, fazendo-nos recordar as discussões foucaultianas sobre a dimensão estética da vida, esta como uma obra de arte:

E a arte tem uma função fundamental na vida, de mim quanto atriz de mim enquanto promovedora disso né, que isso chegue as pessoas, não modifique só a mim, mas também as pessoas que assistem que prestigiam, então éeee graças aaa arte , graças ao teatro eu pude chegar a vários lugares , eu pude é conhecer novos lugares, conhecer pessoas incríveis éeee e são coisa que eu acredito muito que se não fosse a arte eu não teria chegado nesse lugar, eu não seria quem eu sou hoje, sabe. E eu não sei se eu

seria tão feliz quanto eu sou hoje. Então a arte ela me transformou e me (pausa) e me reforçou e me empoderou, me encorajou a hoje eu ser quem (pausa) de fato eu sou. Então a minha profissão, a vida que eu quis e quero a cada dia pra mim é isso, é uma vida que me possibilitou várias coisas, à aaa muitas descobertas, e eu só sou grata ao universo, às deusas, aos deuses por tudo isso e por por não ter desistido éeee e não ter deixado de acreditar cada dia no meu potencial eeeee na minha arte.

Sujeita B: Respeito, Luta e Enfrentamentos

“Porque no meu período de transição, a minha família dizia: Você não vai arranjar emprego por conta de você está assumindo essa sua identidade de gênero.”

Na Região Metropolitana do Cariri, Sujeita B é referência e precursora em efetivação de direitos, como a retificação do nome, sendo uma das primeiras da Região a retificar o nome, no registro civil. Aspecto de grande relevância para a inserção no espaço laboral. Tanto que, ao ser solicitada para falar sobre a sua trajetória profissional, nos informa: “eu estou eu quero falar é... pelas etapas, eu gosto sempre de respeitar a gênese, até chegar ao núcleo, né.” Esta frase já nos indica que teremos muito o que ouvir e prontamente, Sujeita B me conta:

Primeiro, eu me encontro no terceiro setor, eu me encontro na ONG X, na, que a ONG X tem sido essa figura emblemática, militante, ativista [...] era exatamente na gestão do gestor que não me contratou, que eu trabalhei pra ele e sofri a transfobia, engavetaram meu currículo, era mesmo na época da minha transição, dos meus hormônios aflorando, eu assumindo a minha identidade de gênero e a gestão não me contratou, não viam uma mulher trans dentro de um equipamento social, dando aula de teatro.

São muitas as dificuldades no seu início profissional marcado pela negação de permanência em espaços devido ao processo de transição e de todas as dificuldades de uma cidade marcada por padrões cisheteronormativas. Se a sexualidade aceita, enquanto normal, é algo monolítico e engessado, percebe-se o quão conflituoso é, quando foge à norma vigente. Tal desvio é marginalizado, estigmatizado e excluído pela sociedade, trazendo em si conflitos que se misturam entre medos e desejos, tal como o universo das identidades trans, que evidenciam corpos que transgridem, transformam e renascem, numa tentativa de ressignificar as mudanças vivenciadas em indivíduos em trânsito identitário.

Tal trânsito é permeado por uma série de vulnerabilidades que evidenciam uma lógica de invisibilidade. Apesar destas especificidades, é notória a heterogeneidade que caracteriza tal população, produzida pelo sistema capitalista. A opressão, a invisibilidade e a violência física e simbólica marcam suas trajetórias de vida como um todo, as quais, em geral, são ainda reforçadas por outras exclusões, multidimensionais e socialmente compartilhadas, ligadas às questões de gênero, classe, raça, idade, orientação sexual e atividade laboral.

Romper com estes estigmas e preconceitos foi um desafio em sua trajetória, enquanto Educadora Social em Saúde. Pois, Sujeita B teve a oportunidade dentro de um projeto que precisava ter na sua equipe uma trans. Isto possibilitou uma experiência importante para ela:

Porque esse projeto, a gente ia para as praças, para os logradouros, pras casas de prostituição, fazer aqueles testes de fluido oral anti-hiv, que é do projeto do Ministério da Saúde, por conta de que a população não ia até os equipamentos de saúde. Aí eu fui para Brasília, me capacitei, o ministério da saúde veio para a ONG X, nos capacitou e eu fui educadora social em saúde, onde nós ganhávamos uma ajuda de custo.

Cabe ressaltar a associação entre a identidade travesti e as infecções sexualmente transmissíveis, inclusive HIV/Aids. Sabe-se que, em 1983, eclode a epidemia do vírus HIV/Aids, em São Paulo. Neste contexto, ativistas se dedicam à fomentação de uma resposta coletiva à epidemia, sendo os homossexuais os primeiros militantes a se mobilizarem contra a doença, considerada e nomeada na época como “câncer gay” ou “peste gay”. A mobilização abarcou, não somente a esfera da assistência solidária à comunidade, mas também a elaboração de demandas para o poder público. Assim, debater sobre a saúde da população LGBT faz pensar seu histórico em busca de diversos direitos, muitas vezes negados pela condição de sua identidade sexual ou de gênero. Foi somente no início do século XXI que as necessidades de saúde do público homossexual foram realmente discutidas e pautadas em projetos que atendessem as demandas e especificidades que os acometiam (Barbosa & Facchini, 2009).

Somente anos depois é que se cria a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em que o Ministério da Saúde apresentou como fundamento para a humanização na promoção, proteção, atenção e no cuidado à saúde, o respeito sem preconceito e sem discriminação, garantindo a eficácia das ações e programas que constituem a Política em todas as esferas do SUS (Brasil, 2013).

Sendo assim, as demandas de saúde da comunidade LGBTQIA+ dispõem de algumas diferenças em relação à população em geral, principalmente pelas condições sociais, a qual é diariamente exposta, como a discriminação e o preconceito, considerados os principais fatores de adoecimento e sofrimento desta população.

Sujeita B relata um dos vários casos que conhece de pessoas, vivendo com HIV/Aids e com toda ética, sigilo e profissionalismo:

[...] algumas meninas são soro positivos, por conta de que trabalhar na prostituição é uma coisa que... é uma mazela que as aprisiona e sendo um grupo de pessoas

infectadas, não tira a dignidade delas de maneira nenhuma, né que elas vivem fazendo o tratamento eficaz, elas são acompanhadas pelo Centro de Infectologia, pela assistente Social, lésbica e conselheira também, lá dentro do Centro de Infectologia, tenho orgulho de trabalhar com todas as travestis, como a ONG também com elas, tenho um encontro com elas de quinze em quinze dias na ONG, onde elas têm palestras, têm assessoria jurídica, têm assistente social e o conselho. Tem uma travesti lindíssima, que é a C.L. de 57 anos, que resistiu à Ditadura Militar, uma mulher negra, que saiu de casa expulsa aos 13 anos de idade, foi queimada, foi estuprada, viveu no Brasil todo e hoje é uma mulher com vulnerabilidade social, apesar de morar numa... na casa do pai e da madrasta. O pai tem 84 anos, mas é uma mulher que tem necessidade de previdência social, mas é conselheira representante da ONG lá no Conselho a C., então nossas ligações, minhas ligações com as travestis são todas estas.

Assim, pensar a travestilidade em intersecção com várias dimensões que constituem um desafio que induz a uma busca inquietante, que impulsiona possibilidades de ressignificação da percepção dos modos de vida e dos processos de subjetivação das travestis e transexuais, inclusive no processo de profissionalização. A condição da soropositividade ou suspeita é algo que coloca as travestis em condições de vulnerabilidade, que se intensifica. Tais elementos atrelados compõem uma rede semântica de dor e sofrimento. Pelúcio (2009) destaca, a partir de seu estudo, que entre as vulnerabilidades:

[...] a Aids aparece como termo de acusação, que pode ser acionado em contextos de disputa, desvalorizando a acusada, tanto no mercado sexual, quanto conjugal. O sofrimento, pouco tem a ver com a Aids, e sim com o preconceito, tanto o interno à rede de sociabilidade da travesti, quanto o que ela identifica como externo (p. 183).

Atrelado a isso, cabe ressaltar a necessidade de perceber os contextos de violência que fazem emergir um contexto social específico, marcando os corpos e fragilizando as subjetividades. Violência, de várias formas, é caracterizada nas experiências da travestilidade. Seja ela física ou simbólica, é percebida e vivenciada constantemente. As vulnerabilidades colocam as sujeitas em risco social. Sujeita B destaca que:

Nos riscos sociais, na drogadição, na prostituição, na violência doméstica, no suicídio, na depressão, numa ociosidade, evadido da escola, que é um índice enorme que muitas trazem, travestis e transexuais que não concluem nem o ensino fundamental. E aí o nosso papel enquanto núcleo de gênero, desde desses... traz era justamente resgatar essa população, emancipá-las, fazê-las sabedoras dos seus direitos, desde a constituição, das conquistas que, que o conselho nacional LGBT já... os coletivos alcançaram a nível de Estado, Brasil. É saber dos direitos delas, o direito do nome social, o tratamento da hormonioterapia, da prevenção as ISTs, entende; Do atendimento nas UBSs.

Tem-se um processo de pedagogização possível que constitui o processo de constituição de uma travesti e transexual, tanto física, como subjetivamente, inclusive na dimensão profissional. Sujeita B exemplifica mães, como a Senhora M, que é apresentada, como:

[...] uma travesti que é uma mãezona, uma líder delas também, na rua, na prostituição. Então, elas às vezes, elas sofrem essas mazelas nas ruas, e essas ISTs, essas violências dentro de motel, sabe, esses ... sofrerem violência nos próprios pontos de prostituição. Então, a minha preocupação é de dormir e acordar com uma notícia de alguma que foi assassinada e a gente não tem olho noturno, mas já recebi telefonemas de madrugada, delas, sendo ameaçadas, delas... até de policiais a paisano, de empresários, né, violentando elas nesses pontos de prostituição. Uma coisa que a gente tem que

garantir também é a segurança pública pra essas meninas que trabalham no submundo.

Ainda no contexto do autoconhecimento, um elemento que sobressalta é o uso da terminologia Travesti. Diante de um sistema ético, que impõe um autoconhecimento, fomenta-se uma violência fincada na autocensura e rigidez de identidades. Assim, tem-se a necessidade da descentralização identitária, em razão de as condições sociais desorientarem o reconhecimento individual, sendo o “outro” capaz de apontar para a orientação daquilo que fomos, somos ou que iremos vir a ser. Aponta-se para um desejo de (des)entendimento e (des)colonização do outro, sugerindo uma ética da responsabilidade e de posicionamento crítico contra a violência, criando espaço para a emancipação social de corpos travestis e transexuais que subvertem normativas. Compreende-se as sexualidades e os gêneros não confinados aos apelos de ideais normativos, desmistificando a injunção social e advogando em prol do direito basilar de existência (Butler, 2010; 2015b).

Pois, tal nomenclatura recebe estigmas e preconceitos, além da associação direta com a prostituição, sendo o termo percebido, em alguns momentos, como algo que diminui sua posição de sujeito, porém algumas meninas utilizam a terminologia trans para se distanciar.

Segundo Sujeita B:

Procede é... e é relativo também essa colocação é... eu não ... nunca quis a rua, meu laboratório, minha transição foi na rua, eu fui para as esquinas, só que eu saía com os caras, mas não cobrava, muitas delas ficavam revoltadas. Sujeita B, e aí quanto foi? E eu: NadaMulher era para ter cobrado (tom de voz como grito), ficavam com raiva de mim porque eu estava deslegitimando o trabalho delas na rua. Que era, era meu início, era o nascimento da Sujeita B, há 11 anos atrás, entende? E aí, quando diz que mulher trans é... não faz programa, num... enfim, a trans que quisereu tenho algumas meninas trans trabalham em sites, que fazem, não vão para a rua. Porque às

vezes para a rua tem que pagar taxas para algumas cafetinas, algumas donas de rua, isso entre elas também.

A prostituição, como um dos aspectos do processo de pedagogização, é vivenciada por algumas travestis e transexuais, no entanto, não se deve generalizar, apesar de haver uma forte tendência social à compulsoriedade da prostituição, na vida de travestis e transexuais. No entanto, há a necessidade de ampliarmos esta compreensão e ir além da prostituição. Afinal, tais sujeitas se constituem em outros espaços. Sabe-se que o processo de constituição de tais sujeitas é permeado também pela inserção no ambiente escolar, existindo medo da permanência nesta instituição. Assim, podemos pensar na formação, que tem neste espaço possibilidade de capacitação para formação da população, sendo assim, Sujeita B apresenta duas frentes, formação e atuação profissional, para pensar a profissional travesti. Sobre a primeira frente, iniciamos pela motivação para ir à escola, Sujeita B destaca:

[...] elas não se sentem à vontade no espaço escolar, a gente fazer um projeto dentro do Cras, à noite, professores, tipo uma turma do EJA, ir para dentro dos equipamentos, ir para dentro do centro de referência [...], porque muitas vezes elas não permanecem na escola por muitos fatores, não é? E muitas vezes não concluem o ensino fundamental, então esse panorama que tu na formação. Porque se a gente pensar tanto escola, ensino fundamental, como ensino médio, até a dificuldade também de acessar a Universidade.

Avançando o contexto de formação e adentrando no contexto da profissionalização, precisamos pensar o mercado de trabalho e a formação para a diversidade. Temos, portanto, estas duas perspectivas, que precisam ser compreendidas. Inicialmente, a compreensão do mercado de trabalho, que por vezes não é aberto à inserção e \ou permanência de travestis. A estrutura gendrada das instituições, muitas vezes não está aberta para as dimensões em torno da diversidade. Daí a necessidade de formação para a diversidade, permitindo assim acesso e

permanência desta população. Sujeita B destaca que uma das lutas encabeçadas em sua militância é:

A formação, a formação, exatamente. São dois projetos grandiosos que eu quero encabeçar com o núcleo e todas as militâncias dentro do conselho, a ONG, a Câmara de Vereadores e fazer um projeto de Lei e levar para a câmara de vereadores, e também continuar com a capacitação, porque o conselho e o núcleo... O conselho maior... presente, nós capacitamos a guarda municipal e demutran, pra saber lidar com essa população na rua. Nosso desejo é chegar também na polícia militar como em todas as secretarias, como não tivemos oportunidade de sentar com todos os professores da rede de ensino. A gente vai a demanda a cada escola, quando essa demanda chega, quando essa demanda chega na Escola. O professor não sabe, o professor, o coordenador corre ao Cras, que aquela criança ou adolescente que é trabalhada no Cras com o núcleo, quando ele chega na escola, o trabalho é desfeito.

O desemprego é uma realidade presente no Brasil e em algumas populações mais vulneráveis. Diante disso, pode-se compreender que o trabalho é algo essencial e responsável, por proporcionar mudanças, tanto positivas, quanto negativas, para a vida do indivíduo. A entrada no mercado de trabalho é valorizada desde muito cedo. Isto porque há um consenso social de que a ocupação em um determinado cargo, que gere produtividade e lucratividade, possibilita no sujeito a construção da sua personalidade, responsabilidade, além de competências e habilidades necessárias para a sua sobrevivência. No entanto, ele também se apresenta como uma ferramenta adocedora, já que ao mesmo tempo em que se entende que o indivíduo estará em uma posição respeitável se estiver empregado, conseqüentemente produzirá uma cobrança nele.

Então, quando há dificuldades econômicas e o desemprego está em alta, isto abala psicologicamente essas pessoas, pois muitas vezes não conseguem se perceber, como cidadãs.

Além disso, a falta de vagas permite com que muitos se coloquem em condições subalternas, de exploração, violência e ainda com estigmas que produzem prejuízos à saúde mental deles. Para que o trabalho seja considerado constitutivo do sujeito, favorável, portanto, para o seu desenvolvimento, precisa existir um sentido, isso não quer dizer que não haverá sofrimento, porém é o que determinará sua permanência (Silva et al., 2013). Tal realidade é mais dura, pois os desafios são mais intensos. Sujeita B destaca suas dificuldades, enquanto desempregada, e os desafios diante da formalização:

É uma coisa muito... é uma realidade muito própria da população T, que é o desemprego, que é a ausência formal no mercado de trabalho. E aí foi meu primeiro trabalho enquanto trans. Porque no meu período de transição, a minha família dizia, a minha mãe disse: Você não vai arranjar emprego por conta de você está assumindo essa sua identidade de gênero. Você está assumindo essa identidade de gênero, você está externalizando essa mulher. Mamãe pensava que eu pra prostituição, coisa que a prostituição hoje tem que ser muito respeitada. É um mercado de trabalho das travestis, que tem que ser respeitada por todos nós.

Muitas experiências da travestilidade são marcadas pela prostituição, que de forma compulsória se instaura, reduzindo as possibilidades profissionais. Sendo a compulsoriedade da prostituição uma constante, que se presentifica na experiência da travestilidade, mencionada também por Sujeita B:

[...] as travestis, a C, muitas que estão na rua e outras que não estão tão trabalhando em site, em casa, muitas que não estão na rua, trabalham em sites, pornô. Muitas vêm no meu privado pedir emprego, porque estão cansadas da prostituição, que é um

projeto também que nós temos que nos sentar, pra ver a questão da empregabilidade dessas meninas no mercado de trabalho.

A questão da diversidade tem se consolidado na pauta das empresas em todo o mundo, principalmente em razão das diferenças presentes nos contextos de trabalho. Muitos aspectos evidenciam este cenário, como gênero, etnia, orientação sexual, idade, crença religiosa ou limitações físicas, elementos que assinalam a heterogeneidade nestes espaços. Saraiva (2009) demonstra a invisibilidade. Queixam-se de que algumas minorias podem ser um reflexo da interiorização do estigma. Os segmentos invisíveis nesse contexto provavelmente se escondem para continuar empregados, silenciando sobre discriminações e se excluindo de temas que possam ressaltar as diferenças.

Atualmente, porém, percebe-se que há a insurgência de empresas voltadas para a diversidade, que possibilita aos poucos uma ampliação das possibilidades de inserção no mercado de trabalho, passando a ser exemplos a serem replicados por Sujeita B: “Uma empresa muito grande que dá uma grande parte de LGBTs, não sei se tem trans lá trabalhando é a de Telemarketing, uma grande parcela aqui... eu já vi também é... adicionando algumas pessoas LGBTs e de trans nós temos.[...]”.

Sujeita B segue a conversa, nomeando várias travestis e transexuais inseridas no Mercado de Trabalho, porém demonstra ainda ser diminuto o quantitativo, mostrando serem muito reduzidas as possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho:

A gente conta nos dedos quem tem emprego formal. A gente conta nos dedos. A gente conta nos dedos as que terminaram o ensino fundamental, o ensino médio, sabe.

Então, essa preocupação é gigantesca, é uma preocupação social. Porque eu não quero tá só em cima de trio, em cima de palco. ... é maravilhosa a parada, é uma liberdade, é um movimento de de... político, é um movimento político, a parada é um movimento de liberdade de expressão, de pedir respeito a sociedade, mas é um movimento.... não

quero só viver de de... porque a população acha que ser gay, ser LGBT, ser... é purpurina, é arco-íris, é plumas, é baladas, é sexo todo dia, sabe. É uma população promíscua e não é a gente tem que desconfigurar isso, e quebrar esse estigma, esse estereótipo que a sociedade nos coloca, nos configura, não... não vai não... porque todo homem que me aceita, que me procura nas redes sociais, acha que eu sou garota de programa e eu não sou garota de programa, com todo respeito novamente a minhas amigas prostitutas e profissionais do sexo. Porque elas estão ali porque a família botou pra fora e ela precisou trabalhar. Ai tu quer virar mulher, pois tu tem que trabalhar e trazer dinheiro pra dentro de casa. Porque quando muitas fazem isso, elas só têm o respeito garantido de algumas... em algumas famílias quando traz dinheiro. Manda dinheiro da Europa, de São Paulo, ou até mesmo aqui no Nordeste né. Compram carro, aí a família ... ahhh agora é minha irmã, agora tem todo respeito do mundo, entende? E isso tem que ser desconstruído e desconfigurada essa, essa, essa visão que a sociedade tem da nossa população de travestis, porque nós temos que ter um carinho, um respeito por essas mulheres.

Ainda, neste contexto, Sujeita B continua dando ênfase à Empregabilidade e à busca por parcerias das empresas, que é uma estratégia, a partir da articulação entre as políticas públicas e os movimentos sociais.

Observa-se que, no Brasil, apesar de o trabalho ser considerado um direito social, o emprego formal não faz parte da vida da população travesti e transexual. Estima-se que em torno de 90% das mulheres travestis e transexuais se prostituem, apesar de não haver dados oficiais, consistindo na prostituição como fonte de renda para quem “não conquistou outros espaços” (Reidel, 2013, pp. 74-75). Daí a necessidade de ações e práticas mais efetivas. As ações dos organismos colegiados são mencionadas por Sujeita B:

O conselho já sentou com o núcleo. Mandamos o ofício para todas as empresas e eles não apareceram nessa reunião, só foi a Diretoria de Rede e Trabalho que é da Sedest, nessa reunião, porque nós queríamos firmar um compromisso, um termo de compromisso com essas empresas que elas tivessem na sua razão social, dentro da sua empresa uma cota para essas meninas trans e travestis trabalhar, para que elas tivessem um trabalho formal e... ou não abandonassem a prostituição, mas garantissem o direito a um aluguel, porque algumas que convivem com o HIV, com soropositivas, elas têm o benefício, algumas conseguiram o benefício através da previdência social que dariam esse direito a elas, mas outras não, mas outras não. E aí, elas se sujeitam num tempo de pandemia desse a sair com alguns clientes e colocar em risco sua vida, a ponto de sua imunidade às vezes tá alta, às vezes tá baixa, de acordo como elas tomam o medicamento, entende;

As políticas públicas ganham uma força maior com a participação popular, principalmente quando as populações vulneráveis tomam acento e posições de decisão na efetivação destas políticas. Assim, a pauta da diversidade ganha força e a entrada nas Políticas Públicas, sendo relatada por Sujeita B, mostrando a estruturação de um equipamento via Secretaria de Desenvolvimento Social, que propicia criação do núcleo:

Eu tenho 44 anos de vida e é a primeira vez na história, que eu me entendi de gente que um gestor tem dentro de seu governo, do seu plano. Não tô fazendo politicagem, tô dizendo que o que ele colocou na pauta e tá realizando, certo. E é a primeira vez na história que eu tô vendo isso feito enquanto política pública, né. E aí o núcleo, passamos pelo CMAS, foi aprovado, mas depois só dos outros três que vieram depois do Núcleo de Diversidade. Nós tivemos essa resistência e essa guerra para que o Núcleo de Diversidade de Gênero descesse para a câmara de vereadores e fosse

votado, para que eu pudesse me tornar gerente de fato e de direito, nomeada e o núcleo fosse legitimado [...] objetivo do núcleo era construir uma cultura de respeito.

Nesse contexto, o respeito às diferenças é necessário e evidencia elementos importantes que devem ser ampliados, de acordo com Bittar (2009):

são uma ampliação, no interior da cultura do direito, da afirmação de formas de luta, por reconhecimento. A ampliação elástica do conceito de direito, para abranger também a ideia de um direito à diferença, consolida a ambição de diferenciação, dentro de sociedades modernas que tendem a produzir homogeneização e padronização. É de modo reativo, portanto, que a luta pela diferença se inscreve, dialeticamente, ao lado da identidade de uma luta não interrompida por igualdade (p. 553).

A cultura do respeito, portanto, é necessária e ganha espaço na cidade de Sujeita B, que acredita que a evolução do núcleo seria a proposta de um Centro de Referência LGBT, que se torna proposta que no momento da construção desta tese ainda não foi efetivada.

[...] o Centro de Referência LGBT que vai ser inaugurado. É o nono no Brasil e o primeiro no interior do Estado do Ceará, a gente vai estar interligado, o núcleo, né, que é da básica, vai para dentro do Centro Especializado, vai pra pasta, pasta especial básica da Sedest. O Núcleo vai ser um Cras totalmente voltado pra população LGBT, com advogados, psicólogos, assistentes sociais, oficinairos, terapeutas, possivelmente um dia a gente vai ter uma endocrinologista, clínico geral para tá atendendo essas meninas lá no Centro de Referência LGBT e a gente quer criar também parceria com as Universidades.

Mesmo havendo ações efetivas no campo das políticas públicas, ainda são percebidas as dificuldades descritas por Sujeita B, pois apesar de uma estruturação política, ainda se percebe que muita coisa fica submetida à vontade do governante:

É um projeto que a gente vai colocar em pauta e a gente vai para cima, sabe , independente de de de que esse governo passe ... eu torço demais pra que esse governo passe, eu tenho muito medo de outro vir e.....destruir com tudo o que construímos entende; Destruir tudo, mas eu tenho vários projetos, depois que essa pandemia passando, eu quero reativar todos os grupos dos Cras que estão. ..que estão ausentes, quero fazer busca ativa quero... a gente. queremos muito montar essa estratégia de levantar esses dados de quantas trans realmente, pra que a gente trabalhe em cima de projetos com números [...] Pra que a gente possa atender é uma política pública, uma necessidade social delas. Quem é que quer trabalhar; Vamos atrás de emprego. Quem é que quer voltar para a escola; Vamos. Quem quer retificar o nome; Vamos fazer uma campanha de um mutirão de retificação. Vamos fazer uma equipe multidisciplinar pra quem quiser fazer uma terapia hormonal ; Já que nós não temos um ambulatório a nível de região. Será que a gente tem. ..Como é a saúde, Secretaria de Saúde do Estado, do Município, a gente pode levar essas meninas ; Tem um transporte, pra ir no ambulatório em Messejana; Como é que a gente faz; Entende são vários anseios e vários projetos que eu tenho na minha mente. Mas Sujeita B não pode fazer nada sozinha. Eu preciso do apoio de muita gente e eu tive e tenho, mas que preciso de muito mais. É um trabalho de formiguinha, é uma coisa inovadora, nós somos referência, no Estado do Ceará (Sujeita B).

A Sensibilidade e luta pelos que necessitam são premissas para Sujeita B, que abraça sua causa e busca formas de fortalecimento, demonstrando a importância do trabalho em rede, visando a ampliação, quanto ao acesso a direitos sociais e ao empoderamento das

sujeitas. A discussão, neste sentido, evidencia que o debate acerca da intersectorialidade tem se intensificado, principalmente no âmbito das políticas de saúde e assistência social. Como nova concepção contrária à setorização, a intersectorialidade surgiu como conceito de rede, promovendo a integração e articulação entre os serviços de uma mesma rede e os serviços prestados pelas redes parceiras de atendimento.

Eu fui para uma capacitação pra rede socioassistencial do Estado do Ceará, lá na Secretaria de Direitos Humanos, de Mulheres e LGBTs, em Fortaleza. Quando eu falei da experiência do núcleo aqui em Juazeiro, as coordenadoras de Cras, dos distritos de Maracanaú, Messejana aí, por ali, ficaram não, nós não conhecemos não, essa população LGBTs em nossos territórios não. Valha se não, se não chegou ... eles não chegam não, mas se não fazem a busca ativa, eles não vão. Eles não vão. Se não abrir as portas, eles não vão. Se não fizer éessa busca eles não vão, se não for para a ponta eles não vão. Ai como é que esse direito é garantido? Como é que a gente vai evitar, evitar essas mortes sociais. Por que para existir essas mortes físicas e violenta. Primeiro, tem a morte social que a gente tem que prevenir essa morte social desse povo, dessa população tão marginalizada. Basta! Eu tô nessa militância, há uns sete, oito anos, mas eu sinto que muitas travestis que vieram antes de mim. (Sujeita B)

Mesmo havendo outras possibilidades de inserção no mercado de trabalho, a prostituição ainda é mencionada como alternativa, demonstrando como uma clara tentativa de resgate da prostituição e rompimento com a compulsoriedade

Então, essa política pública do Núcleo com esses projetos do Centro de referência pode resgatar muitas meninas do mercado de prostituição, para que elas possam voltar a estudar ou não voltem a estudar, mas entrar em outro mercado de trabalho formal sem ser a prostituição, para que esse sofrimento diminua, porque se elas se

identificarem com a prostituição e falarem que não sofrem é mentira, porque elas sofrem ... (Sujeita B)

A prostituição, portanto, é permeada por sofrimento e escravizações e violência sofrida por elas e entre elas. Mesmo havendo a construção deste espaço, como forma de afirmação da feminilidade onde seu corpo é colocado como mercadoria. Às vezes, tais prerrogativas são violentas e maltratam fortemente. Entre as violências, são percebidas:

[...] tinha uma é... aprisionando umas, [...] que não era daqui, veio de fora, abriu uma casa e tava trazendo travestis de fora e aprisionando, tráfico humano dentro dessa casa e escravizando essas meninas [...] A trans sofre menos que a travesti que tá na rua, não sofre é... porque opta pela rua, opta pelo trabalho da prostituição, algumas que são acompanhadas pelo núcleo, vão para a prostituição sim a noite, correm esse risco, sim, mas o que a sociedade aponta e diz : “A travesti é aquela que pode te roubar.”

Generaliza porque tem algumas que vivem da prostituição, mas chega na prostituição se viciam com drogas, com cocaína, com crack e ali o dinheiro acaba não sendo mais para a sua sobrevivência, acaba sendo mais pra droga, como foi o caso da Monique. A Monique tava é... porque ela entrou no mundo das drogas por conta da sobrevivência que por conta de uma perspectiva de vida. Então não tem uma perspectiva de vida, de trabalho, de nada, ela tava roubando tudo em casa, né. Para vender para comprar drogas. Tem dia que ela chegava no Giradouro com várias coisas para vender, com panelas, com coisas que ela roubava, pra tomar o crack. (Sujeita B)

Ainda nos contextos de vulnerabilidades, temos fortemente a associação da Travesti com a Drogadição, que é percebida como uma preocupação e pauta de luta diante de uma sociedade que marginaliza cada vez mais tais sujeitas. O contexto do uso de drogas é um tema desafiador para os profissionais da Saúde Mental, sendo para a saúde pública brasileira algo extremamente complexo. Ao relacioná-lo com a população de travestis, faz-se

necessária uma sistematização singular, pela vulnerabilidade característica desse segmento. Já que para as travestis há o reconhecimento de um uso acentuado, sem, no entanto, configurar uma dependência. Por outro lado, se formos considerar os critérios e o discurso psiquiátrico, o quadro de dependência iria se configurar. Tal observação reafirma a importância do critério subjetivo e contextual para planejar uma ação de cuidado em relação ao abuso de drogas (Rocha et al., 2013).

A drogadição é uma das grandes dificuldades que também aparecem nas experiências da travestilidade.

Então, essa é a nossa preocupação também, tirar essas meninas da drogadição, e ainda a diferença da travesti viver na rua e a sociedade marginalizar, não há essa recusa não, eu vou ser trans pra o povo dizer ... as vezes, quando alguns homens me perguntavam nas redes sociais, você é trans, mas tu é lá do Giradouro; Eu não sou do Giradouro, mas minhas amigas são (pausa) e elas têm que se respeitar, alí é o trabalho delas, eu não sou do Giradouro. Por que muitas diziam: Tu é do Giradouro ; Eu nunca te vi lá. (pausa) Entende, porque alguns que saem com essas meninas querem sigilo, que alguns são da sociedade, são né pessoas públicas, e ai eles vão realizar... vão fazer programa com elas, com as meninas e não querem ser vistos e como muitas vezes me procuravam e viam que eu não era uma pessoa pública, é... realmente, eu vejo tu na televisão, vejo tu em palestra, eu vejo tu né...peça de teatro, na quadrilha de gil, mas eu nunca vi tu no Giradouro. Aí é... aí na cabeça da... não trans não faz programa e travesti faz. Não! (pausa) se quiser faz. Claro que faz. Vai de cada uma, entende; Quando não muito... (Sujeita B)

Em meio às várias experiências de vulnerabilidades, Sujeita B se coloca na conversa, destacando sua posição de privilégio. Privilégios reconhecidos e questionados por ser algo restrito a apenas uma parcela das travestis. Sujeita B, sobre a posição de privilégio, destaca:

Porque eu tive o privilégio, eu tive essa oportunidade, e uma coordenadora do Cras disse vai sujeita B... Ô o vestibular... a bolsa social da Unileão. Aí, eu disse não, posso não. Já tinha terminado meu segundo grau... eu não me sinto capaz de entrar numa Universidade. Eu não me achava. Quando no dia que meu pai faleceu, eu tive que fazer a prova, com o corpo de meu pai indo para o Centro Anjo da Guarda.(pausa) e fiz a prova com aquele sofrimento de estar perdendo meu pai e passar em quarto lugar e começar a pagar as parcelas de um bolsa social, e começou a pesar na minha vida e essas meninas quando eu vejo... que hoje eu tenho privilégio...que eu ... eu corri atrás, eu tive vontade, mas também, eu tive incentivo, tive apoio, eu fui enxergada, então eu quero enxergar essas meninas, nós queremos enxergar essas meninas, essas mulheres travestis, essas mulheres trans . Dá visibilidade..., mas, não só essa visibilidade que elas têm como objeto sexual e realização de fetiches de homens que... de homens né que, que, as procuras, mas são os mesmos homens que as matam. É o mesmo índice do Brasil que tá lá no primeiro lugar do mundo, que é o país que mais mata, mas é o país que mais acessa pornografia de mulheres trans e travesti, então eu desconstruo isso com essa fala, mas com todo respeito a elas que trabalham na prostituição, mas nós sabemos que os mesmos que matam são os mesmos que as procuram pra transar, é, é para ter é... sexo. E aí essa política, a gente tendo esse direito, esse avanço aqui em Juazeiro, porque eu sei que grandes capitais têm um pulo muito maior, porque é diferente dos interiores. É diferente dos interiores.

Em meio à conversa, emerge a memória de Jonathas Kiss e de todos aqueles que transgrediram e possibilitaram avanços na região. Referenciar cada um deles é algo feito para manter viva a trajetória de lutas e muitas ainda entrelaçadas pelas trajetórias de violência e vivências na prostituição:

Quem quebrou muitos tabus aqui em Juazeiro foi Jonathas Kiss, que era um gay lindo, promotor de eventos, mas tinha uma aparência feminina lindíssima e que todo mundo considerava uma gay travesti, a Jonathas Kiss. A Camila Montenegro que é um grande nome... Muito respeitada em Juazeiro, foi uma das primeiras que foi para São Paulo, Monica Arrais, a Bruna que o povo chama da Ronaldo. (Lança beijo). Eu não tenho propriedade para falar com particularidade, mas a Monica Arrais me falou sempre, a Bianca Close também. Andriele Lima que morava com o pai, o pai foi preso, a mãe morreu, morava ela e uma irmã com deficiência auditiva. Mas Andriele foi muito cedo para São Paulo, tá em Goiânia... tá em Portugal hoje. Hoje, elas têm grandes patrimônios dentro de Juazeiro, porque souberam né, na Europa e em São Paulo trabalhar dignamente no mercado da prostituição, mas serem mulheres respeitadas em Juazeiro hoje. Monica Arrais, Marcia Martiele. Marcia Martiele, é uma grande artista, dançou comigo em quadrilha, maquiador, bailarino, hoje ela é uma grande... casada, cidadã italiana. Nós temos grandes travestis aqui. Ingrid Guimarães era o palhaço maravilha que depois teve a transição era a Nikita que tá em Portugal também, casada também, Ingrid Guimarães lindíssima de Juazeiro do Norte, são várias. A Monica Melão, Ana Carla com K, tem a Valeria Santos, a Talita Mix, é... a Thalia Dumont é... é... a Irismar, a Cristiane Lima, são várias, são várias sabe? Que foram, saíram de Juazeiro e voltaram para ter o seu espaço, ter a sua casa, ter seu patrimônio. Elas tiveram que viver suas mazelas, de ir lá pro Sul, voltar com um bom peito, um bom silicone, mas com aquela dita mazela que eu lhe falei anteriormente...(pausa). o mercado da prostituição. Concluindo, a prostituição pra elas tem muitas que dizem: Eu não consigo mais sair da prostituição. Mas a Larissa conseguiu, é uma força de vontade (Sujeita B).

Nesse clima de reconhecimento das várias trajetórias, emerge a dimensão da sororidade. Está percebida, principalmente, quando se toma conhecimento do seu gênero e como ele se posiciona na sociedade, criando um laço quase automático com as outras pessoas pertencentes ao mesmo gênero e em diferentes níveis, passam por diversas barreiras criadas pelo machismo estabelecido numa sociedade patriarcal. A sororidade é muito relevante para a luta feminista. A sororidade cria espaço para uma união verdadeira em busca de uma sociedade mais igualitária, com igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros. Assim, permeada por uma sororidade, Sujeita B encerra nossa conversa, destacando:

Uma coisa que a gente discutiu lá no Fórum, no Rio de Janeiro, porque pra você, você tem uma legitimidade, você faz parte da nossa comunidade, você é um profissional que quer estudar, mas pra que esse estudo possa atender a um direito dessa população, que é direito. Porque às vezes, a gente cansa de ser objeto de estudo e esses profissionais lá na frente vão se formar, mas não vão lembrar daquele TCC ou daquele artigo científico que ele precisou da trans, do homem trans, do gay, que deu a nota dele, naquela cadeira e não vai lembrar quando ele chegar para atender, sendo ele advogado, assistente social ou psicólogo, sabe. Ele não vai entender... não... não é minha especificidade não... só uma observação e uma deixa, mas sabemos que a sua pesquisa nos contempla demais e eu sei disso que você não tem o nosso lugar de fala, mas você é empático, se coloca no nosso lugar a todo tempo e a toda hora está pronto para nos ajudar.

Sujeita T: Aceitação e Diferença

“[...] passei no processo seletivo, meu currículo era bom, porém me dava o emprego se eu me apresentasse com o sexo que eu nasci.”

As experiências profissionais de Sujeita T são marcadas por várias tentativas de inserção no mercado de trabalho, fazendo-nos pensar na importância do Plano de Carreira. Lehman (2010) explicita o Plano de Carreira como o processo em que o indivíduo traça planos e projetos em sua carreira profissional. No projeto desenvolvido por ele, ao contrário da orientação de carreira, que não recai em uma perspectiva de orientação, mas recai sobre uma perspectiva de conhecimento das variáveis em que o indivíduo se encontra em sua carreira, para a construção de um plano possível para sua modificação. Devido a não adesão inicial ao projeto, tornou-se inviável em sua primeira fase de implementação, sendo necessário executá-lo em outro momento, após a sua consolidação, fazendo com que compreendessem que é necessária a parceria com pessoas travestis e transexuais, para que haja uma maior adesão e representatividade.

Diante disso, a participação de uma sujeita desta pesquisa é algo bem pertinente, que possibilitou perceber a necessidade de aprofundamento teórico e compreensão das lutas dessa população. Durante a graduação, Sujeita T se envolveu em um projeto de extensão, chamado Transemprego, em sua Universidade.

O primeiro contato com tal sujeita de pesquisa para este estudo foi algo inusitado, pois ao entrar em contato e apresentar a proposta da pesquisa, Sujeita T, de forma áspera, respondeu ao contato, pois ao ser indicada para esta pesquisa, havia sido mencionada sua identidade de gênero como travesti. Isto a fez questionar sobre a possibilidade de um pesquisador fazer uma pesquisa desta natureza, sendo que não conseguia diferenciar travesti de transexual, conforme podemos observar no fragmento abaixo:

Pesquisador: Olá, boa tarde. [...] minha pesquisa é sobre travestilidade e profissionalização. Gostaria de entrar em contato com vc. Para participar da pesquisa.

Sujeita T: Oi, Boa noite, eu não sou uma travesti. Eu sou uma trans se vc não sabe a diferença de uma trans para uma travesti, pois eu infelizmente não posso te ajudar.

Pesquisador: Desculpa Sujeita T, eu entendo sim a diferença. Mil perdões. Se te ofendi

Pesquisador: A pesquisa trabalha com travestis, mas também tenho contato com muitas mulheres trans e sei que são diferentes.

Pesquisador: Acredito que acabei não sendo claro

Pesquisador: Mil perdões

Sujeita T: Sem problemas. Está desculpado

Pesquisador: Professora L me indicou você. Então, entrei em contato.

Sujeita T: Ata

Sujeita T: Foi Professora L

Sujeita T: Então, assim posso te ajudar

Sujeita T: Pois gosto muito dela

Sujeita T: Só não gosto quando falam comigo como se eu fosse uma travesti [...]

Muitos questionamentos ocorrem, fazendo-nos pensar o conflito em torno das identidades e como elas são disputadas. É preciso afirmar, ao mesmo tempo negar aspectos da identidade. Uma posição construída cotidianamente, que necessita ser reforçada constantemente para o outro. Sentir-se confortável é fundamental, havendo a necessidade de indicação de uma pessoa que possibilite a aproximação, pois elimina barreiras e facilita o contato. Tornar-se arredia diante dos questionamentos e estereótipos pode ser uma estratégia de enfrentamento, encontrada por Sujeita T, para resistir.

Entre os vários contextos sociais, o espaço escolar marca a trajetória educacional e deixa inscrições intensas, pois travestis e transexuais são reiteradamente assassinadas no Brasil, mortes brutais, são expulsas das escolas, agredidas nas ruas, não têm direito a nenhum documento, com suas identidades de gênero. Não encontram oportunidades de emprego no mercado de trabalho formal, apesar de percebermos que o Estado brasileiro, na sua

Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), afirma que “travesti” é um dos sinônimos para “profissionais do sexo”, ou seja, “prostitutas”, quando a travestilidade, na verdade, se relaciona às questões identitárias e não à profissão, conforme nos explicita Bento (2017). A profissão 5198-05 pode ser observada na descrição sumária, que destaca características próprias para o exercício laboral das profissionais do sexo. Ainda no contexto escolar, Sujeita T ressalta seus enfrentamentos:

E no colégio é bem complicado também é... eu não posso generalizar todo mundo do colégio, porque se eu disser todo mundo do colégio, eu vou tá é... algumas pessoas. E o fato que me chocou mais foi de um professor meu (pausa) porque eu eu eu vi assim ...já no meu ensino médio ... já tá com... terceiro ano do ensino médio já (pausa) inclusive me deu... não tive mais forças para enfrentar o ensino médio, fiquei... tive que desistir do ensino médio, após 4 anos foi que eu retornei. É... o professor é ... que eu acho que ele... como educador , ele era pra ter a mente bem aberta sobre isso, e lhe impulsionar a seguir seus objetivos, e esse, esse professor, ele fez totalmente ao contrário, ele olhou pra mim uma vez e disse que eu não ia chegar em lugar nenhum, porque eu não era ninguém, porque eu era assim, ai isso assim é uma coisa chocante, fez que eu desistisse não terminasse o ensino médio no tempo que era pra ter terminado. Eu já vim terminar o ensino médio com 24 anos já (pausa) e esse fato aconteceu, eu tava dentro dos dese... eia fazer 18 anos já, eu tinha 17, então foi muito duro pra mim, eu cheguei a desistir, de... não queria enfrentar mais sala de aula como... até mesmo por ansei, por receio disso, mas um certo dia minha vó disse você, nem que eu tenha que assistir aula com você, porque nenhum que tá lá é melhor do que você (pausa) então, você tá , eu fiz... fiz, fiz minha matricula, eu lembro que as primeiras semanas ela foi comigo, pra assistir aula, ficou sentada comigo, até que eu me sentisse mais segura e passasse a ir só (pausa). Então, hoje, nos meus dias de hoje,

quando eu passo por alguma dificuldade, eu sempre peço força a ela, sei que onde ela tiver, ela tá comigo me ajudando, como sempre.

Adentrando mais especificamente no contexto laboral, Bento (2017) destaca que, no Brasil, não há nenhuma lei federal que garanta às pessoas trans o direito a mudar de nome e de sexo nos documentos. O que temos são gambiarras legais: a utilização do nome social. Uma solução à brasileira. Mudar sem alterar substancialmente nada na vida da população mais excluída da cidadania nacional. Universidades, escolas, ministérios e outras esferas do mundo público aprovam regulamentos que garantem às pessoas trans a utilização do “nome social”. Assim, por exemplo, uma estudante transexual terá seu nome feminino na chamada escolar, mas no mercado de trabalho e em todas as outras dimensões da vida, ela terá que continuar se submetendo a todas as situações vexatórias e humilhantes de ser chamada pelo nome que não corresponde à sua identidade. O mundo do trabalho é mencionado por Sujeita T, como estruturante:

O mundo do trabalho apareceu para mim... Desde eu tinha que trabalhar, então até pra manter, pra ajudar minha vó dentro de casa, então eu comecei trabalhar, por não ter oportunidades. Que ... eu comecei a trabalhar no cemitério, cuidando, ajeitando, ajeitando os túmulos, covas de pessoas já falecidas, porque não tinha oportunidade, e as pessoas não davam oportunidade, como hoje não dão. Hoje, ainda tem uma certa dificuldade, certo, eu comecei a trabalhar lá para poder mesmo. .. poder me manter, poder comprar meus hormônios tudo direitinho porque não seria justo, minha vó já me dava casa, comida e apoio e ainda ter que tirar do salário dela, da aposentadoria dela. para hormônio. Eu achava injusto, eu tinha que me virar, trabalhar e pra conseguir minhas coisas, conseguir meus hormônios, minhas roupas, tudo. Então, o único meio que eu achei, através de uma colega minha, foi trabalhar no cemitério.

(pausa)

O trabalho se apresenta claramente como uma fonte de identificação e inserção social, que contribui em diversos aspectos para que o ser humano desenvolva suas potencialidades e encontre sentido para a sua vida na sociedade. Para grande parte das travestis, o mercado de trabalho se fecha e as opções encontradas são a indústria do sexo, como trabalhadoras sexuais, funcionárias de boates e saunas; a indústria da estética, como cabeleireiras, depiladoras ou maquiadoras; os setores da moda e alimentos, como costureiras e cozinheiras. Entretanto, a prostituição é uma constante na realidade dessas mulheres.

Os enunciados das mulheres transexuais, assim como das travestis, nos aproximam das experiências de construção do espaço da rua, como forma de trabalho e do exercício da prostituição em suas vidas, para a sobrevivência. Outrossim, visibilizam como o preconceito nos espaços de trabalho as fez abandonar as atividades exercidas anteriormente à adequação corporal. No caso da experiência laboral, vivenciada por Sujeita T, amplia-se para organizações, nas quais descrevem os seus desafios:

Eu trabalhei lá até os meus 19 anos, de 15 anos até 19 anos, eu trabalhei lá. Aos 19 anos, eu entrei... peguei uma carta, na época chamava carta, que hoje em é encaminhamento pra gente... Pra trabalhar na Empresa X, fábrica de calçados, daqui. Então... lá foi a primeira e única empresa que eu cheguei a trabalhar com carteira assinada, tudo direitinho foi lá. [...] É... foi, pra mim, foi uma descoberta nova, por conta que a gente vai... lá na empresa não, a gente vai pensando que o que, que... a gente vai encontrar dificuldade, a gente todo dia encontra, porém, na minha... eu pensava que eu iria encontrar dificuldade logo no processo seletivo, eu pensava que eu não iria passar, e foi diferente, graças a Deus, foi diferente. Consegui passar no processo seletivo, os gestores, os líderes de lá sempre atenciosos, tudo bem direitinho. Agora. a partir do momento que eu comecei a trabalhar na produção, aí sim, nem de todo mundo, mas de vez em quando tinha uma, tinha uma pessoa, duas que olhava a

gente torto, com indiferençazinha, mas nada e chegasse ao ponto de agressão verbal ou física. Até eu chegar ao meu conhecimento não. A gente só notava os olhares diferente.

Inspirado pelas discussões de Chiavenato (2020), pude compreender a passagem de Sujeita T pelo processo de agregar pessoas, recrutamento e seleção, percebido por dar-se como equitativo, observando seus conhecimentos, habilidades e atividades necessárias. Passar por todas as etapas do processo seletivo possibilitou uma melhor compreensão do cargo a ser ocupado e dos níveis de responsabilidade assumidos.

Sujeita T menciona a importância do papel dos gestores, inclusive no processo de aplicar pessoas, que, ainda, segundo Chiavenato (2020), permite que a pessoa conheça as atividades a serem desenvolvidas na empresa, além de ter acompanhado o seu desenvolvimento. Outro processo importante, experienciado por Sujeita T, é o processo de manter pessoas que evidenciam alguns aspectos pertinentes, entre eles o fato de ser reconhecida pela sua especificidade, garantindo acesso aos espaços. Percebe-se uma discussão pertinente na literatura sobre a generificação dos espaços, incluindo o banheiro. Para as travestis, torna-se um grande desafio o uso do banheiro, fato que não se apresenta para a população geral como um desafio. Neste sentido, alguns ajustamentos e rearranjos precisam ser realizados. Neste contexto, Sujeita T descreve o uso de banheiro.

E... eles me deram todo o suporte sobre isso, me deram o cartãozinho que eles me deram para que eu pudesse utilizar na época, eu não tinha, não tinha trocado o nome ainda, não era reconhecida como mulher. Então, eles me deram o papelzinho, o cartãozinho pra poder usar banheiro feminino, pra não usar o banheiro masculino. Então, lá eu tive todo o suporte deles, eu ... agora tinha aquele olhar diferente quando a gente sai pra janta, quando sair pra a hora do intervalo, que a gente tinha uma hora de janta, tinha uma hora de janta para jantar e descansar um pouco, tinha aquele olhar

diferente, aquele, vamos se dizer aquele que aponta, lhe mostra, aqueles conversado baixo, mas nada que eu chegasse a ouvir que era algum tipo de agressão, alguma coisa contra mim.

O cartãozinho, para uso do banheiro, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso, também aponta para uma marca simbólica, indicando a diferença. Sendo mais uma marca sobre os corpos das travestis, mais um estigma. Mesmo Sujeita T compreendendo como aceitação e boa vontade da empresa, percebe-se o quão difícil é para ela. Ações como “apontar, lhe mostrar, conversas baixas” são desconfortos não percebidos como agressão, mas como não aceitação. Mostram o quanto o pertencimento é necessário para o fortalecimento profissional. Percebe-se também que as condições ambientais e psicológicas satisfatórias para as atividades laborais das pessoas são essenciais, contribuindo para a qualidade de vida no trabalho.

Retomando o processo de seleção, Sujeita T ressalta a importância de as empresas estarem abertas para a compreensão. Sendo destacado por ela que muitas empresas que têm esse posicionamento com uma receptividade diferente, têm um diferencial, começando inclusive no processo de seleção. No entanto, não se deve restringir a esse momento, mas deve-se iniciar, a partir dele. Ao recordar de um processo de seleção vivenciado, Sujeita T destaca:

Lembro...eu lembro do processo de seleção que pra mim foi bem atenciosos. A gente entrou numa sala, fizemos a prova, fez todo mundo por igual, todo mundo não teve diferença, o que os outros receberam, eu recebi, éas falas que foram faladas pra eles foi falada coletivamente, foi pra todo mundo. Daí, depois teve o resultado da prova e até eu fui chamada para entrevista individual, a entrevista individual já foi com a gestora do RH de lá, ela já foi bem atenciosa, já me deu bastante atenção, conversou, falou que ia ..iria encontrar algumas dificuldades lá na produção, nem é

isso aí, ela foi bem clara, ela, mas ela deixou bem claro que qualquer dificuldade, a gente estamos aqui. Tá eu como gestora do RH, está as psicólogas, a assistente social qualquer coisa que você achar desconfortável na área da produção, você pode, você pode nos procurar. Então, pra mim, assim da gestão, do RH de lá foram ótimos, atenciosos. Os psicólogos, médicos a qual eu fiz o exame, fizeram os exames com toda atenção, não vi, não vi da parte deles nenhum, nenhum gesto, um pouco diferenciado dos outros, dos demais, tanto no processo de admissão, como na demissão também, e eu saí... acredito que se eu não tivesse perdido minhas contas, ainda hoje eu tava lá.

Sentir-se igual no processo de seleção é algo que possibilita a percepção da possibilidade de se inserir, sendo o sentimento de pertencimento algo necessário, pois mesmo diante das adversidades, é possível resistir. De fato, a vida não para, muitas coisas acontecem e mudam o curso dos processos da vida de Sujeita T e influenciam nas tomadas de decisão, sobre a continuidade na empresa, ou seguir outros rumos. Sujeita T descreve:

Porém, na época, eu sofri um acidente de moto, a qual eu machuquei um pouco minha perna. Hoje, em dia, eu tô curada graças a Deus, mas foi onde ...desse acidente, eu abri o olho pra ver. Nossa, eu vou passar o resto da minha vida sendo... trabalhando aqui, hoje ou amanhã, se eu não buscar ser reconhecida, hoje ou amanhã eu saio aí tô lá eu, eu, que pensei e tô lá eu lá na frente sem poder trabalhar, é... sem estudo e sem nada né, porque ainda estudava, estava concluindo o terceiro ano e aí me colocaram no horário o qual empatou de eu estudar, teve uma alteração no quadro e eu, eu tive que trabalhar duas vezes, entrava de uma hora da tarde, entrava de uma hora, não, entrava de 10 da manhã, saía 1:30 da tarde, entrava de 5 e saía meia-noite. Então, aí ficou impossibilitado, porque eu estava à noite. E... então não teve como mais e após

três meses nesse período, eu falei com diretor da Escola e tudo e... eles aceitaram que eu fosse pelo menos fazer as provas em outro horário, para mim não perder. E aí, eu fui e chamei o meu supervisor e pedi pra que na primeira redução que tivesse, na redução de funcionários de quadro, ele me colocasse, colocasse o nome e ele perguntou, pediu o motivo, eu fui disse o motivo a ele. E ele disse: eu não posso fazer isso, Sujeita T, você é uma boa funcionária, você... a empresa não tem, que... não tem motivos pra colocar para fora. E eu fui e disse, pois, pois, eu quero que você coloque, e ele pediu o motivo e eu falei pra ele: Não, como a empresa não tem nenhum motivo para mim sair daqui, eu quero sair, eu quero sair sem que a empresa tenha nenhum motivo mal de mim. Eu quero sair, como eu entrei, eu quero sair digna, com a cabeça erguida, como eu entrei. Então... eu gostaria que o senhor fizesse isso pra mim, pedi a ele até por favor. Após três meses, ele me chamou e perguntou se eu ainda queria, se eu ainda tinha o desejo de sair, eu disse que sim e ele foi e me deu, me chamou lá numa sala e daí, então, ele me desligou da empresa, mas foi por um pedido meu.

As escolhas são sempre difíceis, principalmente quando se deve optar entre estudar e trabalhar. A impossibilidade da permanência das duas dimensões se apresenta na vida de Sujeita T: o âmbito escolar, como espaço de formação, e o âmbito profissional, como espaço de atuação laboral. Que podem ser construídos na sequência, ou quando há suporte financeiro e social. É muito comum, porém, na realidade brasileira, a coexistência das duas atividades, como uma sobrecarga em suas vidas. Em outros contextos, uma se sobrepõe a outras, dependendo da margem de liberdade. No caso de Sujeita T, a escolha foi pelos estudos, infelizmente uma realidade pouco percebida, em que muitas são direcionadas apenas para o mercado de trabalho, quando possível.

Quando se fala que o acesso à escola se sabe que é direito de todos, porém, percebemos que muitas sujeitas ficam à margem do processo de escolarização. Um fato que

exemplifica isso é a evasão escolar referente às travestis, pois se percebe que elas não são vistas com frequência neste ambiente. Por isso, refletir sobre a escolarização acerca dessas sujeitas, e de que maneira são vistas nas instituições de ensino, é um ponto importante para o avanço das discussões sobre gênero.

Sabe-se que a escola, em sua função social, busca desenvolver o respeito e a igualdade, o que permite ser um ambiente favorável para aplicar ações pedagógicas que disseminam os discursos que combatam a transfobia. Vale lembrar, porém, que este ambiente se torna conivente com casos de preconceitos e discriminação para com travestis e transexuais, assim como transferir comportamentos relacionados às normas e padrões heterossexuais, desde a educação infantil. Quando o olhar para o futuro fala mais alto. Sujeita T destaca:

Foi aí com essa saída de lá, eu corri terminei o estu... o ensino médio. Tava já pra perder, eu já saí no finalzinho do ano, tava já pra perder. Então, conclui o ensino médio, uma vitória, graças a Deus. Daí, eu comecei a... buscar uma faculdade, um ensino superior para mim. Comecei a buscar qual seria o melhor. No início, fiz dois vestibulares na xxxx para Direito, acreditava que Direito é era, era tudo, era o sonho. Desde então, eu busquei essa área do Direito, mas aí eu fiz dois vestibulares é... inclusive passei num deles, inclusive estudei dois meses e em dois meses de curso, eu vi que não era, que eu estava enganada.

O espaço escolar é de fato muito importante para Sujeita T, que descreve minuciosamente a entrada na universidade, como forma de preparação para o mercado de trabalho, com suas estratégias de enfrentamento e fortalecimento para a construção de sua trajetória, como universitária.

A diversidade no espaço escolar é considerada um equívoco, pois falar em "diferença ou diversidade no ambiente escolar", como se houvesse o lado da igualdade, onde habitam

os/as que agem naturalmente de acordo com os valores hegemônicos e os outros, ou diferentes. Quando, de fato, a diferença é anterior, é constitutiva dessa suposta igualdade. Bento (2011) afirma que não se trata de "saber conviver", mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica. Não se trata de identificar "o estranho" como "o diferente", mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural. Quando compreendemos a produção das identidades de gênero marcada por uma profunda violência, passamos a entender a homofobia enquanto uma prática e um valor que atravessa e organiza as relações sociais, distribui poder e regula comportamentos, inclusive no espaço escolar.

Conforme discute Menezes (2008), a escola se apresenta como operadora do adestramento, desde o século XVIII. Consegue, portanto, ilustrar um caráter normalizador e vigilante, que possibilita maior conhecimento e domínio sobre os comportamentos. Isto posto, é primeiramente nas instituições escolares que os métodos disciplinadores emergem, uma vez que as sujeitas são individualizadas, mesmo nas suas multiplicidades. A individualização, a hierarquia, a censura, a repressão e a homogeneização são mecanismos biopolíticos organizadores de controle social, que também são percebidos no espaço laboral.

Os aspectos da biopolítica são percebidos nesse contexto, a partir da perspectiva Foucaultiana, como um conjunto de mecanismos e procedimentos tecnológicos que se articulam com o saber-poder e têm o intuito de manter e ampliar uma relação de dominação sobre a população. Articula-se, portanto, com as transformações políticas e econômicas, e passa a fazer parte das relações sociais. Neste sentido, por biopolítica, Foucault busca compreender como o poder se desenvolve e passa a conduzir a vida (Foucault, 1979).

Percebendo as implicações biopolíticas, Sujeita T descreve:

[...] a minha entrada na universidade é ... eu não vou mentir, eu tinha bastante receio de ir, é tanto que eu passei, fiz a inscrição, eles me ligaram, pra mim deixar a documentação, eu marquei de ir e não fui, ligaram de novo e eu já fui no penúltimo dia para ser o prazo para mim entregar e eu só fui porque minha mãe disse: você vai! você passou, você vai! e eu disse: mainha, mas lá só estuda gente mais ou menos, universidade particular, eu sou pobre, sou uma pessoa trans, e tudo. E ela foi e olhou para mim e disse: Sim, o que é que você tem diferente dos outros, a única diferença é que alguns deles são bem de vida e você não é, hoje, mas você pode ser. Você vai sim. E eu fui praticamente arrastada por ela, ela você vai, porque que você não vai, você vai. E... a partir do momento que eu entrei ... que eu cheguei na universidade para entregar minha papelada, eu já me já me senti bem acolhida, na instituição. Desde a pessoa, das pessoas que tavam fazendo aquele processo de acolhimento, de verificação de documento, de matrícula e tudo, eu fui bem acolhida até no primeiro dia de aula que foi entrega da universidade, o segundo que foi conhecer os campus da universidade e o terceiro que foi a aula. Lembro que no meu primeiro dia de aula, eu fui um pouco tensa, eu cheguei ei era 6 horas, a aula começa às 6:20 e eu cheguei 6 horas e fiquei sentada porque é... eu estudo na parte... no segundo andar e eu fiquei sentada no primeiro andar, no banco, criando coragem e para entrar e... ali me lembrava o meu ensino médio, a dificuldade que encontrei no ensino médio. Então, eu fiquei ali e lembro que chegou uma colega minha. hoje... ainda hoje ela é amiga minha. E... ela chegou e perguntou se... qual era a sala, e eu disse a mesma sala que eu vou. Só que eu tô criando coragem pra eu ir, pois vamos subir a gente junta, eu disse vamos. Ainda hoje, ela é bastante amiga minha, ave maria, adoro demais ela. Fora as outras que eu conheci, fiz amizade e... eu subir e eu lembro que eu cheguei quem tava dando aula era professora M L., ótima profissional e eu entrei e sentei lá no cantinho

escorada na parede e tava na parte da apresentação e eu só levantei falei que meu nome era Sujeita T e que morava na Região e me sentei. Pronto, uma fala curta e me sentei. E no final, antes de terminar a aula, ela parou uns 10 minutos antes, e pediu que me levantasse e que fosse até ela e... eu me levantei, já fui ali imaginando várias coisas que têm acontecido comigo no ensino médio e ela foi e falou que tinha visto que eu tava um pouco tensa, tava nervosa por alguma coisa. E que não importava não, não queria saber... elas não usaram essas palavras, eu que tô usando, ela falou que não queria saber o que tinha acontecido comigo, porém eu me sentisse acolhida por ela e pela universidade, e pelos meus colegas e... ela olhou para mim e disse que lhe admiro muito porque eu... Hoje é o seu primeiro dia de aula, mas a gente vai se conhecendo melhor e noutras oportunidades, a gente vai conversando. Mas olha, eu lhe admiro muito porque eu creio que pela sua expressão e por eu creio que foi bem difícil você chegar aqui e poucas chegaram aqui até onde você chegou, aliás eu não tenho relato de nenhuma, de chegar até onde você chegou. Então é... eu lhe admiro muito e independente das dificuldades desse ano e não deixe com que ninguém apague... ela falava assim: Não deixe com que ninguém apague o brilho da sua estrela, continue brilhando e continue sendo essa pessoa e daí meus colegas tudinho bateram palma e me abraçaram e tudo. E pra mim ali foi tudo. Porque você vem do ensino médio bem complexo e você chegar na universidade e ter esse acolhimento, para mim foi tudo até hoje eu tô terminando e eu sempre fui acolhido por todos os professores.

A participação dos professores no processo de formação é percebida por Sujeita T, como essencial. Assim sendo, Antunes (2008) sublinha que a compreensão do educando, através da perspectiva de classe, pautada em suas condições concretas de vida, parâmetro necessário para a construção de práticas pedagógicas pautadas na inclusão e transformação social. Deste modo, reconhece o educador/professor, como sujeito de processo educativo

juntamente com o educando, mostrando-os como protagonistas da educação. É fundamental, portanto, superar práticas tradicionais e conservadoras associadas à atuação no contexto da Educação.

Para Miskolci (2010, p. 100), “ignorar a existência do interesse por pessoas do mesmo sexo é uma das formas que a escola utiliza para construir identidades de gênero tradicionais, mas vale sublinhar que essa ignorância é intencional e ativa.” O autor expõe o esforço de educadores e educadoras “na desvalorização das formas alternativas de compreensão dos gêneros e das vivências da afetividade para que as identidades esperadas sejam construídas em cada menino ou menina” (p. 101). É a depreciação deliberada de gays, lésbicas e, sobretudo, travestis e transexuais. Na sua trajetória em especial, Sujeita T destaca o papel importante na sua vida e como isto fortaleceu sua permanência na Universidade:

E foi professor meu e... vários outros, eu sempre fui bem acolhida sempre me deram apoio e tudo. Inclusive, algumas dificuldades que esteja passando, eu recorro a eles. Eu falo com meus professores, falo com a Larissa. (a meu Deus, Larissa é um amor de pessoa) falo com ela, às vezes ela conversa comigo eu me sinto bem e.... eu já fico pensando. Nossa, quando eu terminar, meu Deus eu vou sair da universidade e tudo e ela, e ela sempre me dizia você vai sair, mas a amizade vai continuar, a gente vamos continuar aqui e tudo. Então, para mim eu fui bem acolhida na universidade, eu na universidade. Ela continue assim, continue aprimorando, que eu vejo. E lá eu vejo que ela acolhe a gente de braços abertos, de coração, da ...impulsiona a gente para frente, sempre busca... faz com que a gente sempre é... em busca dos sonhos da gente que a gente se torna profissional reconhecida. (Caiu conexão, retomou). Então, pra mim, isso foi tudo, a universidade, não tenho o que falar de lá não. Só coisas boas, espero que ela continue assim.

A permanência na universidade foi difícil, mas percebida como primordial para a consolidação de uma trajetória profissional, fortalecida principalmente pelo acolhimento. Então, se sentir acolhida é muito importante para que possam dar continuidade, sempre com o apoio dos amigos e professores. Sujeita T destaca a importância dos amigos na sua trajetória:

Continuo até hoje, a gente continua até hoje, a gente tá nessa pandemia, é... faz um pouco de tempo que eu vi ela pessoalmente, mas sempre a gente faz vídeo chamada e ela também veio aqui um dia desses, eu tava um pouco doente, ela veio na minha casa, então ave... lá eu hoje eu digo lá é minha segunda casa, minha segunda família, lá. Porque lá eu fiz várias amizades, amizades com respeito e tudo, não vejo diferença, é... de nenhum gestor de lá e nenhum professor, de nenhum funcionário, de meus colegas não vejo. É... vou formar agora... nunca andei pelos pátios corredores da universidade para ser apontada por indiferença.

O espaço da universidade amplia suas ações e desenvolve possibilidades de intervenção, para além dos muros da instituição. Sujeita T destaca sua aproximação com o projeto transemprego e como o convite para o seu ingresso foi realizado:

Lembro justamente na... quando esse projeto chegou a mim é... ela... eu estava pagando a cadeira com ela, ela era minha professora e coordenadora do eixo, do eixo de comportamento, era ela. Então...ela apareceu com esse projeto e ela perguntou se eu queria participar. E que ficaria muito grata com a minha participação. Professora L que eu a tenho como amiga, como professora e tudo e eu disse sim, eu participo sim e daí eu participo do projeto dela. E estamos aí na luta, vamos conseguir. [...] É a Estação de Negócios, que ela... a instituição ela atua diretamente com os gestores, com os gestores das empresas, das empresas da região e tudo e aí a gente vai até eles, é... conversa, explica, tenta... vamos dizer, vamos, vamos tentando conscientizar que eles pra que eles vão abrir na mente deles, eles busquem conhecer a diversidade. Vê

gente não como a gente é, com o corpo da gente, o que a gente é, mas vê a gente como profissional que somos.

O Protagonismo trans revela corpos que como transgressores representam narrativa marginais que diante das estratégias de biopoder para o agenciamento de condutas e comportamentos, fenômeno que exemplifica a dualidade poder/resistência em um dinâmico conflito. Percebe-se, neste sentido, a crença no deslocamento de forças e a criação de linhas de fuga, como forma de resistência, na desestabilização dos mecanismos de poder e na abertura de novas práticas de liberdade.

Tais dispositivos pedagógicos de segmentação e sujeição dos indivíduos são fatores que formam uma teia de adestramento, produzida para a extração das forças dos corpos, para a apropriação progressiva e melhoria das capacidades e uma generalização incessante a estilos de vida condizentes com a heteronormatividade, corpos que sigam ortodoxamente as concordâncias socioculturais entre corpo, gênero e sexualidade. Em continuidade, Menezes (2008) afirma que a escola tem um papel protagonista na maximização da eficiência e minimização da resistência. Se por um lado, apresenta uma pedagogia disciplinar de ortopedização dos indivíduos com sua materialização em dispositivos para o bom adestramento, por outro lado, uma pedagogia da normalização que incide em modos de subjetivação bem delimitados às pessoas, caso queiram ser consideradas sujeitas legítimas. Tal perspectiva se amplia e é possível adentrar no espaço laboral, percebendo as permanências e extensões do espaço escolar.

O olhar ampliado, diante da problemática, é destacado por Sujeita T, que analisa o contexto e reflete diante da sua experiência:

Eu vejo assim, que diferente de há uns cinco anos atrás, eu vejo que hoje em dia é... não tem tanto... tem ainda um bocado, ainda anda a passos lentos, para mim, já era para ter andado há passos mais rápidos, mas eu vejo uma mudança, eu vejo uma busca

pelo conhecimento desses gestores, pelo que tudo é o nome preconceito já vem, pra mim já vem dizendo, uma coisa que você não conhece. Então, eu vejo que ele já vem mudando... pouco, pouco a pouco vão mudando e muito. Hoje a gente vê essa... que você nas organizações... a gente vê, que a gente não tem essa dificuldade em utilizar um banheiro, a gente não tem essa diferença. Eles... e... vejo tudo isso como mudança... deles, eu vejo eles buscando aprimorar esse conhecimento e abrir a mente dele pra isso, certo que eu ainda vejo que poderia ter avançado mais, certo. Mas o pouco que já avançou já é gratificante e espero que continue abençoando mais e mais ainda.

Assim, as principais dificuldades vivenciadas por uma pessoa travesti ou transexual se evidenciam e se deparam neste espaço de trabalho, como um grande desafio. Os avanços são percebidos, no entanto, ainda não são suficientes, demonstrando um desnível em relação à população cisgênera.

A abertura à diversidade é uma necessidade urgente, inclusive fazendo jus ao entendimento de Macêdo et al. (2012), pois destaca que a sobrevivência e o sucesso das organizações dependem da satisfação das demandas de suas partes interessadas. As organizações são movidas por pessoas competentes, comprometidas e emocionalmente equilibradas. Neste contexto, a força de trabalho só desenvolve esse perfil em função de políticas e práticas de gestão de pessoas de alta qualidade. Neste sentido, as organizações são percebidas como se reinventado para atender às exigências da sociedade contemporânea, que não pode invisibilizar a diferença.

Entretanto, algumas dificuldades que envolvem as dimensões pessoais e organizacionais são percebidas e podem ser evidenciadas nos enunciados de Sujeita T:

Eu vejo... O pessoal mesmo, como pessoa, porque ... porque, como eu tive minhas dificuldades, muitas teve. Muitas não conseguiram vencer essa dificuldade. Muitas

não conseguiram estudar, muitas tão aí sendo profissional da vida, do sexo, por não ter oportunidades. Mas, eu vejo também, que eu vejo por um lado, já pelo... pelo lado humano, eu vejo que não tem, mas também vejo que houve um pouco de desinteresse delas, porque se eu consegui, é... vou...consegui chegar onde eu cheguei, se Deus permitir, eu vou conseguir ser formada, chegar a concluir minha graduação, eu já tô pensando na pós. Como a W, que é uma travesti, bastante amiga minha, me inspirei bastante nela, que ela, ela começou primeiro do que eu e eu vi as dificuldades dela e eu vi ela vencendo e eu falei, ela está vencendo, eu também sou capaz. Então, espero que nós duas aqui na nossa cidade, como só tem nós duas, servimos de exemplo para que as outras consigam também. Porque às vezes não, mas não tem emprego, é não tem emprego a gente que somos as travestis e transexuais, sim. A... é... Não, a questão, não é só não ter emprego, tem preconceito... não. Por quê? Porque a partir do momento que abre um processo seletivo tem que ter as habilidades, as qualificações que aquela vaga vai exigir, então se não tem, eu como gestora eu não posso contratar, por mais que seja um homem cis, um hetero, uma mulher hetera, uma cis, uma mulher trans eu não posso, não tem. Ali, eu não estou sendo uma profissional, e o que eu aprendi, estudei foi pra ser uma profissional, independente da orientação sexual, seja é do seu físico e tudo. É... eu sou ali, se você requer... o que aquela vaga tá exigindo, lógico que eu vou ter um olhar mais atencioso, mas se você não tem, eu não vou fazer nada então, eu acho que vem pouco de desinteresse delas e até mesmo da forma dela se representar perante a sociedade. Porque tem muitas que são... tem muitas que são um pouco é... usam umas vestes inadequadas para certas situações, um vocabulário bem inadequado, então tudo isso pesa em alguma coisa no processo seletivo. Tudo isso pesa, como também a gente faz o processo seletivo e vai mulher cis, mulher hetero, também homem, que não vai adequado para um processo

seletivo. Então, independente que seja trans, travesti, ou hetero sempre assim, eu vejo como gestora, porque se é um processo seletivo e você se inscrever e for chamada.

Você tem que levar a sério aquilo... brincadeira, porque aquilo é a tua oportunidade.

Então, se tu vai para o processo seletivo, tu não tem qualificação, tu não tem nada, tu não tem expressão, não tem um físico, não vai adequadamente. Então, tu não tá esperando que as empresas contratem.

Sujeita T evidencia o campo da formação como primordial, porém destaca a importância para o papel pessoal. A importância da qualificação profissional é evidenciada como um dificultador do processo de inserção no mercado de trabalho. Porque, às vezes, as pessoas observam por um lado, dizendo não haver emprego ou trabalho. Mas a formação é ainda incipiente. Porque é necessário entrar em consonância com esses dois polos. Muitas são expulsas das escolas, se evadem das escolas, justamente pelas dificuldades que vão encontrar, algo que não se pode fechar os olhos. Sujeita T também aponta a necessidade da qualificação que culmina na falta no Mercado de Trabalho, também por este outro aspecto, que é não haver abertura para a diversidade.

Pois, segundo Chiavenato (2020), as pessoas se caracterizam pelas suas diferenças individuais, também as organizações se caracterizam por uma incrível diversidade e heterogeneidade. Mas, também, Sujeita T destaca ser importante o desenvolvimento de competências e habilidades para cada cargo, fazendo-nos lembrar mais uma vez os processos de agregar e aplicar pessoas, discutidos por Chiavenato (2020), que enfatiza que todas as pessoas têm competência e habilidade a ser desenvolvidas. E que a gestão do talento humano produz uma interconexão entre pessoas e organizações, favorecendo uma interdependência. É preciso entender, porém, que há um movimento produzido pelo próprio sujeito, que muitas vezes se vê distante da possibilidade de concretizar sua trajetória escolar:

Então, é isso que eu vejo, e eu vejo uma falta de interesse porque, porque hoje a tecnologia nos ajuda muito, hoje em dia tem muitos cursos online, ai tem o Ceja, essas que já não querem já não, não pode estudar presencial, pode estudar online, faça um curso, agregue valor seu currículo e aí as oportunidades podem surgir e vão surgir, com um pouco de dificuldade, mas surge, mas aí se tipo eu não busco, se eu não faço, então, quem vai fazer por mim? Eu percebo ..tipo...um ponto muito eficaz, um ponto forte e tudo porque eu conheço ela a gente somos... moramos na cidade, a cidade não é muito grande. Conheço ela e na época que ela fazia o ensino médio, eu também fazia. Só que eu fiz essa pausa, por conta, como eu já relatei pra ti e ela não, ela continua seguindo e quando ela entrou na universidade, eu até mexi com ela. Hoje em dia, eu já pedi várias desculpas, é o sonho de cada um, cada um com seu sonho, ela entrou para fazer teatro e eu fui e disse: mulher, tu vai fazer teatro? para quê? Aqui no Crato só se tu fizesse teatro pra ir embora, mas só que aqui no Crato vai ser só professora e tu sabe a dificuldade pra gente trans, travestis como é. Será que tu vai conseguir ser professora... de artes nas escolas e ela disse: Mulher, isso aí é coisa que a gente vai vencendo, o meu sonho é ser formada em teatro. Então, eu me calei, pedi desculpa a ela e vendo ela ali, o ... é ... o sacrifício dela, o esforço que ela tava fazendo, eu fui me inspirando nela. Fui dizendo: Nossa, ela tá conseguindo, e eu sei que tá sendo difícil, às vezes ela chegava, chorava, conversava comigo, chorando, relatando as dificuldades que ela passava e... logo... logo, eu também busquei tudo... atrás... disso e eu me inspirei nela. Porque assim, ela conseguiu, ela tá conseguindo, então eu vou conseguir. Eu sei que vai ser difícil, mas eu vou conseguir. Então, de certa forma, ela me deu forças, ela me deu ajuda para que eu conseguisse. Hoje, ela é formada, ela formou primeiro do que eu. Ela já é formada, já é especialista. Ela já fez já. Concluiu a pós dela agora, mas assim, quando eu a vejo, eu abraço ela e digo:

Você me ajudou, também vou formar e ela fica tão feliz, ela diz: Tomara que outras se exemple na gente, pra que consigam. Hoje, ela é formada em teatro e eu vou formar na área empresarial, como gestora, então duas ...duas formações bem significante na sociedade que esperamos que outras busque com os seus sonhos e não, não é... pare no meio do caminho. Porque dificuldade tem, eu creio que dificuldade é para todo mundo, os obstáculos é pra todo mundo, pra gente vem um peso a mais, porque vem um pesinho a mais, mas a gente ...é como se dizia vó: a cada queda, levanta-se, sacode a poeira e segue pra frente.

Diante do seu relato, percebe-se que uma experiência, vivenciada por uma amiga, produz efeitos, fazendo-a se fortalecer em seus propósitos. A busca de construção de sua trajetória, a partir do processo de formação, parece ser para Sujeita T uma possibilidade a ser seguida.

Mas as dificuldades permanecem e a presentificação nos espaços acaba sendo percebida a não presença de suas iguais, gerando receio e tensão diante do pertencimento aos espaços. Deixando clara a invisibilidade. Invisibilidade, que é notada como uma das grandes preocupações, pois ao não perceber a presença dos iguais, as populações de travestis e transexuais são cada vez mais silenciadas e realocadas numa zona de exclusão que as elimina paulatinamente e as retira do convívio social.

É como você falou a invisibilidade e eu percebo que se você vai numa palestra, eu mesmo nunca cheguei a ir uma palestra que o palestrante fosse um transexual ou uma travesti, entendeu, então, assim a invisibilidade, como eu te falei, não tem hoje mais ... poucas têm, mas eu creio que por conta da ... delas mesmo não ter corrido, corrido atrás, não ter é... ir atrás do sonho delas. Porque eu, já no meu ponto de vista, espero que daqui a cinco, dez anos vá, é a gente vá para uma palestra que seja uma trans, uma travesti, um homem trans que esteja organizando que seja palestrante

independente, desde que tenha a qualificação, ou que não tenha, desde que tenha o conhecimento do conteúdo que vai falar e que impulse muitas outras a chegar lá na frente... a gente seja vista como profissionais na nossa área, seja independente da área que queiram. Mas, que a gente seja mais visualizada, por que se a gente não é hoje... temos uma pouca visão da gente, mas espero que como as coisas vão evoluindo e tudo, sendo que daqui a uns cinco anos, dez anos é... seja bem mais visualizado, como a gente fortalece, ser uma transexual, uma transexual palestrando, um homem trans, uma travesti, é... vai ser... vais ser show, isso, mas pra isso, temos que correr atrás, temos que buscar, temos que fazer nossa parte também (Sujeita T).

Cabe, nesse contexto, perceber a importância da qualificação profissional dos gestores que, sendo abertos à diversidade, possibilitam uma reestruturação nos modelos de gestão aberta ao múltiplo. Sujeita T evidencia tal necessidade:

Buscar projetos para que possam é... abrir a mente (pausa) dos. Dos gestores, talvez não seja nem dos gestores, os próprios proprietários das organizações. Levar até eles, os próprios donos é... para que eles possam enxergar é... as qualificações daquela pessoa independente de seja trans ou não. Porque querendo diz trans ou travesti se chega pra é... atrás de um emprego é a primeira visão não é daquele profissional, a primeira visão é aquela pessoa que tá ali. Não é as qualificações dele. Então, se eu creio que se buscar esse conhecimento, essas qualificações, tanto os gestores, como os donos, os proprietários, então, a partir do momento que chegar uma trans lá ele não vai ver aquela pessoa ali, ele vai como nós gestoras ele vai ... vemos logo, se não vimos logo as qualificações, vemos pelo menos uma, quando aquela pessoa já chega ali e daí fica mais fácil até de conduzir o processo seletivo para descobrir as qualificações que aquela pessoa que tem, que aquele profissional tem, pro quadro. Então, se os gestores não têm esse conhecimento, fica um pouco complicado, ou

complexo. De... de. fazer um processo seletivo a qual trans, travestis participe, é porque é bem complexo.

Em contraponto, percebe-se a necessidade da qualificação profissional das travestis para o mercado de trabalho, as quais têm sua vida marcada pela negação de direito e de acesso ao espaço laboral. Transpor esta barreira é o desafio constante, percebido por Sujeita T:

Você ir para um processo seletivo e você ver uma travesti ou uma trans, é um pouquinho difícil. Não sei... não sei por qual motivo, não sei se era qualificação, que não dá oportunidade, se é as qualificações que não tem. Não creio que seja as qualificações, que não tem, e mais... então para mim no meu ponto de vista, como gestora de RH, é isso, é... os gestores terem uma mente mais aberta, buscar o conhecimento, compartilhar conhecimento, estudar e compartilhar as transexualidades, travestilidade, tudo. Porque tudo é o conhecimento, se eu não tenho conhecimento daquilo, então não vou saber conduzir, não se eu tenho conhecimento, então vou saber conduzir, então no meu ponto de vista, é isso que os gestores teriam, pelo menos, teriam que tentar fazer.

Diante disso, a dificuldade ante a invisibilidade e a abertura para a diversidade nas organizações são fundamentais, para que surgissem mais oportunidades para as pessoas trans e travestis. Tal abertura para a diversidade depende de fortes transformações na cultura organizacional, interferindo nas normas, valores e comportamentos que regem uma instituição. Daí, as dificuldades em torno das efetivas transformações. Apesar das dificuldades, Sujeita T enfrenta a realidade e constrói estratégias de enfrentamentos:

Então, que eu iria buscar outro, outra oportunidade. Aí deu, deu tempo, dei um tempo e aí entreguei um currículo meu numa certa empresa não na minha cidade em outra e... ao chegar lá, eu tive uma recepção que... bem complicada para mim. Porque a gestora de lá, ela tem uma... eu espero que hoje, ela não tenha esse pensamento que ela tem hoje, que ela tem, que ela tem na época, ela disse, ela me chamou para entrevista, passei no processo seletivo e tudo e ela disse que o meu currículo era bom e tudo, porém me dava o emprego, mas que eu me representasse um sexo que eu nasci. Então, aquilo para mim me chocou bastante, você ouvir isso de uma gestora, de uma empresa, é bem complexo. Ela, no meu ponto de vista, hoje ela era que teria que ter a mente aberta para a diversidade, então isso me chocou bastante e eu virei para ela e fui até um pouco ignorante, quando eu respondi, eu fui e falei para ela que ela poderia ficar com a vaga e dá a quem ela quiser e que não trabalhava nem que ela me pagasse 10 salários do que ela recebia. E sai, e daí foi onde eu...busquei a..., busquei mais essa, estudando um pouco, busquei mais essa área do RH. O que era que o RH era responsável, o que o RH faria e tudo eu fui disse, vou fazer o curso de gestão de recursos humanos. Por quê? Por conta que eu tinha passado isso e quantas outras não deve passar todo dia por isso, então, eu busquei para mim poder me ajudar e ajudar a próxima. Por quê? Eu visou, um dia você eu sendo Gestora de uma empresa, é... eu vou olhar a des..., eu vou olhar as pessoas, eu não vou, não vou não vou fazer o que ela fez comigo, lógico que eu também não vou contratar uma pessoa por ser uma pessoa trans. Não, eu não vou fazer isso, eu vou ver a melhor pessoa que se encaixe. Então, foi daí, eu comecei a pesquisar o que é que era que o RH fazia, a gestão fazia, tudo e daí eu fiz... o Enem e hoje tô sendo graduada em Recursos Humanos, no final do ano, graduo em Recursos Humanos.

Nesse sentido, a diversidade tem sido discutida como um elemento indispensável para o espaço laboral, principalmente no que diz respeito à inovação, já que pontos de vista diferentes podem trazer possibilidades diferentes. Diante disso, percebe-se que a Cultura organizacional é evidenciada por Sujeita T:

Sim, influencia bastante, por que é um... influencia bastante na cultura organizacional, no clima e tudo, porque se é uma empresa que tem uma cultura vamos se dizer, que não tem a cultura da...que não tem cultura de trabalhar com pessoas trans, nem travestis, então, a partir do momento que ela começa a engajar na sua equipe, então ali você já vai mudando a cultura, a cultura da organização, o clima da organização já vai mudando e então a divisibilidade nas organizações então seria fundamental. Creio.

Assim, os desafios de ser autônoma no mercado de trabalho e sobreviver às violências cotidianas sofridas são trazidos por Sujeita T, mostrando-nos que a busca pela concretização de seus sonhos é uma constante, apesar de grande limitação de suas possibilidades:

No trabalho autônomo é... eu percebi umas dificuldades em algumas coisas, como algumas coisas que um trabalho sem ser autônomo me daria, mas pelo outro lado, eu percebi que eu não tenho... é, vamos nos dizer ... horário para chegar, horário pra sair, aí, lógico que tem que ir e tudo, mas tem a dificuldade que não, não dá o suporte todo que o trabalho registrado me daria. Como se tipo, se eu adoecer... é... trabalho de carteira assinada. Me daria o suporte, o autônomo não dá. Entendeu essas, oportu... essas coisas. E pra mim não ficar desempregada, precisava manter meus estudos e eu sempre fui independente, nunca gostei de tá corre para mãe, então, eu disse a oportunidade que tá me dando hoje, hoje eu vendo lanche, amanhã, eu sou gestora de uma organização. Então, vamos lá tocar para frente. Então, isso sempre... tudo que é um pouco de dificuldade para mim faz com que eu busco e mais força e para buscar meus objetivos. E nada vem fácil. Você tá ali vendendo seu lanche, ai passa uma

pessoa compra, ai diz uma piada, porque ...sempre vai ter. Acho que independente... em qualquer, em qualquer ramo, eu acho que sempre vai ter um olhar diferente, uma coisa diferente.

Diante disso, Bento (2017) questiona os limites de uma lei de violência de gênero concebida e implementada, exclusivamente para “mulheres” que sofrem agressões na vida privada, contrastando essa moldura com a brutal realidade de assassinatos de pessoas trans no Brasil, que se dão sobretudo nos espaços públicos e que fazem do país o lamentável campeão dessas violações do direito à vida. Dito de outro modo, as mulheres trans morrem e estão excluídas do reconhecimento e das possibilidades de proteção legal, por efeito do viés essencialista da lei, mesmo quando essas mortes não podem ser dissociadas das marcas do feminino gravadas nos seus corpos e modos de vida. Sujeita T finaliza, trazendo violências sutis, mas igualmente agressivas:

É bem menor, bem menor do que...e.... bem menor... que aconteceu há muito tempo atrás, até porque as leis tão bem avançadas, hoje em dia né...diferente das leis que não tinham, hoje em dia foram criadas várias e tudo. É bem diferente, hoje em dia é bem mais tranquilo, mas nessa questão assim, nessa questão aí... ainda tem tem, é uma pena, a gente... a gente não podemos fechar o olho dizer que enfeitar uma coisa que realmente não, não existe ainda tem ainda tem o preconceito. Ainda tem os olhares diferentes ainda tem você é chegar, buscar um emprego aquela... e as pessoas achar que você não é capaz, que você não ... Ainda tem... eu creio. Eu espero que isso acaba um dia. Isso, isso não, não podemos nos deixar abater por isso. Temos é que... e seguir em frente e mostrar a realidade que não é como a sociedade pensa, não é como aquelas pessoas tão pensando, é diferente. Bater de frente para mostrar a nossa realidade, mostrar quem somos, que eu creio que fazendo isso, aí então... haverá

mudanças, haverá mais oportunidades de emprego, haverá mais aceitação dentro das organizações. As diversidades.

Podemos mensurar uma violência? As violências sutis são menores? Talvez devido às reiteradas violências e negações de direito sofridas pelas travestis tenham sido naturalizadas por elas e silenciadas pelos outros. Pois, o fato da constância de situações desconfortáveis diante das diferenças que enfrentam diariamente faz com que sejam silenciadas. No entanto, é possível produzir fissuras e subverter essa lógica.

Encerrando nossa conversa, ao ser perguntada sobre as perspectivas de futuro, são mencionadas crenças na possibilidade de superar todos os desafios e atingir seus objetivos, tornando-se de fato uma profissional. Neste sentido, Sujeita T ressalta:

Já como profissional, e até brinquei com a professora L uma vez. Minhas professoras, que... Brinquei, tipo ... e hoje em dia, eu levo a sério. Foi que a gente conversando que eu brinquei com ela. Ela me perguntando qual... qual seria a trajetória logo após a formação. Hoje em dia graduação, você tem que ser uma especialista. Então, eu falei: Professora, tenho várias coisas, uma hora vou ser professora, outra hora consultora, outra hora quero trabalhar numa organização. Num, Numa, Num RH de uma grande organização. E ela foi e disse: Aí, você vai ter que escolher, aí, não vai poder as três profissões, até porque você não vai ter tempo. Eu disse, justamente, mas, professora se é pra escolher, eu opto por ser gestora da organização, das organizações e ser professora. Eu ainda vou ser professora da Leão Sampaio. A primeira professora trans da Leão Sampaio, aí ela achou graça e disse: Nossa, eu vou ficar tão feliz em ter você como aluna e como professora, como colega de trabalho. Aí, eu fui, sai achando graça, será que eu chego lá? Ela, aí professora Larissa, e ela disse, você chega sim, por que não? E talvez seja uma área que eu busque, porque com o meu conhecimento, vou poder influenciar e ajudar várias outras que chegarem, não só por ser trans, por

não ser várias outras pessoas. Porque a gente trans, temos um olhar sensível a várias outras coisas, por conta de a gente ter passado várias coisas, a gente tem o olhar sensível, um olhar para ajudar, um olhar de, de ver aquela pessoa, se tá passando por algum problema, se não tá. De tentar ajudar, conversar. A professora Larissa pergunta: Porque tu não fez Psicologia; Aí eu disse, ai não professora, aí não, depois, depois, depois. Ela começou a achar graça (risos).

Arrasô! Fim de papo, mas antes, pelo menos, algumas considerações

[...]Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar
Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar
Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
(você é seu próprio lar) [...]
(Francisco, el Hombre, 2016)

Dar-se conta da impossibilidade de findar é um desafio, principalmente em um trabalho acadêmico, no qual se exige uma finalização, um fechamento. Mas, prefiro apresentar à revelia apenas algumas considerações. Pois, assim como se encerra uma conversa com a perspectiva de novos encontros, encerro a escrita desta tese com a certeza do que fora possível ser escrito por ora, pois tanto pelo contexto pandêmico, quanto pela disponibilidade das sujeitas de pesquisa, assim como o alcance de minhas análises. Tenho a percepção de que vários aspectos me suscitam compreensões que até então não haviam sido por mim contempladas em meus estudos anteriores, além de me induzir a novas pesquisas que poderei desenvolver posteriormente.

A minha relação com o tema, que durante minha trajetória acadêmica foi criando consistência, consolidou-se na trajetória durante o Doutorado, a interlocução com autores e autoras trans, possibilitando legitimidade deste estudo, assim como o trabalho de campo, que trouxe, a partir das conversas, a materialização das experiências laborais narradas pelas travestis em suas singularidades.

Enquanto homem cisgênero, me percebi durante muito tempo fortemente influenciado por perspectivas cisheteronormativas, que enrijeciam minhas leituras de mundo, daí o grande processo de desconstrução que cotidianamente vivenciei e vivencio, acreditando ser possível,

sim, o respeito à diferença. Apropriar-me das noções de cisgeneridade e Interseccionalidade foi essencial, assim como a desconstrução das perspectivas mais enrijecidas, diante da noção de identidade, que permitiram uma melhor compreensão da Travestilidade e os aspectos, diante do espaço laboral.

A problemática central desta tese induzida pelo questionamento: Como se constitui o processo de profissionalização na experiência da travestilidade? Inquietou-me fortemente e me acompanhou durante as leituras e análises das conversas com as sujeitas de pesquisa, que me fizeram perceber o quão são singulares tais experiências. Existem aspectos, porém, que se sobressaem, como os marcadores de raça, de classe, seus enfrentamentos marcados por Transgressões, Reivindicações, Resistências Assujeitamentos e Reconhecimentos.

Os objetivos pensados inicialmente foram contemplados. Conseguimos investigar as intersecções entre corpo, gênero e sexualidade e as trajetórias profissionais de sujeitas travestis, presentes ao longo das análises constantes no capítulo 5. Contemplando também de forma mais específica, delinearam-se as trajetórias profissionais na experiência de travestis na Região Metropolitana do Cariri Cearense e na Região Metropolitana de Fortaleza - CE; analisaram-se os discursos de saber-poder referentes à travestilidade (corpo, gênero, sexualidade), que atravessam essas trajetórias profissionais; além de perceber os posicionamentos, movimentações e resistências das sujeitas travestis diante das produções discursivas sobre suas possibilidades de profissionalização. Perceber-se que não foi possível acompanhar, devido ao contexto pandêmico, que coincidiu com o período de coleta.

Metodologicamente, a pesquisa possibilitou a utilização da conversa como instrumento de coleta, que, devido à pandemia da Covid - 19, sofreu adaptações para o modelo virtual (*on-line*). A Conversa como uma metodologia de troca e compartilhamento possibilitou conhecimento e sabedoria. Tais conversas subsidiaram a produção de narrativas que foram analisadas, a partir da Analítica Descritiva, também nomeada de Analítica do

Sujeito, a partir da perspectiva foucaultiana. Os diários de campo, produzidos no modelo virtual, também possibilitaram grandes ganhos no enriquecimento metodológico. As Sujeitas de pesquisa, ensinaram a priorizar o reconhecimento à condição feminina de suas apresentações, além da necessidade de produzir efeitos de linguagem sobre a gramática, para romper com a perspectiva cisheteronormativa.

Os riscos percebidos, ao realizar esta pesquisa, foram o desconforto e a exposição, porém não houve relatos de constrangimento, por parte das participantes, por se tratar de tema referente aos seus conflitos subjetivos. Daí a necessidade de oferecer suporte psicológico, caso os riscos se concretizassem. Neste momento de pandemia, me propus a fazer o encaminhamento para atendimentos *on-line* nos serviços parceiros, ou profissionais indicados pelo pesquisador, o que não se mostrou necessário.

Os benefícios desta pesquisa foram os seguintes: obter novas linhas de pesquisa no contexto tratado, além de proporcionar conhecimento mais amplo sobre o tema, contribuindo prioritariamente para as sujeitas, com a visibilidade e ampliação da materialização dos discursos desta população, diante de suas demandas e necessidades cotidianas, fortalecendo ações em contato com as lutas sociais pelos direitos à cidadania. Além de contribuir para as discussões teóricas, que poderão subsidiar as políticas públicas.

Diante da dinamicidade e transformações que o campo de pesquisa nos apresenta durante um processo de elaboração de uma tese, nos colocamos numa posição vulnerável, que nos indica muitas vezes o desistir como prioridade. Contudo, neste caso, o movimento foi oposto, o continuar. Sendo necessário, porém, compreender os ganhos e perdas que ocorreram nesta trajetória.

No que se refere às perdas, percebo que a possibilidade de uma interação maior do contato in loco com as sujeitas de pesquisa se perdeu. Apresentando prejuízos nas observações físicas, gestos, comportamentos, hábitos que poderiam enriquecer o caráter

etnográfico desta pesquisa. A saúde mental de algumas possíveis interlocutoras estava prejudicada, devido às tensões e preocupações de ordem estrutural que as impediram de se disponibilizar a participar da pesquisa. Também foi percebida a interrupção de conversas iniciadas devido à infecção e óbito de sujeitas de pesquisa, impedindo a concretização de suas participações.

Ressaltam-se ganhos no âmbito desta pesquisa, devido à ampliação da perspectiva metodológica, que experimentou fortemente os recursos tecnológicos para a viabilização das conversas. O WhatsApp e o Google Meet se apresentaram como recursos indispensáveis para acessar a população que se pretendeu estudar. Priorizando a linguagem com os seus enunciados e silêncios que foram percebidos cuidadosamente, aperfeiçoando a escuta no contexto de pesquisa. Registrar, a partir de um diário de campo, adaptado ao cenário virtual, foi uma possibilidade para contextualizar e estruturar um campo de pesquisa.

As Narrativas, a partir das conversas, aqui chamadas de (trans)conversações, evidenciaram aspectos em torno da Identidade Travesti, sendo vista, desde uma categoria política, como também percebida como uma subidentidade, compreendida enquanto abjeta. Emerge também a diferença entre travesti e transexual, inclusive a categoria *transvesti*, fazendo jus, até, às discussões de Indianare Siqueira e Erika Hilton, sobre o termo *transvestigeneres*, ainda em estudo, que materializa as ambiguidades da separação entre travesti e transexual. O corpo e sua composição foram descritos de forma a demonstrar uma não generalização, mas sim a singularidade das experiências, que marcam suas infâncias e adolescências, interferindo na entrada e permanência no mercado de trabalho. Assim como suas lutas diárias e a manifestação de suas resistências.

Especificamente, sobre o mercado de trabalho, têm-se claramente relatadas as dificuldades que se iniciam anteriormente, nos espaços escolares, que por não estarem abertos à diversidade de gênero, produzem abandonos, ou sujeição aos espaços para resistirem e

assim poder concluir seus estudos e conseguir melhores posições no mercado de trabalho. Tem-se a informalidade no espaço laboral como possibilidade, pois trabalhar por conta própria, sem vínculo empregatício e\ou para parentes \amigos\ vizinhos, pode ser um caminho viável, porém com repercussões negativas, como a desproteção nos termos da seguridade social brasileira. A inserção no serviço público também se torna possível para as que tiveram a oportunidade de melhor escolarização.

A materialização das dores e dos sofrimentos de tais sujeitas em um país que mais mata travesti e transexuais, acaba por matar também as subjetividades, produzindo assim, zonas de abjeção. A condição de não sujeitas é marcada pelas mortes sociais que lhes roubam as possibilidades de ser e de estar no mundo. Daí a necessidade de ouvir verdadeiramente as travestis e transexuais que clamam por respeito e reconhecimento. Nessa perspectiva, a escrita desta tese, tem, portanto, a função de convocar aos seus leitores a necessidade de pensarmos estratégias de atuação em Psicologia, assim como o respeito e acolhimento a esta população.

Nota-se, porém, que apesar de as sujeitas de pesquisa conseguirem migrar para posições mais favoráveis economicamente, percebe-se ainda a posição de exclusão e negação de direitos. As marcas do constrangimento, preconceito, discriminação e estigmatização são perceptíveis, muitas vezes ainda de forma compulsória, apresentando a prostituição ainda como única forma de subsistência. Neste sentido, compreende-se o quão se fazem necessários estudos desta natureza, para que possamos desconstruir estigmas e preconceitos que reiteram violência e marginalização, que propagam sofrimentos e silenciam tais sujeitas. Reiterando o compromisso ético, estético e político da Psicologia envolvido no exercício da escrita desta tese.

Referências

- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?*. Letramento, justificando.
- Almeida, G., & Murta, D. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 380-407.
- Almeida, C. B. de, & Vasconcellos, V. A. (2018). “Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?” *Revista Direito GV*, 14(2), 302-333.
- Almodóvar, P. (Diretor). (1999). *Todo sobre mi madre* [Filme]. 20th Century Fox Home Entertainment.
- Amaral, M. S. (2012). *Essa boneca tem manual: práticas de si, discursos e legitimidades na experiência de travestis iniciantes*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Andrade, L. N. (2012). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação].
- Andrade, L. N. D. (2015). *Travestis na escola. Assujeitamento e Resistência à Ordem*. Metanoia Editora.
- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 12(2), 469-475.
- Araujo, G. C. (2019). *Bajubá: memórias e diálogos das travestis* (1. Ed.). Paco Editorial.
- Araújo, M. C. (2015). Por que os homens não estão amando as mulheres trans?, *Blogueiras Negras*. Recuperado em 4 de junho de 2020 de:
<http://blogueirasnegras.org/2015/10/17/por-que-os-homens-nao-estao-amando-as-mulheres-trans-2/>

- Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (2018). *Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra pessoas TRANS em 2017*. de: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>
- Barbosa, B. C. (2010). *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Barbosa, R. M., & Facchini, R. (2009). Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(2), s291-s300.
- Benedetti, M. R. (2005). *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Garamond.
- Benedetti, M. R. (1997). *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Benevides, P. S. (2013). Verdade e Ideologia no pensamento de Michel Foucault. *ECOS- Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 3(1), 88-101.
- Bento, B. (2008). *O que é a transexualidade*. Editora Brasiliense.
- Bento, B. (2014). Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, 4(1), 165-165.
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. EDUFBA.
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19, 549-559.
- Bittar, E. C. B. (2009). Reconhecimento e direito à diferença: teoria crítica, diversidade e a cultura dos Direito Humanos. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, 104, 551-565.
- Bohn, A. M. (2009). *Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

- Bomfim, P. T. S. (2009). *Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e Religiosidade de travestis e transexuais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Brasília].
- Bomfim, R., Salles, V. T., & de Moraes, A. G. M. F. (2019). NECROPOLÍTICA TRANS: o gênero, cor e raça das LGBTI que morrem no Brasil são definidos pelo racismo de Estado. *Revista Argumenta*, (31), 153-170.
- Borges, L. O., & Yamamoto, O. H. (2004). *O mundo do Trabalho*. In: J. C. Zanelli, J. E. Borges – Andrade, & A. V. B. Bastos (Org). *Psicologia, Organizações e trabalho no Brasil* (pp -25-72). Artmed.
- Braga, S. (2007). *Falas do falo: o travesti e a metáfora da modernidade* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Brasil, Ministério da Saúde (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos*. Ministério da Saúde.
- Brasil, Ministério da Saúde (2013). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa (1ª ed.).
- Butler, J. (2010). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: G. L. Louro (Org.). *O corpo educado*. Autêntica.
- Butler, J. (2013). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (6ª ed). Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015a). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (1ª ed). Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015b). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. (1ª ed). Autêntica Editora.

- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. (F. S. Miguens. Trad., 1ª ed) Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. (1ª ed). Autêntica Editora.
- Candiotto, C. (2006). Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/form/ação*, 29, 65-78.
- Cardozo, F. (2009). *Das dimensões da coragem: Socialidades, Conflitos e Moralidades entre Travestis em uma Cidade no Sul do Brasil* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Carvalho, M. M. A. de. (2020). Os impactos de padrões estéticos hegemônicos e modelos de feminilidade na subjetividade das mulheres. [Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Psicologia, Centro Universitário de Brasília].
- Carvalho, E. C. (2006). “*Eu quero viver de dia*”: uma análise da inserção das transgêneros no mercado de trabalho. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, UFPR.
- Carvalho, M. F. L. (2011). *Que mulher é essa? Identidade, Política e Saúde no movimento de travestis e transexuais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro].
- Carvalho, N. S. (2014). Gênero e sexualidade: intersecção em disputa. In J. G. De Jesus (Org.) *Transfeminismo: teoria e prática* (1ª ed). Metanoia.
- Castells, M. (2008). *O poder da identidade*. Paz e Terra.
- Castro, E. (2016). *Vocabulário Foucault – um percurso pelos temas, conceitos e autores* (2ª ed). Autêntica Editora.
- Chiavenato, I. (2020). *Gestão de pessoas: o novo papel do talento humano* (5ª ed). Atlas.
- Colling, L., & Nogueira, G. (2017). *Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero*. Editora Devires.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução CFP n. 1, de 22 de março de 1999*.
Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação

- sexual*. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Resolução, C. F. P. Nº 10, de 27 de março de 2018. Psicóloga e do Psicólogo e dá outras Dispõe sobre a inclusão do Nome Social na Carteira de Identidade Profissional da Psicóloga e do Psicólogo e dá outras providências*. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/SEI_CFP-0037173-Resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf.
- Costa, A. M. M. (2007). A discriminação por orientação sexual no trabalho – aspectos legais, In F. Pocahy (Org.) *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea*. Nuances.
- Costa, S. G. (2004). Movimentos feministas, feminismos. *Revista Estudos Feministas*, 12(SPE), 23-36.
- Cunha, E. L. (2000). Uma interrogação psicanalítica das identidades. *Caderno CRH*, 13(33).
- Connel, R. (2016). *Gênero em termos reais*. NVersos.
- Davi, E. H. D. (2013). *Belíssima: um estudo merleau-pontyano da corporalidade travesti* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Dorlin, E. (2009) *Séxo, Género e Sexualidades. Introducción a la teoría feminista* (1ª ed). Nueva Visión.
- Duque, T. (2009) *Montagens e desmontagens: vulnerabilidade, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos].
- Ferrari, M. A. (2006). O papel da diferença na construção da identidade. *Boletim de Psicologia*, 56(124), 1-8.
- Ferreira, M. O. V. (2006). Docentes, representações sobre relação de gênero e consequências sobre o cotidiano escolar. In: Soares, G. F, M. R. S. da Silva, & P. R. C. Ribeiro (Orgs).

- Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais* (pp. 69-82). Edit. da Furg.
- Ferreira, D. A. (2019). A arte como arma em território hostil. Enfrentamentos nas produções de Lyz Parayzo. *Cidades. Comunidades e Territórios*, (39), 1-13.
- Ferreira, G. G. (2018). *Crime e castigo nas narrativas de travestis e transexuais brasileiras*. Editora Devires.
- Ferreira, R. S. (2003). As “bonecas” da pista no horizonte da cidadania: uma jornada no cotidiano travesti em Belém (PA). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Ferreira, G. C. L., Silveira, P. S., Noto, A. R., & Ronzani, T. M. (2014). Implicações da relação entre estigma internalizado e suporte social para a saúde: uma revisão sistemática da literatura. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 19(1), 77-86.
- Flik, U. (2009). *Introdução a pesquisa qualitativa* (3ª ed). Artmed.
- Foucault, M. (2015). *História da sexualidade I: a vontade do saber* (7ª Ed). Paz e Terra.
- Foucault, M. (2011). *O que é um autor?* In M. Foucault. *Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. I. Barbosa (Trad.). Forense.
- Foucault, M. (2004). *A Hermenêutica do Sujeito*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). *A hermenêutica do sujeito: curso dado no College de France* (3ª ed.). Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (1972). *A arqueologia do saber*. Vozes.
- Foucault, M. (1979). *Nietzsche, a Genealogia e a História*. Microfísica do Poder.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Paz e Terra.
- Foucault, M. (1993). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Graal.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Edições Graal.

- Foucault, M. (2006). O cuidado com a verdade. In: M. Foucault. *Ética, sexualidade, política* (2ª ed). E. Monteiro & I. Barbosa (Trad.). Forense.
- Foucault, M. (1997). *Resumo dos cursos do collège de France 1970-1982*. Jorge Zahar Editor Ltda.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir*. Editora Vozes.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.
- Franco, P. V., & Cervera, J. P. (2006). *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz... bem se entende*. Proteca \Unifem\ Repem.
- Furtado, J. P., Oda, W. Y., Borysow, I. C., & Kapp, S. (2016). A concepção de território na saúde mental. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(9), 1-15.
- Galli, R. A. (2013). *Roteiros Sexuais de transexuais e travestis e seus modos de envolvimento sexual-afetivo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Garcia, A. (2013). Encontros e processos formativos: uma conversa sobre currículos e estágio na formação de professores. *Periódicos UFES*, 19(38), 35-52.
- Garcia, M. R. V. (2007). *Dragões: Gênero, Corpo e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Garcia, M. R. V. (2008). Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 241-256.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11ª ed). T. S. Tomaz, G. L. Louro (Trad). DP&A.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Martins Fontes.
- Jesus, J. G., & Alves, H. (2010). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, 11(2), p.8-19.
- Jorge, M. A. C. (2018). *Transsexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência* (1ª ed). Zahar.

- Jorge, M. A. C., & Travassos, N. P. (2018). *Transexualidade: O corpo entre o sujeito e a ciência* (Vol. 1). Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Justo, J. S., & Vasconcelos, M. S. (2009). Pensando a fotografia na pesquisa qualitativa em psicologia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(3), 760-774.
- Kulick, D. (2008). *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Fiocruz.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume-Dumará.
- Lauretis, T. (1994). *A tecnologia do gênero*. S. Funck (Trad). In: H. Hollanda, (Org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-242). Rocco.
- Lehman, Y. P. (2010). Orientação profissional na pós-modernidade. In R. S. Levenfus, & D. H. P., Soares (Org.). *Orientação Vocacional Ocupacional* (2ª ed., pp. 19-30). Artmed Editora S.A.
- Leite Junior, J. (2008). *Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico* [Tese do Doutorado, Pontifícia Universidade Católica].
- Leite Junior, F. F., Amazonas, M. C. L. A., & Siqueira, H. A. P. (2020). O conceito de precariedade e as contribuições teóricas de Judith Butler para a compreensão da prática política da Psicologia. *Revista Ciências Humanas - Unitau*, 13(2), 102 – 114.
- Leonardo, R. C., Athayde, T., & Pocahy, F. A. (2017). *O Conceito de cisgeneridade e a produção de deslocamento nas políticas feministas contemporâneas*. Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades–10 anos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Lima, C. H. L. (2017). *Linguagens Pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade* (1ª ed). Editora Devires.
- Lima, M. L. C. (2013). *O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica].

- Lomando, E., & Nardi, H. C. (2013). Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. *Saúde em debate*, 37, 493-503.
- Louro, G. L. (2010). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2ª ed). Autêntica.
- Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (4ª ed). Vozes.
- Louro, G. L. (2008). *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer* (1ª ed). Autêntica.
- Macêdo, I. I. et al. (2012). *Gestão de Pessoas*. Editora FGV.
- Mattos, A. R., & Cidade, M. L. R. (2016). Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, 1(5), 132-153.
- Meneses, R. D. B. (2013). A Desconstrução em Jacques Derrida: O Que é e o que não é pela estratégia. *Universitas Philosophica* 30(60), 177-204.
- Menezes, A. B. N. T. (2008). Foucault e as novas tecnologias educacionais: espaços e dispositivos de normalização na sociedade de controle. In A, Veiga-Neto, & A, Souza-Filho (Orgs). *Cartografias de Foucault* (pp. 27-40). Autêntica Editora.
- Mezan, R. (1998). *Escrever a Clínica*. Casa do Psicólogo.
- Miskolci, R. (2010). *Marcas da Diferença no Ensino Escolar*. EdUFSCar.
- Moira, A. (2018). *E se eu fosse pura* (Edição Revisada e Atualizada). Hoo Editora.
- Myers, G. (2015). Análise da Conversação e da fala. In M. W., Bauer, & G., Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: Um manual prático*. Vozes.
- Nardi, H. C., Kveller, D. B., & Machado, P. S. (2018). Direitos Humanos e os marcadores sociais da diferença: desafios do cenário brasileiro. In M. V. de F., Rosa et al. (Org.) *Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional* (1ª ed). Secco Editora.

- Navas, K. M. (2011). *Travestilidades: trajetórias de vidas, lutas e resistências de travestis como construção de sociabilidade* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Navas, K. M. (2016). *Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Nogueira, L. (2015). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa* (1ª ed). L., Carvalho (Eds). Metanóia.
- Nogueira, M. C., & Oliveira, J. M. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero*. Editor Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Novaes, J. V. (2011). *Beleza e feiúra: corpo feminino e regulação social*. In M., Del Priori, & M., Amantino (Orgs.). *História do corpo no Brasil* (1ª ed, pp. 477-506). Unesp.
- Novelino, M. (2018). *Curso de direito constitucional* (13ª ed). Juspodivm.
- Oliveira, M. R. G. (2018). *Minha vida em cor-de-rosa: cenas e encenações da transexualidade feminina na infância*. *Revista Aspás*, 8(1), 108-129
- Oliveira, N. M. (1994). *Dama de paus: o jogo aberto das travestis*. Edufba.
- Patriarca, L. (2015). *As corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Patrício, M. C. (2012). *Misses, Empresárias e Famosas: Fazendo da Atividade uma Distinção*. *Revista Ártemis-Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, 13(1), 74-87.
- Patrício, M. C. (2008). *No truque: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pernambuco].
- Pedra, C. B. (2020). *Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil* (1ª ed). Appris.

- Pedra, C. B., Sousa, E. C., Rodrigues, R. V., & Silva, T. S. (2018). Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “Transcidadania.” *Revice - Revista de Ciências do Estado*, 3(1), 170-199.
- Pelúcio, L. M. (2007). *Nos Nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre a prostituição travesti e o modelo preventivo da AIDS* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos].
- Pelúcio, L. M. (2009). *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids*. Annablume; Fapesp.
- Peres, W. S. (2005). *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania* [Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Perucchi, J., Brandão, B. C., & Vieira, H. I. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 19(1), 67-76.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2).
- Piscitelli, A. (2013). *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo* (1ª ed). Eduerj.
- Pocahy, F. A. (2013). Interseccionalidade: uma prática-teorização feminista possível na “era pós-gênero”? In P. G. Dornelles, I., Wenez, & S. V., Schengber (Orgs.). *A Educação Física em diálogo com os Estudos Feministas*. Unijuí.
- Princípios de Yogyakarta. *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero* [Documento].
- Ramírez, B. (2014). Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales* (III), pp. 15 – 21. Recuperado em

- 3 de março de 2022 de <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>.
- Reidel, M. (2013). *A pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Revel, J. (2011). *Dicionário Foucault*. A. A., Silva (Trad.). Forense Universitária.
- Rodrigues, L., Carneiro, N. S., & Nogueira, C. (2014). Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. In J. G., De Jesus (Org.). *Transfeminismo: teoria e prática* (1ª ed). Metanoia.
- Rodrigues, R. C. C. (2012). *De Danielle a Chryssóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena* [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense].
- Rosa, M. C. (2012). *O desafio da masculinidade subalterna na travestilidade: a dor da beleza* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Salin, S. (2012). *Judith Butler e a Teoria Queer*. Autêntica Editora.
- Santos, A. S. (2008). *Corpo educado? Percepções do risco de contrair HIV e práticas educativas entre travestis profissionais do sexo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia].
- Santos, A. (2014). Transexualidade e travestilidade: conjunções e disjunções. In M. T. A. D., Coelho, & L. L. P., Sampaio (Orgs.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Edufba.
- Santos, P. R. (2008). *Entre necas, peitos e picumãs: subjetividade e construção identitária das travestis do Jardim Itatinga* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas].
- Saraiva, L. A. S., & Irigaray, H. A. D. R. (2009). Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso?. *Revista de Administração de Empresas*, 49(3), 337-348.

- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, 20(2), 71-99.
- Silva, K., Silva, I., & Mafra, F. (2013, 3 a 5 de novembro). *Trabalho, Gênero e Prostituição: Reflexões sobre as Dimensões Obscuras do Trabalho de Mulheres Prostitutas*. Anais do IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. EnGPR, Brasília.
- Silva, A. L. Jr. (2011). *Seis Passeios pelas praias de uma ficção: notas sobre algumas movimentações de Drag Queens na cidade do Rio de Janeiro* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Rio Janeiro, RJ, Brasil).
- Silva, H. R. S. (1993). *Travesti, a Invenção do Feminino*. Relume-Dumará, ISER.
- Silva, H. R. S. (2007). *Travestis – entre o espelho e a rua*. Rocco.
- Silva, H. R. S. (1996). *Certas cariocas - Arenas do Rio: Travestis e vida de rua no Rio de Janeiro*. Relume – Dumará.
- Tomaz, T. S. (2000). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes.
- Simakawa, V. V. (2015). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia].
- Siqueira, M. S. (2004). *Sou Senhora: Um estudo antropológico sobre travestis na velhice* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o Subalterno Falar?*. Editora UFMG.
- Süssekind, M. L., & Lima, A. (2014) Bordados de Sombras e Silêncios: Pensando a Diferença em Camadas de Vozes nas Narrativas de Formação e Currículo. In *Didática e Prática de Ensino na relação com a Escola*. Eduece- Livro 1.
- Teixeira, F. B. (2009). *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade* [Tese de Doutorado, Universidade de Campinas].
- Temple, G. C. (2013). *Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault*. UFRB.

- Vale, A. F. C. (1997). *Cenas de um público implícito: territorialidade marginal, pornografia e prostituição travesti no Cine Jangada* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará].
- Vargas, L. A. A. (2012). *Por uma pedagogia da luta e da resistência: a educação como estratégia política no MST* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Vargas, E., & Hattge, M. D. (2015). Caderno de campo: um instrumento de avaliação na perspectiva inclusiva. *Revista Práxis*, 2, 93-105.
- Vergueiro, V. (2016). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia].
- Wolf, N. (2020). *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres* (9ª ed). Rosa dos Tempos.
- Zambrano, E. (2008). *Nós também somos família: Estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Zambrano, E. (2003). *Trocando os documentos: Um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Zanella, A.V., & Furtado, J. R. (2012). Resistir. In T. M. G., Fonseca, M. L., Nascimento, & C. Maraschin (Orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Sulina.